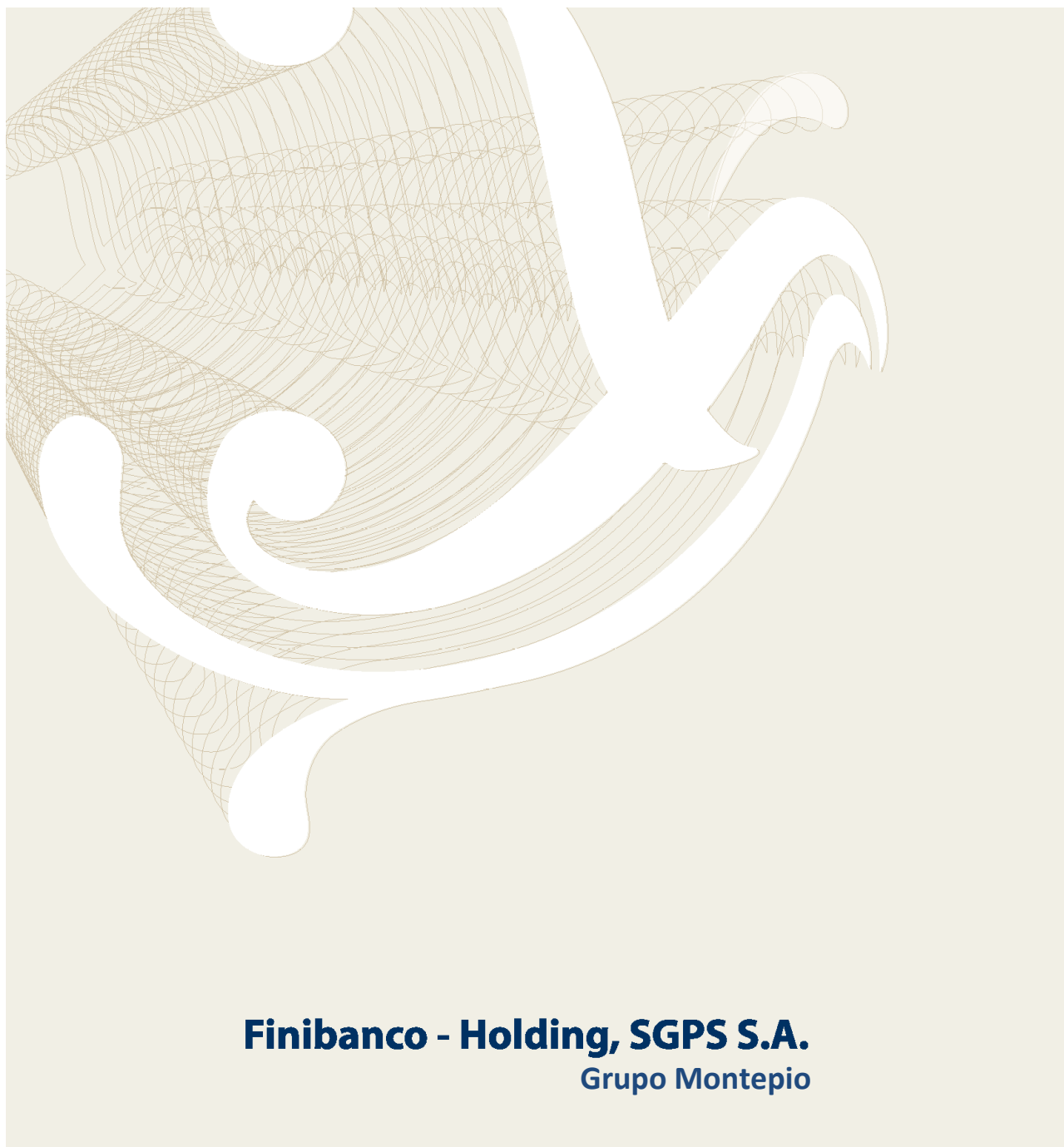




Finibanco - Holding, SGPS S.A.
Grupo Montepio

RELATÓRIO E CONTAS DE 2010

Finibanco-Holding, SGPS S.A.

Sede: Rua Júlio Dinis, 157 Porto **Capital Social:** EUR 175.000.000

Matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Porto e **Pessoa Colectiva** n.º 502 090 243

Índice

	Órgãos Sociais
	Organigrama do Grupo Finibanco
	Indicadores Consolidados
	Mensagem do Presidente
	Relatório de Gestão do Grupo
1	Enquadramento Macroeconómico
1.1	Economia Internacional
1.2	Zona Euro
1.3	Enquadramento Nacional
1.4	Política Monetária
1.5	Mercados Financeiros
2	Actividade do Grupo
2.1	Linhas Gerais de Acção
2.2	Modelo de Negócio
2.3	Banca Comercial
2.3.1	Banca de Empresas
2.3.2	Banca de Negócios e Particulares
2.3.3	Private Banking
2.4	Banca de Investimentos
2.4.1	Gestão de Activos e Desintermediação
2.4.2	Mercado de Capitais
2.5	Área Financeira e Internacional
2.6	Gestão do Risco
2.7	Área de Operações e Sistemas de Informação
2.8	Recursos Humanos
2.9	Análise Económica e Financeira
2.9.1	Balanço Consolidado
2.9.2	Conta de Resultados
3	Finibanco-Holding, SGPS S.A.
4	Participadas
4.1	Finibanco, SA
4.2	Finibanco Angola, SA
4.3	Finicrédito-Instituição Financeira de Crédito, SA
4.4	Finivalor-Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários, SA
4.5	Finisegur-Sociedade Mediadora de Seguros, SA
4.6	Finimóveis-Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, SA
5	Perspectivas Futuras
6	Declarações dos Membros do Conselho de Administração
7	Aplicação de Resultados
8	Nota Final
	Demonstrações Financeiras
	Demonstrações Financeiras Individuais
	Balanço Individual
	Demonstração de Resultados
	Demonstração da Variação nos Capitais Próprios
	Demonstração de Fluxos de Caixa
	Notas às Demonstrações Financeiras
	Demonstrações Financeiras Consolidadas
	Balanço Consolidado
	Demonstração Consolidada de Resultados
	Demonstração de Variação nos Capitais Próprios Consolidados
	Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidados
	Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
	Relatório sobre o Governo da Sociedade
	Certificação Legal e Relatório de Auditoria
	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
	Anexos
	Participações dos Membros dos Órgãos de Administração
	Participações Qualificadas
	Acções Próprias

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

<i>Presidente</i>	António Joaquim de Matos Pinto Monteiro
<i>Vice-Presidente</i>	Pedro Canastra de Azevedo Maia
<i>Secretário</i>	Mário Paulo Ramos Caetano Pereira

Conselho de Administração

<i>Presidente</i>	António Tomás Correia
<i>Vogal</i>	José de Almeida Serra
<i>Vogal</i>	Rui Manuel da Silva Gomes do Amaral
<i>Vogal</i>	Eduardo José da Silva Farinha
<i>Vogal</i>	Álvaro Cordeiro Dâmaso
<i>Vogal</i>	Daniel Bessa Fernandes Coelho
<i>Vogal</i>	Joaquim Mendes Cardoso
<i>Vogal</i>	António Couto Lopes
<i>Vogal</i>	José Carlos Sequeira Mateus
<i>Vogal</i>	Pedro Jorge Gouveia Alves

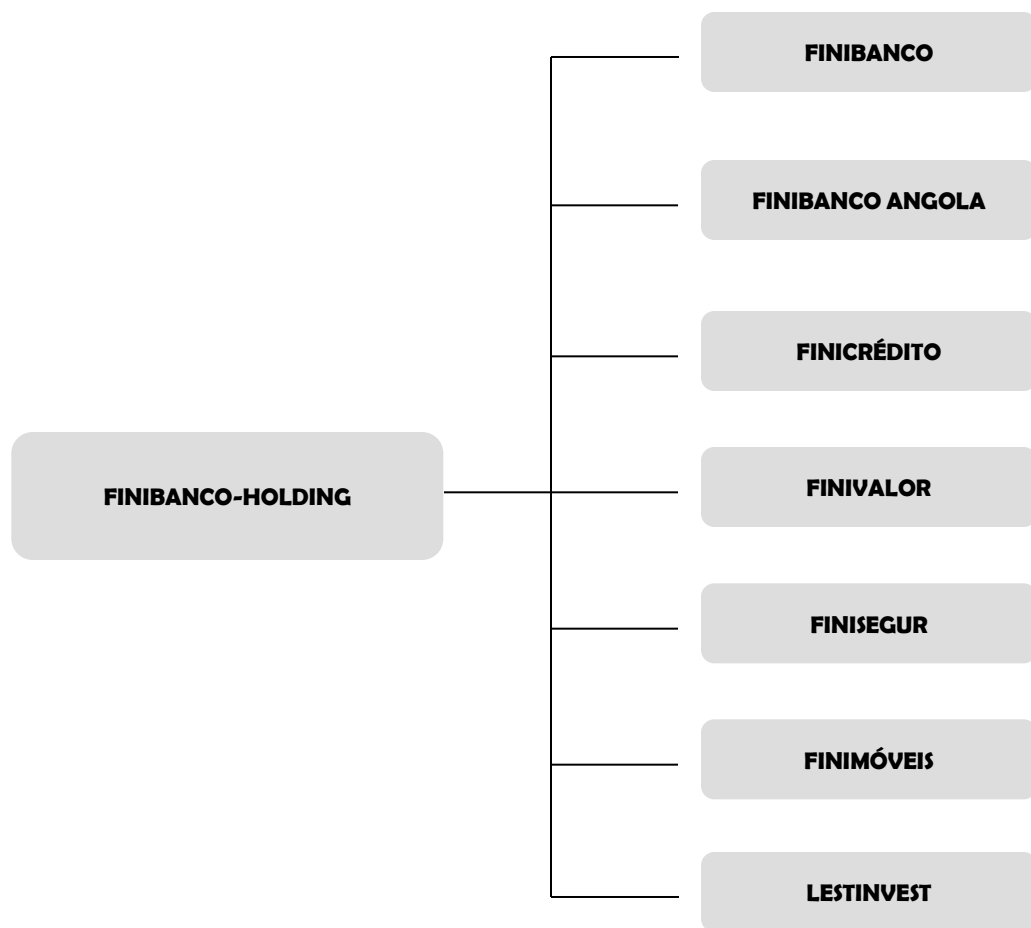
Conselho Fiscal

<i>Presidente</i>	José Rodrigues de Jesus
<i>Vogal Efectivo</i>	António Monteiro de Magalhães
<i>Vogal Efectivo</i>	Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes
<i>Vogal Suplente</i>	Viriato Marques da Silva Arrojado

Revisor Oficial de Contas

<i>Efectivo</i>	Ernst & Young Audit & Associados SROC, SA representado por João Carlos Miguel Alves
<i>Suplente</i>	Rui Abel Serra Martins (ROC)

Organigrama do Grupo Finibanco



PRINCIPAIS INDICADORES CONSOLIDADOS EM DEZEMBRO DE 2010

Principais indicadores consolidados em Dezembro de 2010	31-12-2010	31-12-2009	Mil €	
			Δ Homóloga	
			Valor	%
Activo líquido	3.496.048	3.155.237	340.811	10,8
Crédito a clientes (bruto) ⁽¹⁾	2.700.108	2.545.484	154.624	6,1
Recursos de clientes no balanço ⁽²⁾	2.614.172	2.310.804	303.368	13,1
Desintermediação ⁽³⁾	468.449	515.977	(47.527)	(9,2)
Total de recursos de clientes ⁽⁴⁾	3.082.621	2.826.780	255.841	9,1
Margem financeira ⁽⁵⁾	101.491	90.158	11.333	12,6
Outros resultados correntes	59.518	76.921	(17.403)	(22,6)
Produto bancário	161.009	167.079	(6.070)	(3,6)
Provisões e imparidades para crédito / crédito vencido ^{(1) (6)}	135,8%	127,0%	8,8 pp	-
Provisões e imparidades para crédito / crédito vencido há mais de 90 dias ^{(1) (6)}	103,2%	148,9%	(45,7 pp)	-
Crédito vencido / crédito total ^{(1) (6)}	1,8%	2,8%	(1,0 pp)	-
Crédito vencido há mais de 90 dias / crédito total ^{(1) (6)}	2,4%	2,4%	(0,0 pp)	-
Crédito com incumprimento / crédito total ⁽⁷⁾	7,1%	4,7%	2,4 pp	-
Crédito com incumprimento, líquido / crédito total líquido ⁽⁷⁾	0,7%	1,4%	(0,6 pp)	-
Custos de funcionamento + amortizações / produto bancário ^{(6) (7)}	73,6%	67,3%	6,4 pp	-
Custo com o pessoal / produto bancário ^{(6) (7)}	41,7%	37,7%	4,0 pp	-
Resultado do período	(25.819)	9.462	(35.281)	-
Resultado antes de imposto / Activo líquido médio ⁽⁷⁾	(0,3%)	0,2%	(0,5 pp)	-
Produto bancário / Activo líquido médio ⁽⁷⁾	4,9%	5,5%	(0,6 pp)	-
Resultado antes de imposto / Capitais próprios médio ⁽⁷⁾	(4,9%)	3,0%	(7,9 pp)	-
ROA	(0,8%)	0,3%	(1,1 pp)	-
ROE	(11,5%)	5,0%	(16,5 pp)	-
Rácio de Solvabilidade	7,4%	11,9%	(4,5 pp)	-
Core TIER I	5,0%	8,4%	(3,4 pp)	-
TIER I	5,5%	8,4%	(2,9 pp)	-
TIER II	1,9%	3,5%	(1,6 pp)	-
Resultado do período por acção (básico) (euro)	(0,15)	0,05	(0,20)	-
Resultado do período por acção (diluído) (euro)	(0,15)	0,06	(0,21)	-
Nº de balcões	180	177	3	1,7
Portugal	174	173	1	0,6
Angola	6	4	2	50,0

(1) O crédito a clientes não inclui juros, outros valores a receber/pagar e ajustamentos

(2) Inclui depósitos, empréstimos obrigacionistas e subordinados não considerando juros e outros ajustamentos

(3) Inclui fundos de investimento, PPA e gestão de carteiras corrigidos de duplicações de registos (depósitos de fundos de investimento, UP's em carteira e outros)

(4) Inclui recursos de clientes no balanço e desintermediação

(5) Inclui rendimentos de instrumentos de capital

(6) Crédito deduzido da parcela totalmente provisionado

(7) Calculado de acordo com a Instrução nº 16/2004 do Banco de Portugal

Mensagem do Presidente

O contexto económico e social do país, em 2010, marcado pelo agravamento do défice público e do endividamento externo, pela subida do desemprego e por um crescimento débil da economia, foi particularmente exigente para as instituições financeiras, em particular as do sector bancário, que, na sua maioria, tiveram de recorrer ao BCE para se financiarem e, não obstante os seus bons resultados nos testes de solidez, sentiram os efeitos da revisão em baixa dos respectivos *ratings*.

Cientes de que as expectativas da sociedade se encontram em mudança acelerada e que é necessário responder-lhes adequadamente, temos vindo a ajustar a organização do Montepio e os seus modelos de gestão, de negócio e de comunicação com todas as partes interessadas, de modo a proporcionar serviços e soluções – nas áreas financeira, seguradora e social – que respondam às necessidades e às aspirações da comunidade de Associados e clientes.

Portugal vive um período crítico. Consideramos, por isso, imprescindível o contributo empenhado dos agentes financeiros, no sentido de favorecer um crescimento equilibrado e sustentado da economia.

Temos por essencial o apoio à actividade económica e ao investimento nos sectores produtores de bens transaccionáveis e de serviços, com vista à criação de condições que permitam incrementar as exportações e substituir importações; e cremos ser indispensável fomentar a literacia financeira, promovendo o combate ao sobre-endividamento, estimulando a poupança das famílias e apoiando o equilíbrio e a consolidação da sua situação financeira.

Voltados para o futuro e apoiados numa situação económico-financeira sólida, agarrámos oportunidades e no seguimento da aquisição, em 2009, da Real Seguros e da Mutuamar, demos corpo, em 2010, a um novo e importante projecto de crescimento – a aquisição do Finibanco, SGPS. Entendemos que se trata de mais uma decisão estratégica crucial para dimensionar o Grupo Montepio, reforçá-lo e posicioná-lo num patamar mais ajustado à consecução da sua finalidade.

Concretizado o negócio, que decorreu de forma exemplar, e reconhecida, no seu rigor e qualidade, pelas entidades de regulação e supervisão, chega agora o momento de integrar as diversas entidades do Finibanco, SGPS nas suas congéneres do Grupo Montepio. Tudo será feito no maior respeito pelas pessoas e pelos respectivos postos de trabalho, sem um único despedimento.

Potenciar o crescimento, a modernização, a criação de valor para os Associados e preparar o Montepio para responder aos desafios do século XXI é o nosso desígnio, assegurando uma actuação sustentada no associativismo participativo, na ética, na transparência e numa responsabilidade social activa, orientada para as pessoas, para a melhoria das condições de vida e para o desenvolvimento do país.

É esta a nossa visão para o Montepio e são estas as referências que nos guiam, determinados na gestão do presente e do futuro daquela que é a maior associação portuguesa, a maior mutualidade e também o maior exemplo de como a sociedade civil pode conduzir um projecto sólido, sustentável e capaz de gerar valor para todos quantos serve.

Em meu nome pessoal e também no do Conselho de Administração, desejo vincar uma nota de reconhecimento, inserida em ponto próprio deste Relatório, e de especial apreço pelo empenho e pela dedicação de todos os colaboradores do Grupo Montepio, agora alargado na sequência da aquisição do Finibanco, SGPS, mas também de agradecimento aos Associados e clientes que, dando vida e razão de ser a esta organização, nos apoiam com a confiança e a fidelidade que tanto nos motivam.

António Tomás Correia
Presidente da Conselho de Administração

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Enquadramento Macroeconómico

1.1 Economia Internacional

Em 2010, a economia mundial continuou a recuperar da crise financeira e económica de 2008 e 2009, beneficiando dos estímulos de política fiscal e monetária expansionista e de um prolongado ciclo de existências. Este processo está a decorrer de forma diferenciada, com o dinamismo dos países emergentes e em desenvolvimento, de onde sobressaem os casos da China e da Índia, a contrastar com o moderado ritmo de crescimento das economias mais avançadas, que se encontram, na generalidade, em processo de correcção de desequilíbrios orçamentais.

A inflação aumentou a nível mundial, reflectindo essencialmente a subida dos preços das matérias-primas. Nas economias avançadas as pressões inflacionistas permaneceram contidas e as expectativas de inflação futura bem ancoradas, em linha com a baixa utilização da capacidade produtiva instalada e com a reduzida capacidade de fixação de preços por parte das empresas. Nos países emergentes, as pressões inflacionistas são mais fortes, tendo-se assistido pontualmente a surtos de preços, em especial de alguns alimentos, com importantes consequências ao nível do acesso da população aos bens em questão.

<i>Projeções Sobre a Economia Mundial (taxas de variação, em %)</i>			
	2009	2010e	2011p
PIB Mundial	-0,6	4,8	4,2
Economias Avançadas	-3,2	2,7	2,2
Área Euro	-4,1	1,7	1,5
EUA	-2,6	2,6	2,3
Países Emergentes e em Desenvolvimento	2,5	7,1	6,4
China	9,1	10,5	9,6
Volume do Comércio	-11,0	11,4	7,0
Importações			
Economias Avançadas	-12,7	10,1	5,2
Países Emergentes e em Desenvolvimento	-8,2	14,3	9,9
Exportações			
Economias Avançadas	-12,4	11,0	6,0
Países Emergentes e em Desenvolvimento	-7,8	11,9	9,1
Preços no Consumidor			
Economias Avançadas	0,1	1,4	1,3
Países Emergentes e em Desenvolvimento	5,2	6,2	5,2

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Outubro de 2010

A expansão da actividade económica foi acompanhada pela progressiva normalização das trocas internacionais, o que correspondeu a um aumento significativo da procura de bens transaccionáveis e colocou a indústria transformadora no epicentro do crescimento económico. A maior procura de bens industriais foi sobretudo absorvida pela capacidade produtiva instalada, pelo que teve efeitos reduzidos ao nível do investimento.

O ritmo de deterioração das condições no mercado de trabalho aliviou a nível global, mas apenas algumas economias conseguiram inverter a tendência ascendente do desemprego. A Alemanha e a Áustria são as excepções às dificuldades sentidas nas economias mais avançadas, atingindo em 2010 taxas de desemprego inferiores em 1,1 e 0,3 pontos percentuais (pp) às verificadas no ano anterior ao início da crise financeira (2007). Por comparação, no cômputo das economias avançadas e no mesmo período, a taxa de desemprego aumentou 2,9 pp para 8,3%.

Crise da Dívida Pública na Zona Euro

As medidas tomadas durante a crise financeira e económica evitaram a repetição de uma nova grande depressão, mas o funcionamento dos estabilizadores automáticos, a adopção discricionária de políticas orçamentais expansionistas e os custos de estabilização do sistema financeiro conspiraram para agravar as posições orçamentais da generalidade dos países desenvolvidos. No espaço de três anos, o défice de execução orçamental das economias avançadas aumentou de 1,1% para 8,0% do PIB, enquanto o rácio da dívida pública subiu 23,2 pp, para 95,9% do PIB. Esta dinâmica contrasta com a realidade dos países emergentes e em desenvolvimento, onde o saldo de execução orçamental passou de positivo para um défice inferior a 4% do PIB e o peso da dívida permaneceu virtualmente inalterado.

Custos da Crise Financeira e Económica			
	2007	2010e	2011p
Saldo execução orçamental (% do PIB)			
Economias Avançadas	-1,1	-8,0	-6,7
Países Emergentes e em Desenvolvimento	0,5	-3,7	-2,9
China	0,9	-2,9	-1,9
Dívida pública (% do PIB)			
Economias Avançadas	72,7	95,9	100,2
Países Emergentes e em Desenvolvimento	36,4	36,9	36,7

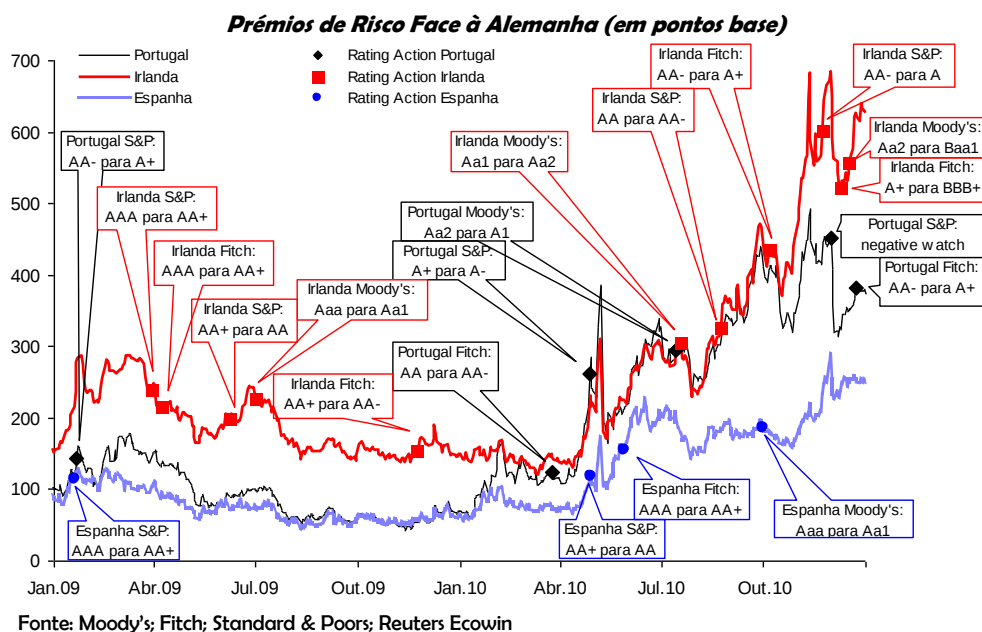
Fontes: FMI, World Economic Outlook Database, Outubro 2010

Na zona euro, o défice orçamental estabilizou em 6,3% do PIB, enquanto nos EUA e no Reino Unido, esse rácio subiu para 11,3% e 10,5%, respectivamente. Consequentemente, os rácios de dívida pública sobre o PIB destes três blocos aumentaram para 84,1%, 92,2% e 79,1%, respectivamente.

Esta nova realidade, a que poderemos chamar de custos da “grande estabilização”, está na origem da mudança de um importante paradigma. Os investidores começaram a prestar mais atenção à sustentabilidade das finanças públicas, deixando de entender os títulos de dívida pública soberana dos países desenvolvidos como um instrumento financeiro homogéneo e isento de risco.

Esta mudança de sentimento, que se iniciou em 2009 e se intensificou e alargou em 2010, implicou que diversos países deixaram de beneficiar da benevolência passiva dos credores, os quais começaram a exigir a remuneração em função do crescente risco percebido, por oposição ao que acontecia em vésperas da crise financeira internacional, em que os prémios de risco se encontravam em níveis historicamente baixos e pouco diferenciados por classe de activo.

As agências de notação de risco assumiram um papel central no despoletar do processo, reduzindo o *rating* dos países mais pressionados, ansiosas por não repetirem os erros que cometeram ao não discernirem as dificuldades e a posterior falência de importantes empresas financeiras, como o Banco de investimento norte-americano Lehman Brothers. A redução da notação de risco da dívida soberana afecta tanto os Estados como os seus sistemas financeiros, implicando o aumento do custo de financiamento e efeitos adversos ao nível de cumprimento dos rácios de solvabilidade por parte das instituições financeiras, de colaterais aceites pelos Bancos centrais e de obrigações contratuais diversas.



Com o passar do tempo, o processo ganhou dinâmica própria e gerou situações de sobre reacção, que resultaram na actual crise de dívida soberana vivida pelos países periféricos da zona euro, dada a situação de maior fragilidade das suas finanças públicas.

A estas características gerais, adicionam-se as dificuldades e problemas particulares de cada país. A Grécia está a enfrentar uma gravíssima crise de finanças públicas, a Irlanda depara-se com as dificuldades económicas e de elevada alavancagem do seu sistema financeiro e Portugal enfrenta elevadas necessidades de financiamento e um dos maiores endividamentos externos em percentagem do PIB (endividamento externo bruto de 232% do PIB, em 2009).

No início do mês de Abril, tornou-se evidente que a Grécia não iria concretizar os objectivos orçamentais, sobretudo pelo efeito da recessão na redução das receitas fiscais. Em consequência, os investidores passaram a assumir o cenário de reestruturação da dívida pública grega. O custo do seguro de incumprimento aumentou de forma significativa, com os *Credit Default Swaps* (CDS) da dívida soberana grega a 5 anos a atingirem valores próximos de 900 pontos base e a apontarem para um risco de incumprimento próximo dos 50%, situação que a concretizar-se poderia colocar em perigo o próprio projecto da moeda única.

A Grécia formalizou o pedido de ajuda financeira internacional, no dia 23 de Abril, a qual tem como contrapartida a adopção de rigorosas medidas de contenção orçamental, para garantir a obtenção de um défice orçamental de 3% do PIB em 2014. O empréstimo acordado com o FMI e a União Europeia envolve um montante de 110 mil milhões de euros, a distribuir por tranches durante três anos e remunerado a uma taxa na ordem de 5%, no primeiro ano.

O resgate da Grécia não foi suficiente para tranquilizar os mercados, os quais continuaram a incorporar o cenário de incumprimento e de necessidade de renegociação da dívida pública de um ou mais países da zona euro, pelo que os Governos dos Estados-Membros, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu (BCE) viram-se na contingência de adoptar medidas para promover o retorno da confiança na dívida soberana emitida em euros. Neste contexto inserem-se:

- i) O reforço ou a adopção de planos de austeridade pelos diferentes Estados-Membros. A severidade e a celeridade dos esforços de consolidação fiscal variam de país para país, em função da dimensão dos desequilíbrios orçamentais e da premência no processo de ajustamento, que é tanto maior quanto maior for o prémio de risco do país;

- ii) A criação de uma rede europeia de segurança financeira, num total acordado de 750 mil milhões de euros. Esta rede é constituída pelo Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (EFSF), pelo Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (EFSM) e por empréstimos junto do FMI. O EFSF é um veículo acordado pela totalidade dos Estados-Membros da zona euro à data de 9 de Maio e visa providenciar assistência financeira temporária, tendo por base garantias num total de 440 mil milhões de euros (ver tabela). O EFSM está dotado de 60 mil milhões de euros do orçamento comunitário, enquanto o FMI pode participar no financiamento até 250 mil milhões de euros (1/3 do total do financiamento);
- iii) A aprovação a 10 de Maio de um novo pacote de medidas excepcionais por parte do BCE, de onde se destaca a criação do “Programa dos Mercados de Títulos de Dívida” (SMP, do inglês).

Decomposição das Garantias do EFSF

País	Montante (M€)	% do total	Rating S&P	Outlook
Alemanha	119 390,07	27,1%	AAA	Estável
França	89 657,45	20,4%	AAA	Estável
Itália	78 784,72	17,9%	A+	Estável
Espanha	52 352,51	11,9%	AA	Negativo
Holanda	25 143,58	5,7%	AAA	Estável
Bélgica	15 292,18	3,5%	AA+	Estável
Austria	12 241,43	2,8%	AAA	Estável
Portugal	11 035,38	2,5%	A-	Negativo
Finlândia	7 905,20	1,8%	AAA	Estável
Eslováquia	4 371,54	1,0%	A+	Estável
Eslovénia	2 072,92	0,5%	AA	Estável
Luxemburgo	1 101,39	0,3%	AAA	Estável
Chipre	863,09	0,2%	A	Negativo
Malta	398,44	0,1%	A	Estável
Grécia	12 387,70	2,8%	BB+	Negativo
Irlanda	7 002,40	1,6%	A	Negativo
Total	440 000,00	100,0%	AAA	-

Fonte: Sítio da internet do EFSF; sítio da internet da Standard & Poor's

As medidas apresentadas apenas conseguiram um alívio pontual. Os custos de cobertura do risco de incumprimento e as taxas de juro pagas pelos países mais pressionados continuaram a subir, assistindo-se ao agravamento das dificuldades de acesso ao crédito nos mercados por grosso.

No final do Verão, a Irlanda anunciou que o resgate do sistema financeiro iria custar mais 50 mil milhões de dólares, com o grosso deste montante a ser absorvido pela recapitalização do Anglo Irish Bank, elevando o défice de execução orçamental para cerca de 32% do PIB, em 2010. Este descalabro das contas públicas concentrou ainda mais as atenções dos investidores internacionais, os quais passaram a acreditar que a Irlanda não seria capaz de financiar-se no mercado por muito mais tempo e que teria de pedir ajuda internacional.

Os prémios de risco e as dificuldades de financiamento subiram em concordância e, no dia 22 de Novembro, a Irlanda formalizou o pedido de ajuda financeira internacional para restaurar a saúde da banca e, deste modo, quebrar o círculo vicioso entre as variáveis de crescimento económico, finanças públicas e instabilidade financeira.

O programa acordado envolve um total de 85 mil milhões de euros, que o FMI comparticipa com 22,5 mil milhões de euros, as autoridades irlandesas com 17,5 mil milhões de euros e o EFSF com 17,7 mil milhões de euros, cobrindo os acordos bilaterais os restantes 27,3 mil milhões, a uma taxa de juro média estimada de 5,8%. A Irlanda tornou-se assim o primeiro país a recorrer à rede de segurança europeia, criada no seguimento do resgate internacional da Grécia.

A activação por parte da Irlanda e a não participação da garantia da Grécia no EFSF, reduziram o montante de garantias disponível para cerca de 420 mil milhões de euros. O quadro acordado para a cedência de empréstimos implica diversas cláusulas de salvaguarda, desenhadas para garantir taxas de juro baixas, onde se incluem a garantia por parte do EFSF de 120% de cada emissão e a criação de um fundo de reserva, no montante do valor presente da margem do empréstimo.

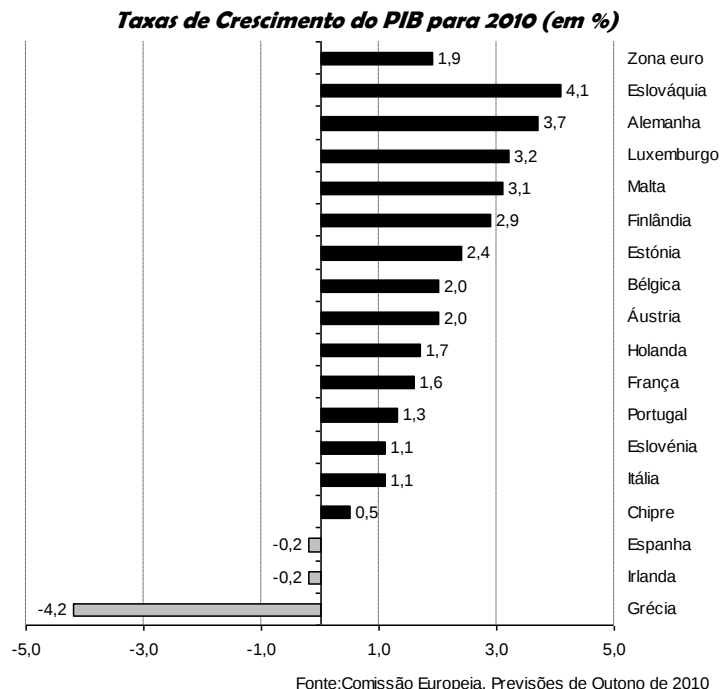
Aplicando o método pro-rata às condições anunciadas para o empréstimo irlandês, o EFSF dispunha no final do ano de uma capacidade de financiamento de 281 mil milhões de euros, o que adicionando às participações do EFSM de e do FMI representa uma rede europeia de segurança financeira de 511 mil milhões de euros.

Actualmente debate-se o reforço e a flexibilização do EFSF, sabendo-se que o formato actual pode acomodar o eventual pedido de ajuda de Portugal, mas não o de países com maiores dimensões, como é o caso da Espanha. Este debate está a aumentar a clivagem entre os países com a melhor notação de risco (AAA) e os outros, sendo que qualquer solução que venha a ser alcançada certamente contará com contrapartidas por parte dos países que queiram recorrer ao fundo, as quais podem passar pela adopção de limites constitucionais ao endividamento, conforme já se verifica no quadro legislativo alemão.

Por memória, o montante das necessidades de financiamento do Estado português, no ano de 2011, deverá situar-se em cerca de 20 mil milhões de euros, o que compara com a estimativa de cerca de 132 mil milhões de euros, para o Estado espanhol. Estes valores incluem tanto a emissão de nova dívida como a renovação de dívida vencida.

1.2 Zona Euro

A melhoria das condições económicas, medida pela taxa de crescimento do PIB, é comum à generalidade dos países da zona euro, tendo-se passado de uma situação de recessão para uma taxa de crescimento em linha com a tendência de longo prazo. O país que mais cresceu foi a Eslováquia, mas foi a competitiva Alemanha que liderou o processo de recuperação, após ter atravessado uma profunda recessão em 2009, com uma contracção da actividade económica de 4,7%. A única excepção a este quadro de melhoria é a Grécia, país que se viu afundar ainda mais na crise profunda que atravessa e cujo fim só se vislumbra para 2012, ano em que a zona euro finalmente deverá crescer em sintonia.



Estas disparidades no ritmo de crescimento no seio da zona euro são o reflexo das diferenças na amplitude dos desafios inerentes aos inevitáveis ajustamentos económicos e financeiros e confirmam que, cada vez mais, estamos perante uma Europa a várias velocidades. O dinamismo do grupo liderado pela Alemanha contrasta com as dificuldades sentidas pelos países com posições orçamentais mais fragilizadas, como são os casos de Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha.

Neste contexto, Irlanda, Grécia e Espanha são os únicos três países que permaneceram em recessão em 2010, sendo que as previsões apontam para que Portugal e Grécia assumam essa posição em 2011.

1.3 Enquadramento Nacional

Em 2010, a economia nacional continuou a recuperar da recessão que afectou o país durante a crise financeira e económica, beneficiando essencialmente do aumento das despesas de consumo, tanto privado como público, e em menor escala da redução do défice das trocas internacionais, proporcionado por um aumento das exportações em linha com a progressiva normalização do comércio internacional. A economia portuguesa terá crescido 1,3% em 2010, acumulando mais um ano de divergência real face à média da zona euro, tendência que tem sido uma constante desde o início do milénio e apenas pontualmente interrompida durante a recessão do ano transacto.

<i>Projeções Económicas para Portugal</i>			
	2009	2010e	2011p
Consumo Privado	-1,0	1,8	-2,7
Consumo Público	2,9	3,2	-4,6
FBCF	-11,9	-5,0	-6,8
Exportações	-11,8	9,0	5,9
Importações	-10,9	5,0	-1,9
PIB	-2,5	1,3	-1,3
Balança Corrente e de Capital (% PIB)	-9,4	-8,8	-7,1
<u>Balança de Bens e Serviços (% do PIB)</u>	<u>-6,8</u>	<u>-6,4</u>	<u>-3,9</u>
Saldo Orçamental (em % do PIB)	-9,3	-7,3	-4,9
Dívida Pública (em % do PIB)	76,1	82,8	88,8
IHPC	-0,9	1,4	2,7

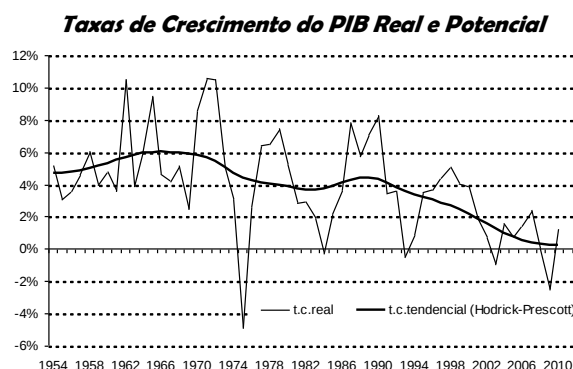
Notas: e - estimado ; p - previsto

Fonte: INE, vários; Banco de Portugal, Boletim Económico de Inverno de 2010 e Relatório Anual de 2009

O padrão de crescimento intra-anual da economia portuguesa caracteriza-se por um primeiro semestre de maior dinamismo relativo, em que o consumo privado beneficiou das baixas taxas de juro e dos efeitos de antecipação da subida do IVA, de 1 de Julho, por oposição a um segundo semestre de abrandamento do ritmo de crescimento da actividade económica, marcado pela deterioração das condições no mercado de trabalho, por um primeiro ciclo de medidas de contenção orçamental e pelos efeitos adversos da apresentação das medidas de austeridade para 2011 nas expectativas dos agentes económicos.

Os dados disponíveis apontam para que todas as componentes da procura interna tenham apresentado um desempenho negativo no segundo semestre, à excepção do investimento em existências. No último mês do ano as vendas de automóveis subiram acima das expectativas, reflectindo as compras por antecipação ao fim do incentivo fiscal à compra de automóvel novo e à subida do IVA, situação que não terá sido suficiente para inverter a tendência de recuo do consumo privado.

O incremento das vendas de automóveis tem um efeito líquido reduzido nas contas nacionais e acaba por abrandar o processo de redução das necessidades de financiamento da economia portuguesa, pois os ganhos via consumo privado são mitigados pelas perdas ao nível do incremento das importações, situação que decorre da elevada componente importada deste tipo de bens.



Fonte: INE, vários e; Finibanco, cálculos do PIB potencial

Refira-se que a taxa de crescimento potencial da economia portuguesa se encontra em queda desde 1990, aproximando-se rapidamente de zero, situação que se poderá verificar já em 2011, se se confirmar a contracção da actividade económica prevista. Este reduzido potencial de crescimento da economia portuguesa contribuiu para os *downgrades* dos ratings e os elevados prémios de risco da dívida pública nacional e tem sido apontado como um factor de dificuldade para a trajectória de consolidação das finanças públicas.

As fracas perspectivas de crescimento económico a médio prazo e as dificuldades de acesso ao crédito para investimento, por parte das empresas, implicaram que o crescimento económico dos três primeiros trimestres fosse insuficiente para inverter a tendência descendente do emprego.

Em consonância, o número de desempregados aumentou 15,5% nos três primeiros trimestres do ano, face ao período homólogo de 2009, enquanto a taxa de desemprego escalou praticamente 1 ponto percentual, de 10,1% no último trimestre de 2009 para 10,9% no terceiro trimestre de 2010. Em paralelo, a taxa de crescimento homólogo das remunerações médias implícitas nos novos contratos de trabalho tem vindo a desacelerar, tendo atingido os 0,8% em Julho, mostrando que não existem pressões inflacionistas ao nível das remunerações. Para 2011, e em face da conhecida redução dos salários dos funcionários públicos acima dos 1500 euros mês, é previsível que o crescimento dos salários privados permaneça moderado, mantendo baixos os custos unitários do trabalho e, por esta via, permitindo ganhos de competitividade em preços.

Ao nível da estabilidade de preços, confirmou-se que a descida de preços de 2009 não correspondia a um processo de deflação, mas somente a uma descida da inflação no âmbito do processo desinflationista associado à quebra dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais. Em 2010, a inflação homóloga evidenciou uma tendência ascendente, tendo subido de 0,1% em Janeiro para 2,9% no último mês do ano, em consequência da conjugação da inversão do ciclo dos preços das matérias-primas e da subida das taxas do IVA, a 1 de Julho. Não obstante, as pressões inflacionistas permanecem contidas e as expectativas de inflação bem ancoradas.

1.4 Política Monetária

No decurso do ano de 2010, as autoridades monetárias dos países avançados de referência mantiveram inalteradas as suas taxas de intervenção, em alguns casos em mínimos históricos. As excepções foram os países exportadores de matérias-primas, os quais iniciaram ou prosseguiram o ciclo de remoção das condições monetárias acomodáticas. Canadá, Noruega, Austrália e Nova Zelândia são disso exemplos.

Nos EUA, as taxas de juro de intervenção permaneceram virtualmente em zero (intervalo objectivo de 0,0% a 0,25%). Deste modo, e em face dos riscos deflacionistas e das dificuldades causadas ao sistema financeiro pela crise no mercado hipotecário, a Reserva Federal decidiu recorrer preventivamente a medidas não convencionais de política monetária, designadamente à injeção de liquidez sob a forma da compra de títulos de dívida pública no mercado secundário (*quantitative easing*).

A 3 de Novembro, a Reserva Federal anunciou planos para comprar mais 600 mil milhões de dívida pública entre os 5 e os 10 anos, até ao final do segundo trimestre de 2011. Este programa ficou conhecido como QE2 e, em termos práticos, implicava a compra no âmbito do QE1 e QE2 de cerca de 850 mil milhões de dólares de *treasuries*, até Junho de 2011, o que representa mais de metade da dívida total a colocar durante o ano de 2011, estimada em 1.300 mil milhões de dólares.

Na zona euro, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento do Eurosistema permaneceu no mínimo histórico de 1,0%, com o BCE a qualificar como adequado o actual nível de taxas de intervenção. No entanto, a emergência de disfuncionalidades no mercado interbancário e os distúrbios em alguns segmentos do mercado de títulos de dívida obrigaram o BCE a nova tomada de medidas de excepção, designadamente a adopção do SMP, o qual prevê a compra de títulos de dívida soberana, por forma a estabilizar o mercado e a permitir a transmissão da política monetária.

O SMP é neutro no que diz respeito à oferta de moeda e à direcção da política monetária, por oposição a programas de compra de títulos com cariz expansionista, tais como os adoptados pelo Banco de Inglaterra e pela Reserva Federal.

1.5 Mercados Financeiros

Os efeitos da crise financeira e económica internacional continuaram a fazer-se sentir nos mercados financeiros em 2010, com os investidores a mostrarem um crescente desconforto quanto ao descontrolo das finanças públicas de várias economias avançadas. Estes países permaneceram sob o apertado escrutínio das agências de *rating*, num processo iniciado em 2009 mas que se intensificou em 2010 e que resultou em adicionais descidas na notação de risco da dívida pública de países com posições orçamentais mais fragilizadas.

O que está em causa não é um determinado sector ou empresa, mas sim a capacidade dos países cumprirem os seus compromissos financeiros. Esta mudança de paradigma face à dívida soberana ocorreu no seguimento da crise grega e afectou essencialmente países periféricos da zona euro, tendo atingido proporções que resultaram em distúrbios ou mesmo em disfuncionalidade de determinados segmentos do mercado – as instituições financeiras dos países sob pressão deixaram de se conseguir financiar no mercado monetário interbancário.

Os investidores internacionais passaram a encarar como “tóxica” a dívida soberana dos referidos países da periferia da zona euro, o que se reflectiu na depreciação do euro. Esta tendência foi particularmente vincada no primeiro semestre. No segundo semestre, o euro acabou por mitigar as perdas do ano, beneficiando do crescimento económico alemão acima do esperado e da maior fraqueza do dólar, associada às expectativas e à posterior concretização de mais uma ronda de *quantitative easing* nos EUA.

Globalmente, intensificou-se o movimento de procura de segurança e de qualidade, o que se reflectiu no alargamento dos prémios de risco face aos países de refúgio, onde se contam os EUA e a Alemanha, bem como na descolagem dos preços das acções entre a generalidade dos países da zona euro, penalizadas pelo aumento do risco percepcionado, e as outras praças de referência.

Segmento Accionista

Os índices accionistas de referência registaram comportamentos diferenciados por regiões. Nos EUA, os índices contabilizaram mais um ano de ganhos de dois dígitos, embora abrandando das valorizações históricas registadas em 2009. Por oposição, a generalidade das praças europeias registaram perdas, penalizadas pelos receios dos investidores quanto à sustentabilidade das finanças públicas das economias com posições orçamentais fragilizadas. A praça alemã foi uma excepção, ao contabilizar ganhos equiparados aos observados no outro lado do Atlântico.

Evolução de Alguns Índices de Referência em 2010

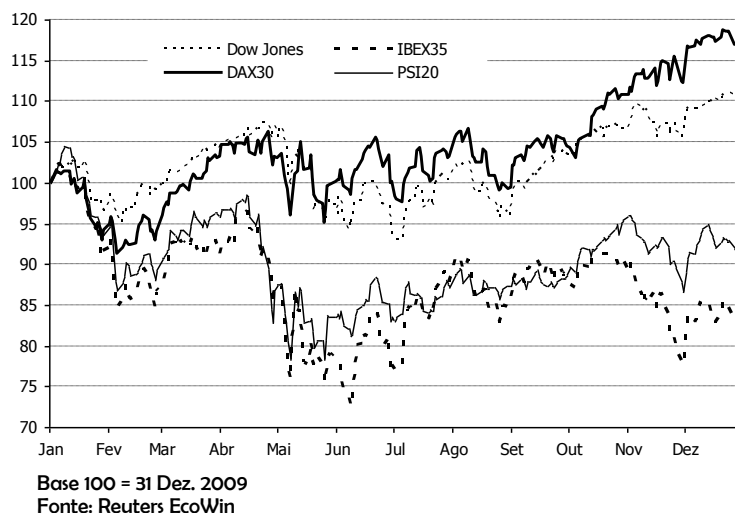
	2009	2010		Mínimo do ano			Máximo do ano		
	31-Dez	31-Dez	Varição*	valor	Varição*	data	valor	Varição*	data
EUA									
Dow Jones	10428,1	11577,5	11,0	9686,5	-7,1	02-Jul	11585,4	11,1	29-Dez
Nasdaq	2269,2	2652,9	16,9	2091,8	-7,8	02-Jul	2671,5	17,7	22-Dez
Zona euro									
IBEX35	11940,0	9859,1	-17,4	8669,8	-27,4	08-Jun	12222,5	2,4	06-Jan
DAX30	5957,4	6914,2	16,1	5434,3	-8,8	05-Fev	7078,0	18,8	21-Dez
PSI20	8463,9	7588,3	-10,3	6624,3	-21,7	07-Mai	8839,8	4,4	08-Jan
CAC40	3936,3	3804,8	-3,3	3331,3	-15,4	25-Mai	4065,7	3,3	15-Abr
MIB30	23248,4	20173,3	-13,2	18382,7	-20,9	25-Mai	23811,1	2,4	08-Jan
STOXX50	2965,0	2792,8	-5,8	2488,5	-16,1	25-Mai	3017,9	1,8	08-Jan
Emergentes									
RTS (\$)	1444,6	1770,3	22,5	1226,6	-15,1	25-Mai	1770,3	22,5	30-Dez
ISE100	52825,0	66004,5	24,9	48739,4	-7,7	25-Fev	71543,3	35,4	09-Nov
Hang Seng	21872,5	23035,5	5,3	18985,5	-13,2	25-Mai	24964,4	14,1	08-Nov
MERVAL	2320,7	3523,6	51,8	2061,1	-11,2	26-Mai	3523,6	51,8	30-Dez
BOVESPA	68588,4	69304,8	1,0	58192,1	-15,2	20-Mai	72995,7	6,4	04-Nov
Outros									
Nikkei225	10546,4	10228,9	-3,0	8824,1	-16,3	31-Ago	11339,3	7,5	05-Abr
FTSE100	5412,9	5899,9	9,0	4805,8	-11,2	01-Jul	6008,9	11,0	24-Dez
MSCI World	832,5	897,7	7,8	755,3	-9,3	05-Jul	903,7	8,6	29-Dez

* Face a 31 de Dezembro de 2009, em %

Fonte: Reuters EcoWin e; GESE

A maioria dos índices europeus apresentou uma vincada tendência descendente na primeira metade do ano, situação que condicionou o resultado anual e levou a que os máximos anuais tenham sido atingidos no início de Janeiro ou, no caso do francês CAC40, em meados de Abril. O alemão DAX30 e o londrino FTSE100 foram as excepções a esta tendência, apresentando um comportamento mais próximo dos seus congéneres norte-americanos e com os máximos a serem obtidos nos últimos dias de Dezembro.

Evolução de Alguns Índices Bolsistas Seleccionados em 2010



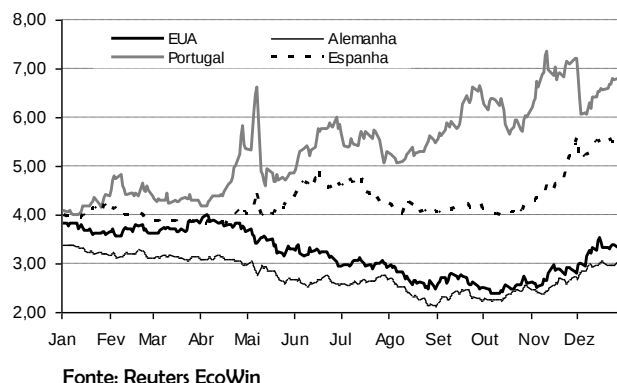
Nos EUA, os índices Dow Jones Industrial Average e Nasdaq Composite valorizaram 11,0% e 16,9%, respectivamente. Na zona euro, a valorização de 16,1% do índice bolsista alemão é a excepção a um cenário de quebras, cuja amplitude aumenta genericamente à medida que se caminha para a periferia. O índice francês CAC40 perdeu 3,3% no ano, elevando-se as desvalorizações para 13,2% e 17,4% nos casos dos índices MIB30 e IBEX35, respectivamente, até à quebra máxima de 35,6% do índice grego. Em Portugal, o índice PSI20 registou uma desvalorização de 10,3%, para 8463,9 pontos.

O EUROSTOXX50, índice representativo das 50 maiores capitalizações bolsistas da zona euro, registou uma desvalorização de 5,8%. Na Europa, há ainda que referir o desempenho positivo do índice FTSE100, que subiu 9,0%.

Mercado Obrigacionista

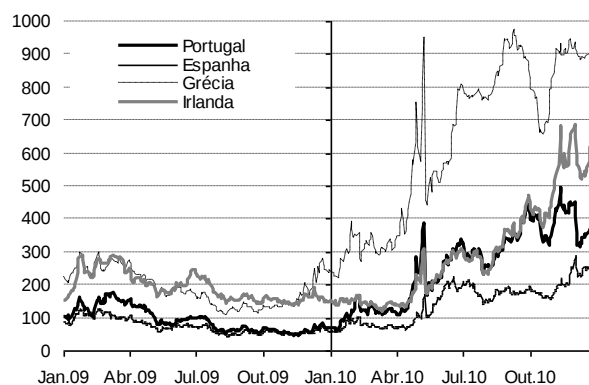
Os mercados de taxa fixa contabilizaram um ano de elevada volatilidade, marcado pelo ressurgimento do movimento de procura de segurança e qualidade, em especial desde meados de Abril até Outubro, na medida em que se avolumaram os receios quanto à sustentabilidade das finanças públicas de alguns países da periferia da zona euro e se deteriorou o cenário de crescimento para o segundo semestre do ano. Com o aproximar do Inverno esta tendência esbateu-se, reflectindo a divulgação de dados económicos melhores do que o esperado, bem como a reversão parcial do movimento de procura de segurança e qualidade.

Evolução da Taxa de Rentabilidade das Obrigações a 10 Anos (em %)



No cômputo do ano, a descida das taxas de juro de longo prazo foi particularmente vincada na Alemanha e nos EUA, situação que decorre do estatuto de refúgio destes países. A taxa de rentabilidade do *bund* alemão a 10 anos iniciou o ano em 3,381% e encerrou em 2,958%, após um mínimo de fecho de 2,109% no dia 31 de Agosto. A taxa de rentabilidade dos *treasuries* norte-americanos a 10 anos iniciou o ano a 3,837% e terminou em 3,288%, com um mínimo de fecho de 2,385%, no dia 7 de Outubro.

Prémios de Risco Face à Alemanha (em pontos base)



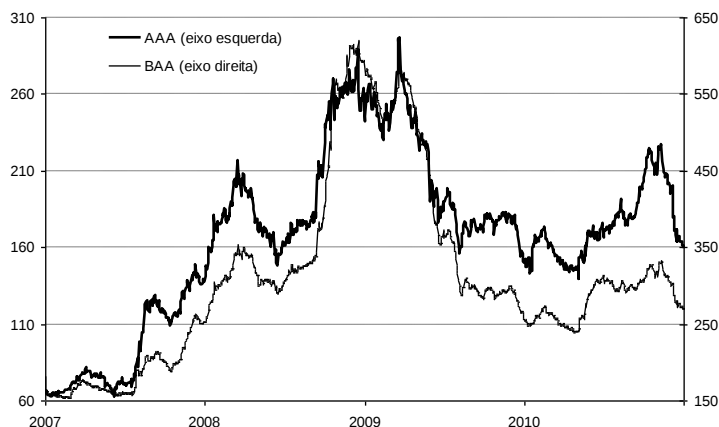
Fonte: Reuters EcoWin

De entre os países da zona euro, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália foram os mais penalizados pelos receios de contágio da crise grega. A volatilidade nos mercados obrigacionistas aumentou acentuadamente, com virtual paralisação das transacções dos títulos de dívida soberana de vários Estados-Membros da zona euro. Apesar da disfunção do mercado secundário, países como Portugal e Espanha continuaram a ter sucesso nas colocações em mercado primário, isto é com a procura a exceder a oferta, pese embora à custa de taxas de rentabilidade mais elevadas. O mesmo não aconteceu com a Grécia e a Irlanda, países que foram forçados a recorrer à ajuda internacional em Abril e Novembro, respectivamente.

Segmento da Dívida de Empresas

Os prémios de risco das emissões de dívida privada evidenciaram uma dinâmica ascendente durante a maior parte do ano, encetando a partir de meados de Novembro uma tendência marcadamente descendente, reflectindo essencialmente a subida das taxas de rentabilidade do activo sem risco de referência. Esta dinâmica foi particularmente evidente nos títulos com mais risco, por oposição à estabilidade relativa dos títulos de empresas privadas com melhor qualidade de risco (AAA). De qualquer modo, os prémios de risco permaneceram acima da média histórica mas num patamar distante dos máximos observados durante a crise financeira internacional.

Prémios de Risco



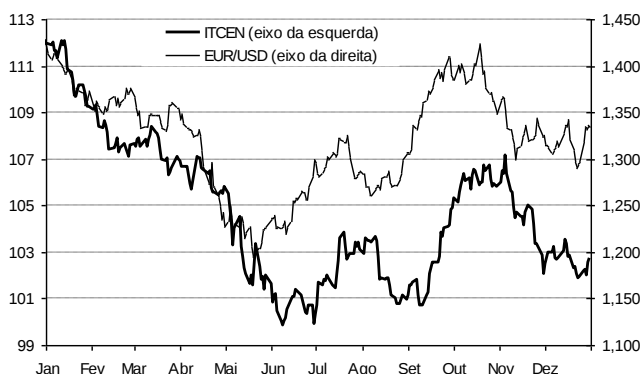
Nota: Diferenciais de taxas de juro face aos treasuries a 10 anos, em pontos base
Fonte: Reserva Federal dos EUA; Reuters EcoWin para dados da Moody's

O período de maior volatilidade foi no final do Verão e coincidiu com as graves dificuldades colocadas à banca norte-americana pelo agravamento da situação no mercado hipotecário, em função do aumento do nível de incumprimentos, num mercado onde $\frac{1}{4}$ das dívidas ultrapassaram o valor patrimonial e onde cerca de $\frac{1}{3}$ das vendas de habitações eram feitas em situação de stress. Este cenário, conjugado com os riscos deflacionistas apresentados pelos índices de preços de referência em mínimos históricos, levou a Reserva Federal a apresentar uma segunda ronda de medidas não convencionais de política monetária (conhecida por QE2), procurando fornecer ampla liquidez ao sistema financeiro e manter baixas as taxas de juro de longo prazo. O prémio de risco para as melhores empresas (AAA) fechou 2010 pouco acima dos níveis que se verificavam no início o ano.

Mercado Cambial

A evolução do mercado cambial foi pautada pela depreciação do euro face à maioria das divisas de referência, em especial no primeiro semestre, como consequência da perda de credibilidade do projecto da moeda única, dada a situação orçamental das economias periféricas da área do euro.

Evolução do Euro Face ao ITCEN e ao Dólar



Nota: Uma subida (descida) representa apreciação (depreciação) do euro
Fonte: Reuters EcoWin

Em termos globais, o euro findou o ano com uma depreciação de 8,2% face ao conjunto dos seus principais parceiros comerciais, medida pela variação do índice de taxa de câmbio efectiva nominal (EER-21). Das divisas de referência (fixing do BCE) destacam-se, pela sua importância, as depreciações de 3,1% face à libra esterlina, de 7,2% face ao dólar, de 18,4% face ao iene e de 15,7% face ao franco suíço.

O saldo é igualmente negativo para o dólar e para a libra esterlina, divisas que acumularam perdas face ao franco suíço, que atingiu máximos, e à generalidade da *commodity currencies*. As *commodity currencies* beneficiaram da subida generalizada dos preços das matérias-primas em 2010, enquanto o franco suíço assumiu o papel de *safe-heaven*, perante a crise de dívida pública da zona euro e os crescentes receios quanto às posições orçamentais do Reino Unido e EUA e à implementação do referido QE2.

Destaque-se também, pela sua importância político-económica, o anúncio de flexibilização do câmbio do yuan renmimbi por parte do Banco Central Chinês, no dia 20 de Junho, após ter mantido durante cerca de 23 meses o muito contestado *peg* ao dólar. Em 2010, O yuan valorizou-se 3,3% face ao dólar (fixing da Reserva Federal norte-americana) e 10,3% face ao euro (fixing do BCE). Estes desenvolvimentos foram, no entanto, considerados insuficientes para conduzir o yuan ao seu valor de equilíbrio, pelo que persistem as pressões políticas no sentido de Pequim deixar apreciar livremente a sua divisa.

2. Actividade do Grupo

2.1 Linhas Gerais de Acção

O Finibanco-Holding, SGPS S.A. e as suas Participadas, inseridos no Grupo Montepio a partir de 29 de Novembro de 2010, desenvolveram no exercício a que nos reportamos a sua acção em variadas vertentes de negócio, no estrito cumprimento dos seus respectivos objectos sociais, matéria de que no presente Relatório se dá desenvolvida notícia.

A vertente de negócio de retalho, que se assume como a mais importante do Grupo, foi trabalhada pelas Participadas Finibanco, SA, pelo Finibanco Angola, SA e pela Finicrédito-Instituição Financeira de Crédito, SA.

Outras vertentes de negócio são a gestão de activos e de carteiras, que foi desenvolvida pelo Finibanco, SA e pela Finivalor-Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários, SA, e também a gestão de fundos, mobiliários e imobiliários, tarefa de que esta última Participada se ocupou.

A partir do início de 2007, o Grupo começou a explorar a actividade de seguros, primeiro na especialidade de vida, em complemento do negócio que vinha desenvolvendo através da Finisegur-Companhia Mediadora de Seguros, SA, e, já no exercício em curso alargado a outros ramos, na sequência de acordo firmado com a Mapfre Seguros Gerais.

Nos termos deste acordo, o Finibanco-Holding, SGPS S.A. procedeu no final de 2009 à venda à Mapfre Seguros Gerais, com perda do respectivo controlo, de 50% da sua Participada Finibanco Vida-Companhia de Seguros de Vida, SA ficando com o exclusivo da distribuição dos produtos vida da Finibanco Vida e dos não vida da Mapfre através dos Balcões do Finibanco. Por sua vez, a distribuição de “assurfinance” dos produtos do Finibanco passou a ser feita quer através da rede Finibanco, quer da rede de mediadores da Mapfre.

Para manter os *ratios* dentro dos limites estabelecidos, o capital social do Finibanco, SA foi aumentado em 20 milhões de euros, de 160 para 180 milhões de euros, através da emissão, ao valor nominal, de 20 milhões de novas acções de um euro cada, emissão que foi totalmente subscrita e realizada pela empresa-mãe, o Finibanco-Holding, que a detém a cem por cento.

Em 30 de Julho de 2010 o Montepio Geral-Associação Mutualista IPSS lançou o anúncio preliminar de Oferta Pública de Aquisição geral e voluntária sobre as acções representativas do capital social do Finibanco-Holding, SGPS S.A. Nos termos do mesmo, o Montepio obrigava-se a adquirir a totalidade das acções que fossem objecto de válida aceitação da Oferta, ao preço de 1,95 (um euro e noventa e cinco cêntimos) euros por acção, subordinando-se esta à aquisição de um número de acções representativas de pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos direitos de voto do Finibanco-Holding.

A Oferta Pública de Aquisição foi tratada em sessão especial de Bolsa, realizada em 29 de Novembro, aquirindo o Montepio 99,63% do capital social do Finibanco-Holding e ficando assim, nos termos do previsto no artigo 194.º do Código dos Valores Mobiliários, em condições de accionar o mecanismo de aquisição potestativa do capital remanescente, o que aconteceu na segunda metade do mês de Dezembro consequentemente as acções objecto de oferta foram excluídas da negociação em mercado regulamentado e o Finibanco-Holding, SGPS S.A. perdeu a qualidade de sociedade aberta, conforme dispõe o artigo 27.º do mesmo Código.

Em 2 de Dezembro de 2010 o Presidente do Conselho de Administração, Humberto da Costa Leite, e os Vogais não executivos, António Luís Alves Ribeiro de Oliveira, Arlindo da Costa Leite, Carlos Manuel Marques Martins e Fernando da Rocha e Costa, apresentaram pedido de renúncia aos respectivos cargos, nos termos do disposto no artigo 404.º do Código das Sociedades Comerciais, cargos cujo termo se verificaria em 31 de Dezembro de 2010. Na sessão do Conselho de Administração do dia imediato, foram cooptados cinco novos Vogais para o mesmo Conselho, a saber: António Tomás Correia, José de Almeida Serra, Rui Manuel da Silva Gomes do Amaral, Eduardo José da Silva Farinha e Álvaro Cordeiro Dâmaso.

O Presidente do Conselho de Administração, António Tomás Correia, em obediência ao disposto no número 2 do artigo n.º 16.º do Contrato de Sociedade, foi designado na Assembleia Geral de 3 de Janeiro de 2011, altura em que foram ratificadas as cooptações feitas e os Administradores Armando Esteves, Artur de Jesus Marques e Jorge Manuel de Matos Tavares de Almeida foram substituídos nas suas funções, por José Carlos Sequeira Mateus e Pedro Jorge Gouveia Alves.

A actividade do Grupo desenvolveu-se em obediência às linhas de acção que haviam sido traçadas, em ordem à utilização racional de meios, à reorganização da sua estrutura, aos cuidados a ter na assunção de riscos, à melhoria da acção de recuperação de crédito e à dinamização da área comercial.

Em consequência, deu-se continuidade ao esforço que vinha sendo desenvolvido no sentido da contenção generalizada de custos e da implementação de boas práticas para a sua gestão.

No que respeita à reorganização da estrutura e em complemento de anteriores decisões tomadas sobre o mesmo assunto:

- Extinguiu-se a Direcção de Private Banking, desdobrando-a em dois órgãos regionais, a Direcção de Private Banking Norte e a Direcção de Private Banking Sul;
- Extinguiram-se as Direcções de Segmento de Negócios e Particulares, de Empresas e de Corporate, substituindo-as por duas Direcções Centrais: a Direcção Central de Negócios e Particulares e a Direcção Central de Empresas e Institucionais, que passaram a englobar as Direcções Comerciais Regionais instituídas, no caso da primeira, e as Direcções de Empresas Norte, e Sul, e um Núcleo de Institucionais, no que respeita à segunda;
- Criaram-se Centros de Empresas nas Direcções de Empresas Norte, e Sul;
- Reformularam-se as estruturas orgânicas e funcionais da Direcção Financeira e Internacional; do Serviço de Operações de Mercado e da Direcção de Sistemas de Informação, em resultado da criação do Gabinete de Segurança Corporativa;
- Actualizaram-se as estruturas orgânicas e funcionais da Direcção de Organização, da Direcção de Operações, da Direcção de Logística e do Comité de Direcção do Programa CRESCERE;
- Definiu-se a estrutura orgânica e funcional da Direcção de Empresas e Institucionais e reformulou-se a da Direcção de Marketing.

Ainda na vertente organizacional, remodelou-se a tipificação da documentação existente, de modo a inviabilizar a sobreposição e a inconsistência de conteúdos, a racionalizar o número de documentos em circulação internamente, agrupando matérias dispersas em diversos suportes, e a permitir que o assunto neles tratado seja imediatamente identificado pelo utilizador, através da definição clara do seu objectivo.

Também neste âmbito, procedeu-se à revisão do Regulamento Interno das Contas e Créditos dos Colaboradores, do Regulamento Geral de Pricing e do Regulamento Geral de Crédito.

A política de segurança de informação, que havia sido estruturada em 2005 abrangendo as áreas de política de internet, de empresas externas, de segurança física, de dispositivos portáteis, de correio electrónico, de classificação de informação, de acesso remoto, de política de utilizadores e de palavra-chave, foi revista e actualizada, na sequência da já referida decisão de criar o Gabinete de Segurança Corporativa, com acção transversal a todo o Grupo.

O Plano de Contingência, na vertente serviços mínimos, criado em 2006 em consequência das recomendações sobre a matéria, feitas na Circular n.º 100/2005/ DSB do Banco de Portugal, foi objecto de reestruturação, com vista a corrigir a metodologia adoptada na sua elaboração, de modo a dissipar algumas discrepâncias de conteúdo relativamente à referida Carta Circular, e ainda ao nível de detalhe de alguns temas nele abordados.

No que concerne ao risco, prosseguiu o trabalho que vem sendo desenvolvido, no sentido de implementar a sua operacionalização diária, e procurou-se a utilização do máximo rigor e selectividade na avaliação do risco de cliente, da análise das garantias e do *pricing* a aplicar, para além de todos os outros riscos inerentes à actividade bancária, merecedores de igual cuidado e atenção, de entre os quais se salienta a monitorização constante dos aspectos ligados à liquidez.

Quanto à recuperação de crédito, promoveu-se a implementação da prática, que se pretende generalizada, do melhor acompanhamento possível da carteira de crédito vivo e imprimiu-se maior agressividade na recuperação, quer na fase pré-contenciosa, quer na contenciosa, designadamente através do recurso à contratação de colaboração externa.

Relativamente ao período homólogo do exercício, o crédito a clientes, bruto, cresceu cerca de 6,1%, situando-se em 2.700 milhões de euros, e os recursos 9,1%, perfazendo agora 3.083 milhões de euros.

Satisfazendo algumas necessidades prospectadas no mercado e procurando adaptar os meios existentes à evolução da concorrência em matéria de oferta, criaram-se no exercício a que nos reportamos alguns produtos novos e actualizou-se a oferta.

A actividade comercial do Grupo continuou a desenvolver-se apoiada na rede de distribuição:

- Do Finibanco, constituída fundamentalmente pelo conjunto de 174 Balcões dispersos pelo país, pela rede de Promotores de Negócios, agora segmentada em função do volume de negócios, da taxa de incumprimento, do número de contas activas e da percentagem de produtos por conta, e ainda pela Banca Telefónica e Homebanking, que continuaram a ser objecto de melhorias;
- Da Finicrédito, com 5 Delegações estrategicamente distribuídas;
- Do Finibanco Angola, com 6 Balcões em funcionamento: 5 em Luanda, a sede, Mulemba, Viana, S. Paulo e Morro Bento, 1 no Huambo e um Centro de Empresas na Capital Luanda.

Em consequência da situação conjuntural adversa, o programa de ampliação da rede, em Portugal, que vinha sendo desenvolvido nos últimos anos, foi definitivamente abandonado, mesmo antes da referida Oferta Pública de Aquisição. Em compensação, o Finibanco Angola tem em marcha um projecto de ampliação da sua rede de Balcões, para proporcionar o aproveitamento das oportunidades de negócio que aí se adivinham e que vão despontando.

2.2 Modelo de Negócio

A origem do Grupo Finibanco remonta a 1988, data da fundação da Finindústria-Sociedade de Investimentos e Financiamento Industrial, SA.

Em 9 de Junho de 1993 aquela instituição financeira foi formalmente transformada em instituição de crédito, com a denominação social de Finibanco, SA.

Inicialmente centrado em Banco Comercial, o Finibanco, então na qualidade de cabeça do seu grupo financeiro, alargou a sua acção a outras áreas, designadamente à banca de investimento e à gestão de activos, a partir de 1996, altura em que criou sociedades especializadas nas diversas áreas de negócio bancário, apoiado em adequadas estruturas humanas e materiais.

Em Junho de 2001, o Finibanco, SA transformou-se em sociedade gestora de participações sociais, com a denominação de Finibanco-Holding, SGPS S.A., e, simultaneamente, foi criado um novo Finibanco, SA, detido a 100% pela Holding, o qual recebeu do anterior o negócio bancário e a generalidade dos seus activos e passivos.

O Finibanco-Holding, SGPS S.A. passou então a gerir as participações sociais que detém a 100% na quase generalidade das suas Participadas, sendo que em Dezembro de 2010, na sequência da Oferta Pública de Aquisição, a totalidade do capital social do Finibanco-Holding, SGPS S.A. passou para a posse do Montepio Geral-Associação Mutualista.

O desenvolvimento do negócio do Grupo Finibanco apoia-se numa rede de Balcões e Delegações dispersos por todo o país, numa sucursal nas Ilhas Cayman, num Banco em Angola, agora com uma rede de seis Balcões, e num conjunto de sociedades instrumentais que cobrem as mais diversas actividades, actuando no mercado dos negócios nas seguintes áreas de intermediação, através das suas principais Participadas:

- Finibanco, SA – Realiza todas as operações que por lei são permitidas aos Bancos, desenvolvendo a sua estratégia de banca universal e trabalhando os segmentos de Particulares e de Pequenas Empresas, procurando disponibilizar-lhes vantagens competitivas e assumidamente diferenciadoras.

Já no exercício de 2010, na sequência do acordo firmado com a Mapfre Seguros Gerais, SA, passou a distribuir em regime de exclusividade, através das suas redes, os produtos do ramo não-vida daquela e a rede de Balcões e de mediadores da Mapfre passou a distribuir *assurfinance* dos produtos Finibanco;

- Finibanco Angola, SA – Constituído em Setembro de 2007, iniciou a sua actividade em Junho de 2008 e tem também por objecto a realização, em Angola, de todas as operações localmente permitidas aos Bancos;
- Finicrédito-Instituição Financeira de Crédito, SA – Realiza todas as operações que são permitidas aos Bancos, com a excepção da recepção de depósitos, e está vocacionada para o financiamento da aquisição a crédito de bens ou serviços, tanto ao adquirente, directamente, como ao fornecedor;
- Finivalor-Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários, SA – Tem por objecto a gestão de fundos de investimento mobiliários e imobiliários e ainda a gestão discricionária e individualizada de carteiras por conta de outrem. Tem sob gestão diversos Fundos: o Finicapital, o Finirendimento, o Finiglobal, o PPA Finibanco, o Finibond Mercados Emergentes, o Finifundo Acções Internacionais, o Finipredial, o Finifundo Taxa Fixa Euro e ainda outros Fundos de Subscrição Particular;
- Finibanco Vida-Companhia de Seguros de Vida, SA – Constituída em Dezembro de 2006, iniciou a sua actividade em Abril do ano seguinte e tem por objecto social a disponibilização de seguros do Ramo Vida, quer na vertente de coberturas de risco (associadas ou não a operações de crédito), quer na vertente de poupança e capitalização, completando e diversificando assim a oferta do Grupo aos seus clientes, numa perspectiva global de satisfação das suas necessidades em matéria de soluções financeiras, de previdência pessoal e de protecção familiar.

Esta Participada passou, no final do exercício de 2009, como acima se refere, a ser detida a 50% pelo Finibanco-Holding, na sequência do acordo firmado com a Mapfre Seguros Gerais, SA, nos termos do qual esta assumiu o controlo da sociedade, passando a Finibanco Vida a estar registada na qualidade de Associada;

- Finisegur-Sociedade Mediadora de Seguros, SA – É, como a sua denominação indica, uma sociedade mediadora na área dos seguros, procurando no desenvolvimento da sua actividade proporcionar aos clientes as melhores e mais abrangentes garantias de risco, a custos ajustados, em colaboração com as mais qualificadas Companhias de Seguros a operar em Portugal;
- Finimóveis-Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, SA – O seu objecto consiste na transacção e gestão dos imóveis indispensáveis à instalação e ao funcionamento das Participadas do Grupo, bem como na gestão e compra para revenda de imóveis adquiridos em resultado do reembolso de crédito.

Estratégia e Objectivos

A partir do momento da Operação Pública de Aquisição referida, o Grupo Finibanco alinou a sua estratégia e objectivos com os princípios definidos para o Grupo Montepio

Para o exercício de 2010 e em matéria de estratégia comercial, definiram-se linhas de actuação certamente algumas não concretizadas na medida do desejável por força dos efeitos da referida crise, visando:

- A consolidação do Finibanco Angola, através da abertura de novos Balcões;
- A optimização da gestão da base de capital, designadamente através do reforço do TIER 1;
- A rentabilização dos capitais próprios;
- O reforço da liquidez, prioritando a captação de recursos domésticos;

- O desenvolvimento de alguns negócios característicos da Banca de Investimentos;
- O reforço da rede de Promotores de Negócios;
- O alargamento das funcionalidades do Net-Banking;
- A melhoria do produto bancário;
- No âmbito do desenvolvimento da actividade:
 - A focalização da actividade nos segmentos mais dinâmicos, por forma a posicionar o Finibanco como um Banco de relação, moderno e inovador;
 - O desenvolvimento de acções que conduzam à criação de produtos bancários e ao controlo dos custos;
 - A aposta forte na formação dos efectivos;
 - A utilização de melhores tecnologias;
 - A melhor transparência nos preços estabelecidos;
- A assunção de uma postura mais conservadora na gestão de todos os riscos da actividade financeira;
- O aperfeiçoamento dos modelos de *governance* e de controlo interno.

Na sequência da OPA ocorrida no final do exercício de 2010, iniciaram-se os trabalhos de integração de cada entidade do Finibanco-Holding nas suas congéneres do Grupo Montepio.

2.3 Banca Comercial

Apoiada na rede de Balcões e nas redes complementares já referidas, a Banca Comercial está constituída por duas grandes Direcções Comerciais, com funções de coordenação, desenhadas para o tratamento de dois importantes segmentos de negócio: a área de Negócios e Particulares e a área de Empresas e Institucionais.

O ramo dos Negócios e Particulares é composto pelas Direcções Comerciais Regionais, divididas por grandes regiões do país e é coordenada pela Direcção Central de Negócios e Particulares.

O ramo de Empresas e Institucionais, comporta duas Direcções de Empresas, que abrangem as regiões norte e sul do país, e um Núcleo de Institucionais, órgãos encimados por uma Direcção Central de Empresas e Institucionais, que passou também a ocupar-se do tratamento do segmento empresarial com elevados níveis de facturação e de indicadores económico-financeiros. A par destas existem ainda duas Direcções de Private, orientadas para a prestação de serviços especializados de assessoria patrimonial e de apoio à gestão de carteiras de investimento de clientes particulares de elevados rendimentos.

Todas elas desenvolveram as suas acções em perfeita complementaridade e em obediência a regras definidas, no que respeita à captação de recursos, e do que se encontra estabelecido no Regulamento Geral de Crédito, em matéria de aplicações.

Face aos princípios definidos, a Banca Comercial, no seu conjunto, através das referidas redes tradicional, Homebanking, Banca Telefónica e ainda na rede de Promotores de Negócios, esta naturalmente em menor escala, angariou um total de recursos no montante de 3.082,6 milhões de euros e concedeu crédito (bruto) num total de 2.700,1 milhões de euros, apresentando estes valores crescimentos de 9,1%, no primeiro caso, e de 6,1%, no segundo, performance que se nos afigura muito razoável, tendo em conta a conjuntura económica que se instalou no mercado e que continua ainda.

Reflectindo o esforço desenvolvido no alargamento da rede tradicional, a Banca Comercial do Grupo Finibanco angariou 42.720 novos clientes, o que representa uma média de 237 por Balcão.

Por seu lado, a estrutura de Delegações da Finicrédito, criada para o mesmo efeito, acrescida da actividade desenvolvida pela rede tradicional do Finibanco, que também comercializa produtos da Finicrédito, somou 10.580 novos contratos firmados com os clientes.

O crédito concedido (líquido de imparidade) distribuiu-se pelos seguintes sectores mais representativos:

Distribuição da Carteira de Crédito pelos Sectores mais Representativos	31-12-2010	31-12-2009
Particulares	33,1%	35,6%
Construção, Obras Públicas e Actividades Imobiliárias	22,3%	22,3%
Comércio, Restaurantes e Hotéis	13,7%	15,6%
Actividades de SGPS, Intermediação Financeira e Seguros	6,2%	2,4%
Serviços	5,9%	5,8%
Produtos Metálicos, Máq. e Materiais de Transporte	3,2%	3,0%
Têxteis, Vestuário e Calçado	1,8%	1,8%
ENIS	1,6%	1,6%
Alimentação, Bebidas e Tabaco	1,4%	1,5%
Madeira, Cortiça e Papel	1,1%	1,5%

De assinalar o aumento do peso relativo do crédito às Actividades de SGPS, Intermediação Financeira e Seguros, o aumento pouco acentuado dos sectores de Produtos Metálicos, Máq. e Materiais de Transporte, Têxteis, Vestuário e Calçado, Serviços e ENIS, a diminuição significativa do Sector de Particulares e menos expressiva dos Comércio, Restaurantes e Hotéis e Madeira, Cortiça e Papel.

2.3.1 Banca de Empresas

A Banca de Empresas trabalha o universo de empresas e de empresários em nome individual, com um volume de negócios superior a 2,5 milhões de euros anuais e exposição potencial igual ou superior a 250 mil euros.

Apoiada na rede de distribuição do Finibanco e nos Centros de Empresas, a Banca de Empresas, no respeito pelas normas estabelecidas, designadamente em matéria de risco e de uso de poderes de decisão, procede à análise das solicitações de crédito que lhe são formuladas, gere o risco, faz o acompanhamento do crédito concedido e vela pela sua normal evolução.

A Banca de Empresas concedeu e geriu 38% do total da carteira de crédito e captou 12,5% dos recursos.

2.3.2 Banca de Negócios e Particulares

Trabalhando em complementaridade com a Banca de Empresas e igualmente apoiada nas redes de distribuição do Finibanco, a Banca de Negócios e Particulares desenvolve a sua actividade junto de clientes particulares, institucionais, pequenas e médias empresas e empresários em nome individual com volume de negócios anual inferior a 2,5 milhões de euros e exposição potencial inferior a 250 mil euros.

Procede ainda à análise das solicitações de crédito e de outras operações que lhe são apresentadas, designadamente em termos de risco, no total respeito pelas normas dos Regulamentos instituídos, e faz o acompanhamento do crédito concedido.

Cabe aqui referir que no exercício de 2010, a Banca de Negócios e Particulares angariou 41.857 novos clientes.

A Banca de Negócios e Particulares concedeu e geriu 62% do total da carteira de crédito concedido e angariou 87,5% dos recursos.

2.3.3 Private Banking

Como se previa, 2010 foi um ano em que os mercados financeiros e a situação económica evoluíram de forma adversa, com inequívocos reflexos na actividade empresarial.

A crise no mercado de dívida soberana dos chamados países periféricos da zona euro conduziu a um significativo aumento dos spreads dos títulos de dívida pública e, também privada, desses países, ao aumento da procura de activos de refúgio, designadamente commodities, e a uma generalizada restrição de liquidez nos mercados financeiros.

Neste cenário particularmente negativo, que tivemos de enfrentar, a nossa actuação consistiu na habitual estratégia visando a prestação de um serviço de excelência como meio de preservar o património e em criar valor para o cliente, privilegiando perspectivas eminentemente conservadoras, indo ao encontro das expectativas dos clientes de *Private Banking* orientadas maioritariamente para o incremento do *portfolio* dos seus activos e privilegiando produtos menos rentáveis mas de capital garantido.

A estratégia implementada, favorecida por uma equipa diligente, agora renovada com novos elementos, permitiu que o crescimento da actividade do *Private* se mantivesse em níveis bastante satisfatórios com particular enfoque para o segmento dos clientes HNWI's (High Net Worth Individuals) e para o volume de negócios, com incidência relevante nos recursos e no crescimento no crédito, pese embora o facto de este continuar a ser residual face ao volume total de negócios, maioritariamente compensado e/ou colateralizado.

2.4 Banca de Investimentos

2.4.1 Gestão de Activos e Desintermediação

O ano de 2010 foi mais um ano negativo para a indústria de fundos de investimento. Os efeitos da crise mundial económica e financeira afectaram significativamente os volumes dos fundos sob gestão.

Neste contexto, a evolução dos valores líquidos globais dos fundos geridos pela Finivalor reflectiu inevitavelmente esse cenário e foi caracterizada por uma forte retracção dos montantes sob gestão, após a recuperação que havia sido conseguida em 2009.

Os fundos mobiliários, no seu conjunto, evidenciam uma queda de 22,8% face ao valor apresentado em 31 de Dezembro de 2009, com o total de valores líquidos globais a situar-se em 95,3 milhões de euros.

Deste conjunto dos dez fundos mobiliários geridos pela Finivalor apenas o Finifundo Mercados Emergentes e o recente Agrupamento de Fundos registaram evolução positiva dos valores sob gestão.

No fundo imobiliário aberto Finipredial, o valor líquido global do fundo atingiu os 310,2 milhões de euros, registando um crescimento de cerca de 9,7% relativamente a igual período de 2009, evolução que se posiciona acima das expectativas iniciais e é digna de especial realce face à crise vivida no segundo semestre. A gestão de fundos imobiliários no seu todo (fundos abertos e fechados) registou um acréscimo de 7,8%.

A passagem da gestão dos produtos da Finibanco Vida para a órbita da Mapfre Seguros Gerais, S.A., verificada no meio do exercício, e a descontinuação do produto Finicarteira, precipitaram a área de negócio da gestão de património, para um valor praticamente residual, como noutro passo do presente Relatório se refere.

Do que fica dito, resulta que o valor líquido global dos activos sob gestão a cargo da Finivalor patenteiam uma diminuição de 13,15%, relativamente a igual período do ano anterior.

2.4.2 Mercado de Capitais

No que respeita à área de mercado de capitais, das actividades desenvolvidas durante o exercício assumiu relevo a emissão de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com Juros Condicionados, no montante de 15.000.000 euros.

Esta emissão enquadrou-se no Programa de Emissão de Títulos Representativos de Dívida do Finibanco, até ao montante de 100.000.000 euros, que havia sido aprovado em Dezembro de 2009.

Para além disso, o Finibanco reforçou significativamente a sua actividade na organização de Programas de Papel Comercial, para o segmento de empresas.

2.5 Área Financeira e Internacional

Na zona euro, a fragilidade dos processos de retoma económica e a ausência de pressões inflacionistas significativas conduziu à continuação da política expansionista por parte do Banco Central Europeu. Foi assim que ao nível das decisões de Política Monetária e como era esperado, o BCE decidiu manter inalterada a taxa de juro de referência, a Refi Rate, no mínimo histórico de 1,00%, nível em que se encontra desde Maio de 2009.

Durante a primeira metade do ano o mercado admitia que o BCE iria proceder à retirada gradual das medidas de estímulo de liquidez mas, na sequência da crise da Dívida Soberana de alguns países da zona euro, viu-se confrontado com a necessidade de restabelecer algumas medidas que tinha anunciado no auge da crise financeira, nomeadamente, os empréstimos de prazo mais alargado do que os que tradicionalmente eram feitos a uma semana.

Neste sentido, com o propósito de resolver as tensões no Mercado Monetário Interbancário, decorrentes do aumento do risco de crédito e liquidez, o BCE não só garantiu leilões a uma semana, um mês e três meses, a funcionar num regime de *full allotment* até final de Março de 2011, como iniciou a compra de Dívida Pública e Privada.

Em Maio, a forte pressão sobre a Dívida dos países periféricos da zona euro conduziu a uma tomada de posição por parte da União Europeia (UE), através da realização de uma Reunião extraordinária dos Ministros das Finanças da UE em que foi criado um novo “Mecanismo de Estabilização Financeira”, com o objectivo de estabilizar os mercados que se encontravam “disfuncionais”.

Relativamente à Política Monetária nos Estados Unidos, as taxas permaneceram num nível excepcionalmente baixo, atendendo às fracas pressões inflacionistas e às condições económicas, com o Fed a manter o target para as taxas dos Fed Funds no intervalo de 0% - 0,25%.

Em Novembro o Comité de Política Monetária (FOMC) da Reserva Federal norte-americana, lançou um novo pacote de medidas, designado Quantitative Easing II, em que foi decidido prolongar a compra de activos, em 600 mil milhões de dólares, até Junho de 2011, a um ritmo médio mensal de cerca de 75 mil milhões de dólares. Além disso, a Autoridade Monetária comprometeu-se ainda a reinvestir entre 250 e 300 mil milhões de dólares dos cupões, e principais, dos activos em carteira que entretanto atingissem a maturidade.

O Comité de Política Monetária do Banco de Inglaterra (BoE) decidiu, conforme esperado, manter inalterada a taxa de juro de referência do país, a Repo Rate, em 0,50%, nível em que se encontra desde Março de 2009 e que corresponde ao valor mais baixo desde a fundação do BoE, em 1694.

No Mercado Monetário Interbancário, assistiu-se, nos primeiros meses do ano, a variações pouco acentuadas nos principais indexantes dos dois lados do Atlântico, observando-se uma pequena subida de taxas nos EUA e uma ligeira queda na zona euro, embora, em ambos os casos, com as taxas a permanecerem em níveis historicamente muito baixos.

Em Maio, a instabilidade vivida nos mercados financeiros levou a que as taxas de juro seguissem a valorizar, tanto na zona euro como nos EUA, com a Libor USD a 6 meses a subir 40 pontos base.

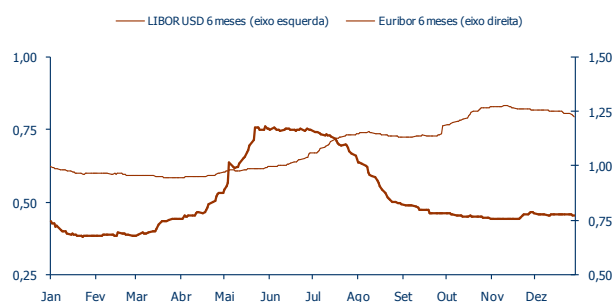
A partir de Junho, assistiu-se a comportamentos opostos nos principais indexantes.

Na Europa, no dia 29 de Junho, o término da primeira das três Operações Especiais de Cedência de Liquidez a um ano realizadas pelo BCE – que implicou a devolução de 442 mil milhões de euros, não obstante as duas Operações que se lhe seguiram (a 3 meses e a 6 dias) terem “reposto” 242 mil milhões de euros no mercado – provocou uma diminuição da liquidez no sistema, aumentando a necessidade dos Bancos se financiarem no MMI.

A redução do excesso de liquidez, acompanhada pelo aumento do risco de crédito, conduziu à subida generalizada das taxas de juro na zona euro, com a Euribor a 3 meses a ultrapassar a Refi Rate (1%) pela primeira vez desde Julho de 2009.

Já nos EUA, observou-se uma ligeira queda das Libor do dólar, com a taxa a 12 meses a manter-se em mínimos históricos. A USD Libor terminou 2010 praticamente inalterada, depois de mais de 4 meses a descer, reflectindo o impasse em torno das medidas de Quantitative Easing II.

Taxa Interbancária do Euro e do USD (em %)



Fonte: Reuters EconWin

No mercado cambial, a instabilidade vivida na zona euro, causada pelos receios relativamente à situação orçamental dos países periféricos da região (GIPSI), teve como consequência que a Moeda Única depreciasse face às três principais divisas, tendo o Eur/Usd atingido 1,1875, no dia 7 de Junho, o valor mais baixo dos últimos quatro anos, representando uma depreciação de 21% face ao final de 2009.

No segundo semestre de 2010, deu-se uma inversão dessa tendência, com o euro a recuperar parcialmente da forte desvalorização sofrida face ao dólar desde o início do ano. A Moeda Única foi beneficiada pela diminuição da tensão em torno da Crise da Dívida Soberana e pelos dados macroeconómicos positivos que foram sendo conhecidos para a zona euro, que se posicionaram acima do esperado e vieram, senão a dissipar pelo menos a diminuir os receios em relação à evolução da economia da região. Por outro lado, o dólar foi pressionado pelo adensar dos receios em relação a uma “Guerra Cambial Global”, após a subida de taxas de juro por parte da China.

Taxa de Câmbio do Dólar Face ao Euro



Fonte: Reuters EconWin

Em 2010, o Ouro continuou a sua tendência ascendente, atingindo sucessivos máximos históricos, naturalmente impulsionado pelos receios dos investidores em relação à perda de valor do papel-moeda em circulação, tendo alcançado, a 7 de Dezembro, o valor mais alto de sempre (1430,95 USD/Oz).

Neste contexto, 2010 caracterizou-se pela promoção e manutenção de relações entre o Finbanco e as outras Instituições Financeiras Nacionais e Internacionais.

A actividade do Gabinete de Relações Internacionais foi marcada pela renegociação de acordos importantes, dos quais se destacam os efectuados com a International Swaps and Derivatives Association (ISDA) e os acordos de Cash-Letter.

No cumprimento da missão que lhe está destinada, a Direcção Financeira Internacional cumpriu os objectivos estabelecidos para 2010, no que respeita à minimização do custo de *Funding*.

O Finibanco realizou uma operação de aumento de capital no valor de 20 milhões de euros, de 160 para 180 milhões.

No Grupo os recursos alheios apresentaram, em 31 de Dezembro de 2010, a seguinte estrutura:

Depósitos	76,7%
Recursos de Bancos Centrais	9,6%
Obrigações Colocadas em Clientes	5,6%
Securitização de Crédito	4,2%
Mercado Monetário Interbancário	3,9%

Como se verifica, os Depósitos e as Obrigações colocadas em clientes representam 82,3% do total, o que, em termos de liquidez, confirma uma situação confortável.

2.6 Gestão do Risco

Sendo que a cada Participada cumpre fazer a gestão individualizada dos riscos que lhe são inerentes, compete ao Finibanco-Holding assegurar a sua gestão integrada, de forma a garantir a completa adequação dos níveis de tolerância ao risco, pré-definidos ao nível do Grupo.

Nestes termos, o Conselho de Administração do Finibanco-Holding produziu documentação a recomendar aos Conselhos de Administração das Empresas do Grupo a gestão criteriosa dos riscos que lhes incumbe gerir e o cumprimento integral dos limites prudenciais de exposição aos diferentes riscos, a nível individual e consolidado, estabelecidos pelo Banco de Portugal, bem como os limites definidos internamente.

Os limites internos são definidos por empresa e são estabelecidos em termos nominais, bem como em alocação percentual de fundos próprios.

Em documento intitulado “Gestão de Risco no Grupo”, divulgado a todas as participadas, é feita referência à estrutura, objectivos, políticas e estratégias para a gestão dos riscos, bem como às unidades de medida e de reporte a utilizar.

O conhecimento, em profundidade, dos níveis de exposição e a gestão integrada dos riscos assumidos tornam-se fundamentais para a prossecução dos objectivos estabelecidos, contribuindo para a criação de valor para o Accionista.

O modelo de gestão implementado baseia-se na separação das funções de medição, de decisão e de controlo dos riscos, tendencialmente compatíveis com as recomendações do Comité de Basileia.

O Conselho de Administração aprovou, no final do ano de 2008, uma estrutura e estratégia corporativa para as funções de *compliance*, controlo de riscos e auditoria interna, a qual assentou na identificação de princípios e linhas orientadoras, para dar a resposta às necessidades do Grupo face aos requisitos impostos pelo Aviso n.º 5/2008, de 25 de Junho, do Banco de Portugal.

Os princípios orientadores que serviram de base à estratégia corporativa aprovada foram os seguintes:

- Vantagens ao nível do desenvolvimento de uma cultura de controlo interno e partilha de responsabilidades na sistematização do modelo;
- Apoio de diversas correntes conceptuais do mercado, que apontam os três domínios – Controlo de Riscos, *Compliance* (e Controlo Interno) e Auditoria Interna – como tendo ligações operacionais e estratégicas suficientemente fortes para aumentar os níveis de eficiência através de uma gestão integrada;

- Questões de proporcionalidade e dimensionamento de aplicação do modelo – estender a visão global de controlo interno e gestão de riscos pelas várias entidades, processos e direcções através de funções corporativas.

Esta estrutura corporativa permite que as entidades pertencentes ao mesmo grupo financeiro estabeleçam serviços comuns para o desenvolvimento das tarefas associadas às funções requeridas, numa óptica de prestação interna de serviços, o que permite munir o órgão de administração e a alta direcção de informação relevante em termos regulamentares e de gestão.

Risco de Crédito

O risco de crédito encontra-se associado à possibilidade de incumprimento efectivo da contraparte, que se consubstancia no não pagamento integral ou parcial e, pontualmente, quer do capital em dívida, quer dos juros correspondentes aos empréstimos efectuados. Representa a componente de risco com maior relevo na actividade do nosso Grupo.

Os objectivos, políticas e estratégias da gestão do risco de crédito encontram-se consubstanciados em documento próprio emanado do Conselho de Administração e configuram as linhas mestras de actuação nesta área. Nele se referem, nomeadamente, segmentos, sectores, produtos ou tipologia das operações a privilegiar, sempre assentes nos princípios da diversificação, segurança, rendibilidade, liquidez, avaliação do risco de crédito e colegialidade na decisão de crédito.

A gestão do risco de crédito no Finibanco tem como base o Regulamento Geral de Crédito, onde estão estabelecidos os princípios, as regras e a organização do processo de concessão de crédito, assentes na independência nas diversas fases do processo creditício: análise, aprovação, acompanhamento das operações e monitorização da carteira.

A análise do risco de crédito tem por base a avaliação do cliente, o *rating*, o produto, as garantias/colaterais, a maturidade da operação e a consonância com as estratégias de negócio definidas. São estabelecidos limites de exposição por contraparte. Pretende-se constituir uma carteira sã, que tenha subjacente decisão fundamentada em apreciação que pondere, de forma equilibrada, os factores subjectivos e objectivos.

Para a classificação e avaliação do risco dos clientes-empresa, o Finibanco dispõe de um sistema interno de classificação de risco que incorpora as componentes qualitativa e quantitativa, com avaliação da posição do sector em que a empresa se insere.

O Finibanco desenvolveu um novo modelo de notação de risco empresas que introduz, além das componentes quantitativa e qualitativa, a componente comportamental, já submetida a avaliação e aprovada por entidade independente.

Para o crédito pessoal, crédito à habitação e cartões de crédito, a avaliação do perfil de risco dos clientes é efectuada através do sistema de “*Credit Scoring*”, com módulos específicos para cada tipo de crédito.

Como ferramenta de apoio à decisão, o sistema de *Credit Scoring* é uma técnica que procura medir o risco de incumprimento de um crédito, através de uma notação a atribuir a um determinado perfil de comportamento, construído com base num conjunto de informações tidas como relevantes para se aferir da solvabilidade associada ao mesmo.

No Finibanco, está implementado um sistema electrónico de gestão e concessão de crédito, sistema operacional que integra todo o processo de decisão de crédito nas suas várias actividades: propositura, apreciação e decisão, controlando os momentos da formalização e do processamento, com benefícios significativos na diminuição do risco operacional, na maior celeridade na decisão e no registo de informação.

No documento “Regulamento Geral de Pricing”, estão definidos os princípios para a fixação das taxas a praticar, bem como a delegação de competências para a respectiva aprovação. Como base do processo de decisão, é utilizado um sistema de “pricing” e risco que, em função do risco de cada operação de crédito, calculado por metodologia interna e traduzido em nível de alocação de fundos próprios, indica o preço a praticar que garanta a rentabilidade-objectivo internamente definida para os capitais próprios.

O acompanhamento das operações de crédito está no âmbito do Gabinete de Acompanhamento de Crédito e Imparidades, que tem como principal objectivo garantir a qualidade da carteira actual de crédito através de uma monitorização sistemática do crédito vivo, vencido e vincendo. No âmbito do crédito vivo, o Gabinete de Acompanhamento de Crédito e Imparidades tem por função identificar antecipadamente clientes com maior probabilidade de incumprimento das suas responsabilidades e prevenir situações de dificuldade. Por outro lado, ao monitorizar o crédito vencido, o Gabinete de Acompanhamento de Crédito e Imparidades pretende tipificar, atempadamente, o nível de gravidade de incumprimento dos clientes, propondo, em conformidade, a sua transferência para os serviços de recuperação.

No processo de monitorização, para além do acompanhamento individualizado por operação e por cliente, procede-se à análise regular da qualidade e da estrutura da carteira de crédito. Assim, exerce-se vigilância sobre a concentração de responsabilidades, nomeadamente sectorial, por área geográfica, por cliente, por tipo de produto, por notação de risco, por tipo de garantia associada e por maturidade, entre outras. Procede-se à avaliação dos activos recebidos como garantias/colaterais das operações de crédito, de forma a garantir as coberturas desejadas. Paralelamente, analisa-se a evolução do crédito vencido e respectivas recuperações, o grau de cobrabilidade estimado e a adequação das provisões constituídas.

Está também implementado um modelo interno de avaliação da qualidade da carteira de crédito das diferentes unidades de negócio através do qual, partindo da análise das características das operações de crédito, se calcula o capital económico adequado ao nível de risco incorrido. Com utilização da metodologia RAROC, é apurada a rentabilidade de cada *portfolio* em função do respectivo risco.

Estão disponíveis sistemas de alerta para situações atípicas, destinados à estrutura comercial, a quem também são disponibilizados, com actualização diária e possibilidade de consulta via intranet, diversos indicadores caracterizadores da carteira de crédito, nomeadamente posição diária, saldos médios mensais, taxas médias, crédito vencido e provisionamento. Dispõe-se, ainda, de informação diária, também via intranet, das situações de incumprimento.

Nos casos de incumprimento são envolvidas, numa primeira fase, as Direcções Comerciais e, verificados os prazos limite para resolução das situações por via negocial, procede-se à transferência dos créditos para o Serviço de Recuperação e Contencioso, órgão que empreende todas as acções necessárias à recuperação do crédito, incluindo por via judicial.

Exposição em Risco

O quadro seguinte evidencia o montante máximo de exposição ao risco de crédito, por classe de activos. Os montantes apresentados são líquidos de provisões e imparidades.

	Mil €	
Exposição total a risco de crédito	31-12-2010	31-12-2009
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	107.687	87.142
Disponibilidades em outras instituições de crédito	63.610	60.628
Activos financeiros detidos para negociação	32.681	3.016
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	9.628	10.354
Activos financeiros disponíveis para venda	139.687	39.840
Aplicações em instituições de crédito	209.387	97.051
Crédito a clientes	2.533.666	2.434.476
Outros activos	35.116	56.831
Sub-total	3.131.462	2.789.339
Passivos contingentes	108.777	106.638
Compromissos irrevogáveis perante terceiros	164.493	126.029
Sub-total	273.270	232.666
Total	3.404.733	3.022.006

								Mil €
Rubrica	AAA	AA-	A+	BBB+	BBB-	BB+	Sem rating	Total
Disponibilidades em outras instituições financeiras		32.303					31.307	63.610
Activos financeiros detidos para negociação		2.922					29.759	32.681
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados							9.628	9.628
Activos financeiros disponíveis para venda	19.859		70.844	10.239	-	11.450	27.295	139.687
Aplicações em instituições de crédito		20.791			180.000		8.596	209.387
TOTAL	19.859	56.016	70.844	10.239	180.000	11.450	106.585	454.993

Nota: nos casos em que existe mais do que uma notação, foi usada a regra do "second best"

Concentração de Risco – Sectorial

O quadro seguinte mostra uma análise sectorial da carteira de crédito a clientes. Os valores evidenciados correspondem à exposição máxima para o crédito por desembolso (*portfolio* líquido de provisões e imparidades), antes e depois do efeito mitigador dos colaterais associados.

					Mil €
Concentração risco de crédito por desembolso e assinatura	31-12-2010		31-12-2009		
	Exposição máxima		Exposição máxima		
	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida	
Sector de actividade					
Agricultura, Silvicultura e Pescas	15.997	8.786	15.812	8.528	
Alimentação, Bebidas e Tabaco	35.476	23.888	37.312	25.154	
Comércio, Restaurantes e Hotéis	345.488	231.379	378.245	249.864	
Construção, Obras Públicas e Actividades Imobiliárias	563.451	262.028	541.469	261.430	
Electricidade, Água e Gás	1.812	492	596	591	
ENIS	41.308	25.264	38.919	23.551	
Fabricação de Mobiliário e Outras Ind. Transf.	21.921	10.007	25.727	13.167	
Indústria Química e Actividades Conexas	25.640	19.823	26.769	21.729	
Indústrias Extractivas	14.467	6.381	15.303	8.611	
Actividades SGPS, Intermediação Financeira e Seguros	156.209	130.409	57.599	42.030	
Madeira, Cortiça e Papel	28.366	18.908	35.905	27.013	
Metalúrgicas de Base	6.306	5.689	6.109	5.218	
Outros	98.285	98.228	71.136	71.068	
Papel, Artes Gráficas e Editoriais	12.157	6.666	12.000	6.519	
Particulares	833.858	349.125	863.175	363.873	
Produtos Metálicos, Máq. e Materiais de Transp.	79.873	58.477	72.851	52.161	
Produtos Minerais não Metálicos	20.720	12.829	19.655	13.055	
Serviços	148.484	84.730	139.989	78.877	
Têxteis, Vestuário e Calçado	44.309	30.128	43.684	27.624	
Transportes e Actividades Conexas	27.309	15.982	22.963	13.080	
Sub-total	2.521.436	1.399.220	2.425.220	1.313.138	
Passivos contingentes	108.777	96.518	106.638	94.282	
Compromissos irrevogáveis perante terceiros	164.493	141.837	126.029	110.431	
Sub-total	273.270	238.355	232.666	204.714	
Total ⁽¹⁾	2.794.706	1.637.575	2.657.886	1.517.852	

⁽¹⁾ Excluída de proveitos a receber no total de 12,2 milhões de euros em 2010, e 9,3 milhões de euros em 2009.

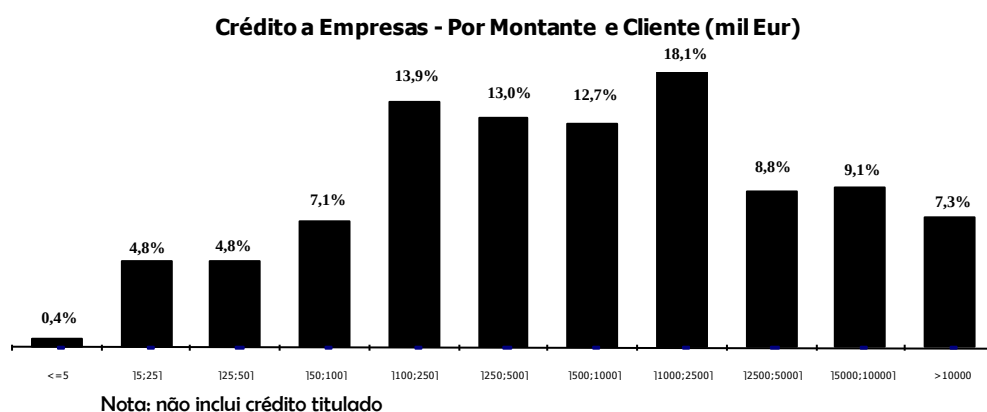
O tipo e valor dos colaterais/garantias exigidos na aprovação das operações de crédito dependem da avaliação do risco da contraparte. Os principais tipos de colaterais são os seguintes:

- Hipotecas
- Penhores de instrumentos financeiros
- Penhores de bens físicos

Nas diversas operações de crédito, o Grupo também obtém garantias pessoais e avais que, no entanto, não estão reflectidos no quadro anterior. A exposição a entidades não residentes representa menos de 1% da exposição total a risco de crédito.

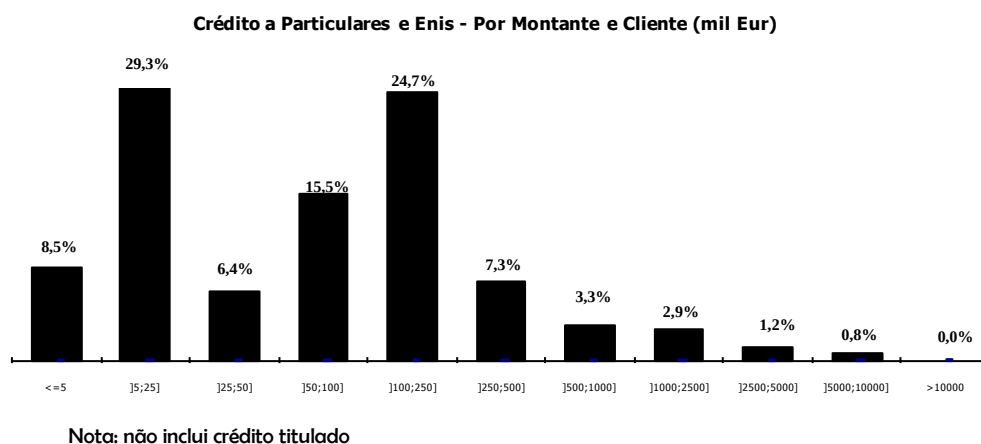
Concentração de Risco – Montantes

Os gráficos seguintes permitem observar a concentração por montante de crédito concedido, por tipo de cliente.



Nos clientes empresa, existe um elevado grau de diversificação por escalão de montantes, nomeadamente nos quatro escalões situados entre 100 mil euros e 2,5 milhões de euros. Esta distribuição reflecte o peso das PME's no *portfolio* de crédito a empresas. O escalão com maior relevância tem 18,1% do total da exposição, e diz respeito a clientes com montantes entre 1 milhão de euros e 2,5 milhões de euros.

Em 31 de Dezembro de 2010, a maior exposição a risco de crédito a um só cliente/contraparte, no segmento de empresas, ascendia a 86,9 milhões de euros antes e depois de colaterais (29,9 milhões de euros antes de colaterais e depois de colaterais, em 31 de Dezembro de 2009).



Nos clientes particulares, 29,3% da exposição encontra-se em clientes com montantes entre 5 mil euros e 25 mil euros, reflectindo a relevância do crédito ao consumo.

Em 31 de Dezembro de 2010, a maior exposição a risco de crédito a um só cliente/contraparte, no segmento de particulares, ascendia a 7,7 milhões de euros, exposição colateralizado por títulos em 99,7% (9,4 milhões de euros antes de colaterais, e 0,5 milhões de euros depois de colaterais, em 31 de Dezembro de 2009).

O montante de crédito a clientes desagregado por notação interna de risco é o que a seguir se indica, sendo Grau 1 o melhor risco e Grau 10 o pior risco.

	Mil €	
Crédito a clientes bruto por notação de risco ⁽¹⁾	31-12-2010	31-12-2009
Grau 1 - (E1)	26.832	34.602
Grau 2 - (N1)	16.963	17.661
Grau 3 - (E2 - N2)	155.412	129.882
Grau 4 - (N3)	56.155	62.239
Grau 5 - (E3 - N4)	340.427	286.298
Grau 6 - (E4)	114.420	113.048
Grau 7 - (N5)	74.559	71.887
Grau 8 - (E5 - N6)	150.322	215.479
Grau 9 - (E6 - N7)	88.961	120.032
Grau 10 - (E7 - N8)	96.163	117.544
Sem notação	629.344	416.820
Sub-total Empresas	1.748.857	1.585.488
Particulares	951.285	959.996
Total	2.700.142	2.545.484
(dos quais com indícios de imparidade individual)	97.750	66.490

⁽¹⁾ Rubrica de crédito a clientes bruto, excluída de proveitos a receber no total de 12,2 milhões de euros, e 9,3 milhões de euros em 2008.

O montante de créditos renegociados relativos à participada Finibanco, SA desagregado por tipo de cliente em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 é como a seguir se indica:

	Mil €	
Tipo de Cliente	31-12-2010	31-12-2009
Empresas	53.987	31.430
Particulares	17.986	11.483
Total	71.973	42.913

A desagregação do crédito vencido por antiguidade, em 31 de Dezembro de 2010, é como segue:

	Mil €				
Crédito Vencido por antiguidade	Empresas	Particulares: Consumo	Particulares: Imobiliário	Particulares: Outros	Total
< 3 meses	9.113	2.052	250	2.633	14.048
3 - 6 m	3.334	1.131	288	892	5.644
6 - 9 m	10.476	1.263	364	417	12.521
9 - 12 m	8.118	2.555	489	954	12.116
12 - 15 m	6.763	3.904	465	513	11.645
15 - 18 m	13.790	3.959	102	335	18.187
18 - 24 m	11.773	9.589	835	1.279	23.475
24 - 30 m	8.032	9.033	571	828	18.463
30 - 36 m	5.530	6.743	513	163	12.949
36 - 48 m	3.379	10.929	406	220	14.934
48 - 60 m	604	4.318	323	110	5.356
> 60 m	1.522	115	255	43	1.935
Juros vencidos a regularizar	342	89	39	79	549
Total	82.776	55.681	4.899	8.466	151.822

O valor dos colaterais associados ao crédito vencido ascende a 28,2 milhões de euros, assim distribuídos:

	Mil €
Tipo de colateral	Montante
Hipotecas	23.052
Títulos	876
Depósitos de Clientes	265
Outros Penhores	4.037
Total	28.229

A desagregação do crédito vencido por antiguidade, em 31 de Dezembro de 2009, consta do quadro seguinte:

	Mil €				
Crédito Vencido por antiguidade	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
< 3 meses	7.638	2.028	155	523	10.344
3 - 6 m	15.657	1.413	137	468	17.675
6 - 9 m	6.907	1.442	306	633	9.288
9 - 12 m	8.022	1.864	300	801	10.987
12 - 15 m	5.731	1.997	404	520	8.651
15 - 18 m	4.475	2.793	107	401	7.777
18 - 24 m	5.838	4.526	566	201	11.130
24 - 30 m	3.150	4.655	192	244	8.242
30 - 36 m	1.284	6.821	237	100	8.442
36 - 48 m	1.323	4.445	397	109	6.274
48 - 60 m	896	76	109	46	1.126
> 60 m	397	7	137	11	552
Juros vencidos a regularizar	320	76	32	69	496
Total	61.639	32.142	3.077	4.125	100.984

O valor dos colaterais associados ao crédito vencido ascendia a 17,2 milhões de euros.

Imparidade

Um activo financeiro ou grupo de activos financeiros encontra-se em imparidade se, e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) após a data de reconhecimento inicial, tiver um impacto mensurável na estimativa dos fluxos de caixa futuros desse activo ou grupo de activos.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo Grupo traduz-se na observação de eventos de perda, dos quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor, sendo provável que o devedor entre em processo de reestruturação financeira, ou venha a ser considerado falido ou insolvente; ou
- Ocorrência de alterações adversas das condições e/ou capacidade de pagamento ou das condições económicas nacionais ou do sector económico relevante, com correlação ao incumprimento de determinado activo.

O Grupo inicialmente procede a uma análise individual, para os clientes com responsabilidades totais consideradas significativas, para aferir se existe evidência objectiva de imparidade, cujos montantes se encontram apresentados nos quadros seguintes.

A desagregação do crédito vencido por antiguidade com indícios de imparidade individual, em 31 de Dezembro de 2010, é como a seguir se indica:

	Mil €				
Crédito com indícios de imparidade individual	Empresas	Particulares: Consumo	Particulares: Imobiliário	Particulares: Outros	Total
Vencido < 3 meses	1.444	44	0	1.346	2.834
Vencido 3 - 6 m	698	4	0	475	1.178
Vencido 6 - 9 m	6.173	26	0	74	6.272
Vencido 9 - 12 m	1.946	11	0	47	2.003
Vencido 12 - 15 m	3.383	912	0	34	4.328
Vencido 15 - 18 m	9.853	0	0	50	9.903
Vencido 18 - 24 m	3.466	79	86	323	3.953
Vencido 24 - 30 m	756	5	97	1	859
Vencido 30 - 36 m	1.546	0	0	0	1.546
Vencido 36 - 48 m	182	0	0	0	182
Vencido 48 - 60 m	0	0	0	0	0
Vencido > 60 m	733	0	0	0	733
Juros vencidos a regularizar	27	1	0	0	28
Vincendo	51.307	3.497	717	8.411	63.931
Total	81.511	4.578	900	10.760	97.750

A desagregação do crédito vencido por antiguidade com indícios de imparidade individual, em 31 de Dezembro de 2009, é a seguinte:

	Mil €				
Crédito com indícios de imparidade individual	Empresas	Particulares: Consumo	Particulares: Imobiliário	Particulares: Outros	Total
Vencido < 3 meses	3.268	1	5	27	3.301
Vencido 3 - 6 m	11.280	1	4	34	11.319
Vencido 6 - 9 m	2.903	32	42	118	3.095
Vencido 9 - 12 m	3.075	11	0	202	3.288
Vencido 12 - 15 m	1.999	7	26	1	2.034
Vencido 15 - 18 m	1.040	3	0	0	1.043
Vencido 18 - 24 m	1.600	0	0	0	1.600
Vencido 24 - 30 m	521	0	0	0	522
Vencido 30 - 36 m	75	0	0	0	75
Vencido 36 - 48 m	557	0	0	0	557
Vencido 48 - 60 m	600	0	0	0	600
Vencido > 60 m	0	0	0	0	0
Juros vencidos a regularizar	6	0	0	0	6
Vincendo	31.365	1.627	1.354	5.009	39.355
Total	58.291	1.682	1.431	5.390	66.794

Caso seja determinado que não existe evidência objectiva de imparidade, estes créditos são incluídos na análise colectiva efectuada por segmentos com características e riscos similares, juntamente com os créditos considerados não significativos.

Se existir evidência de perda por imparidade num activo ou grupo de activos, o montante da perda é determinado pela diferença entre o seu valor e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de imparidade futuras ainda não incorridas), descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros.

De acordo com o modelo conceptual de imparidade estabelecido, quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto (avaliação colectiva), os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares aos que integram o grupo. Sempre que o Grupo entenda necessário, os dados históricos são actualizados com base nos dados correntes observáveis, a fim de reflectirem os efeitos das condições actuais.

Neste contexto, para efeitos da análise colectiva, o Banco procedeu à estratificação da sua carteira de crédito em segmentos homogéneos, implementando um modelo de análise de imparidade de crédito baseado na análise das frequências de incumprimento (*PD-Probability of default*), perdas históricas incorridas (*LGD-Loss Given Default*) e exposição total ao risco (*EAD-Exposure at default*).

Cálculo da Probabilidade de Incumprimento (PD)

O cálculo da probabilidade de incumprimento, foi efectuado tendo por base o número de contratos em incumprimento numa determinada data (normalmente um trimestre), face ao número total de contratos do grupo homogéneo de créditos. Seguidamente, esta mesma relação é anualizada e extrapolada em função do índice macroeconómico seleccionado, obtendo-se desta forma o valor da PD.

Cálculo da Perda em Caso de Incumprimento (LGD)

O cálculo da perda económica máxima esperada assentou na análise do histórico de perdas/recuperações efectivas, o qual foi agregado e atribuído a cada segmento com base na sua média histórica.

Cálculo da Exposição de Risco (EAD)

Para cada segmento foi determinada a exposição total enquadrável nas suas condições (EAD), compreendendo:

- A responsabilidade patrimonial (crédito por desembolso vincendo e vencido), excluindo os créditos que foram objecto de análise individual, para os quais foram apuradas perdas por imparidade;
- A responsabilidade extrapatrimonial (valor da responsabilidade extrapatrimonial ponderada pelo respectivo *credit conversion factor* (CCF), utilizando-se para o efeito os indicadores do Banco de Portugal).

As perdas por imparidade atribuíveis a cada segmento foram calculadas como segue:

- Perdas por imparidade em clientes sem crédito vencido = $PD * LGD * EAD$
- Perdas por imparidade em clientes com crédito vencido = $100\% * LGD * EAD$

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrerem perdas nas posições patrimoniais e extrapatrimoniais, em função de movimentos adversos dos preços de mercado (taxas de juro, câmbios e cotações e índices).

No que respeita ao risco de cotações, diariamente são produzidos mapas com a constituição e performance do *portfolio*. É também efectuado o cálculo do VaR – “*Value at Risk*” – segundo as directrizes do BIS, nomeadamente a distribuição normal de variações dos preços e a avaliação da perda potencial num horizonte temporal de duas semanas e 99% de grau de confiança, com o objectivo de aferir possíveis variações no valor de mercado da carteira de títulos, em função do comportamento passado.

As metodologias VaR, baseando-se em dados históricos, não capturam alterações nos factores de risco, podendo portanto subestimar a probabilidade de ocorrência de movimentos bruscos e acentuados nos mercados. Assim, são também quantificadas as perdas que poderiam resultar em cenários de *stress*, usando como referência acontecimentos passados que originaram quebras significativas dos mercados.

O Grupo adopta uma política conservadora na gestão do risco cambial, não deixando de aproveitar as boas oportunidades que o mercado possa oferecer. Em virtude desta política, a exposição em risco assume valores relativamente reduzidos. Diariamente, é possível consultar, em aplicativo disponível na Intranet, a posição cambial por moeda e respectivo VaR. Existe uma situação pontual de risco cambial associado ao investimento na Obol Invest tal como referido na nota 6 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Mil €					
VaR	Dezembro de 2009 a Dezembro de 2010				
	Final	Média	Máximo	Mínimo	31-Dez-09
Risco de Cotações e Índices	1.046,7	4.585,5	8.914,0	308,0	308,0
Risco Cambial	15,1	22,0	58,2	6,5	6,5
Total	1.061,8	4.607,5	8.931,3	314,5	314,5

Relativamente ao risco de taxa de juro, são igualmente realizadas análises de sensibilidade que estimam o impacto na situação líquida e na margem financeira (a 12 meses), resultantes de uma alteração de 200 pontos base nas taxas de juro de mercado. A metodologia utilizada assenta na projecção dos fluxos futuros dos instrumentos financeiros com taxa de juro associada e no cálculo do respectivo valor actual. Da comparação entre o cenário base (manutenção das curvas de taxa de juro) e o cenário alternativo (deslocação paralela das curvas de taxa de juro) resulta o impacto estimado na Situação Líquida.

Mil €	
Análise de sensibilidade	
Impacto de uma variação positiva de 200 pontos base na curva de taxas juro	
31 de Dezembro de 2010	
Impacto na Situação Líquida	(28.856)
Fundos Próprios	185.299
Impacto na Situação Líquida em % dos Fundos Próprios	(15,6%)
Impacto na Margem Financeira, a doze meses	(6.161)
Margem Financeira	101.491
Impacto % na Margem Financeira anual	(6,1%)
Nota - Análise em cenário de stress: pressupõe uma deslocação paralela da curva de taxas de juro e a inexistência de medidas correctivas. Corresponderá, assim, ao cenário de perda máxima em condições extremas.	
31 de Dezembro de 2009	
Impacto na Situação Líquida	(26.016)
Fundos Próprios	296.120
Impacto na Situação Líquida em % dos Fundos Próprios	(8,8%)
Impacto na Margem Financeira, a doze meses	(9.081)
Margem Financeira	90.158
Impacto % na Margem Financeira anual	(10,1%)
Nota - Análise em cenário de stress: pressupõe uma deslocação paralela da curva de taxas de juro e a inexistência de medidas correctivas. Corresponderá, assim, ao cenário de perda máxima em condições extremas.	

Mil €				
Sensibilidade da Situação Líquida				
≤ 6 Meses	6 - 12 Meses	1 a 5 Anos	> 5 Anos	Total
-12.053	2.721	-10.378	-9.147	-28.856

Procede-se ainda à análise de *gaps* de taxas de juro dos activos e passivos (desfasamento entre os prazos de revisão de taxas de juro), que permite detectar concentrações de risco de taxa de juro nos diversos prazos.

Mil €						
Risco Taxa de Juro - Gaps de Repricing/Vencimento						
31 de Dezembro de 2010						
(Activos-Passivos)	6 meses	1 ano	2 anos	5 anos	10 Anos	>10 anos
Gap	-391.264	-137.603	58.749	156.514	92.677	10.520
Gap Acumulado	-391.264	-528.866	-470.118	-313.604	-220.927	-210.406
31 de Dezembro de 2009						
(Activos-Passivos)	6 meses	1 ano	2 anos	5 anos	10 Anos	>10 anos
Gap	-438.348	-115.179	59.072	218.230	73.465	9.437
Gap Acumulado	-438.348	-553.526	-494.454	-276.224	-202.759	-193.322

Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de perdas resultantes da incapacidade de fazer face a compromissos assumidos, por indisponibilidade de fundos líquidos ou dificuldades na sua obtenção a preços de mercado nos mercados monetários.

A responsabilidade da gestão do risco de liquidez assenta em 3 órgãos: o Conselho de Administração, a Comissão de Gestão de Activos e Passivos e a Direcção Financeira e Internacional.

Em documento específico sobre gestão do risco de liquidez, encontram-se definidos os objectivos, políticas, estratégias, estrutura de gestão e planos de contingência, bem como os princípios orientadores e as recomendações emanados do Comité de Basileia.

A gestão da liquidez de curto prazo incide na análise de todos os fluxos previstos para um determinado horizonte temporal e na avaliação dos meios disponíveis para fazer face a eventuais necessidades de liquidez, que passam fundamentalmente por:

- Valores à ordem junto do Banco Central e outras IC's;
- Disponibilidade de linhas de crédito;
- Carteira de instrumentos financeiros de elevada liquidez onde se incluem títulos elegíveis para colateralizar operações com o Banco Central Europeu.

É privilegiada a diversidade de fontes de financiamento e evitada a excessiva concentração numa contraparte. Às áreas comerciais são transmitidas com regularidade as orientações sobre quais os produtos a privilegiar, não apenas na busca da melhor combinação de produtos passivos como também nos produtos activos, de forma a potenciar futuras operações de titularização de créditos.

O Grupo continua a deter como principal fonte de financiamento da actividade recursos de clientes, apresentando um muito bom rácio de transformação em crédito de 103,3%. Com o crescimento da actividade em Angola é expectável uma melhoria deste rácio, atendendo a que a estrutura do seu balanço é muito líquida.

Em 31 de Dezembro de 2010, o Grupo dispunha de títulos elegíveis para colateralizar operações de cedência de liquidez no âmbito do Eurosistema, no montante de 317,1 milhões de euros (valor de mercado deduzido dos *haircuts* aplicáveis). Durante o ano de 2010, verificou-se o aumento de activos elegíveis para refinanciamento junto do Eurosistema, em 98,7 milhões de euros (valor de mercado deduzido de *haircuts* aplicáveis).

Resulta importante referir que, no contexto atribulado de liquidez verificado a partir do final de 2008, o Grupo Finibanco não recorreu ao mecanismo de garantia pessoal do Estado.

No que respeita a recursos alheios de médio e longo prazo, o Grupo tem vindo a recorrer à emissão de empréstimos obrigacionistas e às já referidas operações de titularização de créditos. Em Fevereiro de 2010, foi concretizada uma emissão de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados, no Finibanco SA, no montante de 15 milhões de euros (operação que é elegível para efeitos de cálculo do Tier I).

A estrutura de financiamento do Grupo e a monitorização e gestão diária dos níveis de liquidez têm permitido ultrapassar, sem sobressaltos, as dificuldades sentidas no mercado.

	Mil €	
GAP de tesouraria	31-12-2010	31-12-2009
Caixa e outras disponibilidades	219.942	191.840
Débitos de curto prazo junto de Instituições de crédito	(73.112)	(35.109)
GAP de tesouraria I	146.830	156.731
Títulos elegíveis como colateral junto do Eurosistema	317.089	218.358
Títulos elegíveis utilizados em 31 de Dezembro	(310.000)	(190.000)
GAP de tesouraria II	153.919	185.089

A distribuição dos activos e passivos por prazos de maturidade em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, apresenta-se como segue:

		Mil €				
31-12-2010		À ordem	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Superior a 5 anos
Activo financeiro						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	156.333	0	0	0	0	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	63.610	0	0	0	0	0
Activos financeiros detidos para negociação	756	0	0	0	0	0
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	0	0	10.000	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	0	22.039	22.716	84.249	10.683	0
Aplicações em instituições de crédito	20.761	180.000	8.520	0	0	0
Crédito a clientes	68.894	637.589	487.074	686.871	667.858	0
Total do Activo	310.354	839.629	518.310	781.120	678.541	0
Passivo financeiro						
Recursos de bancos centrais	0	310.000	0	0	0	0
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0	0
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	0	14.314	15.754	52.003	77.383	0
Recursos de outras instituições de crédito	44.212	78.192	2.634	0	0	0
Recursos de clientes e outros empréstimos	69.670	1.310.934	953.620	124.007	20	0
Responsabilidades representadas por títulos	0	3.450	1.834	0	0	0
Passivos financeiros associados a activos transferidos	0	27.600	73.350	32.894	0	0
Outros passivos subordinados	0	0	0	26.011	0	0
Total do Passivo	113.882	1.744.490	1.047.192	234.915	77.403	0
GAP	196.472	(904.861)	(528.882)	546.205	601.138	0
GAP Acumulado	196.472	(708.390)	(1.237.271)	(691.066)	(89.929)	0

		Mil €				
31-12-2009		À ordem	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Superior a 5 anos
Activo financeiro						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	131.212	0	0	0	0	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	60.628	0	0	0	0	0
Activos financeiros detidos para negociação	0	0	7.192	0	0	0
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	0	0	0	10.000	0
Activos financeiros disponíveis para venda	959	1.173	19.234	9.635	9.529	0
Aplicações em instituições de crédito	22.735	42.700	30.130	0	0	0
Crédito a clientes	76.105	562.327	485.415	663.718	656.935	0
Total do Activo	291.640	606.200	541.972	673.353	676.464	0
Passivo financeiro						
Recursos de bancos centrais	0	0	190.000	0	0	0
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0	0
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	0	1.000	0	33.676	127.236	0
Recursos de outras instituições de crédito	17.385	58.091	3.850	0	0	0
Recursos de clientes e outros empréstimos	67.742	1.355.556	713.440	13.074	0	0
Responsabilidades representadas por títulos	0	0	0	5.409	0	0
Passivos financeiros associados a activos transferidos	0	0	0	237.034	0	0
Outros passivos subordinados	0	0	0	15.410	10.601	0
Total do Passivo	85.127	1.414.647	907.290	304.602	137.837	0
GAP	206.513	(808.447)	(365.318)	368.751	538.627	0
GAP Acumulado	206.513	(601.934)	(967.252)	(598.501)	(59.874)	0

Risco Operacional

O risco operacional consiste no risco de perdas resultantes de falhas internas ao nível dos sistemas, procedimentos ou recursos humanos, ou da ocorrência de acontecimentos externos.

A implementação da plataforma de Gestão de Risco Operacional é composta pelas seguintes funcionalidades, disponível na intranet do Grupo Finibanco:

- Recolha e formalização dos pareceres dos processos, riscos e estruturas orgânicas identificados no “Relatório de Identificação de Riscos Operacionais”, o qual é submetido à apreciação dos Chefes de Risco;

- Divulgação dos processos em portal, após aprovados pelos respectivos Chefes de Risco, com detalhe dos procedimentos, tarefas, sistemas e riscos, sediados na cadeia de valor da Instituição;
- Registo de eventos pelas estruturas orgânicas da Instituição, de acordo com as hierarquias de apreciação e decisão implementadas;
- Realização de questionários de auto-avaliação ("*Self Assessment*"), sobre todos os processos da Instituição, por interpelação às estruturas orgânicas, sobre a frequência e o impacto dos eventos históricos em que são e/ou foram intervenientes;
- Realização de relatórios de gestão, de forma a acompanhar os registos de custos operacionais, por tipo de risco e por processo, assim como as respectivas acções de mitigação;
- Gestão dos indicadores chave de risco (KRI's) utilizando o modelo de "*balance scorecard*", parametrizando-o em função dos riscos sediados nos diferentes quadrantes;
- Identificação e monitorização dos controlos internos mitigantes dos riscos não financeiros mais relevantes (exposição ao risco) para as áreas funcionais de peso mais elevado.

De forma a assegurar o arranque da referida plataforma está a ser dada prioridade à integração de todos os processos na cadeia de valor do Finibanco, da Finicrédito e da Finivalor.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

A Gestão de Capital é realizada tendo em conta as regras e rácios estabelecidos pelo Banco de Portugal, de forma a cobrir os riscos inerentes ao negócio consolidado do Grupo. A gestão do capital pode implicar alterações nas características de risco das suas actividades, na política de distribuição de dividendos, aumentos de capital ou emissão de dívida subordinada.

Em termos prudenciais, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, o Banco de Portugal estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos que as instituições deverão cumprir.

Os Fundos próprios dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios de Base: Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor positivas), os resultados retidos do período quando certificados, os interesses minoritários e as acções preferenciais. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a acções ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos a *Goodwill* apurado, activos intangíveis e desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor. Desde 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras. Em 2009, decorrente da aplicação do método IRB para risco de crédito, passou igualmente a ser ajustado 50% do montante das perdas esperadas para posições em risco deduzidas das somas de correcções de valor e provisões existentes.
- Fundos Próprios Complementares ("FPC"): Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a acções ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor, bem como, em 2009, 50% do montante das perdas esperadas para as posições em risco deduzidas das somas de correcções de valor e provisões existentes, decorrentes da aplicação do método IRB para risco de crédito.
- É deduzido aos Fundos Próprios totais um valor referente a imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio há mais de 4 e 5 anos, valor este calculado segundo um critério de progressividade que conduz a que ao fim de 10 ou 13 anos em carteira o valor líquido do imóvel esteja totalmente deduzido aos Fundos Próprios.

A composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os Fundos Próprios Complementares não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado Lower Tier II) não podem superar os 50% dos FPB.

Em 2008, o Banco de Portugal introduziu algumas alterações ao cálculo dos fundos próprios. Assim, através do Aviso n.º 6/2008, a par do tratamento dado aos créditos e outros valores a receber, excluiu as valias potenciais em títulos de dívida classificados como disponíveis para venda dos fundos próprios, na parte que exceda o impacto resultante de eventuais operações de cobertura, mantendo, contudo, a obrigatoriedade de não considerar nos fundos próprios de base as reservas de reavaliação positivas, na parte que exceda a imparidade que eventualmente tenha sido registada, relativas a ganhos não realizados em títulos de capital disponíveis para venda (líquidas de impostos).

A repercussão nos Fundos Próprios do impacto referente a diferenças apuradas no Fundo de Pensões, na transição para as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's), está a ser efectuado de forma progressiva e linear (de acordo com o definido nos Avisos n.º 2/2005, n.º 4/2005, n.º 12/2005 e n.º 7/2008, do Banco de Portugal).

A verificação de que uma entidade dispõe de fundos próprios num montante não inferior ao dos respectivos requisitos de fundos próprios certifica a adequação do seu capital, reflectida num rácio de solvabilidade – representado pelos fundos próprios em percentagem do montante correspondente a 12,5 vezes dos requisitos de fundos próprios – igual ou superior ao mínimo regulamentar de 8%. Adicionalmente, o Banco de Portugal efectuou uma recomendação no sentido de, até 30 de Setembro de 2009, os grupos financeiros sujeitos à supervisão em base consolidada, bem como as respectivas empresas-mãe, reforçarem os seus rácios de adequação dos fundos próprios de base (rácio Tier 1) para valores não inferiores a 8%.

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital da Finibanco Holding a nível consolidado para 31 de Dezembro de 2010 e 2009 apresenta-se como segue:

	Mil €		
Fundos próprios e requisitos de fundos próprios	31-12-2010	31-12-2009	Δ (%)
Fundos Próprios Elegíveis	185.299	296.120	-37,4
...De base	137.424	209.203	-34,3
...Complementares	68.732	104.728	-34,4
...Deduções	(20.857)	(17.811)	17,1
Requisitos de fundos próprios	222.837	198.951	12,0
Tier I	4,9%	8,4%	-3,48 pp
Tier II	1,7%	3,5%	-1,78 pp
Rácio de solvabilidade	6,7%	11,9%	-5,25 pp

O rácio de solvabilidade, incluindo o resultado líquido negativo de 2010, situa-se em 6,7% e o TIER I em 4,9%, calculados de acordo com o normativo do Banco de Portugal, aplicando-se o método padrão para o cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura do risco de crédito e o método do indicador básico para cálculo de requisitos para cobertura de risco operacional.

Os fundos próprios de base diminuíram 71,8 milhões de euros e os requisitos de fundos próprios aumentaram 23,9 milhões de euros. Os Fundos próprios foram afectados pelo resultado líquido negativo e pelo *goodwill* gerado.

Em Fevereiro de 2010 foi realizada uma emissão de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados, no montante de 15 milhões de euros, operação que é elegível para efeitos de cálculo do TIER I.

Foram cumpridos os requisitos de Fundos Próprios em 2009 e durante a maior parte do exercício de 2010. A inconformidade nesta matéria face à regulamentação vigente, à data de 31 de Dezembro de 2010, será sanada com a integração projectada das actividades desenvolvidas pelas participadas do Finibanco Holding nas congéneres do Grupo Montepio (conforme detalhado no capítulo 5 deste Relatório). Assim, não são esperadas penalizações pelo referido incumprimento.

2.7 Área de Operações e Sistemas de Informação

Na área de tecnologias de informação desenvolveram-se diversas acções, abrangendo as vertentes de infraestrutura e de desenvolvimento aplicacional.

Em matéria de infraestruturas:

- Deu-se continuidade ao projecto de consolidação e virtualização de servidores, visando a redução de custos de concentração do número de Centros de Processamento de dados (CPD), a melhoria da qualidade de serviço prestado e o aperfeiçoamento do cenário de recuperação de desastre;
- Procedeu-se à consolidação dos pólos de informática e de virtualização de servidores físicos e activou-se o cenário de replicação de serviços entre Lisboa e o Porto.

No que toca a desenvolvimento aplicacional:

- Concluiu-se a fase de *roll-out*, uma nova aplicação de *front* da plataforma de Balcões, que visa o desenvolvimento de novas funcionalidades e um novo interface para este canal;
- Na área do crédito, estabeleceram-se as bases de um circuito de decisão mais rápido (*workflow* expresso) que permite a análise para decisão em vinte e quatro horas; promoveu-se a inclusão de simuladores de crédito a particulares multicanal, em acção integrada com o Sistema de Gestão de Concessão de Crédito (SGCC); está em marcha uma nova aplicação de recuperação de crédito, possibilitando maior controlo das acções a desenvolver e a automatização da acção de recuperação; procedeu-se à inclusão do Factoring no SGCC; produziu-se uma nova aplicação de gestão de contencioso; activaram-se simuladores para operações activas nos canais Balcão e *Homebanking*, promovendo a sua integração com o circuito de decisão de crédito; desenvolveu-se um novo *workflow* de decisão para a criação dos Grupos de Risco; desenvolveu-se aplicação para gestão da operativa de Factoring;
- No que toca a operações passivas criou-se um novo motor, com vista à automatização da origemação, da decisão e da formalização, e procedeu-se à integração com o *core* bancário para o processamento das operações;
- No que respeita a informação a prestar a clientes, produziu-se o extracto digital no *Homebanking* e o extracto integrado para Empresas e integrou-se a informação de seguros e PPR's nos Extractos para Particulares;
- Quanto aos canais não presenciais, desenvolveram-se: um novo portal para Promotores; um novo canal *mobile banking* (FiniMobile) para acesso a transacções bancárias e de bolsa a partir de telemóveis; um novo portal para clientes Finicrédito; e está em curso a reestruturação da arquitectura aplicacional de canais não presenciais;
- No que concerne a reengenharia de processos, adoptou-se o Cartão de Cidadão para suporte à abertura e manutenção de contas, automatizou-se o processo de aviso de recepção na correspondência expedida, com vista ao aumento de eficiência e de redução de custos e reviram-se os processos de suporte à área de estrangeiro com vista à sua maior eficiência;
- No domínio da informação de gestão, reformulou-se o conceito da rentabilidade de cliente, promovendo uma visão temporal da evolução desta, a visão da rentabilidade por produto e a rentabilidade por hierarquia comercial;
- Por força de imposições legais e regulamentares, preparou-se o sistema para a adopção da SEPA CT e para a elaboração de estatísticas monetárias e financeiras;
- No âmbito de Basileia II, desenvolveu-se um novo motor de *Pricing* e Risco, de acordo com as directivas estabelecidas, e promoveu-se a sua integração com o *workflow* de decisão de crédito.

Por fim, reviram-se alguns aspectos de governação das tecnologias de informação, designadamente a gestão de alterações de aplicações, a segregação de ambientes e as políticas de segurança.

2.8 Recursos Humanos

O exercício de 2010 foi marcado pelo desenvolvimento do capital humano.

A crise financeira global e os efeitos que têm tido na economia portuguesa alteraram o contexto e as condições do mercado, tornando clara a necessidade de diversificar e de adoptar práticas de gestão focadas na eficiência e no rigor.

Nesta conjuntura, o Grupo Finibanco, consciente do esforço requerido para assegurar a sua sustentabilidade, trabalhou no sentido de reforçar as políticas de recursos humanos de forma a desenvolver competências e comportamentos necessários à garantia de padrões de ética, de profissionalismo e de conhecimento técnico.

Formação e Desenvolvimento

No que respeita a formação, o ano de 2010 fica marcado pelo arranque do Projecto FiniAcademia, levado a efeito em parceria com o INETESE-Associação para o Ensino e Formação, projecto cujo objectivo é contribuir para a melhoria da capacitação técnica e profissional dos colaboradores do Grupo Finibanco, através da implementação de programas de formação específicos, visando dar resposta eficaz às exigências que nos são colocadas, quer pelas entidades reguladoras e de supervisão, quer por força da dinâmica do mercado. Deste projecto merecem referência especial as acções realizadas, quer em formato *e-learning*, quer presencial, nas áreas de produtos, de operações e de técnicas bancárias e negociação.

Foram ainda realizadas acções associadas à área regulamentar, promovidas pelo Banco de Portugal e pelo Instituto de Formação Bancária, sobre a Nota do Euro e a Prevenção de Branqueamento de Capitais.

O exercício foi ainda marcado pela realização do Projecto TGV-Tecnicidade, Gestão e Vendas, alinhado com o Plano Estratégico do Banco, abrangendo as áreas de negócio, particulares, empresas e *private banking*, com o objectivo de desenvolver conhecimentos e capacidades de equipas e de chefias da rede comercial, acções que envolveram aproximadamente 800 colaboradores e representaram mais de 7.000 horas de formação.

Na modalidade *on job* destacam-se as iniciativas levadas a cabo na preparação dos colaboradores da rede comercial para operarem com a nova plataforma de atendimento nos Balcões, tarefa realizada por técnicos do Banco e implementada no final de Junho.

À semelhança de anos anteriores, manteve-se o apoio à formação superior dos colaboradores, através da comparticipação total ou parcial dos custos de frequência em Licenciaturas, Pós-Graduações e Mestrados.

Concluindo, a actividade formativa traduziu-se na realização de acções de formação distribuídas da seguinte forma:

Evolução Actividade Formação Grupo Finibanco

Evolução Actividade Formação - 2010				
	Finibanco	Finicrédito	Finivalor	Total Anual
Total Horas Formação	54.597	1.309	436	56.342
N.º Colaboradores	1.304	156	17	1.477
Hora Form Média p/Colaborador	41,87	8,39	25,65	38,15

Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho

A par do apoio regular que foi disponibilizado a todos os colaboradores, designadamente no momento da admissão, na vertente saúde desenvolveu-se uma intensa actividade consubstanciada na realização de 1.245 exames médicos e de 347 consultas. Foram ainda desenvolvidas outras iniciativas, visando nomeadamente a abordagem de situações como a dependência tabágica e a hipertensão arterial.

No capítulo da higiene e segurança no trabalho, a nossa actuação junto dos colaboradores teve em vista promover a criação de um ambiente seguro e saudável, salientando-se a melhoria das condições de trabalho a nível de luminosidade, ar condicionado e acústica de alguns espaços de trabalho.

Paralelamente, foram elaborados “Planos de Segurança e Saúde” em diversos Balcões.

Responsabilidade Social

A Responsabilidade Social é um compromisso que deve envolver os colaboradores, clientes e comunidade. Neste sentido, procurou-se desenvolver iniciativas próprias ou em associação, abrangendo diversas áreas de actuação, desde a solidariedade à educação, passando pelo desporto e pela cultura.

Nos domínios social, cultural e científico, celebraram-se protocolos e concederam-se apoios a algumas entidades para a realização de eventos, dos quais se destacam a Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, o Programa Leadership Grand Conference e o 8.º Encontro Luso Galaico, em Eposende. No domínio desportivo, de referir o patrocínio e os donativos concedidos a algumas instituições, nomeadamente a Federação Portuguesa de Basquetebol.

De salientar, também, a participação do Finibanco, com duas equipas, na competição internacional de estratégia e gestão, Global Management Challenge 2010, uma constituída na sua totalidade por quadros internos do Banco e outra por alunos pertencentes à EGP-UPBS, equipas que tiveram um desempenho meritório.

De referir ainda as iniciativas desenvolvidas tendentes a apoiar a inserção dos jovens na vida activa laboral, mantendo a aposta em programas de estágio dirigidos a estudantes de diferentes graus de ensino, tendo em vista a conclusão dos seus estudos.

Colaboradores

Grupo Finibanco

O quadro de pessoal das empresas do Grupo apresentava em 31 de Dezembro de 2010, um total de 1.561 colaboradores, mais 40 do que no ano anterior, variação que é justificada fundamentalmente pela expansão da rede e dos serviços do Finibanco Angola mas também pela dinamização e criação de novas áreas de negócio do Finibanco, S.A. e de outras Participadas.

Quadro de Pessoal – Grupo Finibanco

Instituição	Colaboradores em Dez. 2009			Colaboradores em Dez.2010			Variação
	Efectivos	Contratados	Total	Efectivos	Contratados	Total	
Finibanco	1.267	26	1.293	1.284	20	1.304	11
Finivalor	14	2	16	17	0	17	1
Finicrédito	129	21	150	138	18	156	6
Finisegur	10	0	10	11	1	12	2
Finibanco Angola	11	41	52	12	60	72	20
Total Grupo	1.431	90	1.521	1.462	99	1.561	40

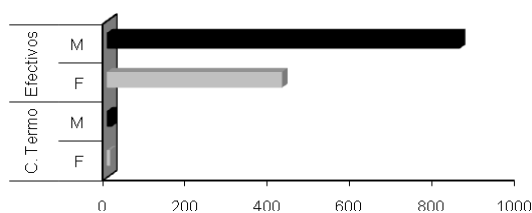
Finibanco, SA

No Finibanco, SA, a distribuição do seu efectivo por género, revela que 67% são do sexo masculino e 33% do sexo feminino. Em termos de situação contratual, o quadro de pessoal detinha 20 colaboradores na situação de contratados a termo e 1.284 no quadro permanente.

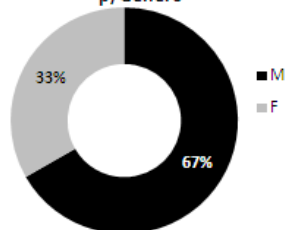
Recursos Humanos por Género e Situação Contratual

Distribuição Colaboradores p/ Género e Situação Contratual				
	C. Termo	Efectivos	Total	%
M	12	858	870	67
F	8	426	434	33
	20	1.284	1.304	100

Distribuição dos Colaboradores por Situação Contratual



Distribuição Colaboradores p/Género

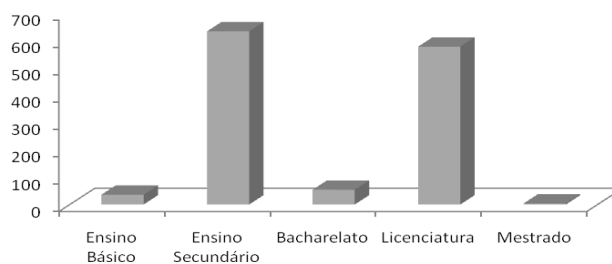


No que respeita a habilitações literárias, o quadro apresentava no final do exercício 48,70% do seu efectivo com formação superior, dos quais 44,02% com o grau de licenciatura.

Recursos Humanos por Habilitações Literárias

Habilitações	Total	%
Ensino Básico	36	2,76
Ensino Secundário	633	48,54
Ensino Superior		48,70
Bacharelato	54	4,14
Licenciatura	574	44,02
Mestrado	6	0,46
Doutoramento	1	0,08
Total	1.304	100

Distribuição dos Empregados por Nível de Habilitações

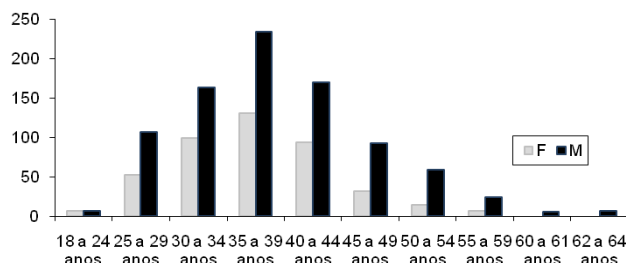


Em matéria de estrutura etária, cerca de 68,25% do efectivo do Finibanco, SA situa-se entre os 30 e 44 anos, como se pode verificar pelo quadro seguinte:

Recursos Humanos por Estrutura Etária

Estrutura Etária dos Empregados				
	F	M	Total	%
18 a 24 anos	7	7	14	1,07
25 a 29 anos	52	107	159	12,19
30 a 34 anos	99	163	262	20,09
35 a 39 anos	130	234	364	27,91
40 a 44 anos	94	170	264	20,25
45 a 49 anos	32	92	124	9,51
50 a 54 anos	14	59	73	5,60
55 a 59 anos	6	24	30	2,30
60 a 61 anos	0	5	5	0,38
62 a 64 anos	0	6	6	0,46
>65 anos	0	3	3	0,23
Total	434	870	1.304	100

Estrutura Etária dos Colaboradores



O ano de 2010 fica ainda marcado pela transferência da gestão das contas dos colaboradores do âmbito da Direcção de Recursos Humanos para a rede comercial, com o objectivo de proporcionar um acompanhamento mais próximo e mais eficiente das suas necessidades.

Na vertente da comunicação, e na linha de acção seguida em anos anteriores, manteve-se a aposta na comunicação interna como meio fundamental de apoio aos colaboradores, destacando-se a Intranet, através do Portal do Colaborador, como instrumento de relevo na divulgação e actualização da informação relevante para o desempenho das suas funções, facto que se traduziu numa maior interacção entre a Instituição e os colaboradores.

2.9 Análise Económica e Financeira

2.9.1 Balanço Consolidado

O Activo líquido consolidado do Grupo Finibanco situou-se em 3.476 milhões de euros, registando um crescimento de 10,2% (+320,5 milhões de euros), face ao exercício anterior.

Este aumento resulta essencialmente do crescimento das rubricas Aplicações em instituições de crédito (+112 milhões de euros) e em Crédito sobre clientes (+99 milhões de euros).

A carteira de títulos de negociação e disponíveis para venda registou um acréscimo de 124,9 milhões de euros (+222,3%), passando a representar 5,2% do Activo total (era 1,8% em 2009).

No exercício reforçou-se a carteira de obrigações de dívida soberana, emitida por países europeus, visando o incremento do montante elegível para refinanciamento junto do Banco Central Europeu, a qual passou de 31,3 milhões de euros para 139,7 milhões de euros. Deste conjunto, a dívida soberana de Portugal representa 50,7% e a de países membros da EU 29,7%.

			Mil €
Activos financeiros	31-12-2010	31-12-2009	D% Dez10/Dez09
1. Detidos para negociação	33.437	7.192	364,9
...Obrigações de emissores públicos	0	0	-
...Outras obrigações	0	0	-
...Acções	429	3.712	(88,5)
...Unidades de participação	327	464	(29,4)
...Outros activos financeiros	29.759	0	-
...Instrumentos de derivados com justo valor positivo	2.922	3.016	(3,1)
2. Disponíveis para venda	147.649	48.990	201,4
...Obrigações de emissores públicos	139.687	31.302	346,3
...Outras obrigações	0	8.538	-
...Acções	5.780	9.150	(36,8)
...Unidades de participação	2.181	0	-
Total	181.086	56.183	222,3

Os Activos financeiros detidos para negociação incluem carteiras de crédito, no montante de 29,8 milhões de euros. As restantes componentes têm um montante reduzido (3,7 milhões de euros) e deste apenas 0,4 milhões de euros se referem a títulos de rendimento variável.

As obrigações de emissores públicos representam 94,6% do total dos activos financeiros disponíveis para venda, enquanto a carteira de títulos de acções registou um decréscimo de 36,8% (-3,4 milhões de euros) e representa apenas 3,9% do total desta rubrica, contra 18,7% em 2009.

Os Outros activos financeiros ao justo valor situam-se em 49,7 milhões de euros e incorporam o valor da Obol Invest, empresa que se encontra a desenvolver um projecto imobiliário na Hungria, no montante de 40,4 milhões de euros.

Os Investimentos em empresas associadas registaram um acréscimo, líquido de imparidade, de 17,6 milhões de euros, em resultado do reforço efectuado no capital da Prio Energy e da Prio Foods, no montante global de 23,8 milhões de euros.

Os Activos tangíveis e intangíveis registaram em termos líquidos um decréscimo de 3,4%, situando-se em 60,2 milhões de euros (1,7% do total do activo). Em 2010, o investimento total do Grupo atingiu 7,5 milhões de euros, dos quais 1,5 milhões de euros relativos ao Finibanco Angola.

			Mil €
Activos intangíveis e outros activos tangíveis	31-12-2010	31-12-2009	D% Dez10/Dez09
1. Outros activos tangíveis	55.739	58.685	(5,0)
...Imóveis	69.578	68.273	1,9
...Equipamento informático	21.888	22.756	(3,8)
...Outros equipamentos	27.237	26.371	3,3
...Em curso	971	1.008	(3,6)
...Outros activos tangíveis	3.850	3.874	(0,6)
...Amortizações acumuladas	(67.784)	(63.598)	6,6
2. Intangíveis	4.500	3.700	21,6
...Sistemas de tratamento automático de dados	18.954	17.672	7,3
...Outros activos intangíveis	1.674	544	207,5
...Diferenças de consolidação positivas (Goodwill)	0	0	-
...Amortizações acumuladas	(16.128)	(14.517)	11,1
Total	60.240	62.385	(3,4)

Em resultado da abertura de apenas um Balcão em Portugal em 2010 e de dois em Angola, o Activo tangível líquido diminuiu 3 milhões de euros (-5%). O investimento feito pelo Grupo em 2010 em Activos tangíveis foi de 5,1 milhões de euros, sendo 1,4 milhões de euros relativos ao Finibanco Angola. A componente que teve maior reforço foi a de equipamento, com 3,6 milhões de euros.

O Activo intangível líquido registou um acréscimo de 0,8 milhões de euros, resultante e do investimento em aplicações informáticas (2,4 milhões de euros).

Carteira de Crédito

Não obstante as condições muito adversas da actividade económica, a carteira de crédito bruta registou um acréscimo de 154,6 milhões de euros, relativamente a 31 Dezembro de 2009, correspondente a 6,1% em termos percentuais. As dificuldades de financiamento do sector bancário condicionaram o crescimento da actividade creditícia, obrigando a uma gestão do crédito mais criteriosa e orientada para sectores de actividade com menor risco de incumprimento.

Crédito a clientes	31-12-2010	31-12-2009	Mil € D% Dez10/Dez09
1. Particulares	951.125	960.632	(1,0)
...Habituação	302.039	287.081	5,2
...Outros créditos	649.085	673.551	(3,6)
2. Empresas	1.748.983	1.584.852	10,4
Total	2.700.108	2.545.484	6,1

O crédito à habitação registou um crescimento de 5,2%, representando cerca de 11,2% da carteira, enquanto o crédito a particulares para outras finalidades regrediu 3,6%. Este último teve um ligeiro decréscimo de 1% (-9,5 milhões de euros), por força do abrandamento económico das famílias, que se repercutiu no crédito ao consumo.

O crescimento do crédito a empresas situou-se em 10,4%, acima do incremento médio da carteira total de crédito (6,1%). O crédito titulado, sob a forma de papel comercial, destinado a grandes empresas e de baixo risco, registou um aumento de 40 milhões de euros.

O rácio de crédito vencido há mais de 90 dias, deduzido de créditos totalmente provisionados, foi de 2,3% do crédito total (2,4% em 2009), em resultado do aumento da dotação para imparidades. O grau de cobertura por provisões situou-se em 119,7% (era 148,9% em 2009).

Recursos

O total dos Recursos de clientes, incluindo a desintermediação, registou um acréscimo de 9,1% (+225,8 milhões de euros) face a Dezembro de 2009.

Os Depósitos de clientes registaram um crescimento de 14,3% (+308,4 milhões de euros), sendo esta a forma privilegiada de financiar o aumento da actividade creditícia.

Os depósitos de grande montante diminuíram face ao ano anterior, em contraponto com o aumento do número de depositantes. Os depósitos afectos à actividade internacional cresceram 119,1% (+50,6 milhões de euros).

Os Recursos de clientes no balanço aumentaram 303,4 milhões de euros face ao ano anterior (+13,1%). Em 2010 foram amortizados 5,1 milhões de euros de empréstimos obrigacionistas, estando colocados em clientes 155,9 milhões de euros.

Em 2010, foram angariados 42,7 mil novos clientes.

Recursos totais de clientes	31-12-2010	31-12-2009	Mil € D% Dez10/Dez09
...Depósitos	2.458.251	2.149.812	14,3
...Obrigações colocadas em clientes	155.921	160.992	(3,2)
Recursos de clientes no balanço ⁽¹⁾	2.614.172	2.310.804	13,1
Desintermediação ⁽²⁾	468.449	515.977	(9,2)
Total	3.082.621	2.826.780	9,1

⁽¹⁾ Não considerando juros e outros ajustamentos.

⁽²⁾ Inclui fundos de investimento, PPA e gestão de carteiras corrigidos de duplicações de registos (depósitos de fundos de investimento, UP's em carteira e outros). Para efeitos comparativos em 2009, foram deduzidos 61,8 milhões relativos a PPR e seguros de capitalização geridos pelo Finibanco Vida.

A Desintermediação teve uma diminuição, de 47,5 milhões de euros, em consequência da retracção dos mercados, sendo que parte desta foi substituída por depósitos no Grupo Finibanco.

Os Recursos de Bancos Centrais aumentaram 119,6 milhões de euros (+62,8%), situando-se em 310,1 milhões de euros, fonte de financiamento que representa 8,9% do total do activo (6,0% em 2009). O recurso a esta fonte de financiamento decorreu da instabilidade dos mercados financeiros e ainda do início de amortização da operação de titularização Aqua SME 1.

Os Recursos de outras instituições de crédito aumentaram 45,7 milhões de euros relativamente ao ano anterior (+57,4%).

O Grupo continua a ter como principal fonte de financiamento os recursos de clientes (75,7%), apresentando um bom rácio de transformação em crédito, 103,3% (110,2% em 2009).

2.9.2 Conta de Resultados

Produto Bancário

O Produto bancário ascendeu a 146,7 milhões de euros, correspondendo-lhe um decréscimo de 20,3 milhões de euros (12,2%) relativamente a Dezembro de 2009.

Demonstração de Resultados	31-12-2010	31-12-2009	Mil €	
			Δ Valor	%
Margem financeira	101.491	90.158	11.333	12,6
Outros resultados correntes	45.234	76.921	(31.687)	(41,2)
Comissões líquidas e Outros proveitos líquidos	42.570	50.273	(7.703)	(15,3)
Resultados em operações financeiras	2.664	26.648	(23.984)	(90,0)
Produto bancário	146.725	167.079	(20.354)	(12,2)
Provisões e Imparidades líquidas	68.547	49.583	18.964	38,2
Crédito	61.994	48.325	13.669	28,3
Títulos	38	1.188	(1.150)	(96,8)
Outros	6.516	70	6.445	9148,9
Encargos de estrutura	118.445	113.443	5.002	4,4
Gastos administrativos	109.111	103.937	5.174	5,0
Amortizações	9.334	9.506	(172)	(1,8)
Resultados por equivalência patrimonial	(159)	1.521	(1.679)	-
Resultados antes de impostos	(40.426)	5.573	(45.999)	-
Impostos sobre os lucros	5.056	(1.104)	6.159	-
Interesses minoritários	2.726	(2.785)	5.511	-
Resultado do período	(48.208)	9.462	(57.670)	-

A Margem financeira registou um crescimento de 12,6%, correspondente a 11,3 milhões de euros. Situou-se em 101,5 milhões de euros, representando a intermediação financeira 92,6% do total.

Margem Financeira	31-12-2010	31-12-2009	Mil €	
			Δ Valor	%
Margem financeira	101.491	90.158	11.333	12,6
Intermediação financeira	93.986	82.547	11.439	13,9
Custo amortizado	7.405	5.606	1.799	32,1
Rendimento de instrumentos de capital	100	2.006	(1.905)	(95,0)

A Margem financeira de intermediação aumentou 11,4 milhões de euros, em resultado essencialmente do crescimento do volume de negócio e do contributo positivo da actividade internacional (5,7 milhões de euros). O aumento do financiamento junto do Banco Central e a substituição de depósitos de elevado montante com altas taxas de remuneração contribuíram também para a melhoria da margem financeira.

A crise financeira internacional e a manutenção de baixas taxas de mercado durante o ano de 2010, prejudicaram a margem financeira nas operações activas, tendo sido compensadas em parte pelo ajustamento dos *spreads* nas novas operações e nas renovações.

O Custo amortizado, que integra a Margem financeira, aumentou 1,8 milhões de euros, em consequência da revisão do preçário (+1,4 milhões de euros) e da redução das comissões pagas pela angariação de contratos de crédito ao consumo (-0,4 milhões de euros em termos homólogos).

Os dividendos recebidos cifraram-se em 0,1 milhões de euros, 1,9 milhões de euros inferiores aos do período homólogo, penalizando a Margem financeira.

Os Resultados em operações financeiras ascenderam a 2,7 milhões de euros, registando um decréscimo de 24 milhões de euros (-90,0%) face ao ano anterior.

Em 2009 as mais-valias realizadas no *trading* situaram-se em 26,2 milhões de euros, enquanto no exercício em análise não foram além de 3,9 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 21,3 milhões de euros.

As Comissões líquidas e os Outros proveitos líquidos cifraram-se em 42,6 milhões de euros, registando um decréscimo de 7,7 milhões de euros (-15,3%) face ao exercício anterior.

Os Outros proveitos líquidos em 2009 incluíam proveitos no montante de 13,6 milhões de euros, em resultado da venda de 50% do Finibanco Vida e da alienação de outras participações em associadas. Em termos comparativos, excluindo estes proveitos não recorrentes registados em 2009, as Comissões líquidas e os Outros proveitos líquidos registaram um acréscimo de 16,1%.

Os proveitos relacionados com a prestação de serviços a clientes tiveram um aumento de 34,4% (+8,6 milhões de euros), influenciados pelo ajustamento dos preçários e pelo alargamento da oferta de novos produtos e serviços.

A actividade de cartões e meios de pagamento registou um ligeiro decréscimo de 3,8%, em consequência do abrandamento do consumo de particulares.

A área de retalho foi responsável por 87,8% do total das comissões cobradas e a área da Banca de Investimento por 12,2%.

As comissões de colocação de fundos de investimento e as de corretagem, registaram crescimentos de 12,8% e 10,9%, respectivamente. Estas comissões totalizaram 7,3 milhões de euros (+0,8 milhões de euros do que em 2009).

As Provisões e imparidades líquidas foram reforçadas em 68,5 milhões de euros, correspondendo-lhes um acréscimo de 19 milhões de euros (38,2%) face ao exercício anterior.

Em resultado da degradação da conjuntura económica, o reforço líquido de Imparidade para crédito situou-se em 62 milhões de euros, registando um acréscimo de 13,7 milhões de euros (+28,3% relativamente a Dezembro do exercício anterior).

Em 2010 foi constituída uma imparidade de 5,1 milhões de euros para fazer face a perdas projectadas na venda de associadas.

Os Encargos de estrutura aumentaram 5 milhões de euros (+4,4%), para o que contribuiu essencialmente o crescimento dos custos com o pessoal, em 5,4%.

Estes custos registaram um incremento de 3,5 milhões de euros, justificado parcialmente pelo crescimento da actividade do Finibanco Angola e pelo consequente aumento do número de colaboradores.

O quadro de pessoal do Grupo era de 1.561 colaboradores, traduzindo-se num aumento de 40 elementos (+2,6%), 20 dos quais no Finibanco Angola.

Em 2010, foram abertos 3 novos Balcões, um em Portugal e dois em Angola, passando a rede a dispor de 180 Balcões, dos quais 6 em Angola.

Não obstante a introdução de medidas de redução de custos, os Gastos Administrativos cresceram 1,7 milhões de euros (4,3%), sendo 0,7 milhões de euros relativos à actividade em Angola (2 novos balcões) e 2,3 milhões de euros de acréscimo por serviços especializados, nomeadamente de consultadoria.

As Amortizações registaram um ligeiro decréscimo (0,2 milhões de euros), situando-se em 9,3 milhões de euros.

Os Resultados de associadas, reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial, foram negativos em 0,2 milhões de euros, traduzindo-se num decréscimo de 1,7 milhões de euros face ao exercício anterior.

O *Cost to Income* situou-se em 80,8%, traduzindo-se num agravamento de 13,5, pontos percentuais, em consequência do efeito conjugado da diminuição do Produto Bancário e do aumento dos custos de estrutura.

O Resultado consolidado do exercício foi negativo de 48,2 milhões de euros (9,5 milhões em 2009), afectado negativamente:

- Pelo aumento das Provisões e imparidades em 19 milhões de euros;
- Pela redução dos Resultados de *trading*, em 22,3 milhões de euros;
- Pela redução das Comissões e outros proveitos líquidos, de 7,7 milhões de euros, sendo que em 2009 foram registados proveitos provenientes da venda de participações no montante global de 13,6 milhões de euros;
- Pelo aumento dos custos de estrutura, em 5 milhões de euros;

e positivamente:

- Pelo aumento da margem relativa da intermediação financeira, em 11,4 milhões de euros;
- Pelo crescimento das comissões de serviços bancárias, em 8,6 milhões de euros;
- Pelo bom desempenho da actividade em Angola.

Actividade Internacional

O Finibanco Angola tem tido um crescimento acentuado, registando em 2010 um acréscimo de 77,1% do Activo líquido e de 32,3% no Resultado líquido.

O volume de negócio cresceu 81,2%, mais acentuado nos depósitos de clientes (119,1%) do que no crédito (33,2%).

Rubrica	31-12-2010	31-12-2009	Mil €
			$\Delta\%$ Dez10/Dez0
Crédito a clientes bruto	44.680	33.535	33,2
Depósitos de clientes	93.164	42.521	119,1
Grau de transformação dos depósitos em crédito	48,0%	78,9%	-30,9 pp

O Crédito a clientes bruto ascendia a 44,7 milhões de euros (33,5 milhões de euros em 2009) e os Depósitos situavam-se em 93,2 milhões de euros (42,5 milhões de euros em 2009).

O grau de transformação dos depósitos em crédito situou-se em 48%, registando uma variação de 30,9 pontos percentuais.

O Resultado líquido do exercício foi de 7 milhões de euros, dos quais 4,3 milhões de euros atribuíveis ao Grupo Finibanco, evidenciando um aumento de 1,7 milhões de euros face a 2009.

O Produto Bancário registou um crescimento de 62,7%, situando-se em 21,3 milhões de euros (+8,2 milhões de euros face a 2009). A Margem financeira teve um incremento, de 5,4 milhões de euros e os Outros resultados correntes de 2,8 milhões de euros, em consequência do crescimento do volume de negócio e do aumento do número de clientes .

As Comissões e outros proveitos líquidos relacionados com a prestação de serviços bancários aumentaram 1,9 milhões de euros, atingindo os 5,2 milhões de euros, em resultado do aumento do volume de negócio.

Os Custos de estrutura atingiram 5,9 milhões de euros (+1,7 milhões de euros), influenciados pela abertura de 2 novos Balcões e pelo crescimento da actividade verificada no exercício.

Em 2010 foram constituídas imparidades para crédito no montante de 4,7 milhões de euros.

O Finibanco Angola dispõe de 6 Balcões e de um centro de empresas e o quadro de colaboradores é composto por 72 elementos (mais 20 do que no final do exercício precedente).

Indicadores de referência do Banco de Portugal

O quadro abaixo integra os indicadores de referência, de acordo com a Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal

INDICADORES DE REFERÊNCIA DO BANCO DE PORTUGAL	31-12-2010	31-12-2009
1. Solvabilidade		
Rácio de adequação de fundos próprios		
Finibanco Holding, SGPS, SA (consolidado)	6,7%	11,9%
Finibanco, SA	8,6%	11,7%
Rácio de adequação de fundos próprios de base		
Finibanco Holding, SGPS, SA (consolidado)	4,9%	8,4%
Finibanco, SA	6,2%	8,2%
2. Qualidade do Crédito		
Crédito com incumprimento ^(a) / Crédito total	7,1%	4,7%
Crédito com incumprimento, líquido ^(b) / Crédito total, líquido ^(b)	0,7%	1,4%
3. Rentabilidade		
Resultados antes de impostos / Activo líquido médio	-1,2%	0,2%
Produto bancário ^(c) / Activo líquido médio	4,5%	5,5%
Resultados antes de impostos / Capitais próprios líquido médio	-17,9%	3,0%
4. Eficiência		
Custos de funcionamento ^(c) + amortizações / Produto bancário ^(c)	80,8%	67,3%
Custos com o pessoal + amortizações / Produto bancário ^(c)	45,7%	37,7%

(a) De acordo com a definição constante da Carta Circular nº 99/2003 do Banco de Portugal

(b) Crédito líquido de provisões para crédito vencido e para crédito de cobrança duvidosa

(c) De acordo com a definição constante da Instrução nº 16/2004 do Banco de Portugal (deduzidas as Recuperações de crédito e juros abatidos ao activo)

3. Finibanco-Holding, SGP\$ S.A.

No final do exercício de 2010 o activo líquido do Finibanco-Holding situou-se em 301 milhões de euros, registando um acréscimo de 6,3% face a 31 de Dezembro de 2009.

Os investimentos efectuados em filiais e associadas, no montante de 55,1 milhões de euros, mais do que justificam o acréscimo no total do Activo (17,8 milhões de euros).

O capital social do Finibanco, SA foi aumentado em 20 milhões de euros e procedeu-se ao reforço de participações, no montante global de 47,9 milhões de euros, valor que inclui 18,4 milhões de euros de prestações suplementares. Na sequência destas aquisições o Finibanco-Holding passou a deter 100% do capital social da Lestinvest e 20% do das empresas Prio Energy e Prio Foods.

A carteira de Activos financeiros disponíveis para venda, composta em 94,4% por títulos de dívida (9,5 milhões de euros) registou um decréscimo de 2,8 milhões de euros, situando-se em 10,1 milhões de euros, valor que representa 3,4% do total do activo.

Em 2009, a rubrica Outros activos incluía 25,3 milhões de euros relativos à venda de participações cuja regularização ocorreu no exercício em análise. Esta rubrica, no montante de 9 milhões de euros, inclui em 31 de Dezembro de 2010 6,6 milhões de euros de suprimentos feitos a uma participada.

Em consequência do investimento realizado em filiais e associadas, os Recursos de outras Instituições de crédito, que eram inexistentes no final de 2009, ascenderam a 29,4 milhões de euros e as Aplicações em outras instituições de crédito reduziram em 9,7 milhões de euros, valor registado no final do ano anterior.

Os capitais próprios tiveram um acréscimo de 11,2 milhões de euros (+6,3%), essencialmente por força da incorporação do resultado positivo de 2009, no montante de 14,5 milhões de euros.

A Margem financeira cresceu 2,9 milhões de euros, situando-se em 2,5 milhões de euros. Esta rubrica inclui os dividendos recebidos das empresas filiais e associadas, no montante de 4,6 milhões de euros (3,2 milhões de euros das filiais Finivalor, Finicrédito e Finisegur e 1,4 milhões de euros da associada Finibanco Vida), a que corresponde um acréscimo homólogo de cerca de 1 milhão de euros.

O custo do financiamento da actividade ascendeu a 2,4 milhões de euros, situando-se 2,4 milhões de euros abaixo do valor verificado no exercício de 2009, em consequência da redução do financiamento, em termos médios anuais, e da diminuição das taxas de juro.

Os Resultados em operações financeiras (0,8 milhões de euros) diminuíram 7,4 milhões de euros, já que em 2009 esta rubrica incorporara mais-valias realizadas na venda de títulos, no montante de 8,2 milhões de euros, facto que não se verificou em 2010.

As Comissões líquidas foram negativas em 0,2 milhões de euros e os Outros proveitos líquidos positivos em 2 milhões de euros, registando conjuntamente um decréscimo de 6,3 milhões de euros face ao ano anterior. Os Outros proveitos líquidos, em 2009, incorporaram o resultado da alienação de 50% do capital social do Finibanco Vida-Companhia de Seguros de Vida, SA, no montante de 7,5 milhões de euros.

As Provisões e imparidades líquidas foram reforçadas em 13,2 milhões de euros, dos quais 0,4 milhões de euros em Títulos e 12,8 milhões de euros em Investimentos em filiais.

Os Encargos de estrutura aumentaram 226 mil euros, por força do aumento ocorrido na componente de Serviços especializados, e a rubrica de Custos com o pessoal manteve o valor de 0,2 milhões de euros registado em 2009.

O Resultado do exercício foi negativo de 9 milhões de euros e regista uma diminuição de 23,5 milhões de euros quando posto em confronto com o de 2009, em consequência da redução de 10,8 milhões de euros verificada no Produto bancário e do reforço de 12,5 milhões de euros de imparidades.

4. Participadas

4.1 Finibanco, SA

O Activo líquido total do Finibanco, SA ascendia a 3.334 milhões de euros, registando um acréscimo de 9,3% (+283 milhões de euros) face a 31 de Dezembro de 2009.

Este aumento do Activo líquido total reflecte, sobretudo, o crescimento de 37,6% das Aplicações em instituições de crédito (+129,2 milhões de euros) e a aquisição de obrigações de dívida soberana emitida por países europeus. Estas aquisições (registadas em Activos financeiros detidos para venda), no montante de 96,7 milhões de euros, foram efectuadas com vista a contribuir para a melhoria da margem financeira e constituem um reforço do montante elegível para efeito de refinanciamento junto do Banco Central Europeu.

Em 31 de Dezembro de 2010, a dívida Soberana representava 84,6% do total da rubrica Activos financeiros detidos para venda.

A carteira de títulos detidos para negociação decresceu 48% (-3,5 milhões de euros), situando-se em 3,8 milhões de euros.

Em termos líquidos os Activos tangíveis registaram um decréscimo de 5,2 milhões de euros face ao exercício anterior (-13,7%), enquanto o Activo intangível registou um acréscimo de 49,7%, em resultado dos investimentos realizados em aplicações informáticas.

Num contexto de grave conjuntura económica, a actividade creditícia, líquida de provisões, registou um crescimento de 4,4% (+100,0 milhões de euros).

A carteira de Crédito bruta cresceu 7,3% (+169,3 milhões de euros), nela se destacando o Crédito à habitação, com um acréscimo de 5,2% (+15 milhões de euros), e o Crédito concedido a empresas, com um aumento de 11,0% (+179,1 milhões de euros). O Crédito a particulares para outros fins registou uma redução de 6,2% (-24,8 milhões de euros).

	Mil €		
Crédito a clientes	31-12-2010	31-12-2009	Δ% Dez10/Dez09
1. Particulares	675.770	685.647	(1,4)
...Habitação	302.039	287.081	5,2
...Outros créditos	373.730	398.566	(6,2)
2. Empresas	1.814.722	1.635.589	11,0
Total	2.490.491	2.321.236	7,3

Ainda em consequência da grave conjuntura económica, o crédito vencido registou um acentuado crescimento de 66,9% (+46 milhões de euros), justificado em parte pela reversão em 2010 de uma carteira vencida de 21,2 milhões de euros, que tinha sido vendida em 2009. Esta venda tinha sido efectuada a entidade não relacionada especializada na gestão de "Non performing loans" e temporariamente financiada pelo Finibanco enquanto se aguardava pelo resultado de acções conducentes ao seu financiamento por outra entidade externa. Contudo, as extremas dificuldades ocorridas ao nível de liquidez no decurso do presente exercício, inviabilizaram a obtenção do referido financiamento, situação em tudo contrária as expectativas existentes. Neste contexto, foi revertida a venda efectuada, pelo justo valor dos créditos no momento desta transacção, sendo intenção da Administração proceder a nova operação de venda num futuro próximo

As Garantias prestadas e as linhas de crédito irrevogáveis registaram crescimentos homólogos significativos, de 17,7% (+15,2 milhões de euros) e de 28,9% (+35,9 milhões de euros), respectivamente.

O rácio de crédito vencido há mais de 90 dias, deduzido de créditos totalmente provisionados, passou a representar 2,0% do crédito total (era 2,1% em Dezembro de 2009). O grau de cobertura por provisões foi reforçado, passando para 170,6% (era de 114,4% em Dezembro de 2009), em consequência do reforço de provisionamento.

Os Recursos de Bancos Centrais aumentaram 119,6 milhões de euros (+62,8%), situando-se em 310,1 milhões no final do exercício. Esta fonte de financiamento representava 9,3% do total do activo e era de 6,2% em igual momento do exercício anterior.

Os recursos de Instituições de Crédito tiveram um aumento de 38,4 milhões de euros, traduzindo-se num crescimento de 47,8%.

Em Junho de 2010 iniciou-se a fase de amortização da operação de titularização Aqua SME, registando-se uma diminuição de 109 milhões de euros face ao final de 2009.

O total dos Recursos de clientes, incluindo a Desintermediação, registou um acréscimo de 7,2% (+201,8 milhões de euros) face ao período homólogo, tendo os Recursos com registo fora do balanço diminuído 9,2%.

	Mil €		
Recursos totais de clientes	31-12-2010	31-12-2009	Δ% Dez10/Dez09
...Depósitos	2.373.702	2.123.400	11,8
...Obrigações colocadas em clientes	163.682	164.682	(0,6)
Recursos de clientes no balanço (1)	2.537.384	2.288.081	10,9
Desintermediação (2)	468.449	515.977	(9,2)
Total	3.005.833	2.804.058	7,2

(1) Não considerando juros e outros ajustamentos.

(2) Inclui fundos de investimento, PPA e gestão de carteiras corrigidos de duplicações de registos (depósitos de fundos de investimento, UP's em carteira e outros).

Os Recursos de clientes com registo no balanço apresentam um incremento de 249,3 milhões de euros face a igual período do ano anterior (+10,9%).

Os Depósitos registaram um crescimento de 11,8% (+250,3 milhões de euros), em consequência do esforço efectuado no sentido de reforçar as fontes de financiamento internas.

O Finibanco continua a deter como principal fonte de financiamento da sua actividade os recursos de clientes, que representam 76,3% do total do activo, apresentando um bom rácio de transformação em crédito de 98,2% (era 101,4% em 2009).

Os Capitais próprios, não incluindo os resultados de 2010, aumentaram 17,8 milhões de euros, essencialmente em consequência do aumento de capital de 20 milhões de euros realizado no mês de Junho, da emissão de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados no montante de 15 milhões de euros, realizada em Fevereiro, da diminuição (7,2 milhões de euros), das Reservas de reavaliação ao justo valor em títulos de dívida e da incorporação do resultado negativo de 2009 (-9,7 milhões de euros).

Como já referido, por força do aumento efectuado em Junho de 2010, o capital social passou de 160 milhões de euros para 180 milhões de euros.

A emissão de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados é considerada elegível para efeitos de cálculo do TIER I.

O rácio de solvabilidade situou-se em 8,6% e o TIER I em 6,2%, calculados de acordo com o normativo do Banco de Portugal, aplicando-se o método padrão para o cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura do risco de crédito e o método do indicador básico para cálculo de requisitos para cobertura de risco operacional.

Os fundos próprios de base registaram uma diminuição de 24,2 milhões de euros e os requisitos de fundos próprios aumentaram em 21,7 milhões de euros (13,4%).

O Produto bancário teve uma diminuição de 16,2 milhões de euros (-14,5%), em consequência da redução dos Resultados em operações financeiras e dos Outros proveitos líquidos, em 12,6 milhões de euros e 5,6 milhões de euros, respectivamente.

A Margem financeira registou um crescimento de 2,9% (+2,1 milhões de euros).

Margem Financeira	31-12-2010	31-12-2009	Mil €	
			D	
			Valor	%
Margem financeira	72.801	70.734	2.068	2,9
Intermediação financeira	62.989	60.564	2.425	4,0
Custo amortizado	9.749	8.326	1.424	17,1
Rendimento de instrumentos de capital	63	1.844	(1.781)	(96,6)

As comissões associadas ao custo amortizado cresceram 17,1% (+1,4 milhões de euros), em resultado do aumento das comissões de renovação das contas correntes (1,1 milhões de euros) e das comissões de gestão (0,5 milhões de euros). As comissões associadas à cobrança de efeitos registaram uma redução de 0,5 milhões de euros.

A Margem financeira da intermediação teve um aumento de 2,4 milhões de euros (+4,0%), justificado essencialmente pelo incremento do volume de negócio. A margem da intermediação financeira continuou a ser afectada pela crise financeira, não obstante o ajustamento dos *spreads* das operações creditícias às novas condições de risco, efectuado ao longo do ano, e a substituição dos depósitos de elevado montante com taxas elevadas, por outros com taxas mais reduzidas.

Os dividendos recebidos foram inferiores aos do período homólogo em 1,8 milhões de euros, penalizando a Margem financeira.

Os Resultados em operações financeiras situaram-se em 4,3 milhões de euros, traduzindo-se numa diminuição de 12,6 milhões de euros face a 2009, dado o bom desempenho registado na carteira de títulos de negociação verificado no ano anterior (17,8 milhões de euros).

Os resultados cambial e de avaliação de *Swap's* cifraram-se em 47 mil euros, 927 mil euros superiores aos obtidos no exercício anterior.

As Comissões e os Outros proveitos líquidos decresceram 23,9% face ao período homólogo (-5,6 milhões de euros), em resultado do impacto negativo de 7,5 milhões de euros produzido pela reversão em 2010 da operação de venda de créditos. Não considerando o impacto desta operação, as Comissões e os Outros proveitos líquidos teriam registado um acréscimo de 1,9 milhões de euros (+11,5%).

As componentes afectas à actividade de retalho que tiveram maiores crescimentos foram as relacionadas com Comissões de imobilização de conta corrente caucionada e com Comissões de levantamentos em ATM's. Contudo, a actividade de retalho também registou um decréscimo em algumas componentes, destacando-se as associadas a garantias e avals e às operações com o estrangeiro, em consequência do retrocesso verificado na actividade económica.

As comissões afectas à actividade de investimento registaram acréscimos de 10,9% na componente de corretagem e de 17,3% nos fundos de investimento.

A rubrica de comissões incorpora os custos das transacções em bolsa relativas à carteira própria, em cerca de 1,4 milhões de euros.

As Provisões e imparidades líquidas foram reforçadas em 55,9 milhões de euros, correspondendo-lhe um acréscimo de 27 milhões de euros (+93,4%) face ao ano anterior. As provisões para crédito foram reforçadas em 27,1 milhões de euros (+95,8%), como consequência do aumento do crédito vencido, de 46 milhões de euros, por força das dificuldades dos clientes em cumprir os compromissos assumidos para a regularização das suas responsabilidades.

As recuperações de créditos abatidos, que ascenderam a 1,2 milhões de euros, registaram um aumento de 420 mil euros (+55,2%) face ao exercício anterior.

Em 2010, foram anuladas provisões para títulos no montante de 0,4 milhões de euros.

Os Encargos de estrutura aumentaram 4,8 milhões de euros (+5,0%), para o que contribuiu o acréscimo de 3,1 milhões de euros (+5,7%) nos custos com o pessoal e de 2 milhões de euros nos gastos administrativos (6,2%).

A rede de Balcões é constituída por 174 unidades, tendo sido aberto apenas um Balcão no exercício em análise.

O número de colaboradores no final do exercício era de 1.304 e teve um aumento de 11 elementos (+0,9%) relativamente a igual período do ano anterior.

Os Gastos Administrativos registaram um crescimento de 6,2%, correspondente a 2 milhões de euros. As rubricas que mais contribuíram para este crescimento foram as de aluguer de equipamentos e de serviços especializados de informática e consultadoria.

As Amortizações tiveram uma diminuição de 3,5% (-0,3 milhões de euros), em comparação com o período homólogo.

O *Cost to income* passou de 85,2% para 104,8%, justificado essencialmente pelo comportamento negativo do produto bancário.

O Resultado antes de impostos, negativo de 60,4 milhões de euros, é consequência da redução do Produto bancário, em 16,2 milhões de euros, associado ao aumento dos custos globais, de 31,8 milhões de euros, dos quais 27 milhões de euros relativos a provisões e imparidades.

O Resultado líquido de impostos foi negativo em 55,8 milhões de euros.

Há contudo a destacar o bom desempenho da margem financeira, em consequência do aumento do volume de negócio e dos ajustamentos efectuados nas taxas de juro das operações de crédito e de depósitos.

4.2 Finibanco Angola, SA

O Finibanco Angola, SA fez no final de 2010 o segundo exercício completo da sua actividade, a qual teve início no segundo semestre de 2008.

Tal como no exercício anterior, também o que terminou em 31 de Dezembro de 2010 se caracterizou por um crescimento muito acentuado, a vários níveis, em resultado da acção desenvolvida.

Procedeu-se à abertura de um Centro de Empresas, em Luanda, com a finalidade de prestar apoio especializado aos clientes deste segmento de negócio.

Abriram-se mais dois novos Balcões em Luanda, um em São Paulo e outro em Morro Bento, e ainda um posto de atendimento no Porto Seco da Mulemba, em obediência ao objectivo de chegar cada vez mais perto dos clientes e de lhes prestar melhores serviços.

Promoveu-se a reorganização da estrutura e dos serviços internos, adoptando um novo organigrama geral, mais consentâneo com o estado actual da situação da empresa e com a prevista evolução dos negócios.

O quadro de pessoal dispõe de 72 colaboradores (+20 do que em Dezembro de 2009), dos quais 37,5% são do sexo feminino.

Em termos de negócio há a assinalar o crescimento de 246% do número de clientes, mais expressivo no segmento de Particulares do que Empresas.

NUMERO DE CLIENTES		
	2010	2009
Clientes particulares	6.503	2.454
Clientes empresa	883	544
	7.386	2.998

Há a assinalar ainda a adesão de clientes ao Cartão Multicaixa, principalmente através da emissão de cartões não personalizados, com a evolução expressa no quadro seguinte:

CARTOES MULTICAIXA EMITIDOS (Mil €)

	2010	2009
Cartões Multicaixa activos	3.985	1.795
Percentagem de adesão	54%	60%
Número de transacções	80.475	18.011
Valor das transacções	6.737	1.287

e também a evolução dos montantes disponibilizados nas ATM's e nos Terminais de Pagamento Automático, conforme se constata nos quadros abaixo:

MAQUINAS ATM EM SERVIÇO (Mil €)

	2010	2009
ATM's activas	10	7
Valores dispensados	47.113	13.685

TPA EM SERVIÇO (Mil €)

	2010	2009
TPA's activos	46	4
Número de transacções	33.378	293
Valor das transacções	2.767	16

O crédito concedido apresenta um crescimento de 33,2% (44,7 milhões de euros), evolução menos expressiva do que seria expectável por força da utilização de uma política muito conservadora na concessão de crédito, pois a tal obriga o regime angolano de provisionamento que, sendo muito penalizador, aconselha uma análise mais profunda do risco.

CARTEIRA DE CREDITO POR SEGMENTO (Mil €)

	2010		2009	
	Empresas	Particulares	Empresas	Particulares
Crédito concedido	36.005	8.675	28.053	5.482
Crédito por assinatura	4.726	1.312	5.427	521
	40.732	9.987	33.480	6.003

Cotejado o crédito concedido com a moeda em que as operações foram realizadas, verifica-se que no exercício em análise sobressai o equilíbrio entre as operações realizadas em kwanzas e as que foram feitas em moeda estrangeira, demonstrativo do esforço que vem sendo desenvolvido no sentido de apoiar a valorização da moeda nacional em detrimento do dólar americano.

CARTEIRA DE CREDITO POR TIPO DE PRODUTO E MOEDA (Mil €)

	2010		2009	
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Moeda estrangeira
Conta corrente	10.279	9.515	6.794	6.471
Financiamento	2.374	5.483	1.805	5.278
Rendas	5.922	7.992	5.319	5.708
Descobertos	2.923	192	2.155	4
	21.499	23.181	16.073	17.462

Do quadro supra resulta o forte apoio que o Finibanco Angola tem prestado às empresas angolanas, na medida em que 78% do crédito concedido se destinou ao investimento e a apoio de tesouraria.

A carteira de Depósitos (incluindo os cheques a pagar), que se cifrou em 93,2 milhões de euros, evidencia um crescimento muito elevado, na medida em que o seu valor mais do que duplicou relativamente ao exercício anterior, com destaque para o último mês do ano, com um acréscimo de 24,3 milhões de euros.

CARTEIRA DE DEPOSITOS POR SEGMENTO (Mil €)

	2010		2009	
	Empresas	Particulares	Empresas	Particulares
Depósitos à ordem	40.676	16.431	10.141	10.907
Depósitos a prazo	16.880	17.009	10.151	11.322
	57.556	33.440	20.292	22.229

Se no que respeita ao crédito se assiste à tendência de aumento de operações em moeda nacional, já no que concerne a depósitos essa tendência se mostra mais evidente, o que denota uma maior credibilização do kwanza face às moedas estrangeiras.

CARTEIRA DE DEPOSITOS POR MOEDA (Mil €)

	2010		2009	
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Moeda estrangeira
Depósitos à ordem	48.052	9.055	11.713	9.336
Depósitos a prazo	6.453	27.436	3.845	17.628
	54.505	36.491	15.558	26.964

Do que fica dito resulta que o activo líquido atingiu 122,8 milhões de euros, evidenciando um acréscimo de 71% relativamente ao exercício anterior.

O resultado líquido cifrou-se em 6,8 milhões de euros, com um crescimento de 35% relativamente a 2009.

Para 2011, tudo aponta para que se repita o crescimento que vem sendo verificado, previsivelmente com maior intensidade, tendo em conta a inequívoca vontade de crescer, patente no comportamento dos profissionais do seu quadro de pessoal, e também a pujança, que vem sendo notada, da economia angolana.

4.3 Finicrédito-Instituição Financeira de Crédito, SA

À crise económica e financeira que esteve patente nos dois últimos exercícios juntou-se agora uma nova crise, a da dívida soberana. Se até então o financiamento do sector privado da economia era difícil e se consubstanciava no recurso aos fundos do Banco Central Europeu, as dificuldades relativas ao suprimento das necessidades de financiamento do Estado português vieram agravar significativamente o cenário existente.

As medidas restritivas adoptadas, especialmente ao nível do consumo privado, o aumento do desemprego e os níveis reduzidos de poupança, ajudaram à persistência da crise.

Os anos de 2008 e, especialmente, de 2009, foram caracterizados por fortes contracções no crédito. O crescimento que se verificou em 2010 nesta área, deveu-se a uma forte necessidade de financiamento das empresas (especialmente do sector automóvel), com 36,4% de variação nos *stocks*, e da utilização mais acentuada dos cartões de crédito por parte das famílias, com 42,2% no *revolving*.

O crédito clássico que constituiu o mercado da Finicrédito, apresentou um pequeno crescimento de 2,5%, correspondente a cerca de 53 milhões de euros, relativamente ao exercício anterior, depois de nos anos de 2008 e 2009 ter sofrido fortes decréscimos.

O negócio do Leasing Mobiliário segundo a ALF-Associação de Leasing e Factoring, terá crescido cerca de 6%, correspondente a 174 milhões de euros, depois de haver regredido 33% no exercício anterior.

A actividade da Finicrédito em 2010, desenvolveu-se apenas em Portugal, uma vez que a actividade comercial da Sucursal da Roménia foi descontinuada em 2008, mantendo-se apenas a gestão da carteira de crédito existente.

No exercício em análise, continuou-se a implementação da estratégia definida no segundo semestre de 2008, que conduziu a mudanças estruturais significativas em matéria de política comercial, de risco e de controlo e gestão da carteira de crédito, e iniciou-se um novo programa de acções e de investimentos de natureza tecnológica para suportar o aumento de produtividade, a eficiência operacional e a melhoria da qualidade do serviço.

Como se referiu, o ano de 2009 apresentou uma forte regressão na actividade comercial. Porém, apoiados nos segmentos e sectores que se pretendiam conquistar em 2010, o nível de actividade registou um crescimento de 66%, relativamente a 2009, com a produção de novos contratos de crédito a atingir um montante superior a 121 milhões de euros.

Complementarmente, a área de risco monitorizou em permanência os modelos de *scoring* em funcionamento, a actividade e a qualidade dos negócios angariados pelos nossos parceiros comerciais e bem assim a estratégia definida no manual de concessão de crédito.

Em resultado da estratégia adoptada, verificou-se a entrada em análise de 26.070 propostas, no montante total de 351,1 milhões de euros, e uma concretização de 40,6%, que em 2009 se tinha situado em 35,0%, por força da qualidade do negócio angariado e dos bens a financiar.

As propostas angariadas, em quantidade, distribuíram-se pelos segmentos de viaturas (73%), bens ou serviços para o lar (20%) e equipamentos diversos (7%), destinados ao sector produtivo.

No que respeita a montantes envolvidos, destinaram-se em 77% a financiamento de viaturas, em 3% a bens ou serviços para o lar e em 20% a equipamentos produtivos.

O índice de aprovação das propostas foi de 42,0%, em quantidade, e 33,7%, em valor.

Por segmento de negócio, o índice de aprovação, em quantidade de propostas, foi de 37,1% nas viaturas, 54,1% nos bens e serviços destinados ao lar e 32,8% no bens de equipamento.

As alterações introduzidas, relacionados com a implementação de estratégias e de política apresentam resultados francamente positivos:

- Foram encerrados 380 pontos de venda, que apresentavam baixos índices de produção e de qualidade. Em contrapartida foram abertos outros 291 que, adicionados aos restantes atingem o número de 976;
- A qualidade do negócio angariado pelos pontos de venda melhorou de forma substancial;
- A produção nova foi originada em cerca de 32% nas novas parcerias e em 73% em parceiros de média ou grande dimensão, designadamente em grupos de retalho nacionais ou regionais;
- A produção oriunda dos balcões do Finibanco aumentou 49% e representou 16% da produção total;
- O valor médio dos novos contratos sofreu um incremento de 40% (passou de 8,2 mil euros para 11,4 mil euros);
- O número de contratos efectuados com recurso à taxa de juro indexada representa cerca de 42% do total. Era de 34% no exercício anterior;
- O produto “Leasing” aumentou 88%, relativamente a 2009, representando agora cerca de 37% do total da produção;
- A nova área de financiamento de Equipamentos em Leasing manteve a sua «quota» em 14% da produção total de crédito, e apresenta um crescimento de 63%;
- O volume do crédito do segmento Lar decresceu 22,5%, representando 4% do total de produção de crédito novo;
- O crédito destinado ao financiamento automóvel aumentou o seu peso relativo de 77% para cerca de 82%;
- O número de novos clientes angariados atingiu os 9.148, sendo que 1.219 são empresas e 7.929 particulares;
- Os contratos efectuados cifraram-se em 10.580, dos quais 13,5% foram com clientes já existentes; e
- O volume de produção distribuiu-se 32%, por empresas, e 68%, para particulares;

Também a área de recuperação de crédito foi particularmente activa em termos de alterações que resultaram num maior índice de recuperação.

A cobrança de contratos delinquentes atingiu performances excelentes, próximas dos 84%, no final do ano.

Da mesma forma, o índice de recuperação de crédito dos contratos em *default*, correspondentes a contratos com 3 ou mais prestações em mora passou de 42,8% para 55,0%.

Em matéria de estrutura orgânica, continuou a desenvolver-se o processo de consolidação estrutural da empresa, através da sistematização e da implementação de processos funcionais e operacionais.

Foram revistos os Manuais de Funções e de Procedimentos, neles incluindo um conjunto de normas de funcionamento.

A área comercial, que estava organizada sob a perspectiva de segmento por tipo de bem (Automóvel, Lar e Equipamentos), passou a ser gerida em função da dimensão e potencial dos pontos de venda.

Como forma de catalisar e potenciar os objectivos estratégicos definidos, criou-se a área de subscrição de negócio (CCN), que se corporiza como sendo a interface da empresa com os parceiros de negócio. Foram revistos os processos internos, com o objectivo de incrementar a interacção, a compreensão, a rapidez e o serviço associado à gestão dos negócios que são enviados para a empresa. Desta forma, distinguem-se, claramente, as funções de distribuição (associadas às áreas comerciais) e as da gestão de subscrição de negócio (associadas às áreas operativas).

Deu-se continuidade à estratégia de centralização de mais algumas das tarefas operacionais.

Foram criadas e disponibilizadas novas formas automáticas de interligação dos parceiros comerciais e dos clientes com a empresa.

A nível dos recursos humanos implementou-se um sistema de objectivos e incentivos destinado a colaboradores com funções produtivas, operacionais, de gestão e de controlo de risco e do crédito, nele ficando enquadrados mais de 80% dos colaboradores.

Continuou-se o esforço de formação tendo sido ministradas 13 acções, correspondentes a mais de 1.300 horas, envolvendo 92 colaboradores.

De salientar nesta área que a Finicrédito foi objecto de avaliação e mensuração do nível de compromisso, tendo sido classificada pela Revista Exame, com a colaboração da Accenture, como uma das melhores empresas portuguesas para trabalhar.

Por último, reviu-se o código de conduta dos colaboradores e procedeu-se à melhoria das condições e do ambiente de trabalho, na Sede e nas Unidades de Negócio Regionais.

Quanto aos aspectos económicos e financeiros, o financiamento da actividade da Sociedade foi feito essencialmente por recurso ao endividamento bancário junto do Finibanco, e, através deste dos fundos do BCE, o que possibilitou a obtenção de taxas de juro bastante competitivas. Para o efeito foram utilizadas as obrigações de classe A, emitidas na operação de titularização "Aqua Finance n.º 3".

O activo líquido registou um aumento de 5,3%, tendo atingido, no final do ano, o montante de 343 milhões de euros. Cerca de 85,3% desse montante corresponde à rubrica de crédito concedido a clientes, cujo valor ascende a cerca de 293 milhões de euros. A carteira de crédito existente no mercado externo atingiu o montante de 1,1 milhões de euros.

A política de constituição de provisões manteve-se adequada ao volume de crédito em mora, de acordo com critérios prudenciais conservadores. No final do ano, as provisões constituídas, quando comparadas com o montante de crédito vencido com mais de 90 dias, permitiram um rácio de cobertura de 103,4%. Cerca de 90% é constituído por dívidas de financiamento da actividade, no montante de 295 milhões de euros.

Os fundos próprios da Sociedade observaram uma diminuição de 14,4 milhões de euros, em resultado dos impactos relacionados com o fundo de pensões, com impostos diferidos, com a distribuição de dividendos relativos ao ano de 2009 e com o resultado líquido do exercício. No final deste os capitais próprios situavam-se em 20,5 milhões de euros.

Tendo em conta o valor ponderado dos activos da Sociedade, bem como os fundos próprios existentes, obteve-se um rácio de solvabilidade de 9,6%.

A margem financeira observou um crescimento de 3,3%, correspondente a 598 mil euros, fruto do aumento da carteira de crédito e da manutenção percentual da diferença entre as taxas de juros activas e passivas. No entanto, os juros e rendimentos similares diminuíram 7,4 milhões de euros, como resultado da variação das taxas de juro activas que, pela mesma razão, registaram uma diminuição de 8 milhões de euros.

Os resultados não financeiros atingiram os 5,6 milhões de euros, apresentando um crescimento de 36%, relativamente ao ano anterior.

O Produto bancário cifrou-se em 24,4 milhões de euros e patenteia uma melhoria de 9,2%.

Os encargos de estrutura, correspondentes a 45,9% do produto bancário, registaram uma redução de 6,7% e incluem os custos de 129 mil euros relativos à sucursal da Sociedade na Roménia.

As provisões constituídas, tiveram, em termos líquidos, um aumento de 229,6% relativamente ao período homólogo.

Os resultados antes de impostos ascenderam a 17,9 milhões de euros, negativos, originados pelas operações extraordinárias que foram realizadas no decurso do exercício.

O resultado líquido foi de 13,5 milhões de euros, negativos.

As prioridades para o ano de 2011 vão situar-se na consolidação das linhas estratégicas definidas no segundo semestre de 2008, apesar dos grandes condicionalismos existentes a nível legislativo e do mercado de crédito, no que respeita à sua dimensão e à maior concorrência.

Tendo presente que a Sociedade foi adquirida no final de 2010 pelo Grupo Montepio, incorporaram-se algumas alterações na estratégia, por forma a que os objectivos do novo accionista sejam perseguidos.

Na área comercial procurar-se-á consolidar o modelo de negócio, baseado numa hierarquia de valor, e dar-se-á continuidade ao esforço de mudança na sua originação, especificamente através de:

- Redução dos Pontos de Venda de maior risco;
- Estabelecimento de novas parcerias com Pontos de Venda de média dimensão e de reconhecida idoneidade;
- Aumento do número de negócios com taxas de juro indexadas;
- Adequação dos prazos de financiamento à idade das viaturas;
- Política de valores residuais que garantam uma boa cobertura do financiamento; e
- Adequação da política de risco e *pricing*.

No marketing será efectuada a segmentação da carteira de clientes, estabelecidas e desenvolvidas campanhas específicas de fidelização dos clientes. Fomentar-se-á a utilização dos canais web, por parte dos Pontos de Venda e dos Clientes.

A marca e a imagem da empresa serão analisadas e avaliadas, no sentido da sua uniformização com a do Grupo Montepio.

4.4 Finivalor-Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários, SA

O ano de 2010 foi mais um ano muito difícil para a indústria de fundos de investimento. Os efeitos da crise mundial económica e financeira foram de tal dimensão que a Sociedade Gestora acabou por ter de preocupar-se fundamentalmente em tornar menos expressivas as quedas nos volumes dos fundos sob gestão.

Neste contexto, a evolução dos valores líquidos globais dos fundos geridos pela Finivalor reflectiu inevitavelmente o cenário descrito, caracterizado por uma forte retracção dos montantes sob gestão após a recuperação verificada em 2009.

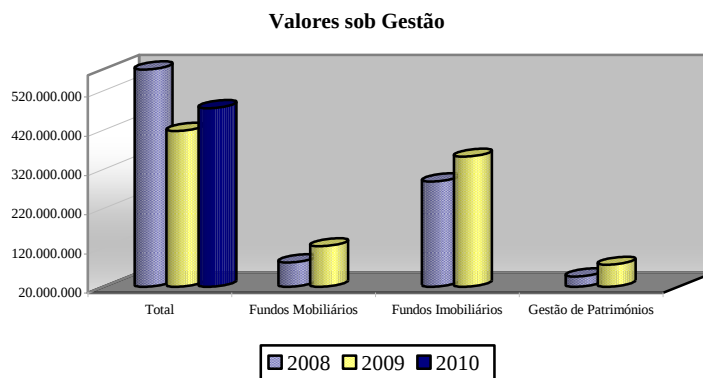
O total de valores líquidos globais dos fundos mobiliários situou-se em 95,3 milhões de euros, registando uma diminuição de 22,8% face ao valor apresentado no final do exercício anterior.

Do conjunto dos dez fundos mobiliários geridos pela Finivalor apenas o Finifundo Mercados Emergentes e o recente Agrupamento de Fundos registaram evolução positiva dos valores sob gestão.

No fundo imobiliário aberto Finipredial o valor líquido global do fundo atingiu os 310,2 milhões de euros, com um crescimento de cerca de 9,7% relativamente a igual período de 2009, evolução que se situou acima das expectativas iniciais e é mais digna de especial realce face à crise vivida no segundo semestre. No seu todo a gestão de fundos imobiliários (fundos abertos e fechados) registou um acréscimo de 7,8%.

A área de negócio de gestão de patrimónios passou a representar um valor praticamente residual, quedando-se pelos 4 milhões de euros, em resultado da passagem da gestão dos produtos da Finibanco Vida para a órbita da Mapfre Seguros Gerais, S.A., e ainda por força da descontinuação do produto Finicarteira.

Assim, o Valor Líquido Global dos Activos sob gestão da Finivalor diminuiu 13,2%, atingindo no final de 2010 cerca de 480,6 milhões de euros (553,4 milhões de euros em igual período do ano anterior).



O Resultado Líquido do Exercício foi positivo em cerca de 2,9 milhões de euros, valor 16,8% superior ao verificado em 2009.

Evolução dos Activos sob Gestão

Fundo de Investimento	VLGF (10 ³ Eur)		D%	Participantes		Rendibilidades 2010 (%)
	31-12-2010	31-12-2009		31-12-2010	31-12-2009	
Fundos Mobiliários	95.296	123.367	(22,8)	7.928	10.554	
Finirendimento	25.950	48.338	(46,3)	1.981	3.228	-4,2
Finiglobal	15.546	19.525	(20,4)	1.271	1.710	-2,1
PPA Finibanco	978	1.798	(45,6)	1.382	1.428	-14,7
Finicapital	7.301	12.470	(41,5)	834	1.224	-9,6
Finifundo Merc. Emerg.	5.016	2.239	124,1	243	318	8,5
Finifundo Taxa Fixa Euro	4.805	7.047	(31,8)	310	587	-5,2
Acções Internacionais	8.156	9.694	(15,9)	667	956	1,6
Finifundo Moderado	10.109	6.969	45,1	618	285	0,7
Finifundo Conservador	9.087	9.296	(2,2)	355	566	2,2
Finifundo Agressivo	8.348	5.992	39,3	267	252	4,5
Fundos Imobiliários	381.305	353.878	7,8	10.737	9.981	
Finipredial	310.233	282.819	9,7	10.728	9.973	3,2
Predicaíma	42.026	41.994	0,1	1	1	0,0
Portugal Estate Fund	5.009	5.029	(0,4)	1	1	-0,4
Polaris	7.264	7.197	-	1	-	0,0
Imomarvãs	16.773	16.838	(0,4)	6	6	0,4
Patrimónios	4.046	71.742	(94,4)			
Gestão de Carteiras	3.850	70.758	(94,6)	-	-	-
Finicarteira ⁽¹⁾	196	983	(80,1)	-	-	-
Total	480.647	548.987	(12,4)	-	-	-

⁽¹⁾ Estes Valores não incluem as verbas investidas em Fundos geridos pela Sociedade

4.5 Finisegur-Sociedade Mediadora de Seguros, SA

No início do exercício foram encetados os trabalhos preparatórios para a materialização do acordo de exclusividade, estabelecido entre a Finibanco Holding e a Mapfre Seguros Gerais, S.A., e a primeira produção de contratos novos, já com a marca Mapfre, começou a ser colocada a partir de Abril de 2010, encontrando-se calendarizada para o início do segundo semestre a transferência de carteiras dispersas por outros seguradores.

Em Julho, o conhecimento público da intenção do Grupo Montepio de lançar uma OPA sobre a Holding do Finibanco fez com que, cautelarmente, não se assumissem mais compromissos que pudessem pôr em causa os propósitos da Instituição ofertante sem, contudo, comprometer os termos dos acordos firmados com a Mapfre.

Ainda durante o exercício de 2010 preparou-se e foi aprovado pelo Finibanco-Holding um projecto que visava a replicação da estratégia da Finisegur junto do Finibanco Angola. No entanto, a Oferta Pública de Aquisição lançada pelo Grupo Montepio fez parar este projecto até se encontrarem reunidas as condições para uma reavaliação posterior.

Apesar destas vicissitudes, o trabalho desenvolvido durante o exercício foi particularmente bem sucedido, havendo a registar o seguinte:

- Acolhimento muito favorável por parte da estrutura comercial do Finibanco do programa de objectivos de Seguros Vida e Não Vida para a gama total de produtos disponibilizados nos seus Balcões;
- Pleno empenho num ambicioso plano de vendas materializado no cumprimento, por parte do Finibanco, quer dos objectivos globais, quer dos respeitantes a campanhas específicas levadas a cabo durante o ano, designadamente nos Ramos Não Vida, uma campanha de Acidentes Pessoais (Finimaster e Finiúnior), e mais três nos Ramos Vida;
- Nos negócios oriundos da Finicrédito, voltou-se a resultados excelentes depois de um ano de 2009 não tão bem conseguido;
- Aumentou-se a celebração de seguros exteriores ao Grupo, com prospecção própria da Finisegur fora do contexto da rede comercial do Finibanco;
- Racionalizaram-se meios e optimizaram-se rotinas que originaram melhorias na produtividade e na qualidade de serviço prestado;

- Concluiu-se o projecto de digitalização da totalidade do arquivo físico dos 35.000 dossiers de clientes;
- Iniciaram-se acções específicas para a consolidação dos acordos estabelecidos entre o Grupo Finibanco e o Grupo Mapfre, projecto que mobilizou todos os meios e recursos da empresa.

A Finisegur registou um aumento de 25,7% no valor das comissões recebidas, que passaram de 1,54 milhões de euros para 1,93 milhões de euros.

O total de encargos cifrou-se em 1,47 milhões de euros contra 1,24 milhões de euros no exercício anterior (18,5%) dos quais 506 mil euros respeitam a Despesas com Pessoal.

Os custos do exercício sofreram um aumento significativo, decorrente das necessidades extraordinárias de desenvolvimento informático e da contratação de um colaborador a termo certo para apoio às exigências resultantes do acordo estabelecido com a Mapfre Seguros.

O resultado antes de impostos foi de 471,3 mil euros (contra 294,1 mil euros no exercício anterior), com um incremento de 60,3%.

O resultado, líquido, foi de 349,2 mil euros, correspondendo-lhe uma rentabilidade de capitais próprios de 61,6%.

Desconhecendo-se o destino reservado à Finisegur por força da tomada de posição por parte do Grupo Montepio, achamos não oportuno estabelecer planos para o exercício de 2011.

Todavia, tendo em linha de conta a conjuntura pouco favorável para o próximo exercício, o objectivo de comissões para 2011 estima-se que poderia rondar os 2 milhões de euros, caso em que o resultado final previsto para o exercício, antes de impostos, poderá cifrar-se nos 530 mil euros.

4.6 Finimóveis-Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, SA

Por força da crise instalada e da consequente estagnação dos negócios no mercado imobiliário, no exercício em análise apenas se procedeu à venda de uma fracção do aglomerado da Quinta das Sedas, por montante praticamente igual ao seu valor contabilístico.

Nestes termos, a acção desta Participada confinou-se, na prática, à gestão corrente do parque imobiliário que detém para negociação.

Os custos de gestão tiveram uma ligeira subida, mas em compensação os encargos financeiros diminuíram cerca de oitenta mil euros, graças à evolução favorável das taxas Euribor, o que permitiu a apresentação de um resultado positivo.

Assim, o Resultado do exercício, líquido de impostos, cifrou-se em 18,2 mil euros.

Em termos de futuro, esperam-se novos rumos para a Empresa, em resultado da aquisição da Holding, detentora da totalidade do capital social, pelo Montepio

5. Perspectivas Futuras

O ano de 2011 será caracterizado pela consolidação do plano de integração do Finibanco no Montepio Geral. As empresas Finisegur, SA, Lestinvest, SA e Finimóveis, SA passaram em 30 de Março de 2011 a ser detidas pelo Montepio Geral Associação Mutualista, bem como a participação de 50% no Finibanco Vida SA. O Finibanco-Holding passou em 31 de Março de 2011 a ser integralmente detido pela Caixa Económica Montepio Geral, e manteve as suas participações na Finicrédito, SA, Finibanco Angola, SA, Finivalor, SA e Finibanco, SA, garantindo que as respectivas actividades passem a estar consideradas no seu perímetro de consolidação de contas.

Dando cumprimento ao plano de integração da actividade bancária doméstica, toda a estrutura do Finibanco, SA foi, por escritura de trespasse de 4 de Abril de 2011, integrada na Caixa Económica Montepio Geral, constituindo uma organização e uma rede única, adoptando a marca "Montepio".

**6. Declaração dos Membros do Conselho de Administração
Efectuada em Cumprimento do Disposto na Alínea c) do N.º 1 do Artigo 245.º
do Código dos Valores Mobiliários**

O Conselho de Administração do Finibanco-Holding, SGPS S.A. declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão e as contas anuais relativas ao exercício de 2010, expõem fielmente a evolução dos negócios, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada do Activo e do Passivo, da situação financeira e dos resultados do Finibanco-Holding e das empresas incluídas no seu perímetro de consolidação.

Mais declara ainda que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Finibanco-Holding e do seu Grupo financeiro, bem como a descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

António Tomás Correia

José de Almeida Serra

Rui Manuel da Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

Álvaro Cordeiro Dâmaso

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Joaquim Mendes Cardoso

António Couto Lopes

José Carlos Sequeira Mateus

Pedro Jorge Gouveia Alves

7. Aplicação de Resultados

No exercício de 2010 o Finibanco Holding, SGPS, SA registou um prejuízo no montante de 9.044.349,47 euros, propondo o Conselho de Administração que os mesmos sejam levados a Resultados Transitados.

8. Nota Final

Terminado o exercício de 2010, o Conselho de Administração entende dever expressar o reconhecido agradecimento a todos quantos num contexto economicamente muito adverso deram o seu contributo para levar a bom termo a tarefa de que se ocupou na sua fase final e designadamente:

- À Autoridade Monetária e Financeira e à CMVM-Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, pela compreensão e pelo diálogo que sempre souberam pôr nos contactos havidos;
- Aos Órgãos Sociais, Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas Ernst & Young Audit & Associados-SROC, SA, pela cooperação evidenciada;
- Aos Colaboradores do Grupo Finibanco, pelo empenhamento e dedicação que souberam colocar no desempenho das suas funções;
- Aos Senhores Accionistas, pela confiança demonstrada, que muito honrou a Instituição, até ao momento da aquisição da totalidade do capital pelo Montepio Geral-Associação Mutualista IPSS.

Porto, 27 de Abril de 2011
O Conselho de Administração

António Tomás Correia

José de Almeida Serra

Rui Manuel da Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

Álvaro Cordeiro Dâmaso

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Joaquim Mendes Cardoso

António Couto Lopes

José Carlos Sequeira Mateus

Pedro Jorge Gouveia Alves

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
em 31 de Dezembro de 2010

FINIBANCO - HOLDING, SGPS S.A.

Balanço em base individual em 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Activo	Notas / Quadros anexos	2010-12-31			2009-12-31	Passivo e Capital	Notas / Quadros anexos	2010-12-31	2009-12-31
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões imparidade e amortizações	Valor líquido					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		0	0	0	0	Recursos de bancos centrais		0	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3	285	0	285	33	Passivos financeiros detidos para negociação		0	0
Activos financeiros detidos para negociação		0	0	0	0	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		0	0
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		0	0	0	0	Recursos de outras instituições de crédito	10	29.350	0
Activos financeiros disponíveis para venda	4	12.686	2.580	10.106	12.916	Recursos de clientes e outros empréstimos		0	0
Aplicações em instituições de crédito	5	0	0	0	9.665	Responsabilidades representadas por títulos	11	90.080	90.282
Crédito a clientes		0	0	0	0	Passivos financeiros associados a activos transferidos		0	0
Investimentos detidos até à maturidade		0	0	0	0	Derivados de cobertura		0	0
Activos com acordo de recompra		0	0	0	0	Passivos não correntes detidos para venda		0	0
Derivados de cobertura		0	0	0	0	Provisões		0	0
Activos não correntes detidos para venda		0	0	0	0	Passivos por impostos correntes		247	0
Propriedades de investimento		0	0	0	0	Passivos por impostos diferidos	12	347	344
Outros activos tangíveis	6	16.864	4.449	12.415	12.635	Instrumentos representativos de capital		0	0
Activos intangíveis		0	0	0	0	Outros passivos subordinados		0	0
Investimentos em subsidiárias e associadas	7 e 24	283.368	14.291	269.077	214.024	Outros passivos	13	942	242
Activos por impostos correntes	8	82	0	82	681	Total de Passivo		120.966	90.868
Activos por impostos diferidos		0	0	0	0	Capital	14	175.000	175.000
Outros activos	9 e 24	9.073	34	9.039	33.253	Prémios de emissão		30.000	30.000
						Outros instrumentos de capital		0	0
						Acções próprias		0	0
						Reservas de reavaliação		727	485
						Outras reservas e resultados transitados		(16.645)	(27.636)
						Resultado do exercício		(9.044)	14.490
						Dividendos antecipados		0	0
						Total de Capital		180.038	192.339
Total de Activo		322.358	21.354	301.004	283.207	Total de Passivo + Capital		301.004	283.207

As notas anexas fazem parte integrante do Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2010

FINIBANCO - HOLDING, SGPS S.A.

Demonstração de Resultados em base individual em 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Rubricas	Notas Quadros Anexos	2010-01-01 a 2010-12-31	2009-01-01 a 2009-12-31	2010-10-01 a 2010-12-31	2009-10-01 a 2009-12-31
Juros e rendimentos similares		262	699	43	80
Juros e encargos similares		2.411	4.791	741	574
Rendimentos de instrumentos de capital		4.678	3.767	0	0
Margem financeira	16	2.529	(325)	(698)	(494)
Rendimentos de serviços e comissões	17	0	0	0	0
Encargos com serviços e comissões	17	208	551	28	90
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		0	0	0	0
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	18	813	8.169	1	0
Resultados de reavaliação cambial		0	3	0	0
Resultados de alienação de outros activos	19	0	(812)	0	0
Outros resultados de exploração	20	2.036	9.456	89	6.612
Produto bancário		5.170	15.940	(636)	6.028
Custos com pessoal	21	227	228	45	57
Gastos gerais administrativos	22	609	373	450	140
Amortizações do exercício	6	219	229	55	55
Provisões líquidas de reposições e anulações		0	0	0	0
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)		0	0	0	0
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	23	450	873	63	0
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	23	12.811	(148)	12.612	(148)
Resultado antes de impostos		(9.146)	14.385	(13.861)	5.924
Impostos		(102)	(105)	(26)	(29)
Correntes	24	0	0	0	0
Diferidos		(102)	(105)	(26)	(29)
Resultado após impostos		(9.044)	14.490	(13.835)	5.953
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		0	0	0	0
Resultado por acção básicos (em Euros)		-0,05	0,10	-0,08	0,03
Resultado por acção diluídos (em Euros)		-0,05	0,10	-0,08	0,03

As notas anexas fazem parte integrante da Demonstração de Resultados Individual em 31 de Dezembro de 2010

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

FINIBANCO - HOLDING, SGPS S.A.

Demonstração do Rendimento Integral em base individual em 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Rubricas	Notas Quadros Anexos	2010-01-01 a 2010-12-31	2009-01-01 a 2009-12-31	2010-10-01 a 2010-12-31	2009-10-01 a 2009-12-31
Resultado do período		(9.044)	14.490	(13.835)	5.953
Activos disponíveis para venda		348	195	(93)	(282)
Ganhos e perdas liquidas no exercício		348	8.364	(93)	(282)
Reclassificação para resultados do exercício		0	(8.169)	0	0
Imposto diferido		(105)	(27)	36	(3)
Ganhos/Perdas liquidas em diferenças cambiais		0	0	0	0
Total do rendimento integral do período líquido de impostos		(8.801)	14.658	(13.892)	5.668
Atribuído a:					
Accionistas do Finibanco Holding		(8.801)	14.658	(13.892)	5.668
Interesses minoritários		0	0	0	0
		(8.801)	14.658	(13.892)	5.668

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

FINIBANCO-HOLDING, SGPS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Accionistas do Finibanco Holding									Interesses Minoritários	Total
	Capital	Prémios de emissão	Acções próprias	Reservas de justo valor	Outras reservas de reavaliação	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total		
Saldos em 31.12.2009 (em NCA`s)	175.000	30.000	0	(619)	1.104	25.677	(53.313)	14.490	192.339	0	192.339
Resultado do período	0	0	0	0	0	0	0	(9.044)	(9.044)	0	(9.044)
Outros rendimentos integrais											
Ganhos/ Perdas líquidas em valorizações ao justo valor	0	0	0	348	0	0	0	0	348	0	348
Imposto diferido	0	0	0	(105)	0	0	0	0	(105)	0	(105)
Ganhos / Perdas líquidas em diferenças cambiais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total do rendimento integral	0	0	0	243	0	0	0	(9.044)	(8.801)	0	(8.801)
Transferência para reservas	0	0	0	0	0	0	10.990	(14.490)	(3.500)	0	(3.500)
Outras variações em capital próprio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldos em 31.12.2010 (em NCA`s)	175.000	30.000	0	(376)	1.104	25.677	(42.323)	(9.044)	180.038	0	180.038

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

FINIBANCO-HOLDING, SGPS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

PARA O EXERCÍCIO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro)

	Notas	Dez-10	Dez-09
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Juros e comissões recebidos		277	684
Juros e comissões pagos		(1.655)	(1.938)
Impostos pagos		(2.549)	(554)
Fluxo das operações financeiras		5.491	11.127
Pagamentos ao pessoal		(227)	(228)
Outros recebimentos operacionais/ outros pagamentos operacionais		1.451	9.134
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos		2.788	18.225
Diminuições (Aumentos) dos activos operacionais			
Aplicações em instituições de crédito		9.650	(9.650)
Activos financeiros disponíveis para venda		2.603	25.779
Outros activos		24.192	(25.219)
Fluxo líquido dos activos operacionais		36.445	(9.090)
Aumentos (diminuições) dos passivos operacionais			
Recursos de outras instituições de crédito		29.350	(11.225)
Outros passivos		699	(390)
Fluxo líquido dos passivos operacionais		30.049	(11.615)
Fluxos das actividades operacionais (1)		69.282	(2.480)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Diminuições (aumentos) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		(67.864)	(12.929)
Aumentos (diminuições) Capital subscrito		0	60.000
Aumentos (diminuições) Prémios de Emissão		0	15.000
Fluxos das actividades de investimento (2)		(67.864)	62.071
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Amortizações de dívida titulada		0	(64.538)
Juros e comissões de Dívida Titulada		(1.166)	(4.643)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(1.166)	(69.181)
Aumento (diminuições) de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		252	(9.590)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3	33	9.623
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3	285	33

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração de fluxos de caixa individual do exercício de 2010

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

ÍNDICE

1. Informação Geral
2. Bases de apresentação, comparabilidade e principais políticas contabilísticas

BALANÇO: ACTIVO

3. Disponibilidades em outras instituições de crédito
4. Activos financeiros disponíveis para venda
5. Aplicações em instituições de crédito
6. Outros activos tangíveis
7. Investimentos em subsidiárias e associadas
8. Activos por impostos correntes
9. Outros activos

BALANÇO: PASSIVO

10. Recursos de outras instituições de crédito
11. Responsabilidades representadas por títulos
12. Passivos por impostos diferidos
13. Outros passivos

BALANÇO: CAPITAL

14. Capital
15. Dividendos e resultados por acção

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

16. Margem financeira
17. Rendimentos e encargos de e com serviços e comissões
18. Resultados de activos financeiros disponíveis para venda
19. Resultados de alienação de outros activos
20. Outros resultados de exploração
21. Custos com o pessoal
22. Gastos gerais administrativos
23. Imparidade
24. Impostos correntes

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

25. Rubricas extrapatrimoniais e passivos contingentes
26. Relato por segmento
27. Partes relacionadas
28. Justo valor dos instrumentos financeiros
29. Eventos subsequentes
30. Remuneração de Auditores

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Finibanco Holding tem a sede social no Porto, exercendo as funções de “holding” de um Grupo Financeiro – Grupo Finibanco (“Grupo”), operando em áreas da actividade bancária com as características de Banca Universal. O Finibanco Holding é a entidade central de um grupo de empresas multiespecializadas que oferecem um extenso leque de produtos e serviços financeiros para empresas e investidores, institucionais e particulares.

Em 29 de Novembro de 2010, realizou-se em sessão especial de Bolsa a Oferta Pública de Aquisição pelo Montepio Geral Associação Mutualista, através da qual adquiriu 99,63% do capital social do Finibanco Holding. Em meados de Dezembro de 2010, concretizou-se o mecanismo de aquisição potestativa do capital remanescente e, consequentemente, as acções objecto de oferta foram excluídas da negociação em mercado regulamentado com perda da qualidade de sociedade aberta.

O Finibanco Holding detém, directa e indirectamente, participações financeiras nas empresas subsidiárias e associadas que a seguir se indicam.

A estrutura do Grupo Finibanco a nível de empresas subsidiárias e associadas, detidas directamente, em 31 de Dezembro de 2010 pode ser resumida da seguinte forma:

Empresas subsidiárias e associadas	Sede	Actividade	% Participação efectiva
SUBSIDIÁRIAS			
Finibanco, S.A.	Porto	Instituição de Crédito	100%
Finivalor – Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários, S.A.	Lisboa	Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários	100%
Finimóveis – Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.	Porto	Imobiliária	100%
Finicrédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Porto	Sociedade Financeira	100%
Finisegur – Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.	Porto	Mediadora de Seguros	100%
Finibanco Angola, SA	Luanda	Instituição de Crédito	61,274%
Lestinvest – Sociedade Gestora de Participações, S.A.	Porto	Sociedade Gestora de Participações Sociais	100%
ASSOCIADAS			
Finibanco Vida –Companhia de Seguros, SA	Porto	Companhia de Seguros	50%
Iberpartners Cafés SGPS SA	Lisboa	Sociedade Gestora de Participações Sociais	29,410%
PRIO Foods SGPS SA	Oliveira de Frades	Sociedade Gestora de Participações Sociais	20%
Prio Energy SGPS SA	Oliveira de Frades	Sociedade Gestora de Participações Sociais	20%

No exercício de 2010, verificaram-se as seguintes alterações nas participações da Sociedade:

- A Finibanco Holding SGPS passou a deter 100% do capital da subsidiária Lestinvest. A aquisição dos 78,048% do capital ocorreu em Julho de 2010;
- Aquisição de 17,50% das sociedades PRIO Foods SGPS e PRIO Energy SGPS em Julho de 2010, passando o Finibanco Holding SGPS a deter actualmente 20% de cada uma das sociedades.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 27 de Abril de 2011 e serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de accionistas de 13 de Maio de 2011.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO, COMPARABILIDADE E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação e comparabilidade

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas pela primeira vez em 2006 de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) conforme definido no Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal.

As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com excepção das seguintes áreas:

- Valorimetria e provisionamento do crédito concedido;
- Benefícios dos empregados, através do estabelecimento de um período de diferimento dos impactos de transição para IAS/IFRS; e
- Eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico, excepto para os activos financeiros disponíveis para venda que foram mensurados ao justo valor.

A instituição apresenta em capítulo separado as suas contas consolidadas nos termos do disposto da IAS 27- "Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas"

A Finibanco Holding adoptou as novas normas e interpretações, alterações ou revisões emitidas pelo IASB/IFRIC e endossadas pela União Europeia com entrada em vigor em 2010. Esta adopção não implicou efeitos na posição patrimonial e performance da Sociedade. Na nota 55 das contas consolidadas estão sumarizadas as normas e interpretações recentemente emitidas.

2.2. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a gestão da Sociedade tem que efectuar estimativas e assumir previsões que afectam os activos, passivos, réditos e custos, bem como os passivos e activos contingentes divulgados. Para a elaboração destas estimativas a gestão utilizou a informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras e julgamentos de valor. Consequentemente, os valores futuros efectivamente verificados podem diferir destas estimativas. As situações onde o uso de estimativas é mais significativo são as seguintes:

Imparidade em instrumentos de capital

Os instrumentos de capital classificados em activos financeiros disponíveis para venda são considerados em imparidade quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preço de custo, ou quando existam outras evidências objectivas de imparidade. A determinação do nível de declínio em que se considera "significativo ou prolongado" requer julgamentos. Neste contexto o Grupo determinou na transição para NCA's que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 50% ou por mais de 1 ano é considerado significativo ou prolongado, respectivamente. Adicionalmente, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos.

Imparidade em instrumentos de dívida

No caso dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a imparidade é elaborada com os mesmos critérios de um activo financeiro registado ao custo amortizado. Os juros deverão ser calculados à taxa efectiva original na parte reduzida do valor do activo e registada na rubrica de "juros e proveitos equiparados". Se, num período subsequente, o justo valor de um instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar e o aumento puder estar objectivamente relacionado com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da perda por imparidade nos resultados, a perda por imparidade deve ser revertida, sendo a quantia da reversão reconhecida nos resultados.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito são efectuados julgamentos para a determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperado.

2.3 Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

Aplicações em instituições de crédito no país e no estrangeiro

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados num mercado activo.

Após reconhecimento inicial, ao valor desembolsado acrescido de todos os custos directamente inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço, subsequentemente estes activos são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva, deduzido das perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta rendimentos ou encargos directamente imputáveis à originação do activo como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

Activos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica inclui os instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo que não são enquadrados como operações de cobertura de acordo com os princípios da IAS 39.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados pelo seu justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do período na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que não foram classificados em qualquer uma das outras categorias de activos financeiros. São registados pelo justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em rubrica específica de capital próprio até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados do período.

Imparidade em activos disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são considerados em imparidade quando se verifica um significativo ou prolongado declínio no justo valor dos activos, abaixo dos preço de custo, ou quando existam outras evidências objectivas de imparidade. Neste contexto o Finibanco Holding determinou na fase de transição para as NCA's que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 50% ou por mais de 1 ano é considerado significativo ou prolongado, respectivamente. Adicionalmente, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos.

No caso dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a imparidade é abordada com os mesmos critérios de um activo financeiro registado ao custo amortizado.

Outros Activos

A rubrica de Outros Activos inclui os activos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor, por parte da Instituição, incluindo a subsidiárias e associadas por suprimentos. Este conceito abrange as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição, e exclui as operações com instituições de crédito.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

A valorimetria seguida foi a seguinte:

Na data do reconhecimento inicial, os activos financeiros são registados pelo valor nominal.

A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados.

Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais, segundo a regra do *pro rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos *redituais* ao longo de um período superior a um mês.

Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria, são igualmente periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo a regra *pro rata temporis*.

O valor dos activos incluídos nesta categoria é objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência, por forma a reflectirem, a todo o tempo, o seu valor realizável.

A correcção a que se refere o ponto anterior não pode ser inferior ao que for estabelecido por Aviso do Banco de Portugal, como quadro mínimo de referência para a constituição de provisões.

Outros activos tangíveis

Outros activos tangíveis são mantidos ao custo de aquisição, salvo quando se verifiquem reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias daí resultantes são incorporadas em sub-rubrica apropriada da conta “reservas legais de reavaliação”.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com a sua vida útil esperada:

	Anos
Imóveis de serviço próprio:	
Edifícios	50
Benfeitorias	8 a 10
Equipamento:	
Máquinas e ferramentas	5 a 8

Um activo tangível é desreconhecido quando vendido ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica “Outros resultados de exploração”.

Investimentos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas

Uma subsidiária é uma entidade que é controlada por uma outra entidade designada empresa mãe.

Presume-se a existência de controlo quando a empresa mãe for proprietária, directa ou indirectamente através de subsidiárias, de mais de metade do poder de voto de uma entidade, a não ser que, em circunstâncias excepcionais, possa ficar claramente demonstrado que essa propriedade não constitui controlo. Também existe controlo quando a empresa mãe for proprietária de metade ou menos do poder de voto de uma entidade quando houver:

- Poder sobre mais de metade dos direitos de voto, em virtude de um acordo com outros investidores;
- Poder para gerir as políticas financeiras e operacionais da entidade segundo uma cláusula estatutária ou um acordo;
- Poder para nomear ou destituir a maioria dos membros do conselho de direcção ou de um órgão de gestão equivalente e o controlo da entidade for feito por esse conselho ou órgão; ou
- Poder para apresentar a maioria dos votos em reuniões do conselho de direcção ou de um órgão equivalente e o controlo da entidade for feito por esse conselho ou órgão.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Uma associada é uma entidade sobre a qual a investidora tem influência significativa e que não seja uma subsidiária nem um interesse num empreendimento conjunto.

Se uma investidora detiver, directa ou indirectamente (por exemplo através de subsidiárias), 20% ou mais do poder de voto da investida, presume-se que a investidora tem influência significativa, a menos que possa ser claramente demonstrado que esse não é o caso. Pelo contrário, se a investidora detiver, directa ou indirectamente (por exemplo, através de subsidiárias), menos de 20% do poder de voto da investida, presume-se que a investidora não tem influência significativa, a menos que tal influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por uma investidora é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- a) Representação no órgão de direcção ou órgão de gestão equivalente da investida;
- b) Participação em processos de fixação de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- c) Transacções materiais entre a investidora e a investida;
- d) Intercâmbio de pessoal de gestão; ou
- e) Fornecimento de informação técnica essencial.

Os investimentos em subsidiárias e associadas estão valorizadas pelo seu custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida, líquida dos custos de transacção directamente associados. Subsequentemente estes instrumentos são valorizados ao custo amortizado.

Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa do Finibanco Holding de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Reconhecimento de custos e proveitos

Em geral os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados fluam para a sociedade e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada. Os dividendos são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu recebimento.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Impostos sobre o rendimento

O Finibanco Holding está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC).

O imposto corrente é reconhecido como um custo com base na taxa aplicável no exercício em que os lucros foram gerados. Os efeitos nos impostos futuros por prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos como activos por impostos diferidos na medida em que é provável a existência de lucros fiscais no futuro que permitam a utilização dessas perdas fiscais. Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O Finibanco Holding regista ainda passivos ou activos por impostos diferidos respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar ou a recuperar no futuro decorrentes de diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais e reavaliações de derivados apenas tributáveis no momento da sua realização. Adicionalmente, são reconhecidos activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base mensal, utilizando as taxas de tributação que se prevê estejam em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os activos e passivos por impostos diferidos são compensados se existir o direito legal de compensar impostos correntes activos e passivos e estes forem relacionados com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal ou sobre a mesma entidade tributável.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto em situações em que os eventos que os originaram tenham sido reflectidos em rubrica específica de capital próprio. Neste caso, o efeito fiscal associado é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

3. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O detalhe da rubrica "Disponibilidades em outras instituições de crédito" em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	31.12.2010	31.12.2009
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito no país:		
Depósitos à ordem	285	33
	<u>285</u>	<u>33</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

4. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O detalhe da rubrica de “Activos financeiros disponíveis para venda” era, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 como a seguir se demonstra:

	31.12.2010	31.12.2009
<u>Títulos</u>		
<i>Emitidos por residentes</i>		
Instrumentos de Dívida		
Dívida não Subordinada	1.308	1.029
Dívida Subordinada	8.234	7.513
	<u>9.542</u>	<u>8.542</u>
Instrumentos de Capital		
Acções	3.144	6.504
Perdas de imparidade (Nota 23)	(2.580)	(2.130)
	<u>564</u>	<u>4.374</u>
	<u>10.106</u>	<u>12.916</u>

Os títulos incluídos nesta rubrica encontram-se detalhados no Anexo II.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica apresenta a seguinte estrutura de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	31.12.2010	31.12.2009
De 1 a 5 anos	1.047	973
Superior a 5 anos	8.495	7.569
	<u>9.542</u>	<u>8.542</u>

5. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O detalhe da rubrica “Aplicações em instituições de crédito” em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	31.12.2010	31.12.2009
Aplicações em Instituições de Crédito:		
Depósitos	-	9.665
	<u>-</u>	<u>9.665</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

6. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, bem como o movimento ocorrido no período findo nesta data são como segue:

CONTAS	Saldo em 31.12.2009		Aquisições	Amortizações do período	Abates (líquido)	Valor líquido 31-12-2010
	Valor Bruto	Amortizações				
		Acumuladas				
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS						
. Imóveis de serviço próprio	16.864	(4.229)	-	(219)	-	12.416
. Equipamento	1	(1)	-	-	-	-
TOTAIS	16.865	(4.230)	-	(219)	-	12.416

No âmbito da integração das actividades das participadas no Grupo Montepio, é expectável realizar no segundo trimestre de 2011, uma análise detalhada do inventário de activos tangíveis, visando a sua optimização e eficiência, da qual poderá resultar a descontinuidade de determinados itens.

7. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

O detalhe da rubrica “Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, bem como o movimento ocorrido no exercício, era como a seguir se mostra:

	31.12.2010	31.12.2009
Subsidiárias e associadas no país		
Saldo inicial	215.504	202.575
Aquisições	24.537	195
Alienações	-	(28.557)
Transferências	1.125	(3.125)
Aumentos de Capital	20.000	44.416
Prestações suplementares	22.202	-
Apropriação de resultados	-	-
Dividendos pagos	-	-
Actualização cambial	-	-
	<u>283.368</u>	<u>215.504</u>
Imparidade acumulada (Nota 23)	<u>(14.291)</u>	<u>(1.480)</u>
	<u>269.077</u>	<u>214.024</u>

Os títulos incluídos nesta rubrica encontram-se detalhados no Anexo II.

As aquisições referem-se à compra de 78,048% da Sociedade Lestinvest pelo valor de m.Euros 21.545, à compra de 17,5% da sociedade Prio Food SGPS pelo valor de m.Euros 800 e ainda à compra de 17,5% da sociedade Prio Energie SGPS pelo valor de m.Euros 2.192.

As prestações suplementares estão associadas às compras das sociedades Prio Food SGPS e Prio Energie SGPS nos valores de m.Euros 20.185 e m.Euros 2.017 repectivamente.

As transferências referem-se a reclassificações de sociedades contabilizadas em Títulos Disponíveis para Venda para a rubrica Associadas. Reclassificação da sociedade Iberpartners no valor de m.Euros 1.000, dado se ter concluído pela existência de influência significativa. Reclassificação das partes já detidas na Prio Food SGPS e Prio Energy SGPS no valor de m.Euros 33 e m.Euros 92 repectivamente.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Durante o exercício de 2010 o Finibanco Holding procedeu ao aumento de capital no Finibanco S.A. no valor de m. Eur 20.000.

Em 29 de Dezembro de 2009 o Finibanco Holding, com a intervenção do seu accionista maioritário à data – a VIC, SGPS, SA. -, formalizou, com o grupo Mapfre Seguros Gerais, S.A., com a intervenção do seu accionista maioritário Mapfre Internacional, SA., um acordo geral que se traduz numa parceria para a área dos seguros e “assurfinance”. Como consequência deste acordo, a Mapfre Seguros Gerais, S.A. assumiu o controlo de gestão da Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., tendo *inter alia* a possibilidade de nomear a maioria dos membros do Conselho de Administração.

As condições de pagamento do preço acordado para as acções compreenderam um pagamento inicial de valor fixo, um pagamento complementar, também de valor fixo, e um pagamento complementar de valor variável, correspondendo portanto a três pagamentos:

a) O pagamento inicial de valor fixo m.Euros 9.000, em dinheiro, foi liquidado na data em que foi obtida a não oposição à transacção por parte das autoridades competentes (4 de Março de 2010).

b) O pagamento complementar de valor fixo será de m.Euros 1.000, em dinheiro, a liquidar depois de decorrido um ano sobre a data do pagamento inicial de valor fixo;

c) O pagamento complementar de valor variável (terceiro e último pagamento), também em dinheiro, resultado da multiplicação da relação de crescimento do Adjusted Embedded Value (AEV) 2009-2013 (valor intrínseco da carteira de apólices acrescido de um valor adicional correspondente ao potencial de criação de valor futuro) pelo valor de referência estabelecido em m.Euros 5.595, com o máximo de 200% deste valor. Por se tratar de activo contingente o mesmo não foi registado nas demonstrações financeiras da Finibanco Holding.

Como resultado da venda à Mapfre das acções correspondentes a 50% do capital da Finibanco Vida, foi registado em 31 de Dezembro de 2009 na rubrica de “ Resultados de alienação de outros activos” da Demonstração de Resultados um ganho de m.Euros 6.250. Adicionalmente, na data da venda procedeu-se à reclassificação dos remanescentes 50%, da rubrica “Investimentos em filias” para a rubrica “Investimentos em associadas”, revalorizados ao justo valor de acordo com o parágrafo 34 da IAS 27 alterada, originando um ganho adicional de m.Euros 5.973 igualmente registado na rubrica de “ Resultados de alienação de outros activos” da Demonstração de Resultados.

Tendo presente o contrato de compra e venda e pacto accionista ocorrido entre as partes, está prevista a possibilidade do exercício de recompra pelo accionista Finibanco Holding das acções adquiridas pela Mapfre Seguros Gerais, S.A. por preço convencionado correspondente ao AEV do último ano decorrido multiplicado por 1,98, quando ocorram as seguintes situações: incumprimento das obrigações contratuais, situação de bloqueio, alteração do controlo e decorrido o prazo de 20 anos sem que as partes manifestem a sua intenção de prorrogar, e se o Grupo Finibanco promover ou exercer actividades de seguros ou de distribuição de seguros que sejam concorrentes das actividades da Finibanco Vida, ou que afecte o exclusivo de comercialização de seguros vida e não vida garantido à Finibanco Vida e à Mapfre Seguros Gerais, S.A. nos termos previstos em Acordo de Comercialização.

Como é sabido, em 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista lançou uma oferta pública de aquisição geral e voluntária sobre o capital da Finibanco Holding.

Nos termos do anúncio preliminar, do anúncio de lançamento e do prospecto de oferta pública de aquisição, o MGAM informou que era sua intenção, em caso de sucesso da oferta – que se veio a verificar – “consolidar as actividades e operações das subsidiárias da Sociedade Visada [Finibanco Holding, SGPS, S.A.] nas respectivas actividades, operações e redes do Grupo do Oferente, com reforço da marca Montepio.”

Já em Março de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista adquiriu à Finibanco Holding a participação que esta detinha na Finibanco Vida, Companhia de Seguros de Vida, S.A., passando assim a deter de forma directa a referida participação qualificada no capital social da Finibanco Vida, Companhia de Seguros de Vida, S.A.

O Grupo Montepio encontra-se, no presente momento, a implementar as intenções oportunamente anunciadas, o que fará em função, nomeadamente, da análise das condições objectivas de concretização de consolidação das respectivas actividades nas participadas do Montepio Geral – Associação Mutualista, tendo em conta eventuais constrangimentos contratuais existentes.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os principais indicadores em 31 de Dezembro de 2010 das subsidiárias e associadas abaixo indicadas ajustados para IFRS, são os seguintes:

Subsidiárias e Associadas	% participação	Valor da participação	Total Capital Próprio a)	Resultado Líquido
<u>Subsidiárias</u>				
Finibanco, S.A.	100%	179.994	202.022	(39.904)
Finicrédito - IFIC, S.A.	100%	33.627	34.614	(1.449)
Finivalor - SGFM, S.A.	100%	1.547	3.496	2.859
Finimóveis - Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.	100%	1.506	1.496	10
Finisegur - Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.	100%	160	218	349
Finibanco Angola	61,274%	8.993	15.635	7.039
Lestinvest SGPS, SA	100%	13.182	13.195	(2.179)
<u>Associadas</u>				
Finibanco Vida - Companhia de Seguros, S.A.	50%	3.750	5.094	1.519
Iberpartners Cafés SGPS SA	29,41%	1.000	3.715	(137)
Prio Foods SGPS SA b)	20%	21.018	57.707	(9.744)
Prio Energie SGPS SA b)	20%	4.300	21.890	2.233
Valor Líquido		269.077		

a) Não inclui o resultado do exercício de 2010

b) Inclui prestações suplementares

Os títulos incluídos nesta rubrica encontram-se detalhados no Anexo II.

8. ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Os saldos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 de “Activos por impostos correntes” são detalhados como a seguir se demonstra:

	31.12.2010	31.12.2009
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	82	681
	82	681

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

9. OUTROS ACTIVOS

O desenvolvimento da rubrica “Outros activos” em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

	31.12.2010	31.12.2009
Devedores e outras aplicações vencidas	34	34
Devedores e outras aplicações:		
Sector público administrativo	-	610
Devedores diversos	8.811	32.265
Outros juros e rendimentos similares	111	136
Outras despesas com encargo diferido	117	242
	<u>9.073</u>	<u>33.287</u>
Imparidade acumulada (Nota 23)	(34)	(34)
	<u>9.039</u>	<u>33.253</u>

A rubrica “Devedores diversos” inclui m.Euros 6.600 relativos a suprimentos a empresas subsidiárias (m.Euros 6.600 em 31 de Dezembro de 2009), e ainda m.Euros 1.000 relativos à venda de 50% da Finibanco Vida – Companhia de Seguros SA cuja data de recebimento se encontra descrita na Nota 7.

10. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Recursos de outras instituições de crédito” tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
No país		
Empréstimos	28.900	-
	<u>28.900</u>	<u>-</u>
Juros de recursos de outras instituições de crédito		
Recursos de instituições de crédito no país	450	-
	<u>450</u>	<u>-</u>
	<u>29.350</u>	<u>-</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	31.12.2010	31.12.2009
De 3 meses a 1 ano	28.900	-
	<u>28.900</u>	<u>-</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

11. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o montante da rubrica do passivo "Responsabilidades representados por títulos" detalha-se da seguinte forma:

	31.12.2010	31.12.2009
Dívida emitida		
Obrigações	90.000	90.212
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	80	70
	90.080	90.282

O detalhe da rubrica "Responsabilidades representadas por títulos" em 31 de Dezembro de 2010 é como segue:

Descrição	Valor nominal	Remuneração	Reembolso e Pagamento de juros
<u>Emitidos em anos anteriores</u>			
Obrigações "Finibanco Holding 08/11 Junho"	45.000	A	19 de Junho 2011
Obrigações "Finibanco Holding 08/13 Novembro"	17.000	B	28 de Novembro de 2013
Obrigações "Finibanco Holding 08/14 Dezembro"	28.000	C	31 de Dezembro de 2014
	90.000		

- A - O 1º cupão tem uma taxa fixa de 6%. Para os restantes cupões, a taxa de juros será a correspondente à "Euribor de 6 meses" reportada ao antepenúltimo dia útil anterior ao do início da contagem de juros, acrescida de 0,75%.
- B - A taxa de juros é a correspondente à "Euribor de 6 meses" reportada ao antepenúltimo dia útil anterior ao do início da contagem de juros, acrescida de 1,5%.
- C - A taxa de juros é a correspondente à "Euribor de 6 meses" reportada ao antepenúltimo dia útil anterior ao do início da contagem de juros, acrescida de 1,5%.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

12. PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 da rubrica “Passivos por impostos diferidos” são detalhados como a seguir se demonstra:

	31.12.2010		31.12.2009	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Instrumentos financeiros	152	-	259	-
Activos tangíveis	-	499	-	603
	<u>152</u>	<u>499</u>	<u>259</u>	<u>603</u>
Impostos Diferidos Líquidos		<u>347</u>		<u>344</u>

13. OUTROS PASSIVOS

O desenvolvimento da rubrica “Outros passivos”, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

	31.12.2010	31.12.2009
Credores e outros recursos		
Sector Público Administrativo	5	8
Juros, dividendos e outras remunerações de capital a pagar	8	7
Credores diversos		
Credores por fornecimento de bens	2	11
Outros credores	<u>845</u>	<u>133</u>
	<u>860</u>	<u>159</u>
Encargos a pagar		
Outros encargos a pagar	<u>47</u>	<u>47</u>
Receitas com rendimento diferido		
Outras receitas com rendimento diferido	<u>14</u>	<u>14</u>
Outras contas de regularização	<u>21</u>	<u>22</u>
	<u>942</u>	<u>242</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

14. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital subscrito do Finibanco Holding ascende a m.Euros 175.000 e encontra-se integralmente realizado, sendo constituído por 175.000.000 acções de valor nominal de 1 Euro.

Em 31 de Dezembro de 2010, a totalidade do capital social do Finibanco Holding era detido pelo Montepio Geral – Associação Mutualista.

O Finibanco Holding não detinha em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 quaisquer acções próprias.

Não existem partes de capital beneficiárias, obrigações convertíveis nem títulos ou direitos similares.

15. DIVIDENDOS E RESULTADOS POR ACÇÃO

No ano de 2010 foram pagos dividendos no valor de m.Euros 3.500 (em 2009 não foram pagos quaisquer dividendos).

Resultados por acção básicos e diluídos

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação à data de balanço.

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (durante o exercício) e ao resultado líquido atribuível aos accionistas.

	31-12-2010	31-12-2009
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas	(9.044)	14.490
Nº médio ponderado de acções ordinárias emitidas (milhares)	175.000	148.531
Nº médio ponderado de acções próprias em carteira (milhares)	0	0
Nº médio ponderado de acções ordinárias em circulação	175.000	148.531
Resultado por acção básicos e diluídos atribuível aos accionistas (em euros)	(0,05)	0,10

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

16. MARGEM FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a margem financeira detalha-se da seguinte forma:

	31.12.2010	31.12.2009
Juros e rendimentos similares de:		
Disponibilidades sobre instituições de crédito	3	31
Aplicações em instituições de crédito	87	290
Outros activos financeiros		
Activos disponíveis para venda	14	140
Outras aplicações	-	238
Devedores e outras aplicações	158	-
	<u>262</u>	<u>699</u>
Juros e encargos similares de:		
Recursos de instituições de crédito	461	148
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	1.950	4.643
	<u>2.411</u>	<u>4.791</u>
Rendimentos provenientes de:		
Activos disponíveis para venda	37	162
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	4.641	3.605
	<u>4.678</u>	<u>3.767</u>
	<u>2.529</u>	<u>(325)</u>

17. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE E COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Rendimentos e encargos de e com serviços e comissões” detalha-se da seguinte forma:

	31.12.2010	31.12.2009
Encargos com serviços e comissões por:		
Garantias recebidas	4	2
Serviços bancários prestados por terceiros	145	430
Operações realizadas por terceiros	-	96
Outras comissões pagas	59	23
	<u>208</u>	<u>551</u>
	<u>(208)</u>	<u>(551)</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

18. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Resultados de activos e passivos disponíveis para venda” detalha-se da seguinte forma:

	31.12.2010	31.12.2009
Ganhos em:		
Activos financeiros detidos para venda		
Instrumentos de capital	813	8.169
	813	8.169

19. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 da rubrica “Resultados de alienação de outros activos” são detalhados como a seguir se demonstra:

	31.12.2010	31.12.2009
Perdas em:		
Investimentos em subsidiárias e associadas		
Investimentos em associadas	-	812
	-	(812)

20. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Outros resultados de exploração” detalha-se da seguinte forma:

	31.12.2010	31.12.2009
Ganhos em:		
Rendas de locação operacional	913	913
Ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 7)	-	7.548
Outros ganhos e rendimentos operacionais		
Outros	1.356	1.092
	2.269	9.553
Perdas em:		
Outros impostos	71	96
Outros encargos e gastos operacionais		
Outros	162	1
	233	97
	2.036	9.456

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

21. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Custos com o pessoal” detalha-se da seguinte forma:

	31.12.2010	31.12.2009
Remunerações		
Dos órgãos de gestão e fiscalização	191	195
Encargos Sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	36	33
	<u>227</u>	<u>228</u>

22. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Gastos gerais administrativos” detalha-se da seguinte forma:

	31.12.2010	31.12.2009
Com fornecimentos:		
Material de consumo corrente	-	1
	<u>-</u>	<u>1</u>
Com serviços:		
Deslocações e estadas	5	11
Publicidade e edição de publicações	1	9
Serviços especializados	603	332
Outros serviços especializados	-	20
	<u>609</u>	<u>372</u>
	<u>609</u>	<u>373</u>

23. IMPARIDADE

O detalhe da rubrica imparidade, em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2010, era como a seguir se mostra.

Perdas por imparidade	Saldos em 31.12.09	Dotações	Utilizações	Anulações/ Reposições	Saldos em 31.12.10
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 4)	<u>2.130</u>	<u>450</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.580</u>
Devedores e outras aplicações (Nota 9)	<u>34</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>34</u>
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 7)	<u>1.480</u>	<u>12.811</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.291</u>
	<u>3.644</u>	<u>13.261</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.905</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

24. IMPOSTOS CORRENTES

A diferença entre os impostos calculados à taxa legal e os impostos calculados à taxa efectiva no exercício de 2010 e 2009 pode ser explicada como a seguir se demonstra:

	31.12.2010	31.12.2009
Imposto corrente:		
1. Resultado antes de impostos	(9.146)	14.385
2. Taxa legal de imposto (IRC+Derrama)	26,50%	26,50%
3. Carga fiscal normal (1*2)	-	3.812
4. Efeito fiscal de gastos que não são dedutíveis		
4.1. Reintegrações não aceites	31	31
4.2. Provisões não dedutíveis	12.999	-
4.3. Mais valias fiscais	358	358
4.4. Encargos financeiros com aquisição de participações	490	3.072
4.5. Imparidade títulos disponíveis para venda	450	1.686
4.6. Outros custos não dedutíveis	2	-
5. Efeito fiscal de rendimentos que não são tributáveis		
5.1 Redução de provisões tributadas	(188)	(148)
5.2 Reversão imparidade títulos disponíveis para venda	(812)	(330)
5.3. Rendimentos nos termos do artigo 46º	(4.678)	(5.045)
5.4 Outros proveitos não tributáveis	(1.328)	(14.570)
6. Matéria colectável (1+4+5)	(1.822)	(561)
7. Imposto total (6*2)	-	-
8. Taxa efectiva (7/1)	-	-

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Quando haja lugar a prejuízos fiscais em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), o período a considerar é de quatro anos.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 58º do Código do IRC, a Direcção Geral dos Impostos poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.

No entanto, a Administração entende que as eventuais correcções, resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente por parte das autoridades fiscais não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

25. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o detalhe das rubricas extrapatrimoniais é como segue:

	31.12.2010	31.12.2009
Garantias prestadas:		
Garantias pessoais/institucionais	4.868	4.705
	4.868	4.705
Garantias recebidas:		
Garantias pessoais/institucionais	1.723	177
	1.723	177
	6.591	4.882

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Conforme descrito na Nota 7, é possível que a Finibanco Holding possa ter de efectuar a recompra dos 50% de capital da Finibanco Vida detidos pela Mapfre Seguros Gerais, S.A. por preço de convencionado.

26. RELATO POR SEGMENTO

Os Resultados e Activos da Sociedade referem-se exclusivamente à actividade de gestão de participações sociais, razão pela qual não se apresenta relato por segmentos.

Substancialmente as actividades da Sociedade desenvolvem-se em Portugal pelo que também não se considera relevante apresentar o reporte por segmento geográfico.

27. PARTES RELACIONADAS

A lista de partes relacionadas apresenta-se como segue:

Accionista

MONTEPIO GERAL - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

Entidades relacionadas com accionista

Caixa Económica Montepio Geral
 Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.
 Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
 Nova Câmbios, S.A.
 Silvip, S.A.
 Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
 MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.
 MG Investimentos Imobiliários, S.A.
 Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.
 Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.
 Sagies, S.A.
 Leacock (Seguros), Lda
 Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
 NEBRA, Energias Renovables, SL
 HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.
 Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)
 Bem Comum, Sociedade de Capital de Risco, S.A.
 Moçambique Companhia de Seguros, S.A.R.L.

Membros do Conselho de Administração

ANTÓNIO TOMÁS CORREIA
 ÁLVARO CORDEIRO DÂMASO
 ARMANDO ESTEVES
 ARTUR JESUS MARQUES
 EDUARDO JOSÉ DA SILVA FARINHA
 JOAQUIM MENDES CARDOSO
 JOSÉ DE ALMEIDA SERRA
 RUI MANUEL SILVA GOMES DO AMARAL
 DANIEL BESSA FERNANDES COELHO
 JORGE MANUEL MATOS TAVARES ALMEIDA
 ANTÓNIO COUTO LOPES

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Empresas subsidiárias e associadas

FINIBANCO, S.A.
 FINIBANCO VIDA-COMPANHIA SEGUROS VIDA, S.A.
 FINICREDITO-INST FINANCEIRA CREDITO, S.A.
 FINIMOVEIS SOC IMOB SERVIC AUXILIARES, S.A.
 FINISEGUR-SOCIEDADE MEDIADORA SEGUROS, S.A.
 FINIVALOR-SOC GEST FUNDOS MOBILIARIOS, S.A.
 FINIBANCO SA - ANGOLA
 LESTINVEST, SGPS S.A.
 IBERPARTNERS CAFES - SGPS, S.A.,
 PRIO Foods SGPS, S.A.
 PRIO Energy SGPS, S.A.

Fundo de Pensões de colaboradores do Grupo Finibanco

Fundo de Pensões FNB – Gerido por CGD Pensões

Em 31 de Dezembro de 2010, o montante global dos activos, passivos, rendimentos, encargos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, têm a seguinte composição:

	Empresas Subsidiárias e associadas	TOTAL
Activos		
Activos disponíveis para venda	9.542	9.542
Activos financeiros	291	291
Outros activos	29.022	29.022
Total	38.855	38.855
Passivos		
Passivos financeiros	117.595	117.595
Total	117.595	117.595
Proveitos		
Juros e rendimentos similares	262	262
Rendimento com serviços e comissões	5.554	5.554
Total	5.816	5.816
Custos		
Juros e encargos similares	2.375	2.375
Outros Custos	164	164
Total	2.539	2.539
Extrapatrimoniais		
Garantias Recebidas	1.723	1.723
Total	1.723	1.723

Os Activos financeiros correspondem a Depósitos que são remunerados a taxas consideradas de mercado.

Outros activos correspondem a prestações suplementares no montante de m.Euros 22.201, que não são remuneradas, e suprimentos no montante de m.Euros 6.600, que são remunerados a taxa variável acrescida de *spread* considerado de mercado.

Não foram registadas quaisquer provisões ou imparidade para os activos sobre parte relacionadas.

Os passivos financeiros referem-se a empréstimos obrigacionistas no montante de m.Euros 88.166 e a empréstimos de IC's no valor de m.Euros 28.900. A remuneração paga por estes recursos é considerada de mercado.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

28. JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No seguinte quadro apresenta-se uma análise dos métodos de valorização pelas categorias de instrumentos financeiros reconhecidos ao justo valor nas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

31-12-2010	Justo Valor			Custo de aquisição	Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Activos					
Activos financeiros disponíveis para venda					
Instrumentos de dívida	-	9.542	-	-	9.542
Instrumentos de capital	554	-	-	10	564
	554	9.542	-	10	10.106

De acordo com as alterações na IFRS 7 as fontes dos pressupostos utilizados na determinação do justo valor utilizam os seguintes níveis de hierarquia:

Nível 1 – Cotações nos mercados activos – cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transacções para activos negociados em mercados líquidos.

Nível 2 – Técnicas de valorização com parâmetros/preços observáveis no mercado – modelos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções que utilizam variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como curvas de taxas de juro, spreads de crédito, volatilidade e índices de cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

Nível 3 – Técnicas de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

A valorização ao justo valor dos instrumentos financeiros segue as políticas contabilísticas definidas no ponto 2.3. do anexo às demonstrações financeiras de acordo com a IAS 39.

Para os instrumentos considerados na coluna ao custo de aquisição não foi possível determinar valorizações fiáveis.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 não existem activos financeiros de Nível 3.

Relativamente aos Níveis 1 e 2 não se verificou no exercício de 2010 qualquer transferência entre níveis.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme referido no Relatório de Gestão e Nota 7, no seguimento da Oferta Pública de Aquisição lançada pelo Montepio Geral – Associação Mutualista sobre o Finibanco Holding, SGPS, iniciaram-se conversações entre o Montepio Geral e a Mapfre no sentido de encontrar uma solução futura que releve os interesses das partes, não havendo ainda desfecho relativamente a estes desenvolvimentos.

Em 10 de Março de 2011, realizou-se reunião com o Banco de Portugal para apresentação das operações de integração do Grupo Finibanco no Grupo Montepio, a realizar em 2011, em concretização do processo de consolidação anunciado nos documentos da Oferta Pública de Aquisição.

Assim, o ano de 2011 será caracterizado pela consolidação do plano de integração do Finibanco no Montepio Geral. Em 30 de Março de 2011 a sociedade vendeu as subsidiárias Lestinvest, SA, Finimóveis, SA e Finisegur, SA e a associada Finibanco Vida, SA ao Montepio Geral Associação Mutualista, pelo preço global de 19,2 milhões de Euros. O Finibanco Holding passou a ser integralmente detido pela Caixa Económica Montepio Geral por escritura de 31 de Março de 2011, e manteve as suas participações na Finicrédito, SA, Finibanco Angola, SA, Finivalor, SA e Finibanco, SA, garantindo que as respectivas actividades passem a estar consideradas no seu perímetro de consolidação de contas. Dando cumprimento ao plano de integração da actividade bancária doméstica, toda a estrutura do Finibanco, SA foi integrada na Caixa Económica Montepio Geral, por escritura de trespasse de 04 de Abril de 2011 passando a constituir uma organização e uma rede única, adoptando a marca "Montepio".

30. REMUNERAÇÃO DE AUDITORES

Os montantes (IVA excluído) facturados no exercício de 2010 pelos Revisores Oficiais de Contas e Auditores e entidades da mesma rede foram os seguintes:

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS-SROC, SA

Descrição	Total
Serviço de revisão legal de contas	90.725,00
Outros serviços de garantia de fiabilidade	7.300,00
Consultoria fiscal	5.150,00
Total	103.175,00

Os outros serviços de garantia de fiabilidade correspondem a trabalhos realizados no âmbito do controlo interno.

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

FINIBANCO HOLDING SGPS, SA

ANEXO II

INVENTARIO DE TITULOS E DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Euros)

(Euros)												
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor Nominal		Capital Social % de detenção	Valor Medio de Aquisição		Valor de Cotação	Valor de Balanço (em moeda)	Valor de Balanço			
									Bruto	Imparidade	Líquido	
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONIVEIS PARA VENDA												
Títulos												
Emitidos por Residentes												
Instrumentos de Divida												
De Outros Residentes												
Divida Não Subordinada												
FNB Sup. Cabaz Eur 05/11	12.550	EUR	50,00	-	EUR	49,90	51,44	EUR	645.631,86	645.631,86	-	645.631,86
FNB Cupão Anual 06/11	7.802	EUR	50,00	-	EUR	49,59	51,21	EUR	399.514,90	399.514,90	-	399.514,90
FNB Dezembro 07/17	6.258	EUR	50,00	-	EUR	42,96	38,05	EUR	238.135,09	238.135,09	-	238.135,09
FNB Taxa Acumulada 05/11	50	EUR	50,00	-	EUR	35,00	34,44	EUR	1.721,93	1.721,93	-	1.721,93
FNB Rem. Garantida 2006	464	EUR	50,00	-	EUR	50,00	49,15	EUR	22.803,74	22.803,74	-	22.803,74
Divida Subordinada												
FNB Indices Estrategicos 07/15 1ªSerie Ob.Cx.Sub.	64.249	EUR	50,00	-	EUR	50,00	44,07	EUR	2.831.491,39	2.831.491,39	-	2.831.491,39
FNB Indices Estrategicos 07/15 2ªSerie Ob.Cx.Sub.	5.903	EUR	50,00	-	EUR	50,00	43,91	EUR	259.226,30	259.226,30	-	259.226,30
FNB Indices Estrategicos 07/15 3ªSerie Ob.Cx.Sub.	21.890	EUR	50,00	-	EUR	49,96	43,88	EUR	960.566,29	960.566,29	-	960.566,29
FNB Grandes Empresas 07/16 1ªSerie Ob.Cx.Sub.	29.904	EUR	50,00	-	EUR	49,94	50,16	EUR	1.500.048,98	1.500.048,98	-	1.500.048,98
FNB Grandes Empresas 07/16 2ªSerie Ob.Cx.Sub.	39.070	EUR	50,00	-	EUR	49,59	49,49	EUR	1.933.712,94	1.933.712,94	-	1.933.712,94
FNB Grandes Empresas 07/16 3ªSerie Ob.Cx.Sub.	11.300	EUR	50,00	-	EUR	48,97	48,88	EUR	552.307,42	552.307,42	-	552.307,42
Finicredito Juro Crescente 07/17	4.475	EUR	50,00	-	EUR	49,62	43,85	EUR	196.243,98	196.243,98	-	196.243,98
FNB Cx. Sub. 08/18	20	EUR	50,00	-	EUR	50,00	50,00	EUR	1.000,00	1.000,00	-	1.000,00
Instrumentos de Capital												
Martifer - SGPS, SA	371.737	EUR	0,50	0,37%	EUR	8,31	1,49	EUR	3.133.484,68	3.133.484,68	-2.579.596,55	553.888,13
PME INVESTS	1.000	EUR	5,00	0,02%	EUR	4,99	-	EUR	4.987,98	4.987,98	-	4.987,98
PME INOV CAPITAL	1.000	EUR	4,99	0,02%	EUR	4,99	-	EUR	4.987,98	4.987,98	-	4.987,98
										12.685.865,46	-2.579.596,55	10.106.268,91
INVEST.EM FILIAIS, ASSOC. e EMPREEND. CONJUNTOS												
Emitidos por Residentes												
- Em Filiais												
Finicrédito - Instituição Financeira de Crédito, SA	30.000.000	EUR	1,00	100,00%	EUR	1,12	-	EUR	33.626.640,45	33.626.640,45	-	33.626.640,45
Finibanco, SA	180.000.000	EUR	1,00	100,00%	EUR	1,00	-	EUR	179.993.989,49	179.993.989,49	-	179.993.989,49
Finimóveis - Sociedade Imobiliaria Serviços Auxiliares, SA	50.000	EUR	5,00	100,00%	EUR	53,12	-	EUR	2.656.098,80	2.656.098,80	-1.150.000,00	1.506.098,80
Finivalor - Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários, SA	310.000	EUR	5,00	100,00%	EUR	4,99	-	EUR	1.546.634,12	1.546.634,12	-	1.546.634,12
Finisegur - Sociedade Mediadora de Seguros , SA	10.000	EUR	5,00	100,00%	EUR	16,00	-	EUR	160.000,00	160.000,00	-	160.000,00
Lestinvest SGPS, SA	20.000.000	EUR	1,00	100,00%	EUR	1,30	-	EUR	25.981.902,00	25.981.902,00	-12.800.000,00	13.181.902,00
- Em Associadas												
NAVISER - Transportes Marítimos Internacionais SA	30.000	EUR	4,99	20,00%	EUR	4,99	-	EUR	149.639,37	149.639,37	-149.639,37	0,00
Pinto & Bulhosa	64.018	EUR	4,99	16,00%	EUR	2,99	-	EUR	191.563,33	191.563,33	-191.563,33	0,00
Finibanco Vida - Comp.de Seguros de Vida, SA.	3.750.000	EUR	1,00	50,00%	EUR	1,00	-	EUR	3.750.000,00	3.750.000,00	-	3.750.000,00
IBERPARTNERS CAFES SGPS	1.000.000	EUR	1,00	29,41%	EUR	1,00	-	EUR	1.000.000,00	1.000.000,00	-	1.000.000,00
PRIO Foods SGPS, SA	1.000.000	EUR	1,00	20,00%	EUR	-	-	EUR	833.475,04	833.475,04	-	833.475,04
PRIO Foods SGPS, SA Prestações Suplementares	-	EUR	-	-	EUR	-	-	EUR	20.184.647,42	20.184.647,42	-	20.184.647,42
PRIO Energy SGPS, SA	2.740.000	EUR	1,00	20,00%	EUR	-	-	EUR	2.283.744,61	2.283.744,61	-	2.283.744,61
PRIO Energy SGPS, SA Prestações Suplementares	-	EUR	-	-	EUR	-	-	EUR	2.016.632,93	2.016.632,93	-	2.016.632,93
Emitidos por Não Residentes												
- Em Filiais												
Finibanco Angola	1.102.929	AKZ	740,00	61,27%	EUR	7,5028	-	EUR	8.992.708,20	8.992.708,20	-	8.992.708,20
										283.367.675,77	-14.291.202,70	269.076.473,07
TOTAL										296.053.541,22	-16.870.799,25	279.182.741,98

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
em 31 de Dezembro de 2010

FINIBANCO - HOLDING, SGPS S.A.

Balanço Consolidado a 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Activo	Notas / Quadros anexos	2010-12-31			2009-12-31	Passivo e Capital	Notas / Quadros anexos	2010-12-31	2009-12-31
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	156.333	0	156.333	131.212	Recursos de bancos centrais	19	310.140	190.536
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	63.610	0	63.610	60.628	Passivos financeiros detidos para negociação	20	14.492	21.656
Activos financeiros detidos para negociação	5	33.437	0	33.437	7.193	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	21	149.350	144.004
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	6	49.739	0	49.739	51.589	Recursos de outras instituições de crédito	22	125.179	79.510
Activos financeiros disponíveis para venda	7	150.920	3.271	147.649	48.990	Recursos de clientes e outros empréstimos	23	2.475.097	2.162.933
Aplicações em instituições de crédito	8	209.387	0	209.387	97.051	Responsabilidades representadas por títulos	24	5.346	5.409
Crédito a clientes	9 e 43	2.712.338	178.672	2.533.666	2.434.476	Passivos financeiros associados a activos transferidos	25	133.844	237.034
Investimentos detidos até à maturidade	10	0	0	0	10	Provisões	26	2.598	1.542
Derivados de cobertura		0	0	0	0	Provisões técnicas		0	0
Activos não correntes detidos para venda	11	40.130	0	40.130	34.567	Passivos por impostos correntes	27	368	72
Propriedades de investimento	12	22.585	0	22.585	20.479	Passivos por impostos diferidos	28	1.409	1.498
Outros activos tangíveis	13	123.524	67.784	55.740	58.685	Outros passivos subordinados	29	26.048	26.072
Activos intangíveis	14	20.628	16.128	4.500	3.700	Outros passivos	30	49.306	48.813
Investimentos em associadas	15 e 43	34.496	5.441	29.055	11.441	Credores por seguro directo e resseguro		0	0
Activos por impostos correntes	16	86	0	86	698	Outros passivos		49.306	48.813
Activos por impostos diferidos	17	21.025	0	21.025	19.695	Total de Passivo		3.293.177	2.919.079
Provisões técnicas de resseguro cedido		0	0	0	0	Capital atribuído aos accionistas do Finibanco Holding			
Outros activos	18 e 43	108.855	39	108.816	174.823	Capital	31	175.000	175.000
Devedores por seguro directo e resseguro		0	0	0	0	Premios de emissão		30.000	30.000
Outros Activos		108.855	39	108.816	174.823	Outros instrumentos de capital	32	15.000	0
						Reservas de reavaliação		(7.190)	(2.531)
						Outras reservas e resultados transitados		9.198	7.991
						Resultado do exercício	45	(48.208)	9.462
								173.800	219.922
						Interesses minoritários	34	8.781	16.236
						Total de Capital		182.581	236.158
Total de Activo		3.747.093	271.335	3.475.758	3.155.237	Total de Passivo + Capital		3.475.758	3.155.237

As notas anexas fazem parte integrante do Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2010

FINIBANCO - HOLDING, SGPS S.A.

Demonstração Consolidada dos Resultados a 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Rubricas	Notas Quadros Anexos	01-01-2010 a 31-12-2010	01-01-2009 a 31-12-2009	01-10-2010 a 31-12-2010	01-10-2009 a 31-12-2009
Juros e rendimentos similares		175.847	187.252	50.199	39.641
Juros e encargos similares		74.456	99.100	25.764	17.776
Rendimentos de instrumentos de capital		100	2.006	0	(64)
Margem financeira	35	101.491	90.158	24.435	21.801
Rendimentos de serviços e comissões	36	37.153	25.843	10.393	7.395
Encargos com serviços e comissões	36	9.035	6.347	2.668	1.498
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	37	(6.538)	10.213	(12.958)	205
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	38	1.426	8.803	387	119
Resultados de reavaliação cambial		7.777	7.632	2.802	1.529
Resultados de alienação de outros activos	39	(65)	12.151	75	8.738
Prémios líquidos de resseguro		0	0	0	(11.137)
Custos com sinistros líquidos de resseguro		0	0	0	(2.618)
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro		0	0	0	(6.967)
Outros resultados de exploração	40	14.516	18.626	370	3.440
Produto bancário		146.725	167.079	22.836	40.177
Custos com pessoal	41	67.024	63.572	17.870	16.537
Gastos gerais administrativos	42	42.086	40.365	11.647	11.849
Amortizações do exercício	13 e 14	9.334	9.506	2.298	2.135
Provisões líquidas de reposições e anulações	26	1.416	71	946	73
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	43	61.994	48.325	31.105	8.565
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	43	38	1.188	(345)	107
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		5.100	0	5.100	0
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)*	15	(159)	1.521	(815)	1.521
Resultado do período antes de impostos		(40.426)	5.573	(46.600)	2.432
Impostos		5.056	(1.104)	5.058	(2.758)
Correntes	44	5.283	3.987	1.130	953
Diferidos	17	(227)	(5.091)	3.928	(3.711)
Resultado do período após impostos		(45.482)	6.677	(51.658)	5.190
Resultado consolidado do período atribuível a:					
Accionistas do Finibanco Holding	45	(48.208)	9.462	(52.099)	4.893
Interesses minoritários	34	2.726	(2.785)	441	297
		(45.482)	6.677	(51.658)	5.190

Resultados por acção básicos (em Euros)	(0,28)	0,06	(0,30)	0,03
---	---------	------	---------	------

Resultados por acção diluídos (em Euros)	(0,28)	0,06	(0,30)	0,03
--	---------	------	---------	------

As notas anexas fazem parte integrante da Demonstração Consolidada de Resultados em 31 de Dezembro de 2010

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

FINIBANCO - HOLDING, SGPS S.A.

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral a 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Rubricas	Notas Quadros Anexos	01-01-2010 a 31-12-2010	01-01-2009 a 31-12-2009	01-10-2010 a 31-12-2010	01-10-2009 a 31-12-2009
Resultado consolidado do período		(45.482)	6.677	(51.658)	5.190
Activos disponíveis para venda		(7.406)	2.995	(2.052)	(1.038)
Ganhos e perdas líquidas no exercício		(7.918)	11.506	(2.052)	(1.038)
Reclassificação para resultados do exercício		512	(8.511)	0	0
Imposto diferido		2.348	(133)	2.307	333
Ganhos/Perdas líquidas em diferenças cambiais		399	(2.232)	112	(1.947)
Total do rendimento integral do período líquido de impostos		(50.141)	7.307	(51.291)	2.538
Atribuído a:					
Accionistas do Finibanco Holding	45	(52.867)	10.092	(51.732)	2.241
Interesses minoritários	34	2.726	(2.785)	441	297
		(50.141)	7.307	(51.291)	2.538

As notas anexas fazem parte integrante da Demonstração Consolidada do Rendimento Integral em 31 de Dezembro de 2010

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

FINIBANCO-HOLDING. SGPS S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÕES NOS CAPITALS PRÓPRIOS

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Accionistas do Finibanco Holding									Interesses Minoritários	Total
	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de justo valor	Outras reservas de reavaliação	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total		
Saldos em 31.12.2009 (em IFRS)	175.000	30.000	0	(2.531)	0	64.004	(56.013)	9.462	219.922	16.236	236.158
Resultado do período	0	0	0	0	0	0	0	(48.208)	(48.208)	2.726	(45.482)
Outros rendimentos integrais											
Ganhos/ Perdas líquidas em valorizações ao justo valor	0	0	0	(7.406)	0	0	0	0	(7.406)	0	(7.406)
Imposto diferido	0	0	0	2.348	0	0	0	0	2.348	0	2.348
Ganhos / Perdas líquidas em diferenças cambiais	0	0	0	399	0	0	0	0	399	0	399
Total do rendimento integral	0	0	0	(4.659)	0	0	0	(48.208)	(52.867)	2.726	(50.141)
Transferência para reservas	0	0	0	0	0	0	9.462	(9.462)	0	0	0
Outras variações em capital próprio	0	0	15.000	0	0	0	(8.255)	0	6.745	(10.181)	(3.436)
Saldos em 31.12.2010 (em IFRS)	175.000	30.000	15.000	(7.190)	0	64.004	(54.806)	(48.208)	173.800	8.781	182.581

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

FINIBANCO-HOLDING, SGPS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA O EXERCÍCIO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro)

	Notas	Dez-10	Dez-09
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Juros e comissões recebidos		223.739	216.958
Juros e comissões pagos		(71.945)	(114.369)
Impostos pagos		(3.219)	(2.027)
Recuperação de crédito e juros vencidos		957	13.300
Fluxo das operações financeiras		2.765	28.654
Pagamentos ao pessoal		(67.024)	(63.572)
Outros recebimentos operacionais/ outros pagamentos operacionais		(50.235)	(7.333)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos		<u>35.038</u>	<u>71.611</u>
Diminuições (Aumentos) dos activos operacionais			
Aplicações em instituições de crédito		(120.823)	(69.707)
Créditos a Clientes		(173.122)	(51.981)
Activos financeiros detidos para negociação		(26.244)	2.270
Activos financeiros disponíveis para venda		(106.515)	55.411
Derivados de cobertura		10	-
Activos não correntes detidos para venda		(5.563)	5.634
Outros activos		69.321	(76.028)
Fluxo líquido dos activos operacionais		<u>(362.936)</u>	<u>(134.401)</u>
Aumentos (diminuições) dos passivos operacionais			
Recursos de bancos centrais		119.604	130.528
Recursos de outras instituições de crédito		45.669	(43.121)
Recursos de clientes e outros empréstimos		307.619	(47.462)
Passivos financeiros associados a activos transferidos		(103.190)	-
Outros passivos		(17.274)	(32.622)
Fluxo líquido dos passivos operacionais		<u>352.428</u>	<u>7.323</u>
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>24.530</u>	<u>(55.467)</u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Diminuições (aumentos) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		(1.441)	12.573
Diminuições (aumentos) Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		1.850	(14.541)
Diminuições (aumentos) Activos financeiros disponíveis para venda		(699)	-
Diminuições (aumentos) Investimentos detidos até à maturidade		-	5.148
Diminuições (aumentos) Propriedades de investimento		(2.106)	(2.286)
Diminuições (aumentos) Outros activos tangíveis		(2.172)	(3.764)
Diminuições (aumentos) Activos Intangíveis		(5.017)	(613)
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(9.585)</u>	<u>(3.483)</u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Emissões de dívida titulada e subordinada		-	1.000
Amortizações de dívida titulada		(1.000)	(4.352)
Juros e comissões de Dívida Titulada		976	(3.442)
Aumentos (diminuições) Passivos financeiros detidos para negociação		(7.164)	(8.319)
Aumentos (diminuições) Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		5.346	(702)
Dividendos		-	-
Aumentos (diminuições) Capital subscrito		-	60.000
Aumentos (diminuições) Outros Instrumentos de capital		15.000	-
Aumentos (diminuições) Prémios de Emissão		-	15.000
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>13.158</u>	<u>59.185</u>
Aumento (diminuições) de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		28.103	235
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3 e 4	<u>191.840</u>	<u>191.605</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4 e 4	<u>219.943</u>	<u>191.840</u>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração de fluxos de caixa individual do exercício de 2010

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

ÍNDICE

1. Informação Geral
2. Bases de apresentação, comparabilidade e resumo das principais políticas contabilísticas

BALANÇO: ACTIVO

3. Caixa e disponibilidades em bancos centrais
4. Disponibilidades em outras instituições de crédito
5. Activos financeiros detidos para negociação
6. Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados
7. Activos financeiros disponíveis para venda
8. Aplicações em instituições de crédito
9. Crédito a clientes
10. Investimentos detidos até à maturidade
11. Activos não correntes detidos para venda
12. Propriedades de investimento
13. Outros activos tangíveis
14. Activos intangíveis
15. Investimentos em associadas
16. Activos por impostos correntes
17. Activos por impostos diferidos
18. Outros activos

BALANÇO: PASSIVO

19. Recursos de bancos centrais
20. Passivos financeiros detidos para negociação
21. Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados
22. Recursos de outras instituições de crédito
23. Recursos de clientes e outros empréstimos
24. Responsabilidades representadas por títulos
25. Passivos financeiros associados a activos transferidos
26. Provisões e passivos contingentes
27. Provisões técnicas
28. Passivos por impostos diferidos
29. Outros passivos subordinados
30. Outros passivos

BALANÇO: CAPITAL

31. Capital
32. Outros instrumentos de capital
33. Dividendos pagos
34. Interesses minoritários

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

35. Margem financeira
36. Rendimentos e encargos com serviços e comissões
37. Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados
38. Resultados de activos financeiros disponíveis para venda
39. Resultados de alienação de outros activos
40. Outros resultados de exploração
41. Custos com o pessoal
42. Gastos gerais administrativos
43. Imparidade
44. Impostos correntes
45. Resumo da composição do lucro (prejuízo) consolidado

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- 46. Rubricas extrapatrimoniais
- 47. Balanço de moeda estrangeira
- 48. Relato por segmento
- 49. Justo valor de instrumentos financeiros
- 50. Gestão do risco
- 51. Operações de titularização
- 52. Benefícios pós emprego
- 53. Partes relacionadas
- 54. Eventos subsequentes
- 55. Normas e interpretações recentemente emitidas que ainda não estão em vigor
- 56. Remuneração de Auditores

ADOPÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO FINANCIAL STABILITY FORUM (FSF) E DO COMMITTEE OF EUROPEAN BANKING SUPERVISORS (CEBS) RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Finibanco Holding SGPS, S.A. ("Finibanco Holding") tem a sede social no Porto, exercendo as funções de holding do Grupo Financeiro Finibanco ("Grupo"), operando em áreas da actividade bancária com as características de Banca Universal. O Finibanco Holding é a entidade central de um grupo de empresas multiespecializadas que oferecem um extenso leque de produtos e serviços financeiros para empresas e investidores, institucionais e particulares.

Em 29 de Novembro de 2010, realizou-se em sessão especial de Bolsa a Oferta Pública de Aquisição pelo Montepio Geral Associação Mutualista, através da qual adquiriu 99,63% do capital social do Finibanco Holding. Em meados de Dezembro de 2010, concretizou-se o mecanismo de aquisição potestativa do capital remanescente e, consequentemente, as acções objecto de oferta foram excluídas da negociação em mercado regulamentado com perda da qualidade de sociedade aberta.

Para a realização das suas operações, o Grupo Finibanco conta com uma rede nacional de 174 balcões, 6 em Angola e uma sucursal nas Ilhas Cayman.

O Grupo Finibanco obtém os seus principais recursos através dos mercados monetários interbancários e depósitos, os quais aplica, juntamente com os seus capitais próprios e equiparados, principalmente na concessão de crédito a clientes, em aplicações em outras instituições financeiras e em títulos.

O Finibanco Holding detém directa e indirectamente participações financeiras nas empresas subsidiárias e associadas que a seguir se indicam.

A estrutura do Grupo Finibanco a nível de empresas subsidiárias e associadas, detidas directamente, em 31 de Dezembro de 2010 pode ser resumida da seguinte forma:

Empresas subsidiárias e associadas	Sede	Actividade	% Participação efectiva
<u>SUBSIDIÁRIAS</u>			
Finibanco, S.A.	Porto	Instituição de Crédito	100%
Finivalor - Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários, S.A.	Lisboa	Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários	100%
Finimóveis - Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.	Porto	Imobiliária	100%
Finicrédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Porto	Sociedade Financeira	100%
Finisegur - Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.	Porto	Mediadora de Seguros	100%
Finibanco Angola, S.A.	Luanda	Instituição de Crédito	61,274%
Lestinvest - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Porto	Sociedade Gestora de Participações Sociais	100%
<u>ASSOCIADAS</u>			
Finibanco Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Porto	Companhia de Seguros	50%
IBERPARTNERS CAFES SGPS	Lisboa	Sociedade Gestora de Participações Sociais	29,41%
PRIO Foods SGPS, SA	Oliveira de Frades	Sociedade Gestora de Participações Sociais	20%
PRIO Energy SGPS, SA	Oliveira de Frades	Sociedade Gestora de Participações Sociais	20%

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

No exercício de 2010, verificaram-se as seguintes alterações na estrutura do Grupo:

O grupo passou a deter 100% do capital da subsidiária Lestinvest. A aquisição dos 78,048% do capital ocorreu em Julho de 2010. Desta compra resultou um impacto negativo em reservas no valor de m.Euros 2.608.

O Grupo adquiriu ainda 17,50% das sociedades Prio Foods SGPS e Prio Energy em Julho, passando o Finibanco-Holding, SGPS a deter actualmente 20% de cada uma das sociedades.

As empresas incluídas nas contas consolidadas do Finibanco Holding, bem como os seus principais indicadores em 31 de Dezembro de 2010 ajustados para IFRS, são os seguintes:

Empresa	Percentagem de participação efectiva (%)	Total de activo líquido	Capitais próprios (a)	Resultado líquido 2010-12-31
<u>SUBSIDIÁRIAS</u>				
FINIBANCO, S.A. Rua Júlio Dinis, 157 4050-323 Porto	100%	3.322.945	202.022	(39.904)
FINVALOR-Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários, S.A. Av. de Berna, 10 100 Lisboa	100%	8.034	3.496	2.859
FINICRÉDITO-Instituição Financeira de Crédito, S.A. Rua Júlio Dinis, 158/160 2º 4050-318 Porto	100%	342.910	34.614	(1.449)
FINMÓVEIS-Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A. Armental Codal 3730 Vale de Cambra	100%	8.690	1.496	10
FINSEGUR-Mediadora de Seguros, S.A. Rua Júlio Dinis, 158/160 2º 4050-318 Porto	100%	1.388	218	349
FINIBANCO ANGOLA Travessa Engrácia Fragoso nº 24 R/C Município de Ingombotas Luanda - Angola	61,274%	121.767	15.635	7.039
LESTINVEST - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. Rua Júlio Dinis, 157 4050-323 Porto	100%	53.663	13.195	(2.179)
<u>ASSOCIADAS</u>				
Finibanco Vida - Companhia de Seguros, S.A. Rua Júlio Dinis, 166 4050-318 Porto	50%	95.941	5.094	1.519
IBERPARTNERS CAFES SGPS Rua Alexandre Herculano, nº 50 1269-055 Lisboa	29,41%	4.913	3.715	(137)
PRIo Foods SGPS, SA Zona Industrial de Oliveira de Frades 3680-170 Oliveira de Frades	20%	217.950	57.707	(9.744)
PRIo Energy SGPS, SA Zona Industrial de Oliveira de Frades 3680-112 Oliveira de Frades	20%	135.361	21.890	2.233

(a) Não inclui o resultado do exercício de 2010

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 27 de Abril de 2011 e serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de accionistas de 13 de Maio de 2011.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação e comparabilidade

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo estão preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – *Internacional Financial Reporting Standards*) tal como adoptadas na União Europeia em 31 de Dezembro de 2010, no âmbito das disposições do Regulamento do Conselho e do Parlamento Europeu nº 1606/02.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas na base do custo histórico, excepto para os Activos e Passivos financeiros detidos para negociação, incluindo derivados, Activos e Passivos ao justo valor através de resultados, Activos financeiros disponíveis para venda e Propriedades de investimento que foram mensurados ao justo valor.

O Grupo não procedeu a alterações de políticas contabilísticas, pelo que em geral os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior.

O Grupo adoptou as novas normas e interpretações, alterações ou revisões emitidas pelo IASB/IFRIC e endossadas pela União Europeia com entrada em vigor em 2010. Esta adopção não implicou efeitos na posição patrimonial e performance do Grupo. Na nota 55 estão sumarizadas as normas e interpretações recentemente emitidas.

As principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo estão descritas nos pontos seguintes.

2.2 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem a agregação das demonstrações financeiras separadas da Finibanco Holding e das demonstrações financeiras individuais das entidades que sejam directa ou indirectamente por si controladas (subsidiárias) e de entidades de finalidade especial em relação às quais o Grupo detenha a maioria dos riscos e benefícios inerentes à sua actividade ou interesses residuais. Adicionalmente, foram efectuados ajustamentos ao nível da consolidação de forma a corrigir a aplicação dos princípios e critérios previstos nas IFRS e de forma a assegurar a sua uniformidade. As demonstrações financeiras de todas as subsidiárias e entidades de finalidade especial referem-se ao mesmo período de reporte da empresa mãe, o Finibanco Holding.

Considera-se que existe controlo sempre que o Grupo tenha a possibilidade de determinar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade com o objectivo de obter benefícios das suas actividades.

As transacções e os saldos entre as subsidiárias e entidades de finalidade especial cujas demonstrações financeiras são objecto de consolidação são eliminados no processo de consolidação.

As diferenças entre o custo de aquisição e o valor patrimonial equivalente das subsidiárias na data de aquisição foram totalmente amortizados em anos anteriores por contrapartida de reservas.

O lucro consolidado do exercício resulta de agregação dos resultados líquidos da Finibanco Holding e das subsidiárias e entidades de finalidade especial, após se efectuarem ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de proveitos e custos gerados em transacções entre as empresas incluídas no perímetro de consolidação, bem como aqueles que uniformizam a aplicação dos princípios de contabilidade do Grupo.

Os interesses minoritários, quando existentes, representam a proporção nos resultados e nos activos líquidos dos passivos que não são detidos pelo Grupo directa ou indirectamente e são apresentados separadamente, respectivamente, na demonstração de resultados e no balanço na rubrica de “interesses minoritários”, incluída no capital próprio.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações tendo em conta o contexto do plano de integração no Grupo Montepio conforme descrito na Nota 54.

Na preparação das demonstrações financeiras, a gestão do Grupo tem que efectuar estimativas e assumir previsões que afectam os activos, passivos, réditos e custos, bem como os passivos e activos contingentes divulgados. Para a elaboração destas estimativas a gestão utilizou a informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras e julgamentos de valor. Consequentemente, os valores futuros efectivamente verificados podem diferir destas estimativas. As situações onde o uso de estimativas é mais significativo são as seguintes:

Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando os justos valores dos instrumentos financeiros não podem ser determinados através de cotações (*mark to market*) nos mercados activos, são determinados através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos (*mark to model*). Os dados de input nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis de mercado, mas quando tal não é possível um grau de julgamento é requerido para estabelecer os justos valores, nomeadamente ao nível da liquidez, correlação e volatilidade.

Perdas por Imparidade em créditos a clientes

Os créditos de clientes com posições vencidas e responsabilidades totais consideradas de montante significativo, são objecto de análise individual para avaliar as necessidades de registo de perdas por imparidade. Nesta análise é estimado o montante e prazo dos fluxos futuros. Estas estimativas são baseadas em assumpções sobre um conjunto de factores que se podem modificar no futuro e consequentemente alterar os montantes de imparidade. Adicionalmente, é também realizada uma análise colectiva de imparidade por segmentos de crédito cujas características e riscos similares determinam perdas por imparidade com base no comportamento histórico das perdas em activos similares.

Imparidade em instrumentos de capital

Os Instrumentos de capital classificados em activos financeiros disponíveis para venda são considerados em imparidade quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preço de custo, ou quando existam outras evidências objectivas de imparidade. A determinação do nível de declínio em que se considera “significativo ou prolongado” requer julgamentos. Neste contexto o Grupo determinou que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 50% ou por mais de 1 ano é considerado significativo ou prolongado, respectivamente. As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas.

Imparidade em instrumentos de dívida

No caso dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a imparidade é elaborada com os mesmos critérios de um activo financeiro registado ao custo amortizado. Os juros deverão ser especializados à taxa efectiva original na parte reduzida do valor do activo e registada na rubrica de “juros e proveitos equiparados”. Se, num período subsequente, o justo valor de um instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar e o aumento puder estar objectivamente relacionado com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da perda por imparidade nos resultados, a perda por imparidade deve ser revertida, sendo a quantia da reversão reconhecida nos resultados.

Activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito são efectuados julgamentos para a determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperados.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Benefícios de reforma

O nível de responsabilidades relativas a benefícios de reforma é determinado através de avaliação actuarial, na qual se utilizam pressupostos e assumpções sobre taxas de desconto, taxa de retorno esperado dos activos do Fundo de Pensões, aumentos salariais e de pensões futuros e tábuas de mortalidade. Face à natureza de longo prazo dos planos de pensões, estas estimativas são sujeitas a incertezas significativas. Na (Nota 52) são apresentados os pressupostos utilizados.

Operações de titularização

Como parte da sua actividade operacional, o Grupo realizou operações de titularização de crédito ao consumo, operações de aluguer de longa duração e crédito concedido a pequenas e médias empresas, através da alienação desses activos a entidades de finalidades especiais (veículos) constituídos para o efeito. Estas entidades, como forma de financiamento, emitiram instrumentos de dívida com diferentes níveis de subordinação e de remuneração. O interesse residual nos activos titularizados é usualmente retido pelo Grupo através da detenção de títulos de natureza residual. Consequentemente, os veículos constituídos no âmbito de operações de titularização cujos títulos de natureza residual sejam detidos pelo Grupo são incluídos nas contas consolidadas.

2.4 Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras resumem-se como segue:

1) Instrumentos financeiros

a) *Reconhecimento e mensuração inicial de instrumentos financeiros*

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. Os instrumentos financeiros derivados são igualmente reconhecidos na data da transacção.

A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.

b) *Mensuração subsequente de instrumentos financeiros*

Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no passivo. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

Outros activos e passivos ao justo valor através de resultados

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros classificados pelo Grupo de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista na IAS 39 (*fair value option*), desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- i) a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos ganhos ou perdas (*accounting mismatch*);
- ii) os activos e passivos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua performance avaliada numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou
- iii) o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

A rubrica de activos financeiros ao justo valor através de resultados inclui activos designados no reconhecimento inicial ao justo valor por integrarem derivados embutidos e, em aplicação do parágrafo 1 da IAS 31, o Grupo classificou nesta rubrica a participação detida pela Lestinvest numa entidade estrangeira conjuntamente controlada que se encontra a desenvolver um empreendimento imobiliário (Nota 6).

Os passivos financeiros foram designados como passivos ao justo valor através de resultados por se tratarem de instrumentos de dívida (subordinada e não subordinada) com um ou mais derivados embutidos.

A valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados tem em conta o risco de crédito do emitente como sendo o “spread” de cada dívida emitida.

Activos financeiros detidos até à maturidade

Os activos financeiros detidos até à maturidade compreendem os investimentos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, sobre os quais existe a intenção e capacidade de os deter até à maturidade. Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efectiva, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta o prémio ou desconto na data de aquisição e outros encargos directamente imputáveis à compra como parte da taxa de juros efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que não foram classificados em qualquer uma das outras categorias de activos financeiros. Incluem instrumentos de capital, investimentos em unidades de participação de fundos e outros instrumentos de dívida. Após o reconhecimento inicial são subsequentemente avaliados ao justo valor, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de reavaliação” até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda”. Os juros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Os dividendos são reconhecidos em resultados, quando o direito ao seu pagamento é estabelecido, na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”. Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

Aplicações em outras Instituições de Crédito e Crédito a clientes

Estas rubricas incluem aplicações junto de instituições de crédito e crédito concedido a clientes do Grupo.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial.

Após reconhecimento inicial, normalmente ao valor desembolsado acrescido de todos os custos directamente inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço,

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

subsequentemente estes activos são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva, deduzido das perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta rendimentos ou encargos directamente imputáveis à originação do activo como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos, Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados, se existentes. A especialização de juros é reconhecida em resultados na “Juros e encargos similares”.

Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe obrigação contratual de a sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Os rendimentos de instrumentos de capital são reconhecidos quando o direito ao seu recebimento é estabelecido e deduzidos ao capital próprio.

Derivados

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo na sua gestão de exposição a riscos financeiros e de mercado, são contabilizados de acordo com os critérios definidos na IAS 39 para cobertura de justo valor, caso cumpram os requisitos de elegibilidade previstos nesta norma, nomeadamente para o registo de coberturas da exposição à variação do justo valor de elementos cobertos. Caso contrário, os derivados são considerados pelo seu justo valor como activos ou passivos financeiros de negociação, consoante tenham, respectivamente, justo valor positivo ou negativo.

O recurso a derivados pelo Grupo para cobertura de exposições a riscos financeiros e de mercado ocorre, principalmente, nas seguintes situações:

- Cobertura de passivos com indexação a activos de referência
O Grupo emite passivos financeiros cuja remuneração e pagamento de principal estão ligados à performance de um activo de referência (acções, crédito e taxa de juros, etc.) e faz a cobertura contratando derivados OTC para transformar estes passivos em operações indexadas à Euribor;
- Cobertura do risco de operações de derivados com clientes
O Grupo contrata derivados OTC (essencialmente forwards) com clientes cujo risco é coberto com operações de back-to-back com contrapartes no mercado;
- Operações de swap de taxa de juro relacionadas com as operações de titularização de créditos efectuadas pelo Grupo.

Contudo, nas demonstrações financeiras não se encontram consideradas quaisquer operações de cobertura, dado que todos os instrumentos derivados existentes ou foram classificados como de negociação por não cumprirem os requisitos de contabilidade de cobertura da IAS 39, ou estão associados a passivos designados ao justo valor através de resultados. Consequentemente todos os derivados encontram-se registados em activos e passivos de negociação.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Determinação do justo valor

Para efeitos de mensuração subsequente, o justo valor utilizado na mensuração de activos e passivos financeiros foi determinado da seguinte forma:

- No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta ("bid") conhecida;
- No caso de activos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado ("discounted cash flow", modelos de valorização de opções, etc.).

Os activos de rendimento variável para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Imparidade em instrumentos financeiros

O Grupo avalia em cada data de apresentação de contas se existe alguma evidência objectiva que um activo ou grupo de activos financeiros se encontra em imparidade. Um activo financeiro ou grupo de activos financeiros encontra-se em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) após a data de reconhecimento inicial, tiver um impacto mensurável na estimativa dos fluxos de caixa futuros desse activo ou grupo de activos.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo Grupo traduz-se na observação de eventos de perda, dos quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor, sendo provável que o devedor entre em processo de reestruturação financeira, ou venha a ser considerado falido ou insolvente; ou
- Ocorrência de alterações adversas das condições e/ou capacidade de pagamento ou das condições económicas nacionais ou do sector económico relevante, com correlação ao incumprimento de determinado activo.

Créditos a clientes

Para os créditos a clientes mensurados ao custo amortizado, o Grupo inicialmente procede a uma análise individual, para os clientes com responsabilidades totais consideradas significativas, para aferir se existe evidência objectiva de imparidade. Caso seja determinado que não existe evidência objectiva de imparidade, estes créditos são incluídos na análise colectiva efectuada por segmentos com características e riscos similares, juntamente com os créditos considerados não significativos.

Se existir evidência de perda por imparidade num activo ou grupo de activos, o montante da perda é determinado pela diferença entre o seu valor e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de imparidade futuras ainda não incorridas), descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de juro corrente, determinada pelo contrato.

De acordo com o modelo conceptual de imparidade estabelecido, quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto (avaliação colectiva), os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares aos que integram o grupo. Sempre que o Grupo entenda necessário, os dados históricos são actualizados com base nos dados correntes observáveis, a fim de reflectirem os efeitos das condições actuais.

O valor de balanço do activo ou do grupo de activos é reduzido por contrapartida da rubrica de resultados de perdas por imparidade "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações". Os juros destes activos continuam a ser reconhecidos sobre o montante reduzido do Balanço com base na taxa efectiva original.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Se nos exercícios subsequentes, o montante de imparidade estimada aumentar ou reduzir em resultado de eventos subsequentes ao reconhecimento da imparidade inicial, o valor de imparidade é aumentado ou reduzido por contrapartida da rubrica de resultados acima referida. Se forem recuperados créditos abatidos o montante recuperado é creditado em resultados da mesma rubrica de Imparidade acima referida.

Activos disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são considerados em imparidade quando se verifica um significativo ou prolongado declínio no justo valor dos activos, abaixo dos preço de custo, ou quando existam outras evidências objectivas de imparidade. Neste contexto, o Grupo determinou que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 50% ou por mais de 1 ano é considerado significativo ou prolongado, respectivamente. No caso dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a imparidade é abordada usando as mesmas evidências objectivas de imparidade de um activo financeiro registado ao custo amortizado.

Em caso de imparidade, a diferença entre o justo valor e o valor de custo é registada na rubrica da demonstração de resultados “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

c) *Desreconhecimento de activos e passivos financeiros****Activos financeiros***

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

- i) os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem; ou
- ii) os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo “pass-through”; e
- iii) Os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

Quando os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos ou tenha sido celebrado um acordo de “pass-through” e não tenham sido transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios do activo, nem transferido o controlo sobre o mesmo, o activo financeiro é reconhecido na extensão do envolvimento continuado, o qual é mensurado ao menor entre o valor original do activo e o máximo valor de pagamento que ao Grupo pode ser exigido.

Quando o envolvimento continuado toma a forma de opção de compra sobre o activo transferido, a extensão do envolvimento continuado é o montante do activo que pode ser recomprado, excepto no caso de opção de venda mensurável ao justo valor, em que o valor do envolvimento continuado é limitado ao mais baixo entre o justo valor do activo e o preço de exercício da opção.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo e qualquer diferença entre os respectivos valores é reconhecida em resultados do exercício.

d) *Reclassificação de activos e passivos financeiros*

Um activo financeiro que não seja detido para efeitos de venda ou recompra a curto prazo, não obstante poder ter sido adquirido ou incorrido para efeitos de venda ou recompra a curto prazo, pode ser retirado da categoria de justo valor através dos lucros e prejuízos. Este tem de ser reclassificado ao justo valor na data de reclassificação. Os ganhos e as perdas já reconhecidos nos lucros ou prejuízos não deverão ser revertidos. O justo valor do activo financeiro à data de reclassificação tornar-se-á o seu novo custo ou custo amortizado, conforme aplicável.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

2) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são reconhecidas pelo câmbio verificado no dia da transacção. Na data do balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos utilizando o câmbio de fecho. Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

Na data de balanço os activos e passivos denominados em moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio à data do fecho do balanço, enquanto itens de proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças que resultam da utilização da taxa de fecho e da taxa média são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação das respectivas entidades.

3) Operações de locação financeira

O Grupo classifica as operações de locação financeiras ou locação operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal. As operações de locação são classificadas como de locação financeira sempre que contratualmente sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção para o locatário. As restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Estas operações são registadas da seguinte forma:

Nas locações operacionais:

➤ Como locatário

Os pagamentos efectuados pelo Grupo de acordo com os contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

➤ Como locador

Os activos em regime de locação operacional são registados no balanço como “Outros activos tangíveis”, pelo montante igual ao investimento líquido do bem locado.

Os activos em regime de locação operacional são amortizados no prazo do contrato, em regime de quotas constantes obtidas pela divisão da diferença entre investimento líquido e valor residual estimado pelo prazo do contrato.

As rendas e outros serviços recebidos são registados integralmente em proveitos, no período a que dizem respeito, na rubrica “outros resultados de exploração”.

Os pagamentos efectuados relacionados com encargos relativos a contratos de locação operacional, são registados como custos dos períodos a que dizem respeito.

Nas locações financeiras:

➤ Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados em “Outros activos fixos tangíveis”, pelo justo valor do activo ou, se inferior, pelo valor actual dos pagamentos mínimos do leasing.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, de forma a obter-se uma taxa de juro constante até à maturidade do passivo, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em resultados, como custos financeiros, na rubrica “Juros e encargos similares”.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os activos em regime de locação financeira são amortizados ao longo da sua vida útil. Contudo, se não houver certeza razoável de que o Grupo obtenha a propriedade no final do contrato, a amortização do activo é efectuada pelo menor tempo entre a vida útil do activo ou do contrato de locação financeira.

➤ Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, pelo montante igual ao investimento líquido do bem locado, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados em resultados, como proveitos financeiros, na rubrica “Juros e rendimentos similares”.

4) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica.

Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo (ou grupo para alienação) seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo do Grupo e se houver suficiente prova de que o Grupo continua comprometido com o seu plano de vender o activo.

Os activos registados nesta categoria são valorizados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda. Nas avaliações, os peritos utilizam normalmente pelo menos dois dos seguintes métodos de avaliação comparativo, rendimento e custo.

Estes activos não são amortizados.

O Grupo regista nesta rubrica essencialmente imóveis recebidos em dação em pagamento de dívidas referentes a crédito concedido que cumpram as condições acima referidas. Para os casos em que tais condições não se encontram cumpridas os imóveis recebidos em dação em pagamento são registados em propriedades de investimento.

5) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são inicialmente valorizadas ao seu custo de aquisição, incluindo custos de transacção. O montante escriturado inclui os custos de investimento adicionais nas propriedades de investimento existentes, se estiverem cumpridos os critérios de reconhecimento, mas exclui os custos correntes de manutenção.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são reavaliadas ao justo valor apurado através de avaliações efectuadas por peritos internos ou externos, as quais reflectem as condições de mercado na data de balanço. A diferença entre o valor de aquisição e o justo valor é registada na rubrica da Demonstração de Resultados de “Outros resultados de exploração”.

As propriedades de investimento são desreconhecidas quando forem alienadas ou quando deixam de ser esperados benefícios económicos futuros com a sua detenção. Na alienação, a diferença entre o valor líquido da alienação e o montante do activo registado é reconhecido em resultados no período da alienação.

As transferências de e para propriedades de investimento são efectuadas quando se verifica uma alteração no uso. Na transferência de propriedades de investimento para imóveis de serviço próprio, o custo estimado para contabilização subsequente é o justo valor à data da alteração do uso. Se um imóvel de serviço próprio é classificado em propriedades de investimento, o Grupo regista esse activo de acordo com a política aplicável a imóveis de serviço próprio até à data da sua transferência para propriedades de investimento.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

6) Outros Activos Tangíveis

A rubrica de “Outros activos tangíveis” inclui imóveis de serviço próprio, viaturas de serviço e outros equipamentos.

Em relação aos imóveis de serviço próprio, na data de transição para as IFRS/IAS (1 de Janeiro de 2004) foi utilizada a opção prevista na IFRS 1 de considerar como custo estimado o respectivo justo valor, obtido através de avaliações de peritos, considerando-se a diferença para o anterior valor de balanço em resultados transitados como ajustamentos de transição, passando aquele valor a ser o valor de custo nessa data sujeito a depreciação futura.

Os “Outros activos tangíveis” são registados ao custo, líquido de amortizações e/ou imparidade. Os custos de reparação e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultados quando ocorridos. Os valores residuais e métodos de amortização são revistos em cada fecho de contas e ajustados caso seja apropriado.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada:

	Anos
Imóveis de serviço próprio:	
Edifícios	50
Benfeitorias	8
Obras em edifícios arrendados	10
Equipamento:	
Instalações	20
Mobiliário e material	10
Equipamento informático	3 a 8
Outros activos tangíveis	8 a 16

Um activo tangível é desreconhecido quando vendido ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento, o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica “Outros resultados de exploração”.

7) Activos Intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a “software”, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra nos três anos.

O período e o método de amortização para activos intangíveis são revistos no final de cada ano. As alterações no prazo de vida útil estimada ou no padrão de consumo dos benefícios económicos futuros são tratados como alterações de estimativas. As amortizações são reconhecidas na respectiva rubrica da demonstração de resultados.

8) Investimentos em associadas

As partes de capital em empresas associadas encontram-se registadas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da equivalência patrimonial. Uma associada é uma entidade em que o Grupo exerça uma influência significativa na gestão mas não seja uma filial ou empreendimento conjunto.

Considera-se que existe influência significativa sempre que o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto.

O registo inicial do investimento é efectuado pelo custo de aquisição, o qual é incrementado ou diminuído pelo reconhecimento das variações subsequentes na parcela detida na situação líquida da associada. Deste modo, o *goodwill* originado na aquisição fica reflectido no valor do investimento, sendo objecto de análise de imparidade como parte do valor do investimento. Qualquer *goodwill* negativo é imediatamente reconhecido em resultados.

À semelhança do procedimento seguido relativamente às subsidiárias, sempre que aplicável, as contas das associadas são ajustadas de forma a reflectir a utilização das políticas contabilísticas do Grupo.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

9) Benefícios aos empregados*Plano de pensões de reforma por benefício definido*

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho celebrado com os sindicatos e vigente para o Sector Bancário, o Grupo assumiu o compromisso de atribuir aos seus empregados ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Para cobertura destas responsabilidades, as entidades financeiras do Grupo dispõem de Fundos de Pensões autónomos geridos por entidade independente, para os quais são realizadas contribuições anuais.

O Grupo procede à avaliação das responsabilidades por serviços passados dos seus trabalhadores, tendo em consideração a posição que assumiu no momento de adesão ao ACT, na qual prevê que a sua responsabilidade é determinada apenas a partir da data de admissão no grupo e não na data de admissão dos seus trabalhadores no sector bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afecta ao período entre a data de admissão no sector bancário e a data de admissão no Grupo, será imputável às anteriores entidades financeiras, pelo que estas responsabilidades por serviços passados não são asseguradas pelos Fundos de Pensões do Grupo. Esta posição é suportada por pareceres da Direcção Jurídica do Finibanco, S.A. e de peritos independentes.

As responsabilidades com benefícios dos trabalhadores foram reconhecidas de acordo com as regras definidas pela IAS 19.

O passivo ou activo reconhecido no balanço corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual por actuários independentes, utilizando o método “Projected Unit Credit”, e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 52). A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagáveis as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

Os ganhos e perdas decorrentes de alterações de pressupostos e diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões são diferidos no balanço (“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano anterior. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

Na data de transição para as IFRS, o Grupo adoptou a possibilidade permitida pela IFRS 1 de não recalculer os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais diferidos reflectidos nas contas do Grupo em 31 de Dezembro de 2003 foram integralmente anulados por contrapartida de resultados transitados, no âmbito da determinação dos ajustamentos de transição para IFRS.

Outros benefícios

Para além das pensões, o Grupo tem ainda outras responsabilidades por benefícios aos trabalhadores, incluindo responsabilidades com assistência médica (SAMS), Subsídio por morte e Prémio de Antiguidade.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões.

No exercício de 2007, as responsabilidades com o SAMS e Subsídio por Morte passaram a ser financiados através do Fundo de Pensões anteriormente referido, pelo que o valor de responsabilidades apuradas com referência a 31 de Dezembro de 2006 e registadas na rubrica Outros Passivos foram transferidas para as respectivas contas do Fundo de Pensões.

As responsabilidades com Prémio de Antiguidade são registadas na rubrica de “Outros passivos” por contrapartida da rubrica de resultados “Custos com o pessoal”.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

10) Provisões e Passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa do Grupo de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for imaterial, a quantia de uma provisão é o valor nominal dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

11) Impostos

O Finibanco Holding e as suas subsidiárias estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC).

O imposto corrente é reconhecido como um custo com base na taxa aplicável em cada território no exercício em que os lucros tributáveis foram gerados. Os efeitos nos impostos futuros por prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos como activos por impostos diferidos na medida em que é provável a existência de lucros fiscais no futuro que permitam a utilização dessas perdas fiscais.

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O Grupo regista ainda passivos ou activos por impostos diferidos respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar ou a recuperar no futuro decorrentes de diferenças temporárias nos activos ou passivos, tributáveis ou dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais, impactos de conversão para as Normas de Contabilidade Ajustadas que só vão ser reconhecidos fiscalmente nos exercícios seguintes, o regime de tributação das responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base mensal, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos calculados sobre prejuízos fiscais apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os activos e passivos por impostos diferidos são compensados se existir o direito legal de compensar impostos correntes activos e passivos e estes forem relacionados com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal ou sobre a mesma entidade tributável.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto em situações em que os eventos que os originaram tenham sido reflectidos em rubrica específica de capital próprio, nomeadamente, no que respeita à valorização de activos disponíveis para venda e imóveis de serviço próprio. Neste caso, o efeito fiscal associado às valorizações é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

12) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo e deduzidos da rubrica de Capital quando são aprovados pelos accionistas. Os dividendos relativos ao exercício aprovados pelo Conselho de Administração após a data de referência das demonstrações financeiras são divulgados na proposta de aplicação de resultados do relatório de gestão.

13) Reconhecimento de proveitos e custos

Em geral os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para o grupo e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros classificados como “Activos financeiros disponíveis para venda” os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de “repricing”, para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

Os dividendos são reconhecidos quando estabelecido o direito de receber o pagamento.

14) Rendimentos e encargos por serviços e comissões

O Grupo cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Estas incluem comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou comissões cobradas pela realização de um determinado serviço pontual.

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um serviço pontual são reconhecidas no momento em que ocorre o referido serviço.

15) Garantias financeiras

No decurso normal das suas actividades bancárias, o Grupo presta garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias bancárias, e créditos documentários, as quais são reconhecidas em contas extrapatrimoniais pelo seu valor contratual (Nota 46).

As garantias financeiras são reconhecidas como um passivo, pelo justo valor, quando a mesma se encontrar vencida ou seja provável que seja necessário um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos para liquidar a obrigação e haja uma estimativa fiável da quantia da obrigação. Subsequentemente, o passivo é escriturado pelo montante da estimativa de gastos futuros para liquidar a obrigação, à data do balanço.

Estas exposições são incluídas na análise individual e colectiva de imparidade considerando factores de conversão em crédito.

As comissões obtidas pela prestação das garantias financeiras são reconhecidas de forma linear em resultados, na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões”, durante o período de vigência das mesmas.

16) Fundo de garantia de depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994, o Fundo de Garantia de Depósitos (FGD), cujo objectivo é o de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito e foi amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. As contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como um custo no exercício a que dizem respeito. Seguindo o previsto na IAS 37, os compromissos irrevogáveis assumidos perante o FGD são reconhecidos em contas extrapatrimoniais como compromissos perante terceiros (Nota 46).

17) Caixa e equivalentes de caixa

Na demonstração de fluxos de caixa, Caixa e equivalentes de caixa correspondem a valores em caixa, saldos à ordem junto do banco central e outras instituições de crédito.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

18) Aquisição de interesses não controlados

Mudanças nos interesses não controlados de uma subsidiária, que não resultam em uma perda de controlo, são contabilizados como operações de capital. Em tais circunstâncias são ajustados os interesses minoritários para reflectir as alterações verificadas. Qualquer diferença entre o valor pelo qual os interesses não controlados são ajustados e o justo valor da retribuição paga ou recebida deve ser reconhecido directamente no capital próprio (reservas).

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

O detalhe da rubrica "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Caixa	48.646	44.070
Disponibilidades à ordem no Banco de Portugal	75.799	76.478
Disponibilidades sobre bancos centrais no estrangeiro	31.888	10.664
	156.333	131.212

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos são remunerados.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O detalhe da rubrica "Disponibilidades em outras instituições de crédito" em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país:		
Depósitos à ordem	30.715	23.385
Cheques a cobrar	24.147	30.297
	54.862	53.682
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos à ordem	7.129	3.532
Cheques a cobrar	1.619	3.414
	8.748	6.946
	63.610	60.628

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país em 31 de Dezembro de 2010, foram compensados na Câmara de Compensação nos primeiros dias úteis de Janeiro de 2011.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

5. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

O detalhe da rubrica de outros “Activos financeiros detidos para negociação” em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
<u>Títulos</u>		
Instrumentos de capital		
Emitidos por residentes		
Acções	378	667
Emitidos por não residentes		
Acções	50	3.045
	<u>428</u>	<u>3.712</u>
Outros		
Emitidos por residentes	1	1
Emitidos por não residentes - Hedge Funds	326	463
	<u>327</u>	<u>464</u>
	<u>755</u>	<u>4.176</u>
<u>Instrumentos derivados com justo valor positivo</u>		
Swaps		
Divisas	10	2
Taxa de juro	2.913	2.955
	<u>2.923</u>	<u>2.957</u>
Futuros e outras operações a prazo		
Taxa de juro	-	60
	<u>2.923</u>	<u>3.017</u>
<u>Créditos e outros valores a receber</u>	<u>29.759</u>	<u>-</u>
	<u>33.437</u>	<u>7.193</u>

Os títulos incluídos nesta rubrica encontram-se detalhados no Anexo II.

Exceptuando os investimentos em “*hedge funds*”, não existem títulos não cotados nesta rubrica.

Os valores nominais dos instrumentos de derivados com justo valor positivo relativos a swaps de taxa de juro ascendem a 31 de Dezembro de 2010 a m.Euros 47.502 (m.Euros 66.975 em 31 de Dezembro de 2009).

O justo valor dos swaps de taxa de juro foi calculado por entidade independente, a qual utilizou para o efeito técnicas de valorização, nomeadamente o desconto de fluxos de caixa futuros. Os inputs para a valorização correspondem a observações de dados de mercado relativos aos factores de retorno e risco inerentes a cada instrumento (Nota 49).

No âmbito do Regulamento da CE 1004/2008, de 15 de Outubro, que introduziu alterações à IAS 39, atentas à particular turbulência dos mercados e às informações recolhidas sobre alguns instrumentos que motivaram o alargamento do prazo inicialmente previsto para a sua detenção foi decidido reclassificar da carteira de negociação para a carteira de activos financeiros disponíveis para venda três activos.

Os activos reclassificados (três Hedge Funds, sendo um deles um investimento de capital garantido) tinham um justo valor à data da reclassificação de m.Euros 11.627. Estes investimentos provocaram na conta de resultados no exercício de 2008 perdas por ajustamento de justo valor no total m.Euros 382. Caso não tivesse ocorrido esta reclassificação teriam sido registados no ano ganhos adicionais de m.Euros 2.566 (no ano de 2008 perdas no valor de m.Euros 3.042), os quais se encontram registados na rubrica de reservas de reavaliação em capitais próprios à data de 31 de Dezembro de 2009, no valor negativo de m.Euros 476.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

No exercício de 2010, foi alienado um destes Hedge Funds tendo originado um ganho efectivo na conta de resultados no valor de m.Euros 266.

Quanto aos outros dois Hedge Funds, caso não tivesse ocorrido esta reclassificação, teria sido registado no ano de 2010 um ganho adicional de m.Euros 6, o qual se encontra registado na rubrica de reservas de reavaliação em capitais próprios.

A rubrica “Crédito e outros valores a receber” (m.Euros 29.759), refere-se ao valor de carteiras de crédito, algumas das quais já tinham sido abatidas ao activo, que foram vendidas em Junho e Dezembro de 2009 e Março de 2010, a entidade não relacionada especializada na gestão de “*Non performing loans*” e temporariamente financiadas pelo Grupo Finibanco, enquanto se aguardava pelo resultado de acções conducentes ao seu financiamento por entidade externa ao Grupo. Contudo, as extremas dificuldades ocorridas ao nível de liquidez no decurso do presente exercício, inviabilizaram a obtenção do referido financiamento, situação em tudo contrária às expectativas existentes. Neste contexto, em Novembro de 2010 foram revertidas as vendas efectuadas considerando o justo valor dos créditos no momento desta transacção, sendo intenção da Administração proceder a nova operação de venda num futuro próximo.

6. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Considerando que na substância a actividade da Lestinvest é similar à actividade de uma sociedade gestora de capital de risco, em aplicação do parágrafo 1 da IAS 31, esta rubrica inclui o montante de mEuros 40.111 (m.Euros 41.235 em 2009) relativo à participação da Lestinvest numa entidade no Hungria conjuntamente controlada com outros três accionistas e que se encontra a desenvolver um empreendimento imobiliário naquele país. A percentagem de participação da Lestinvest neste empreendimento é de 45% (45% em 31 de Dezembro de 2009).

O Justo valor deste investimento foi calculado com base nos capitais próprios ajustados pela reavaliação dos activos da participada na Hungria. Os activos da participada são compostos por investimentos imobiliários no referido empreendimento. Foi utilizada a avaliação de Dezembro de 2009 destes activos, sendo efectuada por um perito independente com qualificação profissional reconhecida e relevante e com experiência recente na localização e na categoria da propriedade de investimento objecto de avaliação.

Os métodos e pressupostos significativos aplicados na determinação do justo valor dessas propriedades de investimento foram:

- Método de comparação com valores de mercado para os terrenos, área em construção e parques públicos de cada lote topográfico;
- Valor de substituição para estruturas especiais já construídas; e
- Método do valor residual, tendo em conta as áreas úteis, preços de venda e custos históricos, incluindo custos de financiamento, no qual para a determinação do respectivo valor actual foi utilizada taxa de desconto entre 10% e 11% e os vários períodos de desenvolvimento.

No exercício de 2010, verificou-se uma variação cambial anual negativa de m.Euros 1.124.

Esta rubrica inclui também um investimento em obrigações com derivados embutidos de risco de crédito no montante de m.Euros 9.628 (m.Euros 10.354 em 31 de Dezembro de 2009 (Anexo II)).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

7. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O detalhe da rubrica “Activos financeiros disponíveis para venda” em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
<u>Títulos</u>		
Instrumentos de dívida		
Emitidos por residentes		
De dívida pública portuguesa	70.844	10.590
Emitidos por não residentes		
Emissores públicos estrangeiros	68.843	20.712
De outros não residentes	-	8.538
	68.843	29.250
	139.687	39.840
Instrumentos de capital		
Emitidos por residentes		
Acções	5.953	9.228
Imparidade acumulada (Nota 43)	(3.271)	(2.821)
	2.682	6.407
Emitidos por não residentes		
Acções	159	154
	2.841	6.561
Outros		
Emitidos por residentes - UP`Fundos mobiliários	2.182	-
Emitidos por não residentes - <i>Hedge Funds</i>	2.939	2.589
	5.121	2.589
	147.649	48.990

A decomposição da rubrica “emissores públicos estrangeiros” no valor de m.Euros 68.843 em 31 de Dezembro de 2010 é a seguinte:

Grécia	m.Euros 11.450
Irlanda	m.Euros 10.239
França	m.Euros 19.859
Angola	m.Euros 27.295

A decomposição da rubrica “emissores públicos estrangeiros” no valor de m.Euros 20.712 em 31 de Dezembro de 2009 é a seguinte:

Alemanha	m.Euros 5.069
Angola	m.Euros 15.643

Os títulos incluídos nesta rubrica encontram-se detalhados no Anexo II.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os títulos incluídos nesta rubrica são cotados, excepto o valor líquido de m.Euros 31.605 (m.Euros 23.551 em 31 de Dezembro de 2009), que se referem m.Euros 27.295 a instrumentos de dívida, m.Euros 2.129 a instrumentos de capital e m.Euros 2.181 relativo a fundos de investimento mobiliários, não existindo a 31 de Dezembro qualquer valor relativo a instrumentos “Hedge funds” (m.Euros 5.319, m.Euros 15.643 e m.Euros 2.589 respectivamente em 31 de Dezembro de 2009).

Do valor de m.Euros 70.844 dos títulos da dívida pública portuguesa e m.Euros 68.843 relativos a instrumentos de dívida de emissores públicos estrangeiros encontram-se penhorados a favor de terceiros, conforme se segue:

- A favor do Banco de Portugal no âmbito e condições da Instrução 35/2007 Mercado de Crédito Intradiário m.Euros 9.825.
- A favor do Sistema de Indemnização aos Investidores no âmbito e condições da Instrução 2/2000 da CMVM m.Euros 717.
- A favor do Fundo de Garantia de Depósitos no âmbito e condições do Aviso 11/94 do Banco de Portugal m.Euros 3.267.
- A favor da LCH.Clearnet SA no âmbito e condições do “Clearing Rule Book” m.Euros 1.259.
- A favor do Banco de Portugal no âmbito das operações de financiamento junto do Eurosistema m.Euros 97.324.

Não obstante as pressões que se têm verificado sobre a dívida pública da Grécia, Irlanda e Portugal, é nosso entendimento que não se verificaram incumprimentos, visto não ter ocorrido qualquer suspensão de pagamentos, razão pela qual não foi considerado qualquer registo de imparidade, e que os mecanismos de ajuda criados na União Europeia, permitem um posicionamento optimista em relação à evolução futura da dívida destes países.

8. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O detalhe da rubrica “Aplicações em instituições de crédito” em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
<u>Aplicações</u>		
No país		
Em outras instituições de crédito		
Mercado monetário interbancário	180.000	-
Depósitos	-	17
Empréstimos	8.596	72.890
	<u>188.596</u>	<u>72.907</u>
No estrangeiro		
Sucursais de outras instituições de crédito nacionais		
Aplicações a muito curto prazo	28	212
Em outras instituições de crédito		
Outras aplicações	20.657	22.446
	<u>20.685</u>	<u>22.658</u>
	<u>209.281</u>	<u>95.565</u>
<u>Juros a receber</u>		
De aplicações em instituições de crédito		
Instituições de crédito no país	97	1.480
Instituições de crédito no estrangeiro	9	6
	<u>106</u>	<u>1.486</u>
	<u>209.387</u>	<u>97.051</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

9. CRÉDITO A CLIENTES

O detalhe da rubrica “Crédito a clientes” em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Crédito		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Interno	1.923.112	1.750.278
Interno - titularizado	559.157	671.061
Ao exterior	18.059	13.365
Ao exterior - titularizado	4.614	4.458
	<u>2.504.942</u>	<u>2.439.162</u>
Crédito e juros vencidos		
Crédito interno e juros vencidos	134.098	91.919
Crédito interno e juros vencidos - titularizado	15.914	7.884
Crédito externo e juros vencidos	610	184
Despesas de crédito vencido	1.083	887
Despesas de crédito vencido titularizado	6	-
	<u>151.711</u>	<u>100.874</u>
	<u>2.656.653</u>	<u>2.540.036</u>
Imparidade acumulada (Nota 43)	<u>(178.562)</u>	<u>(120.154)</u>
	<u>2.478.091</u>	<u>2.419.882</u>
Outros créditos e valores a receber (titulados)		
Emitidos por residentes		
Títulos de dívida		
Dívida não subordinada	43.344	5.338
Créditos e juros vencidos		
Outros créditos vencidos	110	110
Imparidade acumulada (Nota 43)	<u>(110)</u>	<u>(110)</u>
	<u>43.344</u>	<u>5.338</u>
Juros a receber, Receitas com rendimento diferido e Despesas com encargo diferido		
Juros a receber		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Interno	9.502	6.036
Interno - Titularizado	2.456	3.149
Externo	62	59
Externo - Titularizado	13	12
	<u>12.033</u>	<u>9.256</u>
Outros créditos e valores a receber (titulados)		
Emitidos por residentes	198	-
	<u>12.231</u>	<u>9.256</u>
	<u>2.533.666</u>	<u>2.434.476</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Do total da carteira de crédito, 33,13% foi objecto de análise individual de imparidade e 66,87% objecto de análise colectiva (em 31 de Dezembro de 2009 foram 28,37% e 71,63% respectivamente), como segue:

	31-12-2010		31-12-2009	
	Crédito	Imparidade	Crédito	Imparidade
Individual	898.669	64.666	729.880	22.035
Colectiva	1.813.669	114.006	1.824.860	98.229
	2.712.338	178.672	2.554.740	120.264

O crédito titularizado inclui o montante de m.Euros 433.604 referente a operações cujas Obrigações Classe A (Aqua Finance nº 3 e Aqua Mortgage nº 1) (Nota 51) no montante de m.Euros 313.196, cujo valor elegível de m.Euros se encontra a colateralizar em m.Euros 218.537 os financiamentos obtidos junto do Banco Central Europeu (Nota19).

A desagregação do crédito vencido por antiguidade encontra-se detalhada no capítulo 2.6 do Relatório de Gestão – Risco de Crédito.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, o detalhe da rubrica “Crédito não representado por valores mobiliários” por tipo de crédito era como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Empresas e administrações públicas		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	127.110	173.358
Empréstimos	593.396	459.674
Créditos em conta corrente	650.582	670.310
Descoberto em depósitos à ordem	45.048	24.648
Créditos tomados - factoring	15.556	16.596
Locação financeira mobiliária	76.482	61.527
Locação financeira imobiliária	97.800	95.384
Outros créditos	16.591	16.271
	1.622.565	1.517.768
Particulares		
Habitação		
Locação financeira	14.814	15.786
Outros créditos	272.637	317.771
	287.451	333.557
Consumo		
Locação financeira	40.931	28.896
Outros créditos	303.356	340.492
	344.287	369.388
Outras finalidades		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	8.913	8.040
Empréstimos	177.691	129.789
Créditos em conta corrente	42.748	51.771
Descoberto em depósitos à ordem	7.653	14.399
Locação financeira	13.574	14.437
Outros créditos	60	13
	250.639	218.449
	2.504.942	2.439.162

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O total de créditos em Locação financeira apresenta a seguinte desagregação:

Prazo	31-12-2010			31-12-2009		
	Valor de balanço concedido	Investimento bruto pagamentos mínimos	Rendimento financeiro não obtido	Valor de balanço concedido	Investimento bruto pagamentos mínimos	Rendimento financeiro não obtido
Até 1 ano	26.927	33.999	7.072	26.126	32.793	6.667
De 1 ano a 5 anos	115.675	149.782	34.107	100.763	126.244	25.481
Superior a 5 anos	100.999	131.656	30.657	89.141	113.044	23.903
TOTAL	243.601	315.437	71.836	216.030	272.081	56.051

Os valores residuais, são sempre, contratualmente, com opção de compra realçando-se que nos processos sem incidentes, são sempre repassados aos locatários.

A dedução acumulada para pagamento de incobráveis da locação a receber foi de m.Euros 7.222 (m.Euros 5.643 em 31 de Dezembro de 2009).

As rendas contingentes foram durante o período m.Euros 69.486 (m.Euros 56.551 em 31 de Dezembro de 2009).

Nos contratos de locação financeira em carteira não existem acordos da espécie.

10. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica “Investimentos detidos até à maturidade” tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Rendimentos a receber		
Juros de investimentos detidos até à maturidade	-	10
	-	10

11. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O detalhe da rubrica “Activos não correntes detidos para venda”, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2010 é como a seguir se mostra:

	Valor de Balanço 31-12-2009	Aquisições	Ajustamentos a)	Saídas	Valor de Balanço 31-12-2010
Activos tangíveis não correntes detidos para venda					
Imóveis	34.179	20.292	(232)	(14.355)	39.884
Equipamento	364	2.405	39	(2.568)	240
Outros	24	-	-	(18)	6
	34.567	22.697	(193)	(16.941)	40.130

a) Ajustamentos referentes a activos adquiridos em anos anteriores.

Do saldo inicial de m.Euros 34.179 referente a imóveis permanecem a 31 de Dezembro de 2010 o montante m.Euros 30.765.

As vendas não se concretizaram por questões relacionadas com a fragilidade verificada no lado da procura do próprio mercado imobiliário, sem que para isso o Grupo tivesse qualquer influência, uma vez que se manteve comprometido com o cumprimento dos respectivos planos de venda. Como prova do comprometimento registamos o forte empenho no acompanhamento e manutenção dos planos de venda, quer por via do reforço dos meios de promoção da sua exposição ao mercado, quer por diversos ajustes nos valores de promoção.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os ganhos e perdas relacionados com esta rubrica por ajustamentos de valor estão divulgados na Nota 40.

12. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O detalhe da rubrica “Propriedades de investimento”, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2010 é como a seguir se mostra:

	Valor de balanço 31-12-2009	Aquisições	Reavaliações	Valor de balanço 31-12-2010
Propriedades de investimento				
Outras propriedades de investimento				
Imóveis	20.479	2.730	(624)	22.585

A determinação do justo valor das propriedades de investimento é apurada por peritos avaliadores independentes externos e/ou internos através de avaliações que são realizadas em uma base trianual, sendo revistas anualmente, de acordo com metodologias geralmente aceites para o efeito, que integram análises pelo seguintes métodos:

- Capitalização do rendimento (no qual para a determinação do respectivo valor actual foi utilizada taxas de capitalização entre 8% e 10%);
- Substituição ou de reposição,
- Comparativo de mercado; e
- Valor residual/abordagem estática (em situações de terrenos para construção).

As propriedades de investimento apresentam neste exercício os seguintes valores:

- Rendimento de rendas: m.Euros 402 (m.Euros 66 em 31 de Dezembro de 2009)
- Gastos operacionais directos: m.Euros 76 (m.Euros 52 em 31 de Dezembro de 2009)

13. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Conforme referido no ponto 6) da Nota 2.4, os imóveis de serviço próprio do Grupo, existentes na data de transição para IAS/IFRS (1 de Janeiro de 2004), foram reavaliados ao justo valor com base em avaliações de peritos, tendo sido utilizado a opção prevista na IFRS 1, passando aquele valor a ser o valor de custo nessa data, sujeito a depreciação futura.

Em 31 de Dezembro de 2010 o Grupo tinha compromissos contratuais para aquisição de activos fixos tangíveis num total de m.Euros 1.819 (m.Euros 2.056 em 31 de Dezembro de 2009) referentes a contratos de promessa de compra e venda de imóveis de serviço próprio, para os quais já havia pago o respectivo sinal m.Euros 718 (m.Euros 714 em 31 de Dezembro de 2009).

Em 31 de Dezembro de 2010, a subsidiária Finicrédito tinha activos fixos tangíveis em regime de locação operacional conforme segue:

Maturidade residual	Valor bruto	Pagamentos futuros em locação operacional não cancelável
Entre 1 e 5 anos	1.942	477

No âmbito da integração das actividades das participadas no Grupo Montepio, é expectável realizar no segundo trimestre de 2011, uma análise detalhada do inventário de activos tangíveis, visando a sua optimização e eficiência, da qual poderá resultar a descontinuidade de determinados itens.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Decorrente dos activos em locação operacional acima referidos a Finicrédito tinha em 31 de Dezembro de 2010 os seguintes compromissos contratuais:

Outros activos em locação operacional	Pagamentos futuros mínimos em locação operacional não cancelável	Pagamentos mínimos em locação
Entre 1 e 5 anos	316	104

Os saldos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2010 na rubrica “Outros activos tangíveis”, são apresentados no anexo III.

14. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2010 na rubrica “Activos intangíveis”, são apresentados no anexo III.

Esta rubrica é constituída essencialmente por software, sendo que em 31 de Dezembro de 2010 se encontram totalmente amortizados m.Euros 13.541 (m.Euros 12.259 em 31 de Dezembro de 2009). No âmbito da integração das actividades das participadas no Grupo Montepio, é expectável realizar no segundo trimestre de 2011, uma análise detalhada do inventário de activos intangíveis, visando a sua optimização e eficiência, da qual poderá resultar a descontinuidade de determinados itens.

15. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

O detalhe da rubrica “Investimentos em associadas e subsidiárias excluídas da consolidação”, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2010, é como a seguir se mostra:

	31-12-2010	31-12-2009
Associadas no país		
Saldo inicial	11.782	23.444
Aquisições	22.193	9.723
Alienações/Reclassificações	3.601	(23.103)
Apropriação de resultados	(158)	1.521
Recebimento de dividendos	(1.441)	-
Outros ajustamentos em capitais próprios	(1.481)	197
	<u>34.496</u>	<u>11.782</u>
Imparidade acumulada (Nota 43)	<u>(5.441)</u>	<u>(341)</u>
	<u>29.055</u>	<u>11.441</u>

Os títulos incluídos nesta rubrica encontram-se detalhados no Anexo II.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

No valor das Aquisições/Reclassificações incluem-se as aquisições, em 29 de Julho de 2010, de participações nas empresas Prio Foods SA e Prio Energy SGPS SA, passando a Finibanco Holding a deter 20% do capital destas entidades, e a participação na Iberpartners transferida de Activos Financeiros Disponíveis para Venda dado se ter concluído pela existência de influência significativa sobre a entidade.

Em 29 de Dezembro de 2009 o Finibanco Holding, com a intervenção do seu accionista maioritário à data – a VIC, SGPS, SA. -, formalizou, com o grupo Mapfre Seguros Gerais, S.A., com a intervenção do seu accionista maioritário Mapfre Internacional, SA., um acordo geral que se traduz numa parceria para a área dos seguros e “assurfinance”. Como consequência deste acordo, a Mapfre Seguros Gerais, S.A. assumiu o controlo de gestão da Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., tendo *inter alia* a possibilidade de nomear a maioria dos membros do Conselho de Administração.

As condições de pagamento do preço acordado para as acções compreenderam um pagamento inicial de valor fixo, um pagamento complementar, também de valor fixo, e um pagamento complementar de valor variável, correspondendo portanto a três pagamentos:

- a) O pagamento inicial de valor fixo m.Euros 9.000, em dinheiro, foi liquidado na data em que foi obtida a não oposição à transacção por parte das autoridades competentes (4 de Março de 2010);
- b) O pagamento complementar de valor fixo será de m.Euros 1.000, em dinheiro, a liquidar depois de decorrido um ano sobre a data do pagamento inicial de valor fixo;
- c) O pagamento complementar de valor variável (terceiro e último pagamento), também em dinheiro, resultado da multiplicação da relação de crescimento do Adjusted Embedded Value (AEV) 2009-2013 (valor intrínseco da carteira de apólices acrescido de um valor adicional correspondente ao potencial de criação de valor futuro) pelo valor de referência estabelecido em m.Euros 5.595, com o máximo de 200% deste valor. Por se tratar de activo contingente o mesmo não foi registado nas demonstrações financeiras da Finibanco Holding.

Como resultado da venda à Mapfre das acções correspondentes a 50% do capital da Finibanco Vida, foi registado em 31 de Dezembro de 2009 na rubrica de “Resultados de alienação de outros activos” da Demonstração de Resultados um ganho de m.Euros 6.250. Adicionalmente, na data da venda procedeu-se à reclassificação dos remanescentes 50%, da rubrica “Investimentos em filias” para a rubrica “Investimentos em associadas”, revalorizados ao justo valor de acordo com o parágrafo 34 da IAS 27 alterada, originando um ganho adicional de m.Euros 5.973 igualmente registado na rubrica de “Resultados de alienação de outros activos” da Demonstração de Resultados.

Tendo presente o contrato de compra e venda e pacto accionista ocorrido entre as partes, está prevista a possibilidade do exercício de recompra pelo accionista Finibanco Holding das acções adquiridas pela Mapfre Seguros Gerais, S.A. por preço convencionado correspondente ao AEV do último ano decorrido multiplicado por 1,98, quando ocorram as seguintes situações: incumprimento das obrigações contratuais, situação de bloqueio, alteração do controlo e decorrido o prazo de 20 anos sem que as partes manifestem a sua intenção de prorrogar, e se o Grupo Finibanco promover ou exercer actividades de seguros ou de distribuição de seguros que sejam concorrentes das actividades da Finibanco Vida, ou que afecte o exclusivo de comercialização de seguros vida e não vida garantido à Finibanco Vida e à Mapfre Seguros Gerais, S.A. nos termos previstos em Acordo de Comercialização.

Como é sabido, em 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista lançou uma oferta pública de aquisição geral e voluntária sobre o capital da Finibanco Holding.

Nos termos do anúncio preliminar, do anúncio de lançamento e do prospecto de oferta pública de aquisição, o MGAM informou que era sua intenção, em caso de sucesso da oferta – que se veio a verificar – “consolidar as actividades e operações das subsidiárias da Sociedade Visada [Finibanco Holding, SGPS, S.A.] nas respectivas actividades, operações e redes do Grupo do Oferente, com reforço da marca Montepio.”

Já em Março de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista adquiriu à Finibanco Holding a participação que esta detinha na Finibanco Vida, Companhia de Seguros de Vida, S.A., passando assim a deter de forma directa a referida participação qualificada no capital social da Finibanco Vida, Companhia de Seguros de Vida, S.A.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O Grupo Montepio encontra-se, no presente momento, a implementar as intenções oportunamente anunciadas, o que fará em função, nomeadamente, da análise das condições objectivas de concretização de consolidação das respectivas actividades nas participadas do Montepio Geral – Associação Mutualista, tendo em conta eventuais constrangimentos contratuais existentes.

16. ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Os saldos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 na rubrica “Activos por impostos correntes” são detalhados como a seguir se demonstra:

	31-12-2010	31-12-2009
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	84	695
Outros	2	3
	86	698

17. ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 na rubrica “Activos por impostos diferidos” são detalhados como a seguir se demonstra:

	31-12-2010		31-12-2009	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Impostos diferidos				
Diferenças temporárias				
Provisões não aceites fiscalmente	13.279	-	10.700	-
Activos tangíveis	192	-	139	253
Benefícios de empregados	3.507	33	5.459	2.101
Instrumentos financeiros	2.108	100	371	470
Activos não correntes disponíveis para venda	-	-	45	-
Reavaliações legais de imobilizado	-	-	-	6
Provisões, activos e passivos contingentes	-	-	-	33
Prejuízos fiscais	2.072	-	5.844	-
	21.158	133	22.558	2.863
Impostos diferidos líquidos	21.025		19.695	

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Considerando a expectativa de integração das operações do Finibanco S.A. na Caixa Económica Montepio Geral em 2011, e estando esta entidade abrangida por condições fiscais específicas, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 10º do Código do IRC, o Banco reverteu os impostos diferidos activos no montante de aproximadamente m. Euros 10.377, dado não ser expectável a sua realização.

	31-12-2009	Por Resultados do Exercício	Por Reservas de Reavaliação	Utilizado no RETGS	31-12-2010
Prejuízos fiscais reportáveis	5.844	-2.638	-	(1.134)	2.072
Provisões não aceites fiscalmente	10.160	3.119	-	-	13.279
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-
Activos tangíveis	(1.034)	362	-	-	(672)
Activos intangíveis	-	-	-	-	-
Benefícios de empregados	3.358	115	-	-	3.473
Instrumentos financeiros	(131)	(186)	2.325	-	2.008
Activos não correntes disponíveis para venda	90	(93)	-	-	(3)
Provisões, activos e passivos contingentes	-	-437	-	-	(437)
Reavaliações legais	(90)	(14)	-	-	(104)
	18.197	228	2.325	(1.134)	19.616

O saldo final dos impostos diferidos no valor de m.Euros 19.616 resultam da diferença entre activos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos conforme segue:

Activos por impostos diferidos no valor de m.Euros 21.025 (Nota 17), e Passivos por impostos diferidos no valor de m.Euros 1.409 (Nota 28)

Os activos por impostos diferidos por prejuízos fiscais vencem nos anos conforme é detalhado no quadro seguinte:

	31-12-2010	31-12-2009
Ano de vencimento dos impostos diferidos por prejuízos fiscais:		
Prejuízo fiscal gerado em 2008, vencimento em 2014	2.072	2.544
Prejuízo fiscal gerado em 2009, vencimento em 2015	-	3.300
Total	2.072	5.844

É convicção do Conselho de Administração que os prejuízos fiscais serão totalmente utilizados no âmbito da projectada operação de integração da participada Finibanco SA referida no capítulo 5 do Relatório de Gestão.

Na ausência de projecção de resultados fiscais do Banco após operação de integração, não foram reconhecidos impostos diferidos activos sobre os seguintes prejuízos fiscais:

	Base	Imposto diferido 25%
Ano de vencimento dos prejuízos fiscais:		
Prejuízo fiscal gerado em 2009, vencimento em 2015	15.312	3.828
Prejuízo fiscal gerado em 2010, vencimento em 2014	31.645	7.911
	46.957	11.739

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

18. OUTROS ACTIVOS

O desenvolvimento da rubrica “Outros activos” em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
<u>Outros activos</u>		
Outras disponibilidades	3	3
Devedores e outras aplicações vencidas	34	999
Devedores e outras aplicações		
Devedores por operações sobre futuros e opções	559	476
Aplicações diversas	3	5.851
Sector público administrativo	4.023	2.178
Devedores diversos	25.479	52.494
Outros activos		
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	65	76
Outros juros e rendimentos similares	4.404	712
Outros rendimentos a receber	656	980
Outras despesas com encargo diferido	8.798	10.913
Receitas com rendimento diferido de operações activas	(11)	(27)
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 52)		
Excesso do fundo	11.094	8.051
Flutuação de valores	448	5.863
Outras contas de regularização	53.300	87.262
	<u>108.855</u>	<u>175.831</u>
Imparidade acumulada (Nota 43)	(39)	(1.008)
	<u>108.816</u>	<u>174.823</u>

O saldo da rubrica “Devedores por operações sobre futuros e opções” refere-se a margens depositadas em instituições financeiras para realização de operações de futuros.

A rubrica “Outras contas de regularização” inclui em 31 de Dezembro de 2010 m.Euros 43.226 de operações cambiais a liquidar (m.Euros 27.268 relativos a operações cambiais a liquidar e m.Euros 51.179 relativos a transacções de títulos em 31 de Dezembro de 2009).

19. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica “Recursos de bancos centrais” tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Recursos do Banco de Portugal		
Outros recursos	310.000	190.000
Juros de recursos de bancos centrais		
Recursos de banco de portugal	140	536
	<u>310.140</u>	<u>190.536</u>

Os Recursos de Bancos Centrais correspondem a operações de financiamento do Banco Central Europeu no âmbito de operações de cedência de liquidez, garantidas por penhor de activos elegíveis tal como referido na Nota 51 relativa aos títulos emitidos na operação Aqua Mortgage nº 1 e ainda na operação Aqua Finance Nº 3. Os valores não utilizados em 31 de Dezembro de 2010 m.Euros 7.089 (m.Euros 28.358 em 31 de Dezembro de 2009).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

20. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica “Passivos financeiros detidos para negociação” tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Instrumentos derivados com justo valor negativo		
Swaps		
Divisas	39	48
Taxa de juro	14.444	21.604
Futuros e outras operações a prazo		
Divisas	9	4
	<u>14.492</u>	<u>21.656</u>

O justo valor dos swaps de taxa de juro foi calculado por entidade independente a qual utilizou para o efeito técnicas de valorização, nomeadamente o desconto de fluxos de caixa futuros. Os inputs para a valorização correspondem a observações de dados de mercado relativos aos factores de retorno e risco inerentes a cada instrumento.

Os valores nominais dos instrumentos de derivados com justo valor negativo relativos a swaps de taxa de juros ascendem a 31 de Dezembro de 2010 a m.Euros 158.875 (m.Euros 157.256 em 31 de Dezembro de 2009).

21. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados” tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Dívida emitida não subordinada		
Obrigações	60.717	61.995
Dívida readquirida	(874)	(874)
Dívida emitida subordinada		
Obrigações	99.611	99.917
	<u>159.454</u>	<u>161.038</u>
Correcções de valor de passivos que sejam objecto da opção pelo justo valor		
Obrigações não subordinadas	(2.272)	(4.732)
Obrigações subordinadas	(8.040)	(12.542)
	<u>(10.312)</u>	<u>(17.274)</u>
Juros de dívida emitida		
Obrigações não subordinadas	208	240
	<u>149.350</u>	<u>144.004</u>

Os passivos incluídos nesta rubrica foram designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados por incluírem derivados embutidos (*fair value option*). A estes passivos estão associados instrumentos financeiros que foram classificados como derivados de negociação em conformidade com as disposições da IAS 39 sobre a opção pelo justo valor (*fair value option*).

O justo valor destes instrumentos financeiros foi calculado por entidade independente a qual utilizou para o efeito técnicas de valorização, nomeadamente o desconto de fluxos de caixa futuros e modelos de valorização de opções (Montecarlo). Os inputs para a valorização correspondem a observações de dados de mercado relativos aos factores de retorno e risco inerentes a cada instrumento.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Nas correcções de justo valor de passivos objecto de opção pelo justo valor está incluído um efeito positivo de m.Euros 3.239 relativo ao efeito do risco de crédito da instituição (m.Euros 3.696 em 31 de Dezembro de 2009).

O detalhe da rubrica " Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados" em 31 de Dezembro de 2010 é como se segue:

Descrição	Valor nominal	Remuneração	Reembolso e pagamento de juros
DÍVIDA EMITIDA NÃO SUBORDINADA:			
<u>Emitidos em anos anteriores</u>			
Obrigações de caixa "FNB Super Cabaz Europeu 05/11"	14.374	A	21 de Março de 2011
Obrigações de caixa "FNB Taxa Acumulada 05/11"	2.335	B	19 de Dezembro de 2011
Obrigações de caixa "FNB Remuneração Garantida 2006"	2.677	C	7 de Abril de 2012
Obrigações de caixa "FNB Cupão Anual 06/11"	14.213	D	20 de Junho de 2011
Obrigações de caixa "FNB Dezembro 07/17"	27.118	E	19 de Dezembro de 2017
	60.717		
DÍVIDA EMITIDA SUBORDINADA:			
<u>Emitidos em anos anteriores</u>			
Obrigações de caixa subordinadas "Finicrédito 07/17"	17.550	F	29 de Novembro de 2017
Obrigações de caixa subordinadas "FNB Grandes Empresas 07/16"	32.715	G	9 de Maio de 2016 p/ 1ª série 20 de Junho de 2016 p/ 2ª e 3ª séries
Obrigações de caixa subordinadas "FNB Índices Estratégicos 07/15"	49.346	H	9 de Maio de 2015 p/ 1ª série 11 de Junho de 2015 p/ 2ª e 3ª séries
	99.611		

A - A remuneração será constituída por um cupão fixo e por 4 cupões variáveis:

O cupão fixo será pago no final do 2º ano e será igual a 8% sobre o valor nominal.

Os cupões variáveis serão pagos anualmente, do 3º ao 6º ano, e serão apurados segundo o número de acções (N) do cabaz de referência abaixo indicado cuja performance desde o início seja igual ou superior à do Índice Eurostoxx50 para o mesmo período.

Considerando o seguinte cabaz de referência:

<u>Acção</u>	<u>Bloomberg</u>	<u>Bolsa</u>
E.On	EOA GY	Frankfurt
ENEL	ENEL IM	Milão
ENI	ENI IT	Milão
Fortis	FORA NA	Euronext Amsterdam
France Telecom	FTE FP	Euronext Paris
Ing Groep	INGA NA	Euronext Amsterdam
Nokia	NOK1V FH	Helsínquia
Royal Dutch Petroleum	RDA NA	Euronext Amsterdam
Santander	SAN SQ	Madrid
TIM	TIM IM	Milão,

o cupão será igual a:

<u>Taxa</u>		<u>N</u>
8%	se	10
5%	se	7 a 9
1%	se	0 a 6,

onde N é o número de acções do cabaz de referência cuja performance (PerfAcçãoij), for maior ou igual do que a performance do Índice Eurostoxx50 (PerfIndi) para o mesmo período e

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

$$\text{PerfAcção}ij = (\text{Acção}ij - \text{Acção}0j) / \text{Acção}0j$$

$$\text{PerfIndi} = (\text{Indi} - \text{Ind}0) / \text{Ind}0$$

Acçãoij = Cotação de fecho da acção j (j = 1 a 10) nas Datas de Observação i (i = 1 a 4)

Acção0j = Cotação de fecho da acção j (j = 1 a 10) na Data de Liquidação

Indi = Valor de fecho do Índice Eurostoxx 50 (SX5E) nas Datas de Observação i (i = 1 a 4)

Ind0 = Valor de fecho do Índice Eurostoxx 50 (SX5E) na Data de Liquidação

B - A remuneração será paga semestralmente, e os 2 primeiros cupões serão fixos:

1º cupão: 5,5% (taxa anual)

2º cupão: 4,5% (taxa anual)

A partir do 3º cupão, a remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

Cupão anterior * n/N, onde

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado

N é o nº de dias úteis do período respectivo

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

Semestre	Intervalo
1º	-
2º	-
3º	[0%; 3,90%]
4º	[0%; 4,00%]
5º	[0%; 4,25%]
6º	[0%; 4,40%]
7º	[0%; 4,40%]
8º	[0%; 4,40%]
9º	[0%; 4,40%]
10º	[0%; 4,40%]
11º	[0%; 4,40%]
12º	[0%; 4,40%]

Euribor 6 meses é a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional, na Base Actual/360 e divulgada cerca das 11 horas de Bruxelas, na página EURIBOR01 da Reuters, ou noutra que a substitua.

O valor da Euribor 6 meses observado no 5º dia útil anterior à data de pagamento do cupão respectivo aplicar-se-á aos dias remanescentes desse período.

C - O 1º cupão será pago em 7 de Abril de 2008 sendo igual a:

3% * valor nominal.

Se não ocorrer o reembolso antecipado, o 2º cupão será pago em 7 de Abril de 2012 e será igual a:

21% * valor nominal, se Euribor 6 meses₆ > Euribor 6 meses₀ + 0,90%; e

3% * valor nominal, no caso contrário.

Se ocorrer o reembolso antecipado, o 2º cupão será pago em 7 de Abril de 2010 e será igual a 13% * valor nominal.

Entende-se por:

Euribor 6 meses₀ a Euribor 6 meses registada em 7 de Abril de 2006; eEuribor 6 meses₆ a Euribor 6 meses registada no 5.º dia útil anterior a 7 de Abril de 2012.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

D - A remuneração é como se segue:

Data Cupão	Taxa
20 de Junho de 2007	5,25%
20 de Junho de 2008	Máx [0; 4,0%* (1-n/2)]
20 de Junho de 2009	Máx [0; 5,0%* (1-n/3)]
20 de Junho de 2010	Máx [0; 6,0%* (1-n/4)]
20 de Junho de 2011	Máx [0; 7,5%* (1-n/5)]

onde n é o número acumulado de Entidades de Referência em relação às quais tenha ocorrido um Evento de Crédito.

O valor dos juros a pagar será calculado pela multiplicação entre a taxa do cupão e o valor nominal.

E - A remuneração será paga anualmente, e o primeiro cupão será fixo:

1º cupão: 5%

A partir do 2º cupão, a remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula, com um mínimo de 0% e um máximo de 6,5% por ano:

Mínimo [15 * (30 Yr Swap Rate – 10 Yr Swap Rate) + 0.75%;
15 * (10 Yr swap Rate – 2 Yr Swap Rate) + 1.25%]

30 Yr Swap Rate – Taxa swap a 30 anos, em euros (página ISDAFIX2, na Reuters), observada no 5º dia útil anterior ao dia do pagamento do cupão respectivo

10 Yr Swap Rate – Taxa swap a 10 anos, em euros (página ISDAFIX2, na Reuters), observada no 5º dia útil anterior ao dia do pagamento do cupão respectivo

2 Yr Swap Rate – Taxa swap a 2 anos, em euros (página ISDAFIX2, na Reuters), observada no 5º dia útil anterior ao dia do pagamento do cupão respectivo.

F - A remuneração será paga semestralmente. Os quatro primeiros cupões serão fixos (taxa anual de 5%). Para os seguintes a remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

$n/N * (\text{Euribor 6 meses} + 0,90\%)$, onde

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado
N é o nº de dias úteis do período respectivo

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

Período	Data cupão	Taxa fixa	Intervalos
1º semestre	29-Mai-08	5%	-
2º semestre	29-Nov-08	5%	-
3º semestre	29-Mai-09	5%	-
4º semestre	29-Nov-09	5%	-
5º semestre	29-Mai-10	-	[3,00%; 5,50%]
6º semestre	29-Nov-10	-	[3,00%; 5,50%]
7º semestre	29-Mai-11	-	[3,00%; 5,50%]
8º semestre	29-Nov-11	-	[3,00%; 5,50%]
9º semestre	29-Mai-12	-	[2,50%; 5,35%]

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

10º semestre	29-Nov-12	-	[2,50%; 5,35%]
11º semestre	29-Mai-13	-	[2,50%; 5,25%]
12º semestre	29-Nov-13	-	[2,50%; 5,25%]
13º semestre	29-Mai-14	-	[2,50%; 5,25%]
14º semestre	29-Nov-14	-	[2,50%; 5,25%]
15º semestre	29-Mai-15	-	[2,50%; 5,00%]
16º semestre	29-Nov-15	-	[2,50%; 5,00%]
17º semestre	29-Mai-16	-	[2,50%; 5,00%]
18º semestre	29-Nov-16	-	[2,50%; 5,00%]
19º semestre	29-Mai-17	-	[2,50%; 5,00%]
20º semestre	29-Nov-17	-	[2,50%; 5,00%]

Euribor a 6 meses é a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional, na Base Actual/360 e divulgada cerca das 11 horas de Bruxelas, na página EURIBOR01 da Reuters, ou noutra que a substitua.

O valor da Euribor a 6 meses observado no 5º dia útil anterior à data de pagamento do cupão respectivo aplicar-se-á aos dias remanescentes desse período.

- G - Serão pagos os seguintes cupões, no final de cada ano (a 9 de Maio, para a 1ª série e a 20 de Junho , para as 2ª e 3ª séries):

<u>Data Cupão Taxa</u>	<u>Data Cupão Taxa</u>
1º cupão	5,50%
2º cupão	5,50%
3º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/3)]
4º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/4)]
5º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/5)]
6º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/6)]
7º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/7)]
8º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/8)]
9º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/9)] , onde

n é o número acumulado de Entidades de Referência em relação às quais tenha ocorrido um Evento de Crédito.

Se ocorrer uma fusão entre duas ou mais empresas de referência e ocorrer um Evento de Crédito na empresa resultante da fusão, serão contados tantos Eventos de Crédito quanto o número de empresas fundidas.

- H - A remuneração será paga anualmente e será igual a:

1º ano= 5,50% * valor nominal;

2º ano= 5,50% * valor nominal;

3º ano e seguintes = 6,25% * valor nominal se

Min (Sdk/SD0-SXk/SX0 ; HSk/HS0- SXk/SX0) > Barreirak,

se não = 0%

onde:

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Barreira3 = Barreira a aplicar no 3º cupão = 0%

Barreira4 = Barreira a aplicar no 4º cupão = 1%

Barreira5 = Barreira a aplicar no 5º cupão = 2%

Barreira6 = Barreira a aplicar no 6º cupão = 3%

Barreira7 = Barreira a aplicar no 7º cupão = 4%

Barreira8 = Barreira a aplicar no 8º cupão = 5%

Barreirak = Barreira a aplicar no kº cupão

SDK – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de observação K (K=1 a 6)

SD0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de início

SXk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de observação K (K=1 a 6)

SX0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de início

HSK – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de observação K(K=1 a 6)

HS0 – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de início

Em 31 de Dezembro de 2010, o Grupo tinha negociado swaps para cobertura do risco associado à remuneração variável dos empréstimos obrigacionistas emitidos.

22. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Recursos de outras instituições de crédito” tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
No país		
Mercado monetário interbancário	60.000	-
Depósitos	30.956	76.935
Outros recursos	15.000	-
	<u>105.956</u>	<u>76.935</u>
No estrangeiro		
Em outras instituições de crédito		
Depósitos	19	547
Outros recursos	19.063	1.844
	<u>19.082</u>	<u>2.391</u>
	<u>125.038</u>	<u>79.326</u>
Juros de recursos de outras instituições de crédito		
Recursos de instituições de crédito no país	141	184
	<u>125.179</u>	<u>79.510</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

23. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes		
Do sector público administrativo		
À ordem	12.682	13.648
A prazo	10.115	28.629
	<u>22.797</u>	<u>42.277</u>
De emigrantes		
À ordem	1.688	1.511
A prazo	10.670	11.329
De poupança	4.582	5.693
	<u>16.940</u>	<u>18.533</u>
De outros residentes		
À ordem	626.355	482.799
A prazo	1.701.928	1.516.805
De poupança	13.783	16.646
Outros	82	267
	<u>2.342.148</u>	<u>2.016.517</u>
De não residentes		
À ordem	21.272	13.487
A prazo	38.389	50.073
	<u>59.661</u>	<u>63.560</u>
Outros recursos de clientes		
Cheques e ordens a pagar	16.706	8.925
		<u>8.925</u>
Juros de recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes		
Do sector público administrativo	92	92
De emigrantes	137	200
De outros residentes	16.332	12.424
De não residentes	284	405
	<u>16.845</u>	<u>13.121</u>
	<u>2.475.097</u>	<u>2.162.933</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

24. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Responsabilidades representadas por títulos” tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Dívida emitida		
Obrigações não subordinadas	1.834	2.246
Outras responsabilidades representadas por títulos	3.450	3.100
	<u>5.284</u>	<u>5.346</u>
Juros a pagar de dívida emitida		
Obrigações não subordinadas	62	63
	<u>5.346</u>	<u>5.409</u>

O detalhe da rubrica “Responsabilidades representadas por títulos” em 31 de Dezembro de 2010 é como segue:

Descrição	Valor nominal	Remuneração	Reembolso e pagamento de juros
DÍVIDA EMITIDA NÃO SUBORDINADA:			
<u>Emitida em anos anteriores</u>			
Obrigações "Finibanco Holding 08/11 Junho"	1.834	A	19 de Junho de 2011
<u>Emitida no exercício</u>			
Papel Comercial Lestinvest SGPS I S. 15ª Em.	3.450	B	5 de Janeiro de 2011
	<u>5.284</u>		

- A - O 1º cupão tem uma taxa fixa de 6%. Para os restantes cupões, a taxa de juro será a correspondente à “Euribor de 6 meses” reportada ao antepenúltimo dia útil anterior ao do início da contagem de juros, acrescida de 0,75%.
- B - A taxa de juros a aplicar a cada emissão de papel comercial será determinada com referência à Euribor (Base 360), para o prazo de emissão, em vigor no 2º dia útil anterior à data de cada emissão, acrescida de 3%.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

25. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica “Passivos financeiros associados a activos transferidos” tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização		
Por crédito a clientes - titularizado		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Crédito interno	133.677	236.798
Encargos a pagar		
Juros de passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	167	236
	133.844	237.034

26. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

O Saldo da rubrica “Provisões” em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2010 é apresentado no quadro seguinte:

	Acções judiciais	Outras	Responsabilidades contratuais	Garantias e compromissos	Total
Saldo de abertura 01.01.2010	563	224	755	-	1.542
Aumentos	552	547	785	-	1.884
Utilizações	-	(169)	(190)	-	(359)
Reposições	(39)	-	(430)	-	(469)
Saldo final 31.12.2010	1.076	602	920	-	2.598

Dado que o efeito do valor temporal do dinheiro é imaterial, a quantia da provisão é o valor nominal dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

Entendem-se como:

- Provisões para acções judiciais obrigações presentes resultantes de eventos passados onde é provável o futuro dispêndio de recursos relacionados com acções judiciais de clientes contra o grupo.

- Provisões para responsabilidades contratuais obrigações presentes resultantes de eventos passados onde é provável o futuro dispêndio de recursos relacionados com situações de natureza contratual. Não existe nenhum passivo contingente desta natureza que mereça divulgação.

São considerados passivos contingentes as obrigações presentes resultantes de eventos passados onde é possível o futuro dispêndio de recursos relacionados com situações de natureza diversa.

Neste contexto somos a divulgar que na sequência da inspecção fiscal à subsidiária Finicrédito realizada ao ano de 2005, a mesma foi confrontada com uma interpretação diversa, por parte da Direcção de Serviços de Inspeção Tributária, no que se refere ao apuramento da percentagem do “prorata” definitivo do IVA. Esta interpretação origina que as operações de Leasing e de Aluguer de Longa Duração, sejam divididas por componentes, amortização financeira e juros, desconsiderando a primeira destas do numerador da fracção prevista para o apuramento da referida percentagem. A Finicrédito entende, fundamentada em pareceres jurídicos e fiscais e na realidade das legislações vigentes nos restantes países da União Europeia nesta matéria, as quais respeitam o princípio da neutralidade do IVA, que uma instituição financeira com actividades mistas deverá incluir nos numeradores dos respectivos prorata de dedução os montantes totais das rendas de locação financeira. Neste contexto, foi interposta impugnação judicial da correspondente liquidação adicional de IVA e juros compensatórios, com pedido de reenvio prejudicial para o Tribunal de Justiça das Comunidades,

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

atendendo ao facto de o imposto em causa se tratar de um imposto harmonizado sujeito à legislação comunitária e de a administração tributária, no entender da Finicrédito, estar a violar não apenas o Código do IVA, mas também as Directivas Comunitárias nesta matéria.

Não obstante, entende-se que é possível, mas não provável, que os tribunais fiscais, especialmente o Tribunal de Justiça das Comunidades, decidam contrariamente aos princípios defendidos e utilizados pela Finicrédito. O impacto financeiro desta contingência corresponde a cerca de m.Euros 666.

O detalhe desta contingência, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como a seguir se mostra:

Anos fiscais	31.12.2010	31.12.2009	% IVA prorata	% IVA prorata (DSIT)
2005	130	815	42%	11%
2006	91	103	51%	16%
2007	150	150	46%	24%
2008	86	86	43%	17%
2009	110	110	45%	19%
2010	99	-	58%	25%
	666	1.264		

Em 31 de Dezembro de 2009 a Finicrédito tinha sido notificada, pela Direcção de Serviços de Inspecção Tributária (DSIT), sobre o montante da correcção de IVA relativa ao ano de 2005 (m.Euros 718 de imposto em falta e m.Euros 97 de juros compensatórios). O impacto da contingência fiscal para os restantes anos, foi calculado com base nos critérios utilizados e defendidos pela DSIT.

O impacto calculado para o ano de 2005 foi revisto pelo facto da DSIT ter aplicado o diferencial de taxas sobre a base de tributação de IVA e não sobre o IVA dedutível. Por isso, a Finicrédito efectuou, em 2010, um pedido de revisão oficiosa de acto tributário junto da Direcção Geral dos Impostos, tendo originado a correcção da contingência fiscal para m.Euros 130.

A contingência relativa ao ano de 2006, no montante de m.Euros 91, é originada pela notificação da DSIT sobre o montante do imposto que, segundo os seus critérios, estará em falta.

O impacto relativo aos restantes anos foi determinado por estimativa, tendo-se aplicado os critérios defendidos pela DSIT.

Em sede de IRC foram recebidas da Administração Fiscal liquidações adicionais de imposto para os exercícios de 2003, 2005 e 2006, para as quais as Sociedades do Grupo apresentaram reclamação graciosa e/ou impugnação judicial por divergência de opinião, no valor total de m.Euros 1.547. Aguarda-se a respectiva decisão final sendo o risco de pagamento adicional graduado como possível.

27. PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Os saldos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 da rubrica "Passivos por impostos correntes" são detalhados como a seguir se demonstra:

	31-12-2010	31-12-2009
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	368	72
	368	72

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

28. PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 da rubrica “Passivos por impostos diferidos” são detalhados como a seguir se demonstra:

	31-12-2010		31-12-2009	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Impostos diferidos				
Diferenças temporárias				
Activos tangíveis	193	1.059	150	1.070
Instrumentos financeiros	-	-	2	2
Activos não correntes disponíveis para venda	-	2	47	2
Reavaliações legais de imobilizado	-	104	-	85
Provisões, activos e passivos contingentes	-	437	-	538
	<u>193</u>	<u>1.602</u>	<u>199</u>	<u>1.697</u>
Impostos diferidos líquidos		<u><u>1.409</u></u>		<u><u>1.498</u></u>

29. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Outros passivos subordinados” tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Dívida emitida subordinada		
Obrigações	26.011	26.011
Juros a pagar de dívida emitida subordinada		
Obrigações	37	61
	<u><u>26.048</u></u>	<u><u>26.072</u></u>

O detalhe da rubrica “Outros passivos subordinados” em 31 de Dezembro de 2010 é como segue:

Descrição	Valor nominal	Remuneração	Reembolso e pagamento de juros
DÍVIDA EMITIDA SUBORDINADA:			
Emitida em anos anteriores			
Obrigações de caixa subordinadas “FNB Rendimento Garantido 05/13”	410	A	9 de Maio de 2013
Obrigações de caixa subordinadas “FNB Rendimento Seguro 05/15”	238	B	9 de Junho de 2015
Aqua SME1 Class B units	15.000	C	Ver Nota 51
Obrigações de caixa subordinadas “FNB 08/18”	10.363	D	9 de Dezembro de 2018 p/ 1ª série 16 de Dezembro de 2018 p/ 2ª série
	<u><u>26.011</u></u>		

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- A - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

$$n/N * 5\% + m/N * 1\%, \text{ onde}$$

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado

m é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado

N é o nº de dias úteis do período respectivo

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

Período	Data cupão	Intervalo
1º semestre	09-Nov-05	[0; 2,75%]
2º semestre	09-Mai-06	[0; 3,00%]
3º semestre	09-Nov-06	[0; 3,25%]
4º semestre	09-Mai-07	[0; 3,50%]
5º semestre	09-Nov-07	[0; 3,50%]
6º semestre	09-Mai-08	[0; 3,75%]
7º semestre	09-Nov-08	[0; 3,75%]
8º semestre	09-Mai-09	[0; 4,00%]
9º semestre	09-Nov-09	[0; 4,00%]
10º semestre	09-Mai-10	[0; 4,25%]
11º semestre	09-Nov-10	[0; 4,25%]
12º semestre	09-Mai-11	[0; 4,50%]
13º semestre	09-Nov-11	[0; 4,50%]
14º semestre	09-Mai-12	[0; 4,50%]
15º semestre	09-Nov-12	[0; 4,50%]
16º semestre	09-Mai-13	[0; 4,50%]

Euribor 6 meses é a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional, na Base Actual/360 e divulgada cerca das 11 horas de Bruxelas, na página EURIBOR01 da Reuters, ou noutra que a substitua.

O valor da Euribor 6 meses observado no 5º dia útil anterior à data de pagamento do cupão respectivo aplicar-se-á aos dias remanescentes desse período.

- B - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

$$n/N * 5\% + m/N * 1\%, \text{ onde}$$

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado

m é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado

N é o nº de dias úteis do período respectivo

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

Período	Data cupão	Intervalo
1º semestre	09-Dez-05	[1,60 ; 2,75%]
2º semestre	09-Jun-06	[1,60 ; 3,00%]
3º semestre	09-Dez-06	[1,60 ; 3,25%]
4º semestre	09-Jun-07	[1,60 ; 3,50%]
5º semestre	09-Dez-07	[1,70 ; 3,75%]
6º semestre	09-Jun-08	[1,70 ; 3,75%]
7º semestre	09-Dez-08	[1,70 ; 3,75%]
8º semestre	09-Jun-09	[1,70 ; 4,00%]
9º semestre	09-Dez-09	[1,80 ; 4,00%]
10º semestre	09-Jun-10	[1,80 ; 4,25%]
11º semestre	09-Dez-10	[1,80 ; 4,25%]
12º semestre	09-Jun-11	[1,80 ; 4,50%]
13º semestre	09-Dez-11	[1,90 ; 4,50%]
14º semestre	09-Jun-12	[1,90 ; 4,50%]
15º semestre	09-Dez-12	[1,90 ; 4,50%]
16º semestre	09-Jun-13	[1,90 ; 4,50%]
17º semestre	09-Dez-13	[2,00 ; 4,50%]
18º semestre	09-Jun-14	[2,00 ; 4,50%]
19º semestre	09-Dez-14	[2,00 ; 4,50%]
20º semestre	09-Jun-15	[2,00 ; 4,50%]

C - Taxa de juro: Euribor 1 mês + 0,1%

D - A remuneração será paga semestralmente e o primeiro cupão será fixo:

1º cupão: 6,50% (taxa anual);

Do 2º ao 10º cupão: Euribor 6M + 1,50% (taxa anual);

11º cupão e seguintes: Euribor 6M + 1,75% (taxa anual).

Por Euribor 6 meses entende-se a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional resultante do cálculo da média das taxas de depósitos interbancários denominados em Euros, oferecidos na zona da União Económica e Monetária entre Bancos de 1ª linha, cotados na base actual/360, e divulgada na página EURIBOR01 da Reuters.

Será fixada para efeitos de cálculo a taxa Euribor de 6 meses, fixada 2 dias úteis antes da data de início de cada período de contagem de juros.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

30. OUTROS PASSIVOS

O desenvolvimento da rubrica “Outros passivos”, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como se segue:

	31-12-2010	31-12-2009
<u>Outros credores</u>		
Credores e outros recursos		
Recursos diversos	2.289	2.426
Sector público administrativo	8.013	7.456
Cobranças por conta de terceiros	41	39
Juros, dividendos e outras remunerações de de capital a pagar	9	9
Contribuições para outros sistemas de saúde	228	220
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	106	101
Credores por fornecimento de bens	7.185	5.774
Outros credores	5.047	5.606
	<u>22.918</u>	<u>21.631</u>
Encargos a pagar		
Outros juros e encargos similares	65	248
Outros encargos a pagar		
Prémio de antiguidade	4.463	4.198
Outros	9.891	10.133
	<u>14.419</u>	<u>14.579</u>
Receitas com rendimento diferido		
Outros receitas com rendimento diferido	7.001	7.733
	<u>7.001</u>	<u>7.733</u>
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 52)	96	-
	<u>96</u>	<u>-</u>
Outras contas de regularização	4.872	4.870
	<u>4.872</u>	<u>4.870</u>
	<u>49.306</u>	<u>48.813</u>

A rubrica “Sector público administrativo” inclui m.Euros 627 de IVA e m.Euros 3.139 de retenções na fonte de impostos, os quais foram pagos ao estado nos prazos legais (m.Euros 819 e m.Euros 3.473 respectivamente em 31 de Dezembro de 2009).

A rubrica “Credores por fornecimentos de bens” refere-se a compras de bens e serviços no âmbito da actividade corrente do grupo, a aguardar liquidação.

A rubrica “Credores diversos - outros credores” inclui m.Euros 134 de sinais recebidos em contratos de promessa de compra e venda e m.Euros 2.423 relativos a contratos de vendas a crédito (m.Euros 74 e m.Euros 2.491 respectivamente em 31 de Dezembro de 2009).

A rubrica “Encargos a pagar outros” inclui m.Euros 8.880 relativos a estimativas para férias e subsídio de férias relativas a 2010 a pagar em 2011 (m.Euros 8.186 em 31 de Dezembro de 2009).

A rubrica “Outras receitas com rendimento diferido” inclui m.Euros 6.397 de comissões recebidas, as quais estão a ser objecto de linearização (m.Euros 6.263 em 31 de Dezembro de 2009).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

31. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital subscrito do Finibanco Holding ascende a m.Euros 175.000 e encontra-se integralmente realizado, sendo constituído por 175.000.000 acções de valor nominal de 1 Euro.

Em 31 de Dezembro de 2010, a totalidade do capital social do Finibanco Holding era detido pelo Montepio Geral – Associação Mutualista.

O Finibanco Holding não detinha em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 quaisquer acções próprias.

Não existem partes de capital beneficiárias, obrigações convertíveis nem títulos ou direitos similares.

As informações sobre os requisitos de capital regulamentar encontram-se descritas no ponto 2.9.1 do Relatório de Gestão.

32. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica contempla a emissão de m.Euros 15.000 ocorrida no primeiro trimestre de 2010 de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com juros condicionados. Face às suas características esta emissão pode ser considerada como instrumento de capital nos termos da IAS 32.

Remuneração

Com sujeição às limitações ao vencimento de juros descritas abaixo, a remuneração será paga semestralmente, em 2 de Fevereiro e em 2 de Agosto de cada ano, com início em 2 de Agosto de 2010 e será igual a:

1º ao 4º cupões: 7,00%

5º cupão e seguintes: Euribor 6M + 2,75%, com um mínimo de 5%.

Limitações ao vencimento de Juros

A Emitente estará impedida de proceder ao pagamento de juros:

- Na medida e até à concorrência em que a soma do montante a pagar pelos juros desta emissão com o montante dos dividendos pagos ou deliberados e o de pagamentos garantidos relativos a eventuais acções preferenciais que se possam vir a emitir, exceder os Fundos Distribuíveis da Emitente, ou
- Estiver em incumprimento da Regulamentação de Requisitos de Fundos Próprios ou na medida e até à concorrência em que o seu pagamento implicar incumprimento dessa Regulamentação.

A Emitente ainda está impedida de proceder ao Pagamento de Juros se, na opinião do Conselho de Administração ou do Banco de Portugal, esse pagamento colocar em risco o cumprimento da Regulamentação de requisitos de Fundos Próprios.

O impedimento de proceder ao Pagamento de Juros poderá ser total ou parcial.

O não pagamento de juros numa qualquer data desonera a Emitente do pagamento dos juros relativos a essa data em momento futuro.

Consideram-se Fundos Distribuíveis de um determinado ano a soma algébrica, com referência ao exercício anterior, dos resultados acumulados retidos com quaisquer outros valores susceptíveis de serem distribuíveis aos accionistas e com os lucros ou prejuízos, líquida das reservas obrigatórias, legais e estatutárias, mas antes da dedução do montante de quaisquer dividendos relativos às acções ordinárias ou a quaisquer outros valores mobiliários subordinados a estes, relativos a esse exercício.

Reembolso

Estes valores Mobiliários são perpétuos, só sendo reembolsáveis segundo as condições de reembolso antecipado abaixo previstas.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Mediante acordo prévio do Banco de Portugal, o emitente poderá proceder ao reembolso, total ou parcial, a partir da 10ª data de pagamento de juros, inclusive (5º ano).

Em caso de ocorrência continuada de um Evento de Desqualificação como Fundos Próprios de Base, mesmo antes de decorridos 5 anos desde a sua emissão, e mediante acordo prévio do Banco de Portugal, estes Valores Mobiliários são reembolsáveis por opção do Emitente, em qualquer data.

Por Evento de Desqualificação como Fundos Próprios de Base entende-se uma alteração de qualquer documento legal ou respectiva interpretação oficial que implique que estes Valores Mobiliários deixem de poder ser qualificados como Fundos Próprios de Base da Emitente.

33. DIVIDENDOS PAGOS

No exercício de 2010 foram pagos dividendos no valor de m.Euros 3.500 que correspondem a 0,020 Euros por acção (no exercício de 2009 não foram pagos dividendos).

34. INTERESSES MINORITÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2010 os interesses minoritários desdobram-se como segue:

Descrição	Finibanco Angola
Capitais próprios	15.636
% de Interesses minoritários	38,73%
Interesses minoritários sobre os capitais próprios sem resultado do exercício (a)	6.055
Resultado do exercício	7.038
Interesses minoritários nos resultados do exercício (b)	2.726
Total dos Interesses minoritários (a) + (b)	8.781

Em 31 de Dezembro de 2009 os interesses minoritários desdobram-se como segue:

Descrição	Finibanco Angola	Lestinvest	Total
Capitais próprios	10.011	19.403	29.414
% de Interesses minoritários	38,73%	78,05%	
Interesses minoritários sobre os capitais próprios sem resultado do exercício (a)	3.877	15.144	19.021
Resultado do exercício	5.320	(6.208)	(888)
Interesses minoritários nos resultados do exercício (b)	2.060	(4.845)	(2.785)
Total dos Interesses minoritários (a) + (b)	5.937	10.298	16.236

Conforme referido nas Notas 1 e 14, a partir de Julho de 2010, o Grupo passou a deter 100% da sociedade Lestinvest, pelo que deixou de ser aplicável a apresentação de interesses minoritários.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

35. MARGEM FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a margem financeira detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2010	31-12-2009
Juros e rendimentos similares		
Disponibilidades	574	703
Aplicações em instituições de crédito	10.268	12.782
Crédito a clientes	106.219	118.258
Crédito vencido	4.645	5.340
Outros activos financeiros		
Activos detidos para negociação	2.225	8.163
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (fair value option)	700	48
Activos financeiros disponíveis para venda	8.165	6.364
Juros de activos titularizados não desreconhecidos	30.820	25.061
Devedores e outras aplicações	756	412
Outros juros e rendimentos similares	-	12
Comissões recebidas no crédito a clientes	11.475	10.109
	175.847	187.252
Juros e encargos similares		
Recursos de bancos centrais	2.348	1.136
Recursos de outras instituições de crédito	2.546	2.280
Recursos de clientes	51.175	68.137
Juros de empréstimos	6.402	281
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	4.207	9.986
Passivos financeiros de negociação	3.308	5.968
Juros de passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	-	3.122
Passivos subordinados	400	3.679
Outros juros e encargos similares	-	8
Comissões pagas no crédito a clientes	4.070	4.503
	74.456	99.100
Rendimentos provenientes de		
Activos financeiros disponíveis para venda	37	162
Outros instrumentos de capital	63	1.844
	100	2.006
	101.491	90.158

A rubrica “Crédito a clientes” inclui m.Euros 6.068 de juros relativos a contratos de locação financeira em que o Grupo é locador (m.Euros 9.650 em 31 de Dezembro de 2009).

A rubrica “Outros juros e encargos similares” não contém juros relativos a contratos de locação financeira em que o Grupo é locatário (m.Euros 0,2 em 31 de Dezembro de 2009).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

36. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Rendimentos e encargos de e com serviços e comissões” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2010	31-12-2009
Rendimentos de serviços e comissões por :		
Garantidas prestadas	2.486	2.237
Compromissos assumidos perante terceiros	213	539
Operações sobre instrumentos financeiros	67	205
Serviços prestados		
Comissões de fundos e património	6.379	5.308
Outros serviços prestados	8.290	7.369
Operações realizadas por conta de terceiros		
Corretagem	764	689
Outras operações realizadas por conta de terceiros	-	2
Outras comissões recebidas	18.954	9.494
	37.153	25.843
Encargos com serviços e comissões por :		
Garantidas prestadas	29	4
Serviços bancários prestados por terceiros	3.381	2.714
Operações realizadas por terceiros	193	387
Outras comissões pagas	5.432	3.242
	9.035	6.347
	28.118	19.496

37. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Rendimentos de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2010	31-12-2009
Ganhos em :		
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	4.481	27.349
Instrumentos derivados	41.333	17.324
Créditos e outros valores a receber	151	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Títulos	8.843	590
Outras	4.698	5.378
	59.506	50.641
Perdas em :		
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	5.720	10.259
Instrumentos derivados	30.432	11.621
Créditos e outros valores a receber	451	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Títulos	17.769	5.143
Operações passivas		
Outras	11.672	13.405
	66.044	40.428
	(6.538)	10.213

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os elevados montantes registados em ganhos e perdas em instrumentos derivados prendem-se essencialmente com ajustamentos de valor de Equity Swaps cujos títulos subjacentes apresentaram grande volatilidade ao longo do exercício. Contudo salienta-se que o valor líquido ascende a um ganho de m.Euros 10.901.

38. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2010	31-12-2009
Ganhos em :		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos	1.800	8.853
Perdas em :		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos	374	50
	1.426	8.803

39. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Resultados de alienação de outros activos” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2010	31-12-2009
Ganhos na alienação de:		
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	14.430
Activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda	70	297
Outros activos tangíveis	187	335
	257	15.062
Perdas na alienação de :		
Activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda	170	2.828
Outros activos tangíveis	152	83
	322	2.911
	(65)	12.151

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

40. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Outros resultados de exploração” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2010	31-12-2009
Ganhos em :		
Rendas de locação operacional	213	9
Ganhos em activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda	391	279
Propriedades de investimento	81	206
Outros activos tangíveis	721	330
Outros activos não financeiros	7	848
Outros ganhos e rendimentos operacionais		
Reembolso de despesas	7.958	12.114
Prestação de serviços diversos	4.657	6.177
Outros	6.734	3.831
	<u>20.762</u>	<u>23.794</u>
Perdas em :		
Outros perdas em operações financeiras		
Operações activas		
Outros	10	2
Outros impostos	746	617
Quotizações e donativos	238	181
Contribuições para o FGD e FGCAM	569	560
Contribuições para o SII	3	-
Perdas em activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda	1.402	1.086
Propriedades de investimento	371	377
Outros activos tangíveis	908	702
Outros activos não financeiros	2	119
Outros encargos e gastos operacionais	1.997	1.524
	<u>6.246</u>	<u>5.168</u>
	<u>14.516</u>	<u>18.626</u>

O saldo da rubrica “Rendas de locação operacional” refere-se a proveitos provenientes de locação operacional na óptica do locador.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

41. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Custos com o pessoal” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2010	31-12-2009
Remunerações		
Dos órgãos de gestão e fiscalização (Nota 53)	3.031	3.034
De empregados	47.762	44.387
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	9.245	8.079
Fundos de pensões (Nota 52 g))		
Benefícios de reforma	4.645	5.184
SAMS	478	383
Subsídio de morte	170	201
Outros	258	228
Outros custos com o pessoal		
Indemnizações contratuais	-	105
Transferências de pessoal	8	20
Outros custos com o pessoal	1.427	1.951
	67.024	63.572

O desdobramento do valor afecto ao fundo de pensões é apresentado na Nota 53.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número médio de efectivos do Grupo Finibanco por categorias profissionais, era o seguinte:

	31-12-2010	31-12-2009
Administração	10	10
Direcção	117	104
Chefia	315	308
Técnicos	456	415
Administrativos	546	555
Outros	39	45
	1.483	1.437

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

42. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Gastos gerais administrativos” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2010	31-12-2009
Com fornecimentos :		
Água, energia e combustíveis	1.910	1.888
Material de consumo corrente	1.044	1.103
Publicações	21	26
Material de higiene e limpeza	35	35
Outros fornecimentos de terceiros	138	119
	<u>3.148</u>	<u>3.171</u>
Com serviços :		
Rendas e alugueres	9.303	8.570
Comunicações	4.263	4.380
Deslocações, estadas e representação	1.615	1.547
Publicidade e edição de publicações	2.831	3.721
Conservação e reparação	1.079	1.385
Transportes	245	336
Formação de pessoal	238	197
Seguros	676	876
Serviços especializados	14.910	12.538
Outros serviços de terceiros	3.778	3.644
	<u>38.938</u>	<u>37.194</u>
	<u>42.086</u>	<u>40.365</u>

A rubrica “Rendas e alugueres” inclui locação operacional de imóveis no valor de m.Euros 5.308 onde o Grupo tem instaladas parte das suas agências e serviços centrais (m.Euros 5.273 em 31 de Dezembro de 2009).

A rubrica “Rendas e alugueres” inclui locação operacional de equipamento informático e de transmissão no valor de m.Euros 2.934 (m.Euros 2.323 em 31 de Dezembro de 2009).

A rubrica “Rendas e alugueres” inclui ainda locação operacional de viaturas de serviço próprio no valor de m.Euros 1.056 (m.Euros 340 em 31 de Dezembro de 2009).

A duração dos contratos de locação operacional é a seguinte:

Para imóveis 1 ano renovável.
 Para equipamento informático 60 meses.
 Para equipamento de transmissão 35 meses.
 Para viaturas 48 meses.

Quanto à forma de actualização das rendas de locação operacional temos o seguinte:

Locação operacional de imóveis, actualização à taxa legal
 Locação operacional de equipamento informático, taxas fixas
 Locação operacional de equipamento de transmissão, taxas fixas.
 Locação operacional de viaturas, taxas fixas.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os pagamentos mínimos futuros associados a contratos de locação operacional não canceláveis são os seguintes:

Equipamento informático

	31-12-2010	31-12-2009
Pagamentos até 1 ano	183	151
Pagamentos entre 1 e 5 anos	524	529
	707	680

Equipamento de transmissão

	31-12-2010	31-12-2009
Pagamentos até 1 ano	724	724
Pagamentos entre 1 e 5 anos	121	845
	845	1.569

Viaturas

	31-12-2010	31-12-2009
Pagamentos até 1 ano	882	685
Pagamentos entre 1 e 5 anos	1.708	1.910
	2.590	2.595

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

43. IMPARIDADE

O detalhe da rubrica “Imparidade”, em 31 de Dezembro de 2010, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2010, era como a seguir se mostra.

Imparidade	Saldo 31-12-2009	Dotações	Utilizações	Anulações/ Reposições	Outras	Saldo 31-12-2010
<u>Activos financeiros disponíveis para venda</u> (Nota 7)	2.821	450		-		3.271
<u>Crédito de cobrança duvidosa</u>						
Crédito não representado por valores mobiliários	56.289	58.542	(289)	(50.468)	(151)	63.923
Activos titularizados não desreconhecidos	6.569	1.320	-	(2.518)	330	5.701
	<u>62.858</u>	<u>59.862</u>	<u>(289)</u>	<u>(52.986)</u>	<u>179</u>	<u>69.624</u>
<u>Crédito e juros vencidos</u>						
Crédito não representado por valores mobiliários	54.906	57.384	(5.982)	(8.228)	1.769	99.849
Activos titularizados não desreconhecidos	2.390	7.493	-	(575)	(219)	9.089
Outros créditos e valores a receber (titulados)	110	-	-	-	-	110
	<u>57.406</u>	<u>64.877</u>	<u>(5.982)</u>	<u>(8.803)</u>	<u>1.550</u>	<u>109.048</u>
(Nota 9)	120.264	124.739	(6.271)	(61.789)	1.729	178.672
<u>Devedores e outras aplicações</u> (Nota 18)	1.008	2	(557)	(414)	-	39
<u>Investimentos em subsidiárias excluídas da consolidação, associadas e empreendimentos conjuntos</u> (Nota 15)	341	5.100	-	-	-	5.441
<u>Activos não financeiros</u>						
Devedores	-	6.000	-	(6.000)	-	-
	<u>124.434</u>	<u>136.291</u>	<u>(6.828)</u>	<u>(68.203)</u>	<u>1.729</u>	<u>187.423</u>

O valor das utilizações corresponde a créditos abatidos ao activo.

A demonstração de resultados na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações” inclui o saldo da conta “Recuperações de crédito, juros e despesas” no valor de m.Euros 956.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O detalhe da rubrica “Imparidade”, em 31 de Dezembro de 2009, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2009, era como a seguir se mostra.

Imparidade	Saldo 31-12-2008	Dotações	Utilizações	Anulações/ Reposições	Outras	Saldo 31-12-2009
<u>Activos financeiros disponíveis para venda</u> (Nota 7)	54.435	1.080	(51.894)	-	(800)	2.821
<u>Crédito de cobrança duvidosa</u>						
Crédito não representado por valores mobiliários	34.345	46.460	(1.723)	(22.711)	(82)	56.289
Activos titularizados não desreconhecidos	3.543	3.850	-	(824)	-	6.569
	<u>37.888</u>	<u>50.310</u>	<u>(1.723)</u>	<u>(23.535)</u>	<u>(82)</u>	<u>62.858</u>
<u>Crédito e juros vencidos</u>						
Crédito não representado por valores mobiliários	40.343	45.447	(18.322)	(12.562)	-	54.906
Activos titularizados não desreconhecidos	425	2.052	-	(87)	-	2.390
Outros créditos e valores a receber (titulados)	110	-	-	-	-	110
	<u>40.878</u>	<u>47.499</u>	<u>(18.322)</u>	<u>(12.649)</u>	<u>-</u>	<u>57.406</u>
(Nota 9)	78.766	97.809	(20.045)	(36.184)	(82)	120.264
<u>Devedores e outras aplicações</u> (Nota 19)	900	110	-	(2)	-	1.008
<u>Investimentos em subsidiárias excluídas da consolidação, associadas e empreendimentos conjuntos</u> (Nota 15)	341	-	-	-	-	341
	<u>134.442</u>	<u>98.999</u>	<u>(71.939)</u>	<u>(36.186)</u>	<u>(882)</u>	<u>124.434</u>

A demonstração de resultados na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações” inclui o saldo da conta “Recuperações de crédito, juros e despesas” no valor de m.Euros 13.300.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

44. IMPOSTOS CORRENTES

A diferença entre os impostos calculados à taxa legal e os impostos calculados à taxa efectiva em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser explicada como a seguir se demonstra:

	31-12-2010	31-12-2009
Imposto corrente :		
1. Resultado antes de impostos	(73.511)	12.857
2. Taxa legal de imposto (IRC + Derrama) (*)	25,28%	31,76%
3. Carga fiscal normal (1*2)	(18.582)	4.083
4. Variações patrimoniais positivas	-	3.479
5. Variações patrimoniais negativas	(2.304)	(3.684)
6. Efeito fiscal de gastos que não são dedutíveis		
6.1. Reintegrações não aceites	49	51
6.2. Provisões não dedutíveis	54.837	7.255
6.3. Mais valias fiscais	418	501
6.4. Encargos financeiros com a aquisição de participações	940	3.072
6.5. Imparidade de títulos disponíveis para venda	-	1.686
6.6. Outros custos não dedutíveis	6.681	8.425
7. Efeito fiscal de rendimentos que não são tributáveis		
7.1. Redução de provisões não tributadas	(11.201)	(7.140)
7.2. Menos valias fiscais	(140)	-
7.3. Benefícios fiscais	(2.568)	(2.378)
7.4. Excesso de estimativa de impostos	(2.390)	(330)
7.5. Rendimentos nos termos do artigo 46º	(4.678)	(7.406)
7.6. Outros proveitos não tributados	(3.511)	(21.626)
8. Resultados não tributáveis (ZFM)	-	(434)
9. Prejuízos fiscais reportáveis	-	(165)
10. Lucro tributável (1+4+5+6+7-8+9)	(37.378)	(4.969)
11. Imposto antes da tributação autónoma (10*2)	4.915	3.687
12. Tributações autónomas	368	300
13. Imposto total (11+12)	5.283	3.987
14. Taxa efectiva (13/1)	-	31,01%

(*) Taxa média do Grupo

O Resultado antes de impostos apresentado corresponde á soma dos resultados apurados a nível individual, sendo a diferença para o resultado antes de impostos consolidado justificada pelas operações de consolidação.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Quando haja lugar a prejuízos fiscais em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), o período a considerar é de quatro anos.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Adicionalmente, de acordo com o artigo 58º do Código do IRC, a Direcção Geral dos Impostos poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.

No entanto, a Administração entende que as eventuais correcções, se algumas, resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente por parte das autoridades fiscais não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

45. RESUMO DA COMPOSIÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS ACCIONISTAS DO FINIBANCO HOLDING

A formação do lucro (prejuízo) consolidado em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, pode ser resumida como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Lucro/(prejuízo) do Finibanco Holding	(9.062)	14.466
Lucro/(prejuízo) das empresas filiais, consolidadas pelo método da integração global:		
Finibanco	(39.904)	(9.901)
Finicrédito	(1.449)	681
Finivalor	2.859	2.444
Finimóveis	10	170
Finisegur	349	219
Finibanco Angola	7.039	5.320
Lestinvest	(2.179)	(6.208)
	<u>(42.337)</u>	<u>7.191</u>
Apropriação do resultado de empresas associadas que consolidam pela equivalência patrimonial		
Finibanco Vida	760	1.521
Iberpartners	(40)	-
Prio Foods	(1.088)	-
Prio Energy	210	-
Anulação de dividendos recebidos	(4.641)	(3.605)
Interesses minoritários	(2.726)	2.785
Outros ajustamentos de consolidação	1.654	1.570
Lucro/(prejuízo) dos accionistas do Finibanco Holding	<u>(48.208)</u>	<u>9.462</u>
Componentes do rendimento integral do Finibanco Holding e de filiais	(4.659)	630
Rendimento integral dos accionistas do Finibanco Holding	<u>(52.867)</u>	<u>10.092</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Resultados por acção básicos e diluídos

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação à data do balanço.

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (durante o exercício) e ao resultado líquido atribuível aos accionistas.

	31-12-2010	31-12-2009
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas	(48.208)	9.462
Nº médio ponderado de acções ordinárias emitidas (milhares)	175.000	148.531
Nº médio ponderado de acções próprias em carteira (milhares)	0	0
Nº médio ponderado de acções ordinárias em circulação	175.000	148.531
Resultado por acção básico e diluído atribuível aos accionistas (em euros)	-0,28	0,06

Não houve transacções com as acções ordinárias entre a data de reporte e a data de conclusão destas demonstrações financeiras que requeiram a correcção dos resultados por acção.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

46. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o detalhe das rubricas extrapatrimoniais é como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Garantias prestadas e outros passivos eventuais :		
Garantias pessoais/institucionais	108.777	106.638
Garantias reais (activos dados em garantia)	512.470	284.712
	<u>621.247</u>	<u>391.350</u>
Garantias recebidas :		
Garantias pessoais/institucionais	2.023.963	1.874.748
Garantias reais (activos recebidos em garantia)	1.712.937	1.593.244
	<u>3.736.900</u>	<u>3.467.992</u>
Compromissos perante terceiros :		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	164.493	126.029
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD	2.486	2.429
Respons. potencial para c/ o Sistema de Indemn.aos Investidores	523	552
Compromissos revogáveis	339.499	327.511
	<u>507.001</u>	<u>456.521</u>
Operações cambiais e instrumentos derivados :		
Operações cambiais à vista	12.414	9.685
Instrumentos de negociação	353.644	383.413
Instrumentos de cobertura	943.487	831.766
	<u>1.309.545</u>	<u>1.224.864</u>
Responsabilidades por prestação de serviços :		
Depósito e guarda de valores	1.557.551	2.097.300
De cobrança de valores	53.109	59.872
Valores administrados pela instituição	27.776	80.650
	<u>1.638.436</u>	<u>2.237.822</u>
Serviços prestados por terceiros :		
Por depósito e guarda de valores	517.133	1.050.092
Por cobrança de valores	31.132	40.925
	<u>548.265</u>	<u>1.091.017</u>
Outras contas extrapatrimoniais :		
Consignações	4	17
Créditos abatidos ao activo	188.649	188.901
Juros vencidos	14.343	9.846
Despesas de crédito vencido	2.050	7.359
Contratos com recurso - facturas não financiadas	7.844	20.150
Rendas vincendas e valores residuais de contratos de locação financeira	200.412	204.590
Obrigações de caixa emitidas	163.682	164.682
Valor nominal do crédito adquirido	290	-
Crédito renegociado	71.973	42.913
Provisões acumuladas para crédito renegociado	6.399	1.690
Outras	284.485	156.027
	<u>940.131</u>	<u>796.175</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

47. BALANÇO DE MOEDA ESTRANGEIRA

Em 31 de Dezembro de 2010, o montante global dos elementos do activo e passivo do Grupo expressos em moeda estrangeira, convertidos na moeda em que as contas anuais são estabelecidas, é como segue:

Activos		Passivo e Capital	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	37.731	Recursos de outras instituições de crédito	23.597
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5.932	Recursos de clientes e outros empréstimos	118.151
Activos financeiros detidos para negociação	29	Provisões	13
Activos financeiros disponíveis para venda	27.600	Outros passivos	7.894
Aplicações em instituições de crédito	6.048	Capital	10.794
Crédito a clientes	46.522	Reservas de reavaliação	(560)
Activos não correntes detidos para venda	4	Outras reservas e resultados transitados	4.372
Outros activos tangíveis	2.981	Resultado do exercício	6.963
Activos intangíveis	845		
Activos por impostos diferidos	6		
Outros activos	43.526		
	171.224		171.224

O risco cambial está referido no ponto 2.6 do Relatório de Gestão.

48. RELATO POR SEGMENTO

A segmentação por linhas de negócio em 31 de Dezembro de 2010 é apresentada no Anexo VI.

O Grupo Finibanco desenvolve a sua actividade principal na Banca de Retalho e no território nacional. Esta segmentação foi efectuada tendo em conta a divisão das actividades para efeitos de gestão.

Em 2008 o Grupo Finibanco iniciou a sua actividade no mercado internacional, designadamente em Angola, apresentando-se no Anexo V a segmentação por mercados geográficos.

Actividade dos segmentos de negócio

Actividade de Retalho focaliza-se na actividade dos clientes particulares e pequenas empresas, cujo volume de negócio seja inferior a m.Euros 2.500 e um envolvimento inferior a m.Euros 1.000, conforme modelo de segmentação definido pelo Grupo Finibanco. A Actividade de Retalho realiza um conjunto de operações comerciais, nomeadamente a captação de recursos, concessão de empréstimos e garantias, seguros e prestação de serviços bancários. Este segmento de negócio é apoiada por uma rede multicanal que inclui balcões, promotores de negócio, banca telefónica e serviço homebanking.

A Actividade de retalho é desenvolvida pelo Finibanco, SA, pela Finicrédito, pelo Finibanco Angola, pela Finisegur e pela Finibanco Vida.

Banca Comercial focaliza-se na actividade das empresas, cujo volume de negócio seja superior a m.Euros 2.500 e um envolvimento superior a m.Euros 1.000, conforme modelo de segmentação definida pelo Grupo Finibanco. A Banca comercial realiza um conjunto de operações comerciais, nomeadamente a captação de recursos, concessão de empréstimos e garantias, seguros e prestação de serviços bancários. Este segmento de negócio é apoiada pelos centros de empresas, rede de balcões e serviço homebanking.

A Banca comercial é desenvolvida apenas pelo Finibanco, S.A.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Corporate Finance desenvolve a actividade no mercado de capitais, nomeadamente, na montagem e colocação de emissões de dívida, estudos e prestação de serviços, sendo desenvolvida pelo Finibanco, S.A.

Trade & Sales focaliza-se na actividade da banca de investimento, nomeadamente, no trading da carteira de negociação e disponíveis para venda, actividade cambial, gestão financeira do Grupo e relacionamento com Institucionais conduzida pela Direcção Financeira do Finibanco.

Corretagem (Retalho) engloba a actividade de corretagem dos clientes, apoiada pela rede de balcões e pelo serviço de corretagem on-line. Este segmento de negócio é desenvolvido apenas no Finibanco, S.A.

Pagamentos e liquidações incorpora a actividade de transferências e meios de pagamento, assegurada pela rede de balcões, POS e ATMs. Esta actividade é desenvolvida apenas no Finibanco, S.A.

Custódia engloba o serviço de custódia de títulos dos clientes e das carteiras de fundos de investimento assegurada por estrutura própria no Finibanco, S.A.

Gestão de activos está centrada na actividade da gestão de fundos de investimento e da gestão de patrimónios assegurada pela Finivalor.

Outros inclui a gestão de participações financeiras assegurada pelo Finibanco Holding, SGPS e actividades não integradas nos segmentos anteriores.

Segmentos geográficos

O segmento geográfico é baseado na localização da actividade desenvolvida pelos segmentos de negócio, dividindo-se em dois segmentos:

Actividade Nacional desenvolvida no território de Portugal pelas empresas do grupo Finibanco;

Actividade Internacional desenvolvida fora do território de Portugal pelo Finibanco Angola.

Os valores afectos a cada segmento de negócio ou geográfico resultam da agregação das empresas integrantes do perímetro de consolidação. Os proveitos e custos apurados para cada um dos segmentos têm subjacentes os valores contabilizados directamente nos segmentos respectivos e a afectação resultante de modelos internos.

Os valores resultantes de afectação por modelos internos são essencialmente os custos de estrutura que estão associados a vários segmentos de negócio. A sua repartição tem como base um conjunto de pressupostos definidos internamente e estão relacionados com volume de negócio de cada segmento.

Os preços de transferência entre empresas e segmentos são similares aos praticados com entidades externas.

Os impostos são geridos numa lógica de cada uma das empresas integrantes do perímetro de consolidação, não sendo alocados a cada um dos segmentos.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

49. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No seguinte quadro apresenta-se uma análise dos métodos de valorização pelas categorias de instrumentos financeiros reconhecidos ao justo valor nas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009:

31-12-2010	Justo Valor			Custo de aquisição	Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Activos					
Activos financeiros detidos para negociação					
<i>Instrumentos de capital</i>	429	-	-	-	429
<i>Fundos de Investimento</i>	-	1	326	-	327
<i>Instrumentos derivados</i>	-	2.922	-	-	2.922
<i>Créditos e outros valores a receber</i>	-	-	29.759	-	29.759
	429	2.923	30.085	-	33.437
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados					
<i>Instrumentos de dívida</i>	-	9.628	-	-	9.628
<i>Instrumentos de capital</i>	-	-	40.111	-	40.111
	-	9.628	40.111	-	49.739
Activos financeiros disponíveis para venda					
<i>Instrumentos de dívida</i>	90.704	48.984	-	-	139.688
<i>Instrumentos de capital</i>	554	-	-	2.287	2.841
<i>Fundos de Investimento</i>	-	2.181	2.939	-	5.120
	91.258	51.165	2.939	2.287	147.649
Passivos					
Passivos financeiros detidos para negociação					
<i>Instrumentos derivados</i>	-	14.492	-	-	14.492
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados					
<i>Instrumentos de dívida</i>	-	149.350	-	-	149.350
31-12-2009					
	Justo Valor			Custo de aquisição	Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Activos					
Activos financeiros detidos para negociação					
<i>Instrumentos de capital</i>	3.712	-	-	-	3.712
<i>Fundos de Investimento</i>	-	1	463	-	464
<i>Instrumentos derivados</i>	-	3.017	-	-	3.017
	3.712	3.018	463	-	7.193
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados					
<i>Instrumentos de dívida</i>	-	10.354	-	-	10.354
<i>Instrumentos de capital</i>	-	-	41.235	-	41.235
	-	10.354	41.235	-	51.589
Activos financeiros disponíveis para venda					
<i>Instrumentos de dívida</i>	15.659	15.643	8.538	-	39.840
<i>Instrumentos de capital</i>	1.241	-	-	5.319	6.560
<i>Fundos de Investimento</i>	-	-	2.590	-	2.590
	16.900	15.643	11.128	5.319	48.990
Passivos					
Passivos financeiros detidos para negociação					
<i>Instrumentos derivados</i>	-	21.656	-	-	21.656
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados					
<i>Instrumentos de dívida</i>	-	144.004	-	-	144.004

De acordo com as alterações na IFRS 7 as fontes de pressupostos utilizados na determinação do justo valor utilizam os seguintes níveis de hierarquia:

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Nível 1 – Cotações nos mercados activos – cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transacções para activos negociados em mercados líquidos.

Nível 2 – Técnicas de valorização com parâmetros/preços observáveis no mercado – modelos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções que utilizam variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como curvas de taxas de juro, spreads de crédito, volatilidade e índices de cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

Nível 3 – Técnicas de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

A valorização ao justo valor dos instrumentos financeiros segue as políticas contabilísticas definidas no ponto 2.4. do anexo às demonstrações financeiras de acordo com a IAS 39.

Os activos financeiros valorizados ao justo valor classificados no nível 3 são valorizações referentes a “*Hedge Funds*”.

Para os instrumentos considerados na coluna ao custo de aquisição não foi possível determinar valorizações fiáveis.

Do montante global m.Euros 27.295 em instrumentos de dívida classificados em Activos Financeiros disponíveis para venda correspondem a títulos emitidos pelo Banco Central da Angola, sendo o seu justo valor similar ao valor nominal dado se tratarem de títulos de curto prazo.

Para a determinação do justo valor dos Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados foram obtidas avaliações de entidades externas certificadas para o efeito.

As técnicas de valorização dos instrumentos financeiros e de negociação e ao justo valor através de resultados baseiam-se no cálculo do valor presente dos fluxos futuros.

O desconto dos cash-flows futuros baseia-se na curva de cupão zero que não é mais que uma estimativa da Estrutura Temporal de Taxas de Juros.

As taxas de juro utilizadas para apuramento da curva de taxa de juro designada de cupão zero com referência a 31 de Dezembro de 2010, para o Euro são as seguintes:

Prazo	Taxa	Prazo	Taxa
3 meses	0,967%	6 anos	2,741%
6 meses	1,166%	7 anos	2,914%
9 meses	1,290%	8 anos	3,064%
1 ano	1,395%	9 anos	3,192%
2 anos	1,749%	10 anos	3,302%
3 anos	2,050%	15 anos	3,628%
4 anos	2,313%	20 anos	3,707%
5 anos	2,542%	30 anos	3,527%

A essa curva é adicionado um “*spread*” considerado adequado às características de cada emissão e os indicadores observáveis no mercado.

Para os instrumentos mais complexos, incorporados nos produtos estruturados, foram utilizados os seguintes modelos de valorização: Black, Black-Scholes, Hull & White e simulações de Monte Carlo dos processos log-normais dos activos subjacentes.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Relativamente ao Nível 3 apresentamos de seguida o movimento do ano de 2010:

	Justo Valor - Nível 3				31-12-2010
	31-12-2009	Compras	Vendas	Ajustamentos	
Activos financeiros detidos para negociação					
<i>Fundos de Investimento - Hedge Funds</i>	463	-	-	(137)	326
<i>Créditos e outros valores a receber</i>	-	29.759	-	-	29.759
	463	29.759	-	(137)	30.085
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados					
<i>Instrumentos de capital</i>	41.235	-	-	(1.124)	40.111
Activos financeiros detidos para venda					
<i>Instrumentos de dívida</i>	8.538	-	(8.194)	(344)	-
<i>Fundos de Investimento - Hedge Funds</i>	2.590	-	(244)	593	2.939
	11.128	-	(8.438)	249	2.939

Relativamente aos Níveis 1 e 2 não se verificou no exercício de 2010 qualquer transferência entre níveis.

50. GESTÃO DO RISCO

No ponto 2.6 do Relatório de Gestão são apresentadas as informações qualitativas e quantitativas relativas à Gestão dos vários riscos da actividade do Grupo.

51. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO**AQUA FINANCE Nº 2 PLC**

Em Agosto de 2003 as subsidiárias Finicrédito e Leasecar realizaram uma operação de titularização efectiva e completa no valor global de m.Euros 175.000. Adicionalmente em Julho de 2004 estas duas entidades efectuaram, ao abrigo da mesma operação, uma oferta adicional de m.Euros 50.000. Em Dezembro de 2005 a Leasecar foi incorporada por fusão na Finicrédito.

Seguidamente destacam-se os aspectos mais relevantes desta operação:

Genéricos

Data da realização da operação: 07 de Agosto de 2003

Montante cedido : m.Euros 225.000

Duração do programa: 9 anos e 2 meses

Revolving: 3 anos

Identificação do programa: Aqua Finance nº 2 PLC

Natureza dos activos cedidos:

Tipo de activos: Crédito ao consumo sobre veículos automóveis e outros bens e ALD

Rating médio da carteira cedida: AAA 90,5%; AA 5%; A 4,5%

Operação inicial

Data da realização da operação: 07 de Agosto de 2003

Montante cedido : m.Euros 175.000

Natureza dos activos cedidos:

Tipo de activos: Crédito ao consumo sobre veículos automóveis e outros bens e ALD

Duração média ponderada remanescente: 41,5 meses

Taxa de juro média ponderada dos activos: 14,8%

Oferta adicional

Data da realização da operação: 26 de Julho de 2004

Montante cedido : m.Euros 50.000

Natureza dos activos cedidos:

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Tipo de activos: Crédito ao consumo sobre veículos automóveis e outros bens e ALD

Duração média ponderada remanescente: 49,8 meses

Taxa de juro média ponderada dos activos: 14,1%

Características dos instrumentos de dívida emitidos:

Denominação do instrumento	Montante emitido	Taxa de juro
Obrigações classe A1	203.700	Euribor 3M+0,30%
Obrigações classe A2	11.200	Euribor 3M+0,55%
Obrigações classe A3	10.100	Euribor 3M+0,85%
Títulos subordinados—classe D	11.675	Não definida

Data e forma de reembolso:

A partir do final do período de “revolving” e conforme ritmo de amortização de capital efectuado, conforme prioridade abaixo estabelecida.

Hierarquia em termos de subordinação / reembolso dos vários instrumentos:Rating atribuído

Obrigações classe A1

AAA

Obrigações classe A2

AA

Obrigações classe A3

A

Títulos subordinados

-

À data de 31 de Dezembro de 2009, as obrigações da Classe A1, encontravam-se amortizadas no montante de m.Euros 203.700, correspondente a 100% do valor da sua emissão.

À data de 31 de Dezembro de 2009, as obrigações da Classe A2, encontravam-se amortizadas no montante de m.Euros 4.446, correspondente a 39,7% do valor da sua emissão.

O montante total dos activos adquiridos pelo veículo para suporte da emissão dos instrumentos financeiros foi de m.Euros 225.000.

Não existem compromissos assumidos nem interesses retidos pela Finicrédito.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Entidades que intervêm na operação:

Nome da entidade	País da sede	Tipo de entidade	Função desempenhada
Aqua Finance No. 2 PLC	Irlanda	Entidade de finalidade especial	Emissor
Finicrédito Instituição Financeira de Crédito, SA	Portugal	Instituição Financeira	Originador e Servicer
Finibanco Holding SGPS, SA	Portugal	Sociedade Gestora de Participações Sociais	Backup Servicer
Finibanco SA	Portugal	Instituição financeira	Tomador do swap
CRC GSCF (Lux SARL)	Luxemburgo	Hedge Fund	Comprador das Notes Classe D
Aqua Finance No 2 Fundo	Portugal	Fundo de Titularização de créditos	Fundo
Finantia – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Crédito, SA	Portugal	Sociedade Gestora	Gestora
Deutsche Bank (Portugal) SA	Portugal	Instituição de Crédito	Banco Depositário
Deutsche Bank AG London	Inglaterra	Instituição de Crédito	Note & Security Trustee
Deutsche Bank AG London	Inglaterra	Instituição de Crédito	Accounts Bank
Deutsche Bank AG London	Inglaterra	Instituição de Crédito	Principal Paying Agent
Deutsche Bank AG London	Inglaterra	Instituição de Crédito	Transaction Manager
Credit Suisse First Boston International	Inglaterra	Banco de Investimento	Provedor do Swap
Standard and Poor's	Inglaterra	Agência de rating	Agência de Rating
Moodys Investor Services	Inglaterra	Agência de rating	Agência de Rating
Ernst & Young	Portugal	Auditoria	Audidores dos Originadores
KPMG Irlanda	Irlanda	Auditoria	Audidores do Emissor
Simmons & Simmons Rebelo de Sousa Rebelo de Sousa & Associados	Portugal	Consultor	Advogados para o Lead Manager no contexto da lei Portuguesa
Arthur Cox	Irlanda	Consultor	Advogados para o Lead Manager no contexto da lei Irlandesa
Norton Rose	Inglaterra	Consultor	Advogados para o Lead Manager no contexto da lei Inglesa
Credit Suisse First Boston (Europe) Limited	Inglaterra	Banco de Investimento	"Lead Manager" da operação
Investidores institucionais	-	-	Investidores

Durante o exercício de 2006 o certificado representativo do interesse residual no Aqua Finance nº 2 PLC foi alienado pelo que esta sociedade deixou de integrar o perímetro de consolidação.

Princípios e políticas contabilísticas seguidos

Descontinuidade do reconhecimento no Balanço dos activos cedidos: Os créditos foram expurgados das contas patrimoniais da Finicrédito, tendo transitado para as correspondentes contas extrapatrimoniais.

Provisionamento dos activos cedidos: Os activos cedidos não estão a ser provisionados, uma vez que os detentores dos títulos subordinados são entidades externas ao Grupo Finibanco.

Reconhecimento dos resultados obtidos na cedência: Tratando-se de uma cedência efectiva e completa, os resultados obtidos na cedência dos activos foram reconhecidos nos anos em que se verificaram.

Outras informações

Em 25 de Janeiro de 2010 a Finicrédito efectuou a "clean-up call" da operação com base nos valores da carteira a 31 de Dezembro de 2009.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

AQUA SME Nº 1

Em Junho de 2007 o Finibanco, SA efectuou uma operação de titularização da qual se destaca o seguinte:

Data da realização da operação: 14 de Junho de 2007

Montante: m.Euros 250.000

Duração do programa: 10 anos

Revolving: 3 anos

Identificação do programa: Aqua SME 1

Natureza dos activos cedidos:

Tipo de activos: Contas correntes e empréstimos a pequenas e médias empresas

Duração média ponderada remanescente: 0,249 anos

Taxa de juro média ponderada dos activos: 6,88%

Rating médio da carteira cedida: n.a.

Características dos instrumentos emitidos

Denominação do instrumento	Montante emitido	Montante detido	Taxa de juro
Classe A units	235.000	-	Euribor 1 mês+0,1%
Classe B units	15.000	-	Euribor 1 mês+0,1%
Classe C units	8.750	8.750	Excess spread

Data e forma de reembolso:

A partir do final do período de revolving e conforme ritmo de amortização dos créditos e de acordo com a seguinte prioridade:

1º Classe A units

2º Classe B units

3º Classe C units

As classe C foram integralmente tomadas pelo Finibanco S.A.

Montante total dos activos adquiridos pelo veículo que suportam a emissão dos instrumentos:

Créditos de m.Euros 250.000 e m.Euros 8.750 de cash reserve.

Compromissos assumidos e/ou interesses a reter pela instituição ou por outra instituição do Grupo**Montantes a título de:**

Disponibilidades de caixa do emitente: n.a.

Linhas de liquidez: n.a.

Outros financiamentos: n.a.

Cash reserve inicial, limite máximo e mínimo: inicial m.Euros 8.750; máximo m.Euros 8.750; mínimo m.Euros 8.000

Garantias: n.a.

Proveitos residuais: a reverter para o Finibanco S.A. como remuneração das Classe C units.

Swaps de taxa de juro e outros instrumentos derivados: n.a.

Recompra dos activos remanescentes: Clean up call de 10%, a preços de mercado.

Outros n.a.

n.a. Não aplicável

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Entidades que intervêm na operação

Nome da entidade	País da sede	Tipo de entidade	Função desempenhada	Relação de participação
Finibanco S.A.	Portugal	Banco	Cedente	n.a.
Aqua SME 1 Fundo	Portugal	Fundo de titularização de créditos	Comprador	não tem
Navegater SGFTC	Portugal	SGFTC	Gestão de FTC	não tem
Finibanco S.A.	Portugal	Banco	Gestor de créditos	n.a.
Deutsche Bank S.A.	Portugal	Banco	Custodiante	não tem
Banco Espírito Santo de Investimento S.A.	Portugal	Banco	Banco organizador	não tem
State Street Global Markets LLC	EUA	Banco	Banco organizador	não tem
State Street Global Markets LLC	EUA	Banco	Linha liquidez Class B	não tem
Banco Espírito Santo S.A.	Portugal	Banco	Linha liquidez Class A	não tem
European Investment Fund	Luxemburgo	Instituição europeia	Garante Class B	não tem

Princípios e políticas contabilísticas seguidos

Nos termos do previsto na IAS 39 quanto ao desreconhecimento de activos, dado que o Grupo detém as Classe C units, às quais está atribuído o “*excess spread*” da operação, os créditos vendidos não foram desreconhecidos do balanço, estando registados na rubrica “Activos titularizados não desreconhecidos”, e sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito.

AQUA MORTGAGE Nº1

Em Dezembro de 2008, o Finibanco, S.A. efectuou uma operação de titularização de créditos à habitação, com o propósito de transformar activos ilíquidos em títulos aceites como colateral no âmbito das operações do Eurosistema, da qual se destaca o seguinte:

Identificação da Operação: Aqua Mortgages Nº 1
 Tipo de operação: RMBS Tradicional
 Montante da operação: 233 Milhões de Euros
 Data de realização da operação: 09 de Dezembro de 2008
 Prazo de vencimento da operação: Dezembro de 2063
 Data prevista para o exercício da clean-up call: a partir do ano de 2033

Caracterização da operação de titularização

Instituição cedente: Finibanco S.A.
 Tipos de posições em risco: Crédito à habitação
 Descrição dos principais critérios de selecção dos activos para a carteira titularizada: Crédito à habitação, em euros, imóvel localizado em Portugal, com data de maturidade inferior a Dezembro de 2060, com montante máximo de Eur 1.000.000,00, sem pagamentos em atraso há mais de 30 dias e com taxa de juro indexada
 Grau de risco médio da carteira cedida: 63,23% (método padrão)
 Revolving: por um período de 2 anos após o início da operação

Caracterização das posições em risco titularizadas

Limite máximo de posições em risco titularizadas: Eur 233.000.000,00
 Valor das posições em risco titularizadas, na data de início da operação:
 -Valor médio dos contratos: Eur 66.059,08
 -Posição em risco mais significativa: Eur 620.529,65
 -Duração média ponderada remanescente: 25 anos

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Desagregação do valor das posições de titularização

Caracterização das tranches				euros	
Denominação da posição de titularização	Tranche (notação)	Quant	Montante	Taxa de Juro	Data de reembolso
Classe A	AAA		203.176.000,00	Eu ribor 6M + 15bps	Dez-63
Classe B	-		29.824.000,00	Eu ribor 6M + 40bps	Dez-63
Classe C	-		3.500.000,00	Excess Spread	Dez-63
TOTAL	-		236.500.000,00		

Detentores das tranches			euros
Denominação do Instrumento	Entidade Detentora Dos títulos	Tranche (notação)	Montante Detido
Classe A	Finibanco, S.A	AAA	203.176.000,00
Classe B	Finibanco, S.A	-	29.824.000,00
Classe C	Finibanco, S.A	-	3.500.000,00
		Total	236.500.000,00

Compromissos assumidos e/ou interesses retidos / a reter pela instituição ou por uma instituição do grupo

Reserva de caixa inicial, limite máximo e mínimo: Montante inicial de Eur 3.500.000; máximo de Eur 3.500.000; mínimo de Eur 1.200.000,00.

Linhas de liquidez: não existem linhas de liquidez associadas à operação

Garantias: não existem linhas de garantias adicionais associadas à operação

Proveitos residuais: n.a.

Swaps de taxa de juro e outros instrumentos derivados: não existem swaps de taxa de juro ou outros instrumentos derivados associados à operação.

Os títulos classe A foram dados em garantia ao BCE no âmbito das operações do Eurosistema (Nota 19).

Entidades que intervêm na operação:

Designação da entidade	País da Sede	Tipo de entidade/ actividade	Função Desempenhada	Relação de Participação
Finibanco, S.A.	Portugal	Banco	Cedente	n.a.
Finibanco, S.A.	Portugal	Banco	Arranger	n.a.
Finibanco, S.A.	Portugal	Banco	Servicer	n.a.
Tagus - Soc.Titularização Créditos S.A.	Portugal	Soc. Tit. Créditos	Emitente	não tem
Deutsche Bank AG, London Branch	Inglaterra	Banco	Agente pagador	não tem
Deutsche Trustee Company Limited	Inglaterra	Serviços Financ.	Common representative	não tem
Standard & Poors	Espanha	Agência de Rating	Agência de Rating	não tem

Princípios e políticas contabilísticas seguidos

Nos termos do previsto na IAS 39 quanto ao desreconhecimento de activos, dado que o Grupo detém as Classe C units, às quais está atribuído o "excess spread" da operação, os créditos vendidos não foram desreconhecidos do balanço, estando registados na rubrica "Activos titularizados não desreconhecidos", e sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito.

Dadas as características e finalidade da operação não ocorreu a entrada de fundos. Assim e no cumprimento do parágrafo 39 da IAS 39 e AG 58 da mesma norma, as tranches Classe A e B estão representadas no Balanço de forma autónoma pelos créditos não desreconhecidos não havendo, portanto, lugar ao registo de passivos financeiros associados a activos transferidos.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

AQUA FINANCE Nº 3

Em Junho de 2009, a Finicrédito efectuou uma operação de titularização denominada por “Aqua Fiance Nº 3, no valor de m.Euros 207.000, com o propósito de transformar activos ilíquidos em títulos aceites e passíveis de serem apresentados para efeitos de obtenção de financiamento. Esta operação tem um período de “revolving” de 3 anos, que terminará em Junho de 2012.

Seguidamente destacam-se os aspectos mais relevantes desta operação:

Genéricos

Data da realização da operação: 30 de Junho de 2009

Montante cedido : m.Euros 207.000

Duração do programa: 14 anos e 6 meses

Revolving: 3 anos

Identificação do programa: Aqua Finance Nº 3

Natureza dos activos cedidos:

Tipo de activos: Crédito ao consumo, aluguer de longa duração e leasing

Rating médio da carteira cedida: AAA 53,15%; Não definido 46,85%

Operação inicial

Data da realização da operação: 30 de Junho de 2009

Montante cedido : m.Euros 207.000

Natureza dos activos cedidos:

Tipo de activos: Crédito ao consumo, aluguer de longa duração e leasing

Duração média ponderada remanescente: 49,5 meses

Taxa de juro média ponderada dos activos: 11,97%

Características dos instrumentos de dívida emitidos:

Denominação do instrumento	Montante emitido	Taxa de juro
Obrigações classe A	110.020	5,00%
Obrigações classe B	96.980	5,75%
Obrigações subordinadas	6.210	Não definida

(*) A taxa de juro é fixa.

Denominação do instrumento	Entidade detentora dos títulos	Montante detido
Obrigações classe A	Finicrédito	110.020
Obrigações classe B	Finicrédito	96.980
Obrigações subordinadas	Finicrédito	6.210

Data e forma de reembolso:

A partir do final do período de “revolving” o reembolso é efectuado conforme o ritmo de amortização de capital dos créditos cedidos, e de acordo com a prioridade abaixo estabelecida.

Hierarquia em termos de subordinação / reembolso dos vários instrumentos:**Rating atribuído**

Obrigações classe A

AAA

Obrigações classe B

Não definido

Títulos subordinados

-

Os títulos classe A e B foram dados em garantia ao BCE no âmbito das operações do Eurosistema (Nota 19).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Entidades que intervêm na operação

Nome da entidade	País da sede	Tipo de entidade/ actividade	Função desempenhada	Relação de participação
Finicrédito SA	Portugal	Instituição de crédito	Cedente	-
Finicrédito SA	Portugal	Instituição de crédito	Arranger	-
Finicrédito SA	Portugal	Instituição de crédito	Servicer	-
Tagus-Soc.Titularização Créditos SA	Portugal	Soc. Tit Créditos	Emitente	Não tem
Deutsche Bank AG London Branch	Inglaterra	Banco	Agente pagador	Não tem
Deutsche Trustee Company Limited	Inglaterra	Serviços Financeiros	Common representative	Não tem
Standard & Poor	Espanha	Agência de Rating	Agência de Rating	Não tem

Princípios e políticas contabilísticas seguidas

Nos termos do previsto na IAS 39 quanto ao desreconhecimento de activos, dado que a Finicrédito detém a totalidade das obrigações emitidas, incluindo os títulos subordinados, às quais está atribuído o “*excess spread*” da operação, os créditos vendidos não foram desreconhecidos do balanço, estando registados na rubrica “Activos titularizados não desreconhecidos”, e sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito.

Dadas as características e finalidade da operação não ocorreu a entrada de fundos. Assim e no cumprimento do parágrafo 39 da IAS 39 e AG 58 da mesma norma, as tranches Classe A e B estão representadas no Balanço de forma autónoma pelos créditos não desreconhecidos não havendo, portanto, lugar ao registo de passivos financeiros associados a activos transferidos.

52. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Conforme referido no nº 9 da Nota 2.4. e em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACTV) celebrado com os sindicatos e vigente para o Sector Bancário, o Grupo assumiu o compromisso de atribuir aos seus empregados ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Baseado em pareceres de peritos independentes e na cláusula de adesão do Finibanco ao ACTV, não são consideradas no cálculo das responsabilidades a parcela relativa ao período entre a data de admissão de cada funcionário ao sistema bancário e a data de admissão no Finibanco, quando aplicável.

O estudo actuarial para efeitos de calculo das responsabilidades por serviços passados reportados a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi efectuado pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

a) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados no estudo actuarial para efeitos de cálculo das responsabilidades por serviços passados reportados a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, efectuados pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA , foram:

	31.12.2010	31.12.2009
Esquema de benefícios	O estabelecido no ACTV do Sector Bancário com as ressalvas de adesão ao acordo	O estabelecido no ACTV do Sector Bancário com as ressalvas de adesão ao acordo
Método actuarial	Projected Unit Credit Method	Projected Unit Credit Method
Tábua de Mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa anual de crescimento salarial	3%	3%
Taxa anual de retorno esperado dos activos do fundo	5,5%	5,5%
Taxa de desconto	5,5%	5,5%
Taxa de crescimento das pensões	2%	3%
SAMS	6,5% *	6,5% *

* sobre o valor das responsabilidades calculadas nos termos do ACTV

A taxa de desconto utilizada reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade na zona euro com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

A taxa anual de retorno esperado dos activos do fundo foi determinada pela sociedade gestora do Fundo utilizando as rentabilidades anuais esperadas a longo prazo para cada classe de activos, definidas com base em estudo de uma consultora internacional sobre o histórico das rendibilidades de mercado e uma ponderação resultante do *benchmark* definido para a estrutura de activos do Fundo.

No exercício de 2010 a taxa anual de rendimento dos activos do Fundo foi de 1,18% (7,73% em 2009) e a taxa anual de crescimento salarial de 4,30% (4,93% em 2009). As pensões cresceram 2% (1,5% em 2009).

De acordo com as informações obtidas do actuário responsável pela preparação do estudo actuarial, não foi considerada no cálculo actuarial qualquer taxa de rotação dada a ausência de referências estatísticas de mercado credíveis e pelo facto de, com os dados internos do Grupo, as análises históricas efectuadas ao comportamento da rotação interna demonstrarem comportamentos irregulares, que ao serem incorporados no estudo poderiam conduzir a variações futuras de responsabilidades difíceis de justificar de forma consistente.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, os trabalhadores bancários que, à data da sua entrada em vigor (4 de Janeiro de 2011), se encontravam no período de vida activa e eram beneficiários da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) passaram a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social no que se refere ao benefício de reforma por velhice.

Mantendo-se os planos de benefício definido estabelecidos nos Instrumentos de Regulamentação Colectiva de Trabalho (IRCT) inalterados e não existindo redução de benefícios na perspetiva dos beneficiários, foi entendimento do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, as responsabilidades por serviços passados se mantêm inalteradas. Deste modo, o estudo actuarial do Grupo reportado a 31 de Dezembro de 2010, não teve em consideração qualquer impacto decorrente da entrada em vigor do citado Decreto-Lei 1-A/2011.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

b) População

Os cálculos foram efectuados em grupo fechado decompondo-se em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 da seguinte forma:

	31.12.2010	31.12.2009
1. Empregados no activo	1.417	1.404
2. Pensionistas	27	15
3. Total (1+2)	1.444	1.419
4. Ex – participantes com direitos adquiridos	489	443
5. Total (3+4)	1.933	1.862

c) Valores reconhecidos no balanço

31.12.2010	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Valor actual das responsabilidades por serviços passados				
1. Activos e direitos adquiridos	65.400	4.314	2.160	71.874
2. Pensionistas	2.406	154	57	2.617
3. Total das responsabilidades por serviços passados (1+2)	67.806	4.468	2.217	74.491
4. Justo valor dos activos do Fundo de Pensões	77.868	5.160	2.557	85.585
5. Passivo reconhecido no Balanço (Nota 30) (3-4)	-	-	-	-
6. Activo reconhecido no Balanço (Nota 18) (4-3)	10.062	692	340	11.094
% de cobertura do financiamento	115%	115%	115%	115%
(Ganhos)/ Perdas actuariais não reconhecidos				
7. Dentro do corredor	(85)	340	183	438
8. Fora do corredor	-	7	3	10
9. Activo reconhecido no Balanço (Nota 18) (7+8)	(85)	347	186	448
31.12.2009				
	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Valor actual das responsabilidades por serviços passados				
1. Activos e direitos adquiridos	64.691	4.154	1.939	70.784
2. Pensionistas	2.315	150	108	2.573
3. Total das responsabilidades por serviços passados (1+2)	67.006	4.304	2.047	73.357
4. Justo valor dos activos do Fundo de Pensões	74.510	4.633	2.265	81.408
5. Passivo reconhecido no Balanço (Nota 30) (3-4)	-	-	-	-
6. Activo reconhecido no Balanço (Nota 18) (4-3)	7.504	329	218	8.051
% de cobertura do financiamento	111,2%	107,6%	100,2%	111,0
(Ganhos)/ Perdas actuariais não reconhecidos				
7. Dentro do corredor	4.956	366	143	5.465
8. Fora do corredor	65	330	3	398
9. Activo reconhecido no Balanço (Nota 18) (7+8)	5.021	696	146	5.863

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

d) Acréscimo anual no valor actual das responsabilidades por serviços passados

31.12.2010	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1. Valor actual das responsabilidades no início do exercício	67.006	4.304	2.048	73.358
2. Custos do serviço corrente	5.879	512	191	6.582
3. Custo de juros	3.681	236	111	4.028
4. Pensões pagas	156	19	68	243
5. Perdas (ganhos) actuariais	(8.603)	(565)	(65)	(9.233)
6. Acréscimo anual de responsabilidades (2+3-4+5)	800	164	169	1.133
7. Valor actual das Responsabilidades no fim do exercício (1+6)	67.806	4.468	2.217	74.491

31.12.2009	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1. Valor actual das responsabilidades no início do exercício	65.311	3.642	2.097	71.050
2. Custos do serviço corrente	5.781	391	217	6.389
3. Custo de juros	3.426	191	110	3.727
4. Pensões pagas	120	6	-	126
5. Perdas (ganhos) actuariais	(7.392)	86	(376)	(7.682)
6. Acréscimo anual de responsabilidades (2+3-4+5)	1.695	662	(49)	2.308
7. Valor actual das Responsabilidades no fim do exercício (1+6)	67.006	4.304	2.048	73.358

e) Movimento registado nos activos do Fundo

31.12.2010	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1. Valor dos activos do Fundo de pensões no início do exercício	74.510	4.633	2.266	81.409
2. Rendimento líquido do fundo	878	55	27	960
3. Contribuição entregue ao fundo	2.636	491	332	3.459
4. Pensões de sobrevivência pagas pelo fundo	156	19	68	243
5. Outras variações líquidas	-	-	-	-
6. Valor dos activos do Fundo de pensões no fim do exercício (1+2+3-4+5)	77.868	5.160	2.557	85.585

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

31.12.2009	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1. Valor dos activos do Fundo de pensões no início do exercício	63.561	3.474	2.100	69.135
2. Rendimento líquido do fundo	5.097	287	163	5.547
3. Contribuição entregue ao fundo	5.972	878	3	6.853
4. Pensões de sobrevivência pagas pelo fundo	120	6	-	126
5. Outras variações líquidas	-	-	-	-
6. Valor dos activos do Fundo de pensões no fim do exercício (1+2+3-4+5)	74.510	4.633	2.266	81.409

f) As principais categorias de activos do Fundo são as seguintes:

	31.12.2010	31.12.2009
Terrenos e edifícios	11,5%	11,8%
Acções e unidades de participação	21,3%	21,4%
Obrigações – Dívida pública	21,6%	19,7%
Obrigações – Outros emissores	40,1%	36,0%
Depósitos em instituições de crédito	5,3%	10,4%
Outros	0,2%	0,7%
	100%	100%

Os imóveis detidos pelo Fundo encontram-se arrendados a empresas do Grupo Finibanco.

g) Gastos reconhecidos no exercício

31.12.2010	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Em custos com o pessoal				
1. Custo do serviço corrente	5.879	512	191	6.582
2. Custo dos juros	3.681	236	111	4.028
3. Rendimento esperado dos activos do fundo	4.376	279	132	4.787
4. Perdas/ (ganhos) actuariais	-	9	-	9
5. Contribuições dos funcionários	539	-	-	539
6. Outras variações	-	-	-	-
7. Custos com o pessoal (1+2-3+4-5-6)	4.645	478	170	5.293

O custo dos serviços correntes relativo a Membros dos Órgãos de Administração do Grupo encontra-se divulgado na Nota 53.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

31.12.2009	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Em custos com o pessoal				
1. Custo do serviço corrente	5.781	391	217	6.389
2. Custo dos juros	3.426	191	110	3.727
3. Rendimento esperado dos activos do fundo	3.810	212	128	4.150
4. Perdas/ (ganhos) actuariais	298	14	1	313
5. Contribuições dos funcionários	511	-	-	511
6. Outras variações	-	-	-	-
7. Custos com o pessoal (1+2-3+4-5-6)	5.184	384	200	5.768

A contribuição esperada para o Fundo de 2011 ascende m.Euros 5.844.

h) Análises de sensibilidade

A redução de 0,25% na taxa de desconto teria um efeito de aumento de responsabilidades em cerca de 5,3 milhões de euros.

A variação de 1% na taxa de SAMS representaria um impacto de cerca de 687 m.Euros (aumento de responsabilidades em caso de incremento da taxa e redução no caso contrário).

i) Análise evolutiva

O quadro seguinte apresenta uma análise evolutiva dos valores do exercício e dos últimos quatro anos:

RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA	2010	2009	2008	2007
Valor actual das responsabilidades por serviços passados	(67.806)	(67.006)	(65.311)	(56.990)
Justo valor dos activos do Fundo de Pensões	77.868	74.510	63.561	64.499
Excesso / (insuficiência) de cobertura	10.062	7.504	(1.750)	7.509
% de cobertura do financiamento pelo Fundo	115%	111%	97%	113%
Ajustamento de experiência em passivos do plano	1.500	2.175	(15)	(888)
Ajustamentos de experiência em activos do plano	(3.498)	1.286	(11.225)	4.997

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

53. PARTES RELACIONADAS**ACCIONISTA**

MONTEPIO GERAL – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

ENTIDADES RELACIONADAS COM ACCIONISTA

Caixa Económica Montepio Geral
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
Nova Câmbios, S.A.
Silvip, S.A.
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.
MG Investimentos Imobiliários, S.A.
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.
Sagies, S.A.
Leacock (Seguros), Lda
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
NEBRA, Energias Renovables, SL
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)
Bem Comum, Sociedade de Capital de Risco, S.A.
Moçambique Companhia de Seguros, S.A.R.L.

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÓNIO TOMÁS CORREIA
ÁLVARO CORDEIRO DÂMASO
ARMANDO ESTEVES
ARTUR JESUS MARQUES
EDUARDO JOSÉ DA SILVA FARINHA
JOAQUIM MENDES CARDOSO
JOSÉ DE ALMEIDA SERRA
RUI MANUEL SILVA GOMES DO AMARAL
DANIEL BESSA FERNANDES COELHO
JORGE MANUEL MATOS TAVARES ALMEIDA
ANTÓNIO COUTO LOPES

EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS DO GRUPO

FINIBANCO, S.A.
FINIBANCO VIDA-COMPANHIA SEGUROS VIDA, S.A.
FINICREDITO-INST FINANCEIRA CREDITO, S.A.
FINIMOVEIS SOC IMOB SERVIC AUXILIARES, S.A.
FINISEGUR-SOCIEDADE MEDIADORA SEGUROS, S.A.
FINIVALOR-SOC GEST FUNDOS MOBILIARIOS, S.A.
FINIBANCO SA - ANGOLA
LESTINVEST, SGPS S.A.
IBERPARTNERS CAFES - SGPS, S.A.
PRIO Foods SGPS, S.A.
PRIO Energy SGPS, S.A.

FUNDO DE PENSÕES DE COLABORADORES DO GRUPO

FUNDO DE PENSÕES FNB-GERIDO POR CGD PENSÕES

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Em 31 de Dezembro de 2010, o montante global dos activos, passivos, rendimentos, encargos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com partes relacionadas de acordo com a IAS 24 têm a seguinte composição:

	Entidades relacionadas com accionista	Membros do Conselho de Administração	Empresas subsidiárias e associadas	Fundo de pensões de colaboradores do Grupo Finibanco	Total
Activo					
Crédito	180.000	192	1.309	-	181.501
Outros activos	-	-	22.201	-	22.201
	180.000	192	23.510	-	203.702
Passivo					
Passivos financeiros	60.000	-	0	-	60.000
Depósitos	-	1.955	8.479	4.350	14.784
	60.000	1.955	8.479	4.350	74.784
Rendimentos					
Juros e rendimentos similares	-	5	76	-	81
Rendimentos com serviços e comissões	-	2	90	-	92
	-	7	166	-	173
Encargos					
Juros e encargos similares	-	33	64	23	120
	-	33	64	23	120
Extrapatrimoniais					
Garantias e avales	-	233	1.100	-	1.333
Depósito e guarda de valores	-	1.946	4.444	2.760	9.150
	-	2.179	5.544	2.760	10.483

O crédito a membros do Conselho de Administração refere-se a quase totalidade a crédito concedido a um administrador não executivo.

O montante de m.Euros 22.201 da rubrica Outros activos sobre empresas subsidiárias e associadas refere-se ao valor líquido de imparidade de prestações suplementares concedidas e que não são remuneradas.

Os depósitos são igualmente remunerados a taxas consideradas de mercado.

Para os Activos mencionados não foram constituídas quaisquer provisões ou imparidade.

As remunerações dos membros dos órgãos sociais desdobram-se da seguinte forma:

Remunerações dos membros dos órgãos sociais	2010	2009
Benefícios de curto prazo (Nota 41)	3.031	3.034
Benefícios pós emprego	44	43
Total	3.075	3.077

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

54. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme referido no Relatório de Gestão e nota 15, no seguimento da Oferta Pública de Aquisição lançada pelo Montepio Geral – Associação Mutualista sobre o Finibanco Holding, SGPS, iniciaram-se conversações entre o Montepio Geral e a Mapfre no sentido de encontrar uma solução futura que releve os interesses das partes, não havendo ainda desfecho relativamente a estes desenvolvimentos.

Em 17 de Fevereiro de 2011 o Conselho Directivo do Instituto de Seguros de Portugal, deliberou autorizar a transferência de gestão do Fundo de Pensões Finibanco da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., para a Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. assim como a alteração do respectivo contrato constitutivo.

Já no decurso do exercício de 2011 o Conselho de Administração reiterou a decisão do anterior Conselho de Administração de proceder à venda de carteiras de créditos referidas na Nota 5.

No dia 7 de Março de 2011, a agência de *rating* Moody's Investors Service baixou a notação de *rating* da dívida pública Grega de Ba1 para B1, e atribuindo uma perspectiva (*outlook*) negativa. Ainda nos últimos dias de 2010, a mesma agência havia reduzido o *rating* da Irlanda em 5 *notches*, de Aa2 para Baa1, com *outlook* negativo. Em 2010, ambos os países recorreram à ajuda internacional para sustentar a crise da sua dívida pública.

No dia 11 de Março de 2011, em sede de Cimeira Europeia, os líderes da União Europeia chegaram a acordo para reduzir a taxa de juro e alongar o prazo do empréstimo concedido à Grécia, afirmaram estar próximo de um acordo que permita à Irlanda obter condições mais favoráveis nos empréstimos que também obteve e anunciaram um acordo para a flexibilização do Fundo Europeu de Estabilização Financeira.

Conforme divulgado na Nota 7 o Grupo está exposto a títulos de dívida pública Grega e Irlandesa no montante de m.Euros 21.289 (8% do total da carteira de títulos).

Considerando os mecanismos de ajuda criados na União Europeia e a observação da evolução dos preços de mercado após este anúncio, é nossa expectativa que estes *dowgrades* não terão impactos negativos significativos na valorização da nossa carteira.

Em 4 de Março de 2011, a agência de "*rating*" Fitch manteve as notações dos instrumentos de dívida de longo prazo como "BBB-" e curto prazo como "F3" do Finibanco S.A., sendo que as referidas notações foram mantidas em "*Rating Watch Positive*" por esta agência.

Em 10 de Março de 2011, realizou-se reunião com o Banco de Portugal para apresentação das operações de integração do Grupo Finibanco no Grupo Montepio, a realizar em 2011, em concretização do processo de consolidação anunciado nos documentos da Oferta Pública de Aquisição.

Assim, o ano de 2011 será caracterizado pela consolidação do plano de integração do Finibanco no Montepio Geral. Em 30 de Março de 2011 a sociedade vendeu as subsidiárias Lestinvest, SA, Finimóveis, SA e Finisegur SA e a associada Finibanco Vida ao Montepio Geral Associação Mutualista, pelo preço global de 19,2 milhões de Euros. O Finibanco Holding passou a ser integralmente detido pela Caixa Económica Montepio Geral por escritura de 31 de Março de 2011, e manteve as suas participações na Finicrédito, SA, Finibanco Angola, SA, Finivalor, SA e Finibanco, SA, garantindo que as respectivas actividades passem a estar consideradas no seu perímetro de consolidação de contas. Dando cumprimento ao plano de integração da actividade bancária doméstica, toda a estrutura do Finibanco, SA foi integrada na Caixa Económica Montepio Geral, por escritura de 04 de Abril de 2011 passando a constituir uma organização e uma rede única, adoptando a marca "Montepio".

O valor dos activos e passivos integrados nas contas consolidadas a 31 de Dezembro de 2010 que foram objecto das referidas transacções ascendem a, respectivamente, 2.726 milhões de euros e 2.892 milhões de euros, os quais estão distribuídos por todos os segmentos de negócio do Grupo.

O rácio de solvabilidade, incluindo o resultado líquido negativo de 2010, situa-se em 6,7% e o TIER I em 4,9%, calculados de acordo com o normativo do Banco de Portugal.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

55. NORMAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS**Novas normas e interpretações emitidas com entrada em vigor em 2010.**

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), verificaram-se emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010, as quais não tiveram impactos nas demonstrações financeiras do Grupo. Abaixo encontram-se sumarizadas as novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2010.

a) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela EU sem efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adoptadas pela Companhia**IAS 7 (Melhoria) – Demonstração dos Fluxos de Caixa**

Clarifica que apenas os dispêndios que resultam no reconhecimento de activos podem ser classificados como fluxos de caixa de actividades de investimento. Neste sentido, em resultado da emenda à IAS 27, passam a ser considerados como fluxos operacionais alguns fluxos que até agora eram considerados de investimento (ex: fluxos relativos a custo de aquisição e variações subsequentes em pagamentos contingentes).

IFRS 5 (Melhoria) - Activos Não Correntes Detidos para Venda e Operações em Descontinuação

A melhoria clarifica que:

- quando uma subsidiária é detida para venda, todos os seus activos e passivos devem ser classificados como detidos para venda no âmbito da IFRS 5, mesmo quando a entidade irá reter um interesse que não controla na subsidiária após a venda;
- as divulgações requeridas relativamente a activos não correntes, grupos disponíveis para venda ou operações descontinuadas são apenas as constantes da IFRS 5.

IFRS 3 (Revista) – Concentrações de actividades empresariais

Esta revisão vem trazer alterações significativas ao nível da mensuração e reconhecimento das concentrações de actividades empresariais efectuadas em exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2009. O Grupo adoptou antecipadamente esta norma em 2009.

IFRS 2 (Emenda e Melhoria) – Pagamentos com base em Accções

A emenda efectuada na IFRS 2 vem clarificar a contabilização de situações nas quais uma entidade recebe a prestação de serviços ou produtos dos seus empregados ou fornecedores, mas cuja contrapartida financeira é paga pela sua empresa-mãe ou outra empresa do Grupo. A melhoria clarifica que a contribuição de um negócio para a formação de uma Joint Venture e combinações sob controlo comum não fazem parte do âmbito da IFRS 2.

IAS 1 (Melhoria) – Apresentação das Demonstrações Financeiras

Balanço: A melhoria clarifica que os termos de liquidação de uma responsabilidade dos quais possa resultar, em qualquer momento, a liquidação através da emissão de instrumentos de capital por opção da contraparte não afecta a classificação dos instrumentos convertíveis em corrente e não corrente na Demonstração da Posição Financeira.

Demonstração das alterações nos capitais próprios: Em resultado da emenda à IAS 27, torna-se necessário incluir duas linhas adicionais na Demonstração das alterações nos capitais próprios: (i) aquisição de

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

subsidiárias e (ii) aquisição de interesses que não controlam, para reflectir transacções com proprietários resultantes de alterações na detenção de subsidiárias que não resultem em perda de controlo.

IAS 27 (Emenda) – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

A alteração a esta norma é relativa às Demonstrações Financeiras separadas da Empresa detentora, suprimindo da IAS 27 a definição de método do custo e a distinção de resultados pré e pós aquisição. Assim, os dividendos de uma subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, podem ser integralmente reconhecidos, tendo em atenção qualquer indicação de imparidade. Adicionalmente, a IAS 27 foi emendada para efectivamente permitir que o custo de um investimento numa subsidiária, em situações limitadas de reorganizações, seja baseado no valor contabilístico previamente reconhecido em vez do justo valor.

IAS 38 (Melhoria) – Activos Intangíveis

A melhoria:

- estabelece que se um intangível adquirido numa combinação de negócios for identificável apenas com outro activo intangível, os dois podem ser reconhecidos como um único intangível desde que tenham vidas úteis similares;
- clarifica que as técnicas de valorização para mensurar o justo valor de activos intangíveis adquiridos numa combinação de negócios são meros exemplos e não restringem os métodos que podem ser usados.

IAS 39 (Emenda e Melhoria) – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração – itens cobertos elegíveis.

Esta emenda:

- clarifica que é permitida a designação de uma parte das alterações do justo valor ou variabilidade dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro como um item coberto;
- refere que a inflação não é um risco identificável separadamente e não pode ser designado como um risco coberto a não ser que represente fluxos de caixa especificados contratualmente.

A melhoria introduz as seguintes alterações:

- A isenção de aplicação da norma em contratos que envolvam combinações de negócios só se aplica a contratos forward entre uma adquirente e um accionista vendedor com vista a comprar ou vender uma adquirida numa data futura e não a contratos derivados em que é necessário que acções futuras venham ainda a ocorrer.
- Se numa cobertura de fluxos de caixa, a cobertura de uma transacção prevista resultar no reconhecimento subsequente de um activo ou passivo financeiro, os ganhos ou perdas que estejam reconhecidos no rendimento integral devem ser reclassificados para ganhos e perdas no mesmo período ou períodos em que os fluxos de caixa cobertos previstos afectem os lucros ou prejuízos.
- Considera-se que uma opção de pré-pagamento está intimamente relacionada com o contrato de acolhimento quando o preço de exercício reembolsa o mutuante numa quantia até ao valor presente aproximado dos juros perdidos durante o prazo remanescente do contrato de acolhimento.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

IFRIC 18 - Transferências de activos provenientes de clientes

Esta interpretação tem por objectivo clarificar a forma de reconhecer imobilizado tangível ou caixa recebidos de clientes com o objectivo de serem usados para adquirir ou construir activos específicos, não sendo, por isso aplicável.

IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa

Esta interpretação esclarece sobre a forma de contabilização da distribuição de bens em espécie aos proprietários, definindo que todos devem ter os mesmos direitos.

IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis

Esta interpretação esclarece quando e como deve ser reconhecido o rédito associado à construção de imóveis.

IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços

Esta interpretação aplica-se a operadores de concessões e clarifica como reconhecer as responsabilidades assumidas e os direitos recebidos em acordos de concessão.

Outras melhorias às IFRS

O processo anual de melhoria das IFRS procura lidar com a resolução de situações que necessitam de ser melhoradas de forma a aumentar o seu entendimento geral, mas que não são classificadas como de resolução prioritária. Algumas melhorias são relativas a terminologia ou alterações de natureza editorial para haver consistência entre normas sendo o seu impacto mínimo.

Outras melhorias são susceptíveis de produzir alterações no reconhecimento e mensuração. As principais melhorias que entraram em vigor em 2010, para além das já resumidas atrás, resumem-se da seguinte forma:

Melhorias do Ano 2009 aplicáveis em 2010

- IFRS 8 – Segmentos Operacionais: As melhorias clarificam que os activos e passivos por segmentos só precisam de ser relatados quando são incluídos nas medidas usada pelo responsável das decisões operacionais.
- IAS 17 – Locações: São removidas as disposições específicas relativas a terrenos e edifícios mantendo-se apenas as disposições gerais.
- IAS 18 – Rédito: São adicionadas orientações para determinar se uma entidade está a actuar como vendedor ou como agente.
- IAS 36 – Imparidade de Activos: As melhorias clarificam que ao testar a imparidade do Goodwill adquirido numa combinação de negócios a maior unidade permitida para alocação do Goodwill é o segmento operacional definido na IFRS 8 o qual, dependendo das circunstâncias, pode ser de um nível mais baixo do que o segmento reportável.
- IFRIC 9 – Reavaliação de derivados embutidos: As melhorias clarificam que a IFRIC 9 não se aplica a possíveis reavaliações, à data de aquisição, de derivados embutidos em contratos adquiridos em combinações entre entidades ou negócios sob controlo comum ou na formação de Joint Ventures.
- IFRIC 16 – Coberturas de um Investimento Líquido numa Operação Estrangeira: As melhorias clarificam que Instrumentos de cobertura que se qualifiquem podem ser detidos por uma entidade do grupo desde que os requisitos de designação, documentação e efectividade da IAS 39 sejam satisfeitos.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2010 e que o Grupo não adoptou antecipadamente são as seguidamente apresentadas. Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras do Grupo.

a) Já endossadas pela União Europeia**IAS 24 (Revista) – Transacções com partes relacionadas**

Esta norma revista entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Dezembro de 2010. As principais alterações são as seguintes:

- Alteração da definição de partes relacionadas levando a que algumas entidades deixem de ser consideradas relacionadas e outras passem a ser consideradas relacionadas;
- Isenção parcial de divulgações relativas a transacções com entidades governamentais bem como com o próprio Governo;
- Obrigatoriedade explícita de divulgar os compromissos com partes relacionadas incluindo os contratos executórios.

IAS 32 (Emenda) - Clarificação de direitos de emissão

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Janeiro de 2010. A emenda altera a definição de passivos financeiros para passar a classificar os direitos de emissão (e certas opções e warrants) como instrumentos de capital próprio se:

- Os direitos forem atribuídos de forma proporcional a todos os proprietários da mesma classe de instrumentos de capital não derivados da entidade;
- Forem usados para adquirir um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade em contrapartida de uma quantia fixa de qualquer moeda.

IFRIC 14 (Emenda) - Adiantamentos relativos a requisitos de financiamento mínimo

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Dezembro de 2010. Com a emenda, uma entidade deve reconhecer como activo os pagamentos feitos antecipadamente e em cada ano a análise do surplus do plano deve ser feita como se não tivesse havido pagamentos antecipados.

IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio

Esta IFRIC entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de Junho de 2010. Clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objectivo de extinguir passivos financeiros são considerados pagamentos para efeitos do parágrafo 41 da IAS 39.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

b) Ainda não endossadas pela União Europeia**IFRS 9 – Instrumentos financeiros - introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros.**

Outras emendas às IFRS – melhoramentos do Ano 2010. O IASB aprovou 11 emendas a seis normas."

56. REMUNERAÇÃO DE AUDITORES

Os montantes (IVA excluído) facturados no exercício de 2010 pelos Revisores Oficiais de Contas e Auditores e entidades da mesma rede foram os seguintes:

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS-SROC, SA

Descrição	Total
Serviço de revisão legal de contas	342.725,00
Outros serviços de garantia de fiabilidade	73.300,00
Consultoria fiscal	15.450,00
Total	431.475,00

Os outros serviços de garantia de fiabilidade correspondem a trabalhos realizados para preparação dos relatórios sobre imparidade e sistemas de controlo interno, em cumprimento do requerido pelo Banco de Portugal.

BORDA RODRIGUES & ASSOCIADOS

Descrição	Total
Serviço de revisão legal de contas	2.040,00
Total	2.040,00

PEDRO TRAVASSOS & ASSOCIADOS SROC

Descrição	Total
Serviço de revisão legal de contas	13.195,00
Total	13.195,00

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

ADOÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO FINANCIAL STABILITY FORUM (FSF) E DO COMMITTEE OF EUROPEAN BANKING SUPERVISORS (CEBS) RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS

O Banco de Portugal através da suas Cartas - Circulares 97/2008/DSB de 3 de Dezembro de 2008 e 58/2009/DSB de 5 de Agosto de 2009, veio reiterar a necessidade das instituições darem o adequado cumprimento às recomendações do Financial Stability Forum (FSF), constantes do relatório “Report of the Financial Stability Forum on Enhancing Market and Institutional Resilience”, assim como às recomendações do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) transcritas nos relatórios “CEBS report on banks’ transparency on activities and products affected by the recent market turmoil” e “Report on issues regarding the valuation of complex and illiquid financial instruments”, no que se refere à transparência da informação e à valorização de activos, tendo em conta o princípio da proporcionalidade.

As recomendações materializam-se no questionário anexo à Carta - Circular 46/2008/DSB de 15 de Julho de 2008, para o qual o Grupo Finibanco dá cumprimento no presente Anexo.

I. Modelo de Negócio**1. Descrição do modelo de negócio**

No ponto 2 do Relatório de Gestão do Grupo, é feita a descrição pormenorizada do modelo de negócio do Grupo com referência nomeadamente à actividade das diversas empresas do Grupo e respectiva evolução no exercício de 2010. Neste ponto, também, é abordada a segmentação das áreas de negócio com a explicação dos critérios de afectação a cada uma delas.

2. Estratégias e objectivos

A estratégia e objectivos do Grupo Finibanco estão divulgados e devidamente identificados no ponto 2.2 do Relatório de Gestão do Grupo. A montagem e descrição das operações de titularização em curso no Grupo Finibanco estão detalhadamente referidas na Nota 51 às Demonstrações Financeiras.

3. Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio

A descrição da importância das actividades desenvolvidas pelo Grupo Finibanco apresenta-se descrita no ponto 2 do Relatório de Gestão do Grupo. A quantificação e respectiva contribuição para o negócio das diversas actividades desenvolvidas são parte integrante da Nota 48 às Demonstrações Financeiras (Relato por Segmento), que remete para os Anexos IV (Segmentação por linhas de negócio) e Anexo V (Segmentação por Mercados Geográficos), este último destacando a actividade internacional do Grupo exercida em Angola.

4. Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

5. Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição, relativamente a cada actividade desenvolvida

A análise do ponto 2 do Relatório de Gestão do Grupo, das Notas 2 (Bases de apresentação e resumo das principais políticas contabilísticas) e 48 (Relato por Segmento) às Demonstrações Financeiras dá cumprimento ao solicitado nestes dois pontos.

II. Riscos e Gestão dos Riscos**6. Descrição da natureza e amplitude dos riscos****7. Descrição das práticas de gestão de risco relevantes para as actividades**

No ponto 2.6 do Relatório de Gestão do Grupo é explanado nas suas diversas vertentes (riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e associados à actividade seguradora) como o modelo de organização da gestão dos riscos no Grupo Finibanco é monitorizado com a respectiva quantificação dos riscos incorridos. As notas 37 e 38 às Demonstrações Financeiras, Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e Resultados de activos financeiros disponíveis para venda complementam a análise feita no ponto 2.6 do Relatório de Gestão do Grupo no que respeita ao Risco de Mercado.

III. Impacto do período de turbulência financeira nos resultados**8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados****9. Decomposição dos “write-downs”/perdas por tipos de produtos e instrumentos****10. Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido****11. Comparação de impactos entre períodos****12. Decomposição dos “write-downs” entre montantes realizados e não realizados**

A crise financeira internacional iniciada em 2008 e que se manteve ao longo de 2010, apesar das diversas medidas tomadas pelos governos para estimularem a economia, continuou a influenciar de forma significativa os seguintes aspectos da gestão:

Liquidez

O exercício de 2010, à semelhança do anterior, continuou com uma forte pressão sobre a liquidez. Pese embora as dificuldades sentidas no mercado, a estrutura de financiamento do Finibanco, SA, e a monitorização e gestão diária dos níveis de liquidez permitiram ultrapassar, uma vez mais, esta fase crítica sem sobressaltos de relevo.

Com o objectivo de monetização de activos ilíquidos de balanço, o Grupo tem estruturadas operações de titularização de créditos no montante global de 440 milhões de euros o que lhe permite a diversificação das fontes de financiamento, pelo recurso ao Eurosistema, a saber:

- Aqua Mortgages nº1 – Originador Finibanco, SA, 233 milhões de euros, RMBS, realizada em Dezembro de 2008, embora o revolving tenha terminado no dia 15 de Dezembro de 2010;
- Aqua Finance nº3 – Originador Finicrédito-Instituição Financeira de Crédito, SA, 207 milhões de euros realizada em Junho de 2009;

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Paralelamente o Finibanco, SA ainda tem em curso uma operação de titularização de créditos a PME's no montante de 250 milhões de euros em que o fim do período de 3 anos de revolving ocorreu em Junho de 2010.

Já no decurso do exercício de 2010 procedeu-se ao investimento em Dívida Pública, visando o incremento do montante elegível para refinanciamento junto do Banco Central Europeu, a qual passou de 31,3 milhões de euros para 139,7 milhões de euros.

Fruto do anteriormente referido, ao longo do 2010, o recurso ao financiamento junto do Eurosistema registou um incremento acentuado, tendo atingido 310 milhões de euros no final do exercício, resultando numa diminuição da dependência dos depósitos de elevados montantes a taxas mais elevadas.

Apesar desta conjuntura, os recursos de clientes registaram um crescimento de 13,1%, continuando a se registar um grau de transformação dos recursos em crédito estável e confortável (103,3%), mantendo-se, como a principal fonte de financiamento.

Ainda no decorrer do exercício de 2010 o Finibanco, SA emitiu 15 milhões de euros de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com Juros Condicionados.

Resultados

A crise financeira associada à deterioração das condições económicas continuou a penalizar a margem financeira em termos relativos e provocou um agravamento do nível das imparidades para crédito.

A crise financeira internacional e a manutenção de baixas taxas de mercado durante o ano de 2010, prejudicaram a margem financeira nas operações activas, tendo sido compensadas em parte pelo ajustamento dos spreads nas novas operações e nas renovações. Apesar do referido, a Margem financeira de intermediação aumentou 11,4 milhões de euros, em resultado essencialmente do crescimento do volume de negócio e do contributo positivo da actividade internacional (5,7 milhões de euros). O aumento do financiamento junto do Banco Central e a substituição de depósitos de elevado montante com altas taxas de remuneração contribuíram também para a melhoria da margem financeira.

Em consequência da grave crise económica na actividade nacional, o nível de imparidades da carteira de crédito foi reforçado em 61,9 milhões de euros, traduzindo-se num acréscimo de 13,7 milhões de euros.

Sugere-se a consulta do ponto 2.9 do Relatório de Gestão do Grupo (Análise Económica e Financeira), para melhor complementar a análise dos Resultados, assim como as Notas às Demonstrações Financeiras, seguidamente enunciadas:

- Nota 5 – Activos financeiros detidos para negociação;
- Nota 7 – Activos financeiros disponíveis para venda;
- Nota 37 – Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados;
- Nota 38 – Resultados de activos financeiros disponíveis para venda;
- Nota 43 – Imparidade.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Capitais Próprios

O rácio de solvabilidade, incluindo o resultado líquido negativo de 2010, situa-se em 6,7% e o TIER I em 4,9%, calculados de acordo com o normativo do Banco de Portugal, aplicando-se o método padrão para o cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura do risco de crédito e o método do indicador básico para cálculo de requisitos para cobertura de risco operacional.

Os fundos próprios de base diminuíram 71,8 milhões de euros e os requisitos de fundos próprios aumentaram 23,9 milhões de euros. Os Fundos próprios foram afectados pelo resultado líquido negativo e pelo goodwill gerado.

Conforme referido neste ponto sobre a Liquidez, em Fevereiro de 2010 o Finibanco, SA emitiu 15 milhões de euros de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com Juros Condicionados que permitiu um reforço adicional dos níveis de solvabilidade, uma vez que o Banco de Portugal considerou que a emissão reúne as condições necessárias para que o montante emitido possa ser considerado no cômputo dos fundos próprios de base (Tier 1), no segmento sujeito a um limite de 35%.

13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade

Não aplicável.

14. Risco de perda máxima

Os impactos provenientes do período de turbulência estão incorporados nos diversos tipos de risco da seguinte forma:

- No **Risco de Crédito**: o Modelo de avaliação e quantificação de risco de crédito, está subdividido em vários sub-modelos, os quais procuram explicar as diversas vertentes inerentes ao risco da carteira de crédito, nomeadamente o Modelo de Índices Macro Económicos que efectua a agregação de um conjunto de séries temporais de índices macroeconómicos, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, ou por outras Instituições que publiquem índices de forma regular;
- No **Risco de Cotações e Índices**: é utilizada a metodologia VaR, na qual é feita a avaliação da perda potencial num horizonte temporal de duas semanas e 99% de grau de confiança, com o objectivo de aferir possíveis variações no valor de mercado da carteira de títulos, em função do comportamento passado. Também são quantificadas as perdas que poderiam resultar em cenários de stress, usando como referência acontecimentos passados que originaram quebras significativas dos mercados;
- No **Risco de Taxa de Juro**: são realizadas análises de sensibilidade que estimam o impacto na situação líquida e na margem financeira (a 12 meses), resultantes de uma alteração de 200 pontos base nas taxas de juro de mercado. A metodologia utilizada assenta na projecção dos fluxos futuros dos instrumentos financeiros com taxa de juro associada e no cálculo do respectivo valor actual. Da comparação entre o cenário base (manutenção das curvas de taxa de juro) e o cenário alternativo (deslocação paralela das curvas de taxa de juro) resulta o impacto estimado na Situação Líquida.
- No **Risco de Liquidez**: é feita a monitorização e gestão diária dos níveis de liquidez, com reporte diário ao Banco de Portugal.

Sugere-se a consulta do ponto 2.6 do Relatório de Gestão do Grupo (Gestão do Risco) de forma a complementar e quantificar o referido nesta questão.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

15. Responsabilidades da própria instituição e resultados

A Nota 21 às Demonstrações Financeiras (Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados), faz a discriminação da dívida emitida, a referência ao justo valor dos instrumentos financeiros assim como ao cálculo do cupão de cada um dos empréstimos emitidos.

A Nota 49 às Demonstrações Financeiras (Justo valor de instrumentos financeiros) apresenta a análise aos métodos de valorização pelas categorias de instrumentos financeiros reconhecidos ao justo valor nas Demonstrações Financeiras. O justo valor dos instrumentos financeiros segue as políticas contabilísticas definidas no ponto 2.4 do anexo às Demonstrações Financeiras. As técnicas de valorização dos instrumentos financeiros e de negociação e ao justo valor através de resultados baseiam-se no cálculo do valor presente dos fluxos futuros. Para os instrumentos mais complexos, incorporados nos produtos estruturados, foram utilizados os seguintes modelos de valorização: Black, Black-Scholes, Hull&White e simulações de Monte Carlo dos processos log-normais dos activos subjacentes.

IV. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência**16. Valor nominal e justo valor das exposições**

As Notas 5 e 7, Activos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda, respectivamente, detalham por tipo de categoria os activos detidos pelo Grupo, encontrando-se discriminados no Anexo II das Notas às demonstrações Financeiras do presente Relatório e Contas.

17. Mitigantes do risco de crédito

Não aplicável.

18. Divulgação detalhada sobre as exposições do Grupo

Sugere-se a consulta do ponto 2.6 do Relatório de Gestão do Grupo (Gestão do Risco) de forma a complementar e quantificar o referido nesta questão.

19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos

Sugere-se a consulta do ponto 2.9 do Relatório de Gestão do Grupo (Análise Económica e Financeira), para melhor complementar a análise dos Resultados, assim como as Notas às Demonstrações Financeiras, seguidamente enunciadas:

- Nota 5 – Activos financeiros detidos para negociação;
- Nota 7 – Activos financeiros disponíveis para venda;
- Nota 37 – Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados;
- Nota 38 – Resultados de activos financeiros disponíveis para venda;

20. Explicações acerca das exposições que não tenham sido consolidadas

Não aplicável

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

21. Exposição a seguradoras de tipo “monoline” e qualidade dos activos segurados

Não aplicável.

V. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência**22. Produtos estruturados**

Estas situações estão desenvolvidas na Nota 2 às Demonstrações Financeiras (Bases de apresentação e resumo das principais políticas contabilísticas).

23. Consolidação das Special Purpose Entities (SPE)

As divulgações sobre estas entidades encontram-se na Notas 2 e 51 às Demonstrações Financeiras, Bases de apresentação e resumo das principais políticas contabilísticas e Operações de Titularização, respectivamente.

24. Justo valor dos instrumentos financeiros**25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros**

Sugere-se a consulta do ponto 2.6 do Relatório de Gestão do Grupo (Gestão do Risco), assim como as Notas às Demonstrações Financeiras, seguidamente enunciadas:

- Nota 2 – Bases de apresentação e resumo das principais políticas contabilísticas;
- Nota 5 – Activos financeiros detidos para negociação;
- Nota 7 – Activos financeiros disponíveis para venda;
- Nota 49 – Justo valor dos instrumentos financeiros;

VI. Outros aspectos relevantes na divulgação**26. Descrição das políticas e dos princípios de divulgação**

Sugere-se a leitura da Nota 2 às Demonstrações Financeiras (Bases de apresentação e resumo das principais políticas contabilísticas) assim como o Relatório do Governo da Sociedade.

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

FINIBANCO HOLDING SGPS S.A.

ANEXO II

INVENTARIO DE TÍTULOS E DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
CONSOLIDADO

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor		Valor médio de aquisição (euro)	Valor de cotação		Valor do balanço (em moeda)	Valor de Balanço em Euros	
			nominal					Bruto	Líquido
CREDITOS TITULADOS									
Títulos									
Emitidos por residentes									
Títulos de dívida									
De outros residentes									
VIC SGPS 2006 1ºEm.	473.200	EUR	2,50	2,500000	-	-	EUR	1.183.000,00	1.183.000,00
VIC SGPS 2005	344.386	EUR	2,50	2,500000	-	-	EUR	860.965,00	860.965,00
INCOMPOL-Industria de Componentes, Lda.	25	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	1.250.000,00	1.250.000,00
MDS SGPS - Pap.Comercial 2ºEm.	60	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	3.000.000,00	3.000.000,00
MDS SGPS - Pap.Comercial 3ºEm.	50	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	2.500.000,00	2.500.000,00
MARTIFER - Pap.Comercial 1ºEm.	100	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	5.000.000,00	5.000.000,00
ESTIA - Pap.Comercial 24ºEm.	13	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	650.000,00	650.000,00
SOJA PORTUGAL Pap.Comercial 7ºEm.	85	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	4.250.000,00	4.250.000,00
AVICASAL Pap.Comercial 8ºEm.	5	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	250.000,00	250.000,00
MDS SGPS Pap. Comercial 4ºEm.	90	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	4.500.000,00	4.500.000,00
AVICASAL Pap.Comercial 9ºEm.	10	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	500.000,00	500.000,00
SALVADOR CAETANO Pap.Comercial 5ºEm.	150	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	7.500.000,00	7.500.000,00
SONAE IND. Pap.Comercial 571ºEm.	200	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	10.000.000,00	10.000.000,00
PECOL II - Pap.Comercial 4ºEm.	8	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	400.000,00	400.000,00
PECOL I - Pap.Comercial 7ºEm.	30	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	1.500.000,00	1.500.000,00
								43.343.965,00	43.343.965,00
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO									
Títulos									
Emitidos por residentes									
- Instrumentos de capital									
MARTIFER SGPS NOM.	8.910	EUR	0,50	8,15	EUR	1,490	EUR	13.275,90	13.275,90
COFINA SGPS.	103.631	EUR	0,25	0,77	EUR	0,690	EUR	71.505,39	71.505,39
SONAE CAPITAL	634.700	EUR	1,00	0,66	EUR	0,410	EUR	260.227,00	260.227,00
TEIXEIRA DUARTE	44.824	EUR	1,00	0,97	EUR	0,730	EUR	32.721,52	32.721,52
REN - REDE E N-PSE	160	EUR	1,00	2,73	EUR	2,580	EUR	412,80	412,80
- Outros									
FINIRENDIMENTO	219	EUR	5,00	5,14	EUR	4,811	EUR	1.053,52	1.053,52
Emitidos por não residentes									
- Instrumentos de capital									
REAL ESTATE CREDIT INVEST	21.220	EUR		8,11	EUR	1,020	EUR	21.644,40	21.644,40
REAL ESTATE CREDIT PREF COMPANY	26.525	GBP			GBP	0,935	GBP	24.800,88	28.813,10
- Outros									
GLG EMERGING MARKETS SPECIAL ASSETS FUND E	7.214,14	EUR		91,66	EUR	45,250	EUR	326.439,84	326.439,84
								756.093,47	756.093,47
OUTROS ACTIV. FIN. AO JUST. VALOR ATRAV. DE RESULT.									
Títulos									
Emitidos por não residentes									
Instrumentos de dívida									
Outros não residentes									
NOMURA CLN 07/12/14	100,00	EUR	100.000,00	100.000,00	EUR	96.281,23	EUR	9.628.123,00	9.628.123,00
Instrumentos de capital									
Obol Invest Kft	-	EUR	-	-	EUR	-	EUR	40.110.337,74	40.110.337,74
								49.738.460,74	49.738.460,74
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA									
Títulos									
Emitidos por residentes									
Instrumentos de dívida									
Instrumentos de dívida pública									
BILHETES TESOURO 18022011	11.000.000	EUR	1,00	0,979572	EUR	0,9959	EUR	10.955.230,00	10.955.230,00
O.T. - SET 2013 5,45%	255.000.000	EUR	0,01	0,011213	EUR	0,0102	EUR	2.596.078,50	2.596.078,50
O.T. - JUN 2011 5,15%	120.000.000	EUR	0,01	0,009854	EUR	0,0101	EUR	1.207.200,00	1.207.200,00
O.T. - JUN 2014 4,375%	50.000.000	EUR	0,01	0,010037	EUR	0,0098	EUR	487.730,00	487.730,00
O.T. - JUN 2018 4,45%	50.000.000	EUR	0,01	0,009999	EUR	0,0089	EUR	444.310,00	444.310,00
O.T. - ABR 2011 3,20%	530.000.000	EUR	0,01	0,009606	EUR	0,0100	EUR	5.297.562,00	5.297.562,00
O.T. - OUT 2015 3,35%	5.506.000.000	EUR	0,01	0,009823	EUR	0,0091	EUR	49.856.219,40	49.856.219,40
- Instrumentos de capital									
PROCAPITAL - Investimentos imobiliários, SA.	76.940	EUR	4,99	8,979822	-	-	EUR	690.907,53	690.907,53
MATUR	50	EUR	4,99	0,498798	-	-	EUR	24,94	24,94
UNICRE - Cartão Internacional de Crédito, SA.	7.207	EUR	4,99	63,86	-	-	EUR	460.223,42	460.223,42
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, SA.	20.000	EUR	4,99	81,92	-	-	EUR	1.638.351,57	1.638.351,57
AVENIDA DOS ALIADOS SA	4.000	EUR	5,00	5,00	-	-	EUR	20.000,00	20.000,00
MARTIFER - SGPS, SA	371.737	EUR	0,50	8,31	EUR	1,49	EUR	3.133.484,68	553.888,13
PME INVESTS	1.000	EUR	5,00	5,00	EUR	-	EUR	4.987,98	4.987,98
PME INOV CAPITAL	1.000	EUR	4,99	4,99	EUR	-	EUR	4.987,98	4.987,98
- OUTROS									
FINIGLOBAL - Fundo de Invest. Mobiliarios	119.535	EUR		6,274300	EUR	6,2286	EUR	744.535,70	744.535,70
FINIRENDIMENTO - Fundo de Invest. Mobiliarios	298.674	EUR		5,070811	EUR	4,8106	EUR	1.436.801,14	1.436.801,14

FINIBANCO HOLDING SGPS S.A.

ANEXO II

INVENTARIO DE TITULOS E DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
CONSOLIDADO

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição (euro)	Valor de cotação	Valor do balanço (em moeda)	Valor de Balanço em Euros	
						Bruto	Líquido
Emitidos por não residentes							
Instrumentos de dívida							
Emissores Públicos Estrangeiros							
HELLENIC REP 4,3% 20/03/2012	12.500	EUR 1.000,00	937,180	EUR 915,9900	EUR 11.449.875,00	11.449.875,00	11.449.875,00
IRISH GOV 4,6% 18/04/2016	1.200.000.000	EUR 0,01	0,010413	EUR 0,0085	EUR 10.238.640,00	10.238.640,00	10.238.640,00
BTNS 3% 12/07/2014	19.000.000	EUR 1,00	1,038000	EUR 1,0452	EUR 19.858.800,00	19.858.800,00	19.858.800,00
OT AOTNIC215L09	490	AKZ 102.037,72	102.037,72	AKZ -	AKZ 49.998.482,80	405.167,52	405.167,52
BT AOTNBT423D10	500.000	AKZ 1.000,00	1.000,00	AKZ -	AKZ 487.215.000,00	3.948.193,71	3.948.193,71
TBC AOBCTB623U10	400.000	AKZ 1.000,00	1.000,00	AKZ -	AKZ 332.396.000,00	2.693.603,02	2.693.603,02
TBC AOBCTB623U10	1.100.000	AKZ 1.000,00	1.000,00	AKZ -	AKZ 913.675.000,00	7.404.053,42	7.404.053,42
TBC AOBCTB621L10	150.000	AKZ 1.000,00	1.000,00	AKZ -	AKZ 124.506.000,00	1.008.946,37	1.008.946,37
TBC AOBCTB611G10	100.000	AKZ 1.000,00	1.000,00	AKZ -	AKZ 83.115.000,00	673.530,41	673.530,41
TBC AOBCTB625G10	100.000	AKZ 1.000,00	1.000,00	AKZ -	AKZ 83.030.000,00	672.841,61	672.841,61
TBC AOBCTB629S10	500.000	AKZ 1.000,00	1.000,00	AKZ -	AKZ 413.780.000,00	3.353.106,11	3.353.106,11
TBC AOBCTB620J10	200.000	AKZ 1.000,00	1.000,00	AKZ -	AKZ 192.022.000,00	1.556.068,78	1.556.068,78
TBC AOBCTB317D10	700.000	AKZ 1.000,00	1.000,00	AKZ -	AKZ 688.576.000,00	5.579.941,98	5.579.941,98
Instrumentos de capital							
S.W.I.F.T. - Society For Worldwide Interbank Financial Telecommunicati	9	EUR 123,95	908,94	-	EUR 8.180,49	8.180,49	8.180,49
EMIS	3.560	AKZ 1.000,00	5.222,39	AKZ -	AKZ 18.591.726,00	150.659,84	150.659,84
Outros							
CHEYNE TOT RET CRED FD 1 CLASS C	25.000,00	EUR	100,00	EUR 111,410	EUR 2.785.250,00	2.785.250,00	2.785.250,00
GLG EMERGING MARKETS SPEC SITS FUND CLASS B	5.613,05	USD	85,33	USD 36,61	USD 205.493,80	153.789,70	153.789,70
						150.919.282,81	147.648.778,73
INVEST.EM FILIAIS, ASSOC. e EMPREEND. CONJUNTOS							
Emitidos por Residentes							
Naviser - Transportes Maritimos Internacionais SA	30.000	EUR 4,99	4,99	-	EUR 149.639,37	149.639,37	0,00
Pinto & Bulhosa	64.018	EUR 4,99	4,99	-	EUR 191.563,33	191.563,33	0,00
Finibanco Vida - Comp. de Seguros de Vida, SA.	3.750.000	EUR 1,00	2,66	-	EUR 9.279.156,00	9.279.156,00	4.179.156,00
Iberpartners Cafés SGPS	1.000.000	EUR 1,00	1,00	-	EUR 1.052.345,16	1.052.345,16	1.052.345,16
PRIO Foods SGPS, SA	1.000.000	EUR 1,00	-	-	EUR 18.999.363,45	18.999.363,45	18.999.363,45
PRIO Energy SGPS, SA.	2.740.000	EUR 1,00	-	-	EUR 4.824.462,62	4.824.462,62	4.824.462,62
						34.496.529,93	29.055.327,23
TOTAL						244.757.802,02	241.487.297,94

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

FINIBANCO - HOLDING, SGPS S.A.

ANEXO III

OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS E TANGÍVEIS

Movimento do exercício de 2010

Consolidado

(Montantes expressos em milhares de Euros)

CONTAS	Saldo do exercício anterior		Variações Cambiais	Aquisições	Transf.	Amortizações do Exercício	Regulariz. (líquido)	Abates (líquido)	Valor líquido 31-12-2010
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas							
OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS									
. Sistemas de tratamento automático de dados	17.814	14.521	30	1.090	20	1.575	0	0	2.858
. Activos intangíveis em curso	283	0	0	1.318	(20)	0	0	0	1.581
. Outros activos intangíveis	93	32	0	0	0	0	0	0	61
	18.190	14.553	30	2.408	0	1.575	0	0	4.500
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS									
Imóveis									
. Imóveis de serviço próprio	38.388	9.095	0	243	0	919	0	0	28.617
. Obras em imóveis arrendados	29.886	15.879	15	434	613	2.111	1	0	12.957
. Outros imóveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Equipamento	47.552	36.141	41	1.981	0	4.397	0	296	8.740
Activos em locação operacional	305	7	0	1.638	0	130	0	0	1.806
Activos em locação financeira	1.133	1.133	0	0	0	0	0	0	0
Activos tangíveis em curso	1.008	0	3	593	(613)	0	20	0	971
Outros activos tangíveis	3.875	1.245	2	219	0	202	0	0	2.649
	122.147	63.500	61	5.108	0	7.759	21	296	55.740
TOTAIS	140.337	78.053	91	7.516	0	9.334	21	296	60.240

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

FINIBANCO-HOLDING, SGPS S.A.

ANEXO IV

Segmentação por linhas de negócio em 31 de Dezembro 2010 (consolidado)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Corporate Finance	Trading & Sales	Corretagem (Retalho)	Actividade Retalho	Banca Comercial	Pagamentos e Liquidações	Custódia	Gestão de Activos	Outros	Operações intra-segmentos	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	0	1.726	0	140.693	13.914	0	0	0	0	0	156.333
Disponibilidades em outras instituições de crédito	0	4.766	0	58.056	0	0	0	485	303	0	63.610
Activos financeiros detidos para negociação	0	3.677	0	27.775	1.985	0	0	0	0	0	33.437
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	9.628	0	0	0	0	0	0	40.111	0	49.739
Activos financeiros disponíveis para venda	0	119.585	0	17.904	0	0	0	54	10.106	0	147.649
Aplicações em instituições de crédito	0	201.690	0	665	0	0	0	7.032	0	0	209.387
Crédito a clientes	0	32.701	0	1.561.467	939.498	0	0	0	0	0	2.533.666
Investimentos detidos até à maturidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Activos não correntes detidos para venda	0	0	0	215	0	0	0	39.915	0	0	40.130
Propriedades de investimento	0	0	0	1.732	0	0	0	20.853	0	0	22.585
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	0	0	0	0	0	0	29.055	0	29.055
Outros activos tangíveis	9	17	144	32.421	5.579	14	0	3.511	14.045	0	55.740
Activos intangíveis	0	25	26	4.370	0	18	0	61	0	0	4.500
Activos por impostos correntes e diferidos	0	0	0	1.533	0	0	0	24	19.554	0	21.111
Outros activos	0	43.785	0	24.672	0	0	0	697	39.662	0	108.816
TOTAL DO ACTIVO	9	417.600	170	1.871.503	960.976	32	0	72.632	152.836	0	3.475.758

Investimento tangível no período	4	37	11	4.729	310	4	3	10	0	0	5.108
Investimento intangível no período	8	72	23	1.933	315	8	7	42	0	0	2.408

CONTA DE RESULTADOS	Corporate Finance	Trading & Sales	Corretagem (Retalho)	Actividade Retalho	Banca Comercial	Pagamentos e Liquidações	Custódia	Gestão de Activos	Outros	Operações intra-segmentos	Total
Juros e rendimentos similares	0	22.919	0	191.484	58.311	0	0	97	1.030	(97.994)	175.847
Clientes Externos	0	6.668	0	122.037	46.015	0	0	97	1.030	0	175.847
Inter-segmentos	0	16.251	0	69.447	12.296	0	0	0	0	(97.994)	0
Juros e encargos similares	0	17.901	0	106.106	44.192	0	0	158	4.093	(97.994)	74.456
Clientes Externos	0	17.222	0	47.968	9.007	0	0	158	101	0	74.456
Inter-segmentos	0	679	0	58.138	35.185	0	0	0	3.992	(97.994)	0
Rendimentos de instrumentos de capital	0	100	0	0	0	0	0	0	0	0	100
Margem Financeira	0	5.118	0	85.378	14.119	0	0	(61)	(3.063)	0	101.491
Rendimentos de serviços e comissões (líquidas)	282	(1.606)	764	12.316	5.019	4.768	499	6.122	(46)	0	28.118
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	0	3.223	0	0	0	0	0	0	(9.761)	0	(6.538)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	0	1.426	0	0	0	0	0	0	0	0	1.426
Resultados de reavaliação cambial	0	573	0	7.204	0	0	0	0	0	0	7.777
Resultados de alienação de outros activos	0	0	0	0	0	0	0	(65)	0	0	(65)
Outros resultados de exploração (líquidas)	0	0	0	12.649	1.150	825	0	(612)	504	0	14.516
Produto Bancário	282	8.734	764	117.547	20.288	5.593	499	5.384	(12.366)	0	146.725
Custos de estrutura	682	4.559	1.442	85.339	17.465	4.655	387	2.830	1.085	0	118.444
Pessoal	279	2.254	615	51.847	9.287	1.138	154	1.224	226	0	67.024
Gastos	370	2.015	736	26.252	6.914	3.485	206	1.491	617	0	42.086
Amortizações	33	290	91	7.240	1.264	32	27	115	242	0	9.334
Imparidades / provisões para crédito vencido e outros riscos (líquidas)	0	514	0	42.013	20.913	0	0	(3)	5.111	0	68.548
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	0	0	0	(159)	0	0	0	0	0	0	(159)
Resultados antes de impostos	(400)	3.661	(678)	(9.964)	(18.090)	938	112	2.557	(18.562)	0	(40.426)
Imposto diferidos											(227)
Imposto corrente											5.283
Interesses minoritários											2.726
Resultado consolidado do exercício											(48.208)

FINIBANCO-HOLDING, SGPS S.A.

ANEXO V

Segmentos Geográficos em 31 de Dezembro de 2010 (consolidado)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Actividade Nacional	Actividade internacional		Operações intra-segmentos	Total
		Angola	Outros		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	119.947	36.384	2	0	156.333
Disponibilidades em outras instituições de crédito	52.117	11.407	86	0	63.610
Activos financeiros detidos para negociação	33.437	0	0	0	33.437
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	49.739	0	0	0	49.739
Activos financeiros disponíveis para venda	120.203	27.446	0	0	147.649
Aplicações em instituições de crédito	209.045	0	342	0	209.387
Crédito a clientes	2.492.056	40.102	1.508	0	2.533.666
Investimentos detidos até à maturidade	0	0	0	0	0
Activos não correntes detidos para venda	40.130	0	0	0	40.130
Propriedades de investimento	22.585	0	0	0	22.585
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	29.055	0	0	0	29.055
Outros activos tangíveis	52.747	2.985	8	0	55.740
Activos intangíveis	3.633	781	86	0	4.500
Activos por impostos correntes e diferidos	21.105	0	6	0	21.111
Outros activos	105.847	2.662	307	0	108.816
TOTAL DO ACTIVO	3.351.646	121.767	2.345	0	3.475.758

Investimento tangíveis no período	3.733	1.375	0		5.108
Investimentos intangíveis no período	2.256	152	0		2.408

CONTA DE RESULTADOS	Actividade Nacional	Actividade internacional		Operações intra-segmentos	Total
		Angola	Outros		
Juros e rendimentos similares	163.815	11.482	220	330	175.847
Juros e encargos similares	71.582	2.544	0	330	74.456
Rendimentos de instrumentos de capital	100	0	0	0	100
Margem Financeira	92.333	8.938	220	0	101.491
Rendimentos de serviços e comissões (líquidas)	23.798	4.324	(4)	0	28.118
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(6.538)	0	0	0	(6.538)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	1.426	0	0	0	1.426
Resultados de reavaliação cambial	635	7.203	(61)	0	7.777
Resultados de alienação de outros activos	(65)	0	0	0	(65)
Outros resultados de exploração (líquidas)	13.694	829	(7)	0	14.516
Produto Bancário	125.283	21.294	148	0	146.725
Custos de estrutura	112.404	5.912	128	0	118.444
Pessoal	64.840	2.184	0	0	67.024
Gastos	38.670	3.313	103	0	42.086
Amortizações	8.894	415	25	0	9.334
Imparidades / provisões para crédito vencido e outros riscos (líquidas)	63.800	4.651	97	0	68.548
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	(159)	0	0	0	(159)
Resultados antes de impostos	(51.080)	10.731	(77)	0	(40.426)
Imposto diferidos	(227)	0	0	0	(227)
Imposto corrente	1.591	3.692	0	0	5.283
Interesses minoritários	0	2.726	0	0	2.726
Resultado líquido do exercício	(52.444)	4.313	(77)	0	(48.208)

RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

Nota Prévia

O presente Relatório sobre o Governo da Sociedade Finibanco-Holding, SGPS S.A., é elaborado em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do Código das Sociedades e contempla o disposto na Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, no que concerne a divulgação da matéria respeitante a remunerações.

Estrutura do capital e categoria de acções

Nos termos do Contrato de Sociedade, artigo 4.º, o capital social do Finibanco-Holding está dividido em acções do valor nominal de um euro cada, podendo a Sociedade emitir acções preferenciais, sem voto, ou outras acções preferenciais, remíveis ou não.

As acções são obrigatoriamente nominativas e são escriturais podendo, no entanto, ser convertidas em acções tituladas se a lei permitir e assim for deliberado pela Assembleia Geral.

Todas as acções do Finibanco-Holding, no momento em número de cento e setenta e cinco milhões, estiveram admitidas à negociação no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisbon, até ao início de Dezembro de 2010, altura em que o Finibanco-Holding deixou de ser sociedade aberta.

O Contrato de Sociedade (artigo 9.º) prevê a possibilidade de, em futuros aumentos de capital, poderem ser emitidas acções que serão designadas por acções da categoria B, com respeito às quais não serão contados votos acima de dois por cento dos votos correspondentes à totalidade do capital social, quando emitidos por um só accionista, em nome próprio ou como representante de outro.

Para este efeito, verificando-se este caso, considerar-se-ão como tendo sido emitidas pelo mesmo accionista os votos que o forem por entidades que com ele estejam na mesma relação em que estão com o titular de uma participação qualificada as entidades referidas nas várias alíneas do número sete do artigo 13.º do Regulamento Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, ou em disposição equivalente que, em sua substituição, venha a vigorar.

O mesmo artigo 9.º, no n.º 3, dispõe que, quando vierem a ser emitidas acções da categoria B, as demais acções, ao tempo existentes e com respeito às quais não vigore a limitação supra citada, serão designadas por acções da categoria A.

Até ao momento, porém, a faculdade referida de emissão de acções da categoria B, que o Contrato de Sociedade prevê, nunca foi utilizada. Nestes termos, todas as acções que constituem o capital social da Sociedade dispõem dos mesmos direitos e deveres que lhes são consignados.

Participações qualificadas no capital social da Sociedade

O capital social do Finibanco-Holding, SGPS S.A. era detido, em 30 de Junho de 2010, pelos seguintes accionistas com mais de 2% dos direitos de voto:

ACCIONISTA	N.º Acções	% DE DIREITOS DE VOTO
VIC (S.G.P.S.), S.A.	101.560.231	58,034
Banif-SGPS, S.A. (*)	17.217.294	9,838
Vicaima Madeiras (S.G.P.S.), SA (**)	9.426.157	5,386
António Luís Alves Ribeiro de Oliveira	8.750.000	5,000
Prestige-Soc. Gestora Participações Sociais, S.A.	3.562.135	2,036

(*) Conforme comunicação do accionista, após consideração das acções detidas indirectamente, a Banif-SGPS, S.A. detinha 9,853% dos direitos de votos, como segue:

ACCIONISTA	N.º Acções	% DE DIREITOS DE VOTO
Directamente	17.217.294	9,838
Indirectamente		
Através do BANIF ACÇÕES PORTUGAL	24.086	0,014
Através do BANIF PPA	2.200	0,001

A Banif-SGPS, S.A. era dominada pela Rentipar Financeira SGPS, S.A. pelo que os referidos direitos de voto eram igualmente imputáveis a esta entidade.

(**) Após consideração das acções detidas indirectamente, através das suas participadas, a Vicaima Madeiras (S.G.P.S.), SA detinha, em 30 de Junho de 2010, 5,406% dos direitos de votos, como segue:

ACCIONISTA	N.º Acções	% DE DIREITOS DE VOTO
Directamente	9.426.157	5,386
Indirectamente (através de participada)	34.275	0,020

A Herança Indivisa do Sr. Álvaro Pinho da Costa Leite era detentora maioritária da sociedade APCL Financeira-S.G.P.S., S.A., a qual, por sua vez, detinha o controlo da VIC (S.G.P.S.), S.A., pelo que os referidos direitos de voto lhes eram igualmente imputáveis.

O Montepio Geral-Associação Mutualista ficou detentor de cem por cento do capital social do Finibanco-Holding em Dezembro de 2010, após a conclusão da Oferta Pública de Aquisição do capital desta Sociedade e a subsequente Aquisição Potestativa.

Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos

Até à conclusão da Oferta Pública de Aquisição, nenhum accionista do Finibanco-Holding, e designadamente o seu então accionista maioritário, dispunha de quaisquer direitos especiais resultantes da sua posição accionista.

Restrições ou limitações à transmissibilidade ou alienação das acções

Até à conclusão da Oferta Pública de Aquisição não existiam, nem existem ainda restrições à transmissibilidade das acções, nem cláusulas de consentimento, para alienação, limitações à titularidade, ou outras.

Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de acções, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 12.º do Contrato de Sociedade, tem direito de voto o accionista titular de, pelo menos, cem acções registadas em conta aberta em seu nome, ou, tratando-se de acções tituladas, em seu nome averbadas, pelo menos desde o quinto dia útil anterior à data designada para a reunião da Assembleia Geral.

O n.º 2 do mesmo artigo refere que, tratando-se de acções escriturais, o accionista comprovará o seu registo mediante certificado emitido para o efeito pelo respectivo intermediário financeiro e que deverá ser apresentado ao Presidente da Mesa até ao quinto dia útil anterior à data designada para a reunião da Assembleia Geral.

A cada grupo de cem acções corresponde um voto, sendo admitido o voto por correspondência, tanto em suporte de papel como por correio electrónico, contando estes votos para a formação de *quorum* constitutivo da Assembleia Geral.

Identificação dos órgãos sociais e procedimentos para a sua nomeação

- Mesa da Assembleia Geral
Presidente: António Joaquim de Matos Pinto Monteiro
Vice-Presidente: Pedro Canastra de Azevedo Maia
Secretário: Mário Paulo Ramos Caetano Pereira
- Conselho de Administração
Presidente: António Tomás Correia
Vogal: José de Almeida Serra
Vogal: Rui Manuel da Silva Gomes do Amaral
Vogal: Eduardo José da Silva Farinha
Vogal: Álvaro Cordeiro Dâmaso
Vogal: Daniel Bessa Fernandes Coelho
Vogal: Joaquim Mendes Cardoso
Vogal: António Couto Lopes
Vogal: José Carlos Sequeira Mateus
Vogal: Pedro Jorge Gouveia Alves
- Conselho Fiscal
Presidente: José Rodrigues de Jesus
Vogal Efectivo: António Monteiro de Magalhães
Vogal Efectivo: Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes
Vogal Suplente: Viriato Marques da Silva Arrojado
- Revisor Oficial de Contas
Efectivo: Ernst & Young Audit & Associados SROC, SA
Suplente: Rui Abel Serra Martins (ROC)

O Contrato de Sociedade (artigo 17.º) dispõe o seguinte relativamente ao Conselho de Administração:

- Uma minoria de accionistas que tenha votado contra a proposta que fez vencimento na eleição dos Administradores tem o direito de designar um Administrador, contanto que essa minoria represente, pelo menos, 10 por cento do capital social;
- A identidade da pessoa, ou das pessoas, a propor para esse efeito, bem como todos os elementos de informação referidos no artigo duzentos e oitenta e nove, número um, alínea d), do Código das Sociedades Comerciais, deverão estar à disposição dos accionistas nos quinze dias que precederem a realização da Assembleia Geral;
- Cada candidatura deverá ser subscrita por accionistas titulares de menos de vinte por cento e mais de dez por cento de acções representativas do capital social e nenhum accionista poderá subscrever mais do que uma candidatura;
- O Administrador eleito pela minoria substituirá o menos votado na lista que fez vencimento, ou, em caso de igualdade de votos, o último da lista.

Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração, à alteração dos estatutos da Sociedade e no aumento ao capital social

Nesta matéria, o Contrato de Sociedade, na alínea m) do artigo 17.º, confere ao Conselho de Administração competência apenas para proceder à substituição, por cooptação, de algum Administrador dentro dos sessenta dias a contar da sua falta, submetendo essa cooptação a ratificação na primeira Assembleia Geral seguinte.

O mesmo Contrato de Sociedade é omissivo quanto a regras quer para efeito de alteração do seu conteúdo, quer para aumento do capital social.

Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital

Ao Conselho de Administração, nos termos do artigo 16.º do Contrato de Sociedade, compete:

- a) Definir as políticas gerais da Sociedade e aprovar os planos e orçamentos anuais e plurienais bem como os relatórios trimestrais de execução;
- b) Estabelecer a organização interna da Sociedade e delegar os poderes ao longo da cadeia hierárquica;
- c) Conduzir as actividades da Sociedade, praticando todos os actos que a lei ou os estatutos não reservem a outros órgãos sociais;
- d) Designar quem deverá representar a Sociedade nas Assembleias Gerais das Sociedades em cujo capital social participar e o sentido de voto que aí deverá exprimir, bem como indigitar as pessoas que deverão exercer os cargos para que a Sociedade for eleita e proceder à sua substituição sempre que o entender conveniente e, em geral, exercer, com respeito às Sociedades participadas, todos os direitos que lhe conferem a lei e os respectivos estatutos;
- e) Executar as deliberações da Assembleia Geral;
- f) Representar a Sociedade em juízo ou fora dele, comprometendo-se em arbitragens, propondo pleitos judiciais ou defendendo-se deles, podendo confessar, desistir ou transigir em quaisquer processos judiciais;

- g) Apresentar à Assembleia Geral, para apreciação e votação, nas épocas legalmente determinadas, os relatórios, balanços e contas dos exercícios sociais;
- h) Adquirir, alienar e onerar bens móveis, bens imóveis e participações em outras sociedades, ainda que reguladas por leis especiais, e em agrupamentos complementares de empresas;
- i) Deliberar sobre a emissão de obrigações ou quaisquer outros títulos de dívida;
- j) Contratar e despedir empregados e prestadores de serviços;
- l) Constituir mandatários para a prática de determinados actos, definindo a extensão dos respectivos mandatos;
- m) Proceder, no caso de falta ou impedimento definitivos de algum Administrador, à sua substituição, por cooptação, dentro dos sessenta dias a contar da sua falta, submetendo essa cooptação a ratificação na primeira assembleia geral seguinte;
- n) Designar um Secretário da Sociedade (e um Secretário Suplente) que exercerão funções durante o mandato do Conselho, sem prejuízo da sua substituição a todo o tempo.

O mesmo Contrato de Sociedade é omissivo no que respeita a deliberações sobre aumento do capital social.

O Conselho de Administração reuniu uma vez por trimestre e a Comissão Executiva reuniu todos os meses, no exercício de 2010.

Acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração ou trabalhadores que prevejam indemnizações em caso de pedido de demissão do trabalhador, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de oferta pública de aquisição

Nem no Finibanco-Holding, nem em qualquer das suas Participadas estão previstas situações de pagamento de quaisquer montantes a propósito de qualquer dos casos referidos.

Acordos significativos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudanças de controlo da Sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respectivos

Em 29 de Dezembro de 2009 foi firmado entre o Finibanco-Holding, SGPS S.A. e a Mapfre Seguros Gerais, SA um Pacto de Accionistas tendo por objecto a regulação de uma parceria estratégica entre as partes que contemplou a venda à Mapfre de 50% do capital social da Finibanco Vida-Companhia de Seguros de Vida, SA, ficando aquela responsável pela gestão da Finibanco Vida.

O referido pacto, na cláusula 18.ª, sob o tema duração e resolução antecipada, prevê que o mesmo se possa resolver ou ter-se por resolvido, antecipadamente, no caso de incumprimento por qualquer das partes, designadamente na situação de alterações de controlo, se tal impedimento não for ou não puder ser sanado no prazo de 30 dias.

Por sua vez a cláusula 19.ª refere que as partes têm direito a exigir a reversão da operação firmada, no caso de alteração de controlo, entre outros.

Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira

Com vista à adequação da organização do Grupo Finibanco aos princípios constantes do Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal e visando implementar um sistema de controlo interno corporativo e único que culmina com a elaboração do Relatório de Controlo Interno, foram criados:

- Um Departamento de Auditoria Interna Corporativa, órgão independente, permanente e efectivo, transversal a todas as empresas do Grupo, de âmbito nacional e internacional, com funções de avaliação das actividades dos restantes órgãos da Instituição e de auxílio aos membros da organização no cumprimento das suas responsabilidades, com vista a contribuir para a melhoria contínua do Sistema de Controlo Interno. Tem como sub-órgãos a Unidade de Balcões, a Unidade de Órgãos Centrais e Empresas Associadas e o Gabinete de Provedoria do Cliente e a sua chefia reporta directamente ao Conselho de Administração do Finibanco-Holding e ainda à Comissão Executiva do Finibanco;
- Um Departamento de Controlo Corporativo de Riscos, órgão estrutural independente, permanente e efectivo, transversal a todas as empresas do Grupo, de âmbito nacional e internacional, que tem por objectivo gerir a exposição global ao risco, de acordo com o perfil de risco assumido pelo Conselho de Administração ou pela Comissão Executiva. Tem ainda como missão desenvolver, comunicar e implementar um ciclo de gestão global do risco que permita à alta direcção do negócio e sobretudo ao Conselho de Administração incorporar a perspectiva e o conhecimento do risco nas tomadas de decisão. O Departamento de Controlo Corporativo de Riscos aglutina dois sub-órgãos, o Gabinete de Riscos Financeiros e o Gabinete de Concepção e Acompanhamento de Modelos, e reporta directamente ao Conselho de Administração do Finibanco-Holding e também à Comissão Executiva do Finibanco;
- Um Departamento de *Compliance* Corporativo, órgão estrutural também independente, permanente e efectivo do Finibanco-Holding, transversal a todas as empresas do Grupo, e também de âmbito nacional e internacional, que tem como objectivo controlar o respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo as relativas à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como das normas e usos profissionais e deontológicos, das regras internas e estatutárias, das regras de conduta e de relacionamento com clientes, das orientações dos órgãos sociais da Instituição e das recomendações do Comité de Supervisão Bancária e do Comité das Autoridades Europeias de Supervisão Bancária (CEBS).
Consiste a sua missão em mitigar o risco operacional e as perdas financeiras advindas do incumprimento das disposições supra referidas e suas consequências internas e externas. Tem como sub-órgãos o Gabinete de Controlo Interno e o Gabinete de Risco Operacional. A sua chefia, tal como as restantes supra referidas, reporta directamente ao Conselho de Administração do Finibanco-Holding e à Comissão Executiva do Finibanco.

No desenvolvimento da sua acção, o Finibanco-Holding define as orientações e supervisiona a actividade das suas Participadas, designadamente nas seguintes áreas:

- Planeamento e estratégia global, definindo as linhas mestras de actuação para a preparação do plano de actividades e do orçamento de exploração;
- Controlo de riscos, assegurando a sua gestão integrada, de forma a garantir a adequação dos níveis de tolerância definidos;
- *Compliance*, assegurando o respeito pelo cumprimento das disposições regulamentares aplicáveis, designadamente as normas de conduta e deontológicas e as normas de segurança definidas, de acordo com a política de segurança estabelecida;
- Auditoria Interna, analisando e avaliando com carácter permanente, à distância e presencialmente, as actividades das Participadas e dos seus órgãos estruturais e dando da sua acção reporte à Comissão Executiva e ao Conselho de Administração;

- Sistemas de Informação, apoiados na estrutura montada no Finibanco, assegurando o funcionamento do sistema de informação de gestão integrado, da estrutura de comunicação e da Intranet, e protegido pelo Plano de Contingência em vigor, dando assim resposta a hipotéticas situações de crise, de modo a garantir o contínuo funcionamento do Grupo e a minimizar perdas.

Suportado neste Sistema o Finibanco disponibiliza, através da Intranet, diversa informação de gestão operacional e financeira, designadamente:

- Indicadores de gestão comercial, com actualização diária e possibilidade de consultas online, por toda a estrutura, abrangendo recursos, aplicações, garantias, produtos activos e passivos, volumes e margens financeiras, etc;
- Indicadores de gestão de riscos financeiros, diariamente nuns casos e mensalmente noutros, abrangendo riscos de crédito, de mercado;
- Indicador de performance global, abrangendo volume de negócio, rentabilidade e qualidade dos activos, com periodicidade trimestral;
- Indicador de rentabilidades, por cliente, por produto, por unidade comercial, etc.

Em termos gerais, considera-se que o Sistema de Controlo Interno implementado está em linha com os objectivos de desempenho, de informação e de *compliance*, incorpora as recomendações emanadas da Supervisão e tem em conta a dimensão do Grupo Finibanco.

Está-se em presença de um processo evolutivo, em função do desenvolvimento do Finibanco-Holding e do seu Grupo, visando a adopção de práticas de gestão e de controlo mais eficientes e racionais, sempre que tal se considere necessário e útil.

Política de remuneração

A remuneração dos órgãos sociais do Finibanco-Holding, SGPS S.A. no exercício em análise, processou-se em harmonia com o disposto na proposta sobre política de remunerações aprovada na Assembleia Geral de 20 de Abril de 2010, que é do seguinte teor:

“Declaração sobre política de remuneração dos membros dos órgãos sociais
e dos dirigentes do Finibanco-Holding, SGPS S.A.

1. A fixação dos vencimentos dos membros executivos do Conselho de Administração deve ter em consideração os seguintes princípios:
 - Simplicidade e transparência;
 - Não acumulação com quaisquer outras remunerações auferidas pelo exercício de funções em órgãos estruturais ou em corpos sociais de outras empresas do Grupo;
 - Tomar em linha de conta o alinhamento dos interesses dos elementos a contemplar com os interesses da Sociedade e dos accionistas;
 - Integrar na remuneração uma componente variável, que tenha em conta o desempenho de longo prazo da Sociedade, o desempenho individual de cada um dos membros e o que sobre a matéria dispõe o artigo 28.º do Contrato de Sociedade.
2. A remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração, dos membros do Conselho Fiscal e do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, deve ser processada numa base mensal fixa e paga doze vezes ao ano.

3. Tendo em conta que o conceito de dirigentes expresso no artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, para além dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, integra também aqueles que possuem acesso regular a informação privilegiada e participam nas decisões sobre a gestão e a estratégia negocial da Sociedade e porque tal perspectiva não se aplica ao Grupo Finibanco, entende-se que só nele cabem os membros do órgão de administração, não competindo à Comissão de Remunerações decidir sobre qualquer outra remuneração.
4. Os princípios expressos na presente Declaração deverão ser aplicados aos membros dos órgãos de administração e fiscalização das empresas do Grupo Finibanco.”

Remuneração do órgão de administração

NOME	FUNÇÃO	REM. FIXA	EMP. PAGADORA	N.º CARGOS DESEMP.
Executivos				
HCL	Presidente	459.516	Finibanco	6
AE	Administrador	451.727	Finibanco	6
AM	Administrador	450.942	Finibanco	5
TA	Administrador	260.128	Finibanco	4
DB	Administrador	60.000	FNB-Holding	1
Não Executivos				
AO	Administrador	27.667	FNB-Holding	1
ACL	Administrador	27.667	FNB-Holding	1
CM	Administrador	27.667	FNB-Holding	1
FC	Administrador	27.667	FNB-Holding	1
JC	Administrador	227.127	Finibanco	2
CL	Administrador	385.969	Finibanco Angola	2
TOTAL		2.406.077		

HCL-Humberto da Costa Leite – Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
 AE-Armando Esteves – Vice-Presidente da Comissão Executiva e Vogal do Conselho de Administração
 AM-Artur de Jesus Marques – Vice-Presidente da Comissão Executiva e Vogal do Conselho de Administração
 DB-Daniel Bessa Fernandes Coelho – Vogal da Comissão Executiva
 TA-Jorge Manuel de Matos Tavares de Almeida – Vogal da Comissão Executiva
 AO-António Luís Alves Ribeiro de Oliveira – Vogal não executivo do Conselho de Administração
 ACL-Arlindo da Costa Leite – Vogal não executivo do Conselho de Administração
 CM-Carlos Manuel Marques Martins – Vogal não executivo do Conselho de Administração
 FC-Fernando da Rocha e Costa – Vogal não executivo do Conselho de Administração
 JC-Joaquim Mendes Cardoso – Vogal não executivo do Conselho de Administração
 CL-António Couto Lopes – Vogal não executivo do Conselho de Administração

Os membros não executivos do órgão de Administração constantes do quadro supra, com excepção de Joaquim Mendes Cardoso e António Couto Lopes, foram remunerados até 30 de Novembro de 2010.

Os novos membros, o Presidente António Tomás Correia e os Vogais José de Almeida Serra, Rui Manuel Silva Gomes do Amaral, Eduardo José da Silva Farinha e Álvaro Cordeiro Dâmaso, que iniciaram funções em 3 de Dezembro de 2010, não auferiram qualquer remuneração pelo exercício dos respectivos cargos.

Remuneração do órgão de fiscalização

NOME	FUNÇÃO	REM. FIXA	EMP. PAGADORA	N.º CARGOS DESEMP.
JRJ	Presidente	28.500	Finibanco	2
AMM	Vogal	13.050	Finibanco	2
JPL	Vogal	13.050	Finibanco	2
TOTAL		54.600		

JRJ-José Rodrigues de Jesus – Presidente
 AMM-António Monteiro de Magalhães – Vogal
 JPL-Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes – Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Finibanco Holding SGPS, S.A. as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 301.004 milhares de Euros e um total de capital próprio de 180.038 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 9.044 milhares de Euros), as Demonstrações de Resultados por Naturezas, do Rendimento Integral, da Variação nos Capitais Próprios e de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as respectivas Notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7. Conforme referido na Nota 7, está prevista contratualmente a possibilidade do exercício de recompra pela Finibanco Holding SGPS, S.A. das acções correspondentes a 50% do capital da Finibanco Vida - Companhia de Seguros, S.A. detidas pela Mapfre Seguros Gerais, S.A. por preço convencionado. Estando em curso a implementação do processo de consolidação das actividades e operações do Grupo Finibanco no Grupo Montepio, não foi possível apurar o justo valor daquela opção e respectivos impactos nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Opinião

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 7 acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Finibanco Holding SGPS, S.A., em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, tal como definidas no Aviso 1/2005 do Banco de Portugal.



Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação financeira constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

10. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:

10.1. Conforme referido na Nota 29 às Demonstrações Financeiras, na sequência da Oferta Pública de Aquisição do Montepio Geral – Associação Mutualista concretizada em 29 de Novembro de 2010, da qual a Finibanco Holding SGPS, S.A. perdeu a qualidade de sociedade aberta, em 10 de Março de 2011 o novo accionista apresentou ao Banco de Portugal o plano de concretização do processo de consolidação anunciado nos documentos da OPA, sendo previsto: i) que a Finibanco Holding SGPS, S.A. passe a ser detida pela Caixa Económica Montepio Geral; ii) a alienação das subsidiárias Lestinvest, Finisegur e Finimóveis e associada Finibanco Vida ao Montepio Geral Associação Mutualista; e iii) a integração da estrutura do Finibanco, S.A. na Caixa Económica Montepio Geral, constituindo uma organização e uma rede única, adoptando a marca “Montepio”. No contexto deste plano de integração as demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações (Nota 2.3). Em 31 de Março de 2011 as transacções referidas em i) e ii) foram concretizadas. A integração da estrutura do Finibanco S.A. concretizou-se em 4 de Abril de 2011 através do trespasse dos principais activos e passivos do Banco.

10.2. À data de 31 de Dezembro de 2010 o rácio de solvabilidade consolidado encontrava-se abaixo do mínimo regulamentar, situação que se espera sanada com as operações referidas no parágrafo anterior (Capítulo 2.6 do Relatório de Gestão).

Lisboa, 5 de Maio de 2011

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Finibanco Holding SGPS, S.A., as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 3.475.758 milhares de Euros e um total de capital próprio de 173.800 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 48.208 milhares de Euros), as Demonstrações Consolidadas dos Resultados por Naturezas, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as respectivas Notas e Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral das suas operações, as alterações consolidadas no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras

consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio de continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Conforme referido na Nota 15, está prevista contratualmente a possibilidade do exercício de recompra pela Finibanco Holding SGPS, S.A. das acções correspondentes a 50% do capital da Finibanco Vida - Companhia de Seguros, S.A. detidas pela Mapfre Seguros Gerais, S.A. por preço convencionado. Estando em curso a implementação do processo de consolidação das actividades e operações do Grupo Finibanco no Grupo Montepio, não foi possível apurar o justo valor daquela opção e respectivos impactos nas demonstrações financeiras consolidadas.
8. O valor do activo registado na rubrica Outros Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados relativo ao investimento da subsidiária Lestinvest, foi determinado com base em avaliação de perito independente realizada em 2009 (Nota 6). Caso tivesse sido considerado o valor da avaliação independente realizada em Novembro de 2011 o activo e o resultado do exercício seriam acrescidos em 14,3 milhões de euros. Contudo, foi decisão da gestão que tal

potencial valorização só deveria ser considerada nas demonstrações financeiras após confirmação com segunda avaliação independente, a qual não foi obtida em tempo útil.

Opinião

9. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 7 acima e excepto quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo 8 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Finibanco Holding SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

10. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Ênfases

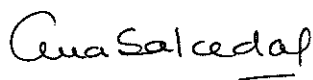
11. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo 9 acima, chamamos a atenção para as seguintes situações:
- 11.1. Conforme referido na Nota 54 às Demonstrações Financeiras, na sequência da Oferta Pública de Aquisição do Montepio Geral - Associação Mutualista concretizada em 29 de Novembro de 2010, da qual a Finibanco Holding SGPS, S.A. perdeu a qualidade de sociedade aberta, em 10 de Março de 2011 o novo accionista apresentou ao Banco de Portugal o plano de concretização do processo de consolidação anunciado nos documentos da OPA, sendo previsto: i) que a Finibanco Holding SGPS, S.A. passe a ser detida pela Caixa Económica Montepio Geral; ii) a alienação das subsidiárias Lestinvest, Finisegur e Finimóveis e associada Finibanco Vida ao Montepio Geral Associação Mutualista; e iii) a integração da estrutura do Finibanco, S.A. na

Caixa Económica Montepio Geral, constituindo uma organização e uma rede única, adoptando a marca "Montepio". No contexto deste plano de integração as contas foram preparadas na base da continuidade das operações (Nota 2.3) e:

- a) Em 31 de Março de 2011 as transacções referidas em i) e ii) foram concretizadas. A integração da estrutura do Finibanco S.A. concretizou-se em 4 de Abril de 2011 através do trespasse dos principais activos e passivos do Banco (Nota 54);
- b) É expectável que seja realizada no segundo trimestre de 2011, uma análise detalhada dos inventários de activos intangíveis e tangíveis, visando a sua optimização e eficiência, da qual poderá resultar a descontinuidade de determinados itens, sendo que nesta fase não foi possível quantificar os eventuais efeitos nas demonstrações financeiras caso a mesma se confirme (Notas 13 e 14);
- c) À data de 31 de Dezembro de 2010 o rácio de solvabilidade consolidado encontrava-se abaixo do mínimo regulamentar, situação que se espera sanada com as operações acima referidas (Capítulo 2.6 do Relatório de Gestão e Nota 54).

Lisboa, 5 de Maio de 2011

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Finibanco Holding

Grupo Montepio

Excelentíssimos Senhores Accionistas de
Finibanco-Holding, SGPS S.A.:

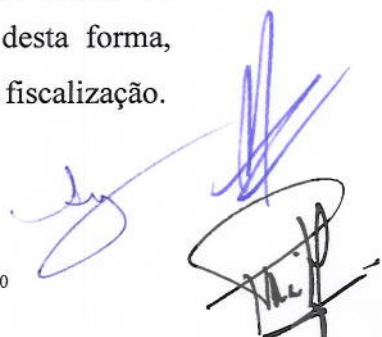
Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal do Finibanco-Holding, SGPS S.A. vem apresentar o relatório da sua actividade no exercício de dois mil e dez, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, relativos àquele ano, incluindo o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, relativos àquele exercício e apresentados pelo Conselho de Administração e ainda sobre o desempenho da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Para os devidos e legais efeitos e nos termos do artigo 245º, número 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, o Conselho Fiscal declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do relatório e contas individuais e consolidadas de 2010 foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Finibanco-Holding, SGPS S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição de Finibanco-Holding, SGPS S.A e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

O Conselho Fiscal reuniu assiduamente, pelo menos mensalmente, e acompanhou a evolução da Instituição, nomeadamente através dos contactos com o Conselho de Administração da Sociedade e os seus membros e com os principais responsáveis pelos Serviços, de quem recebeu todas as informações que se tornaram necessárias. Com efeito, periodicamente foram disponibilizados Mapas Financeiros, através dos quais foi possível tomar conhecimento das variações patrimoniais ocorridas.

No seu desempenho, o Conselho Fiscal procedeu também às verificações que por lei lhe estão conferidas, não lhe tendo sido criados quaisquer constrangimentos, o que realça com satisfação.

De igual modo, este órgão acompanhou a actividade desenvolvida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que avalia muito positivamente, tendo, desta forma, igualmente obtido elementos úteis ao desenvolvimento das suas funções de fiscalização.



O Conselho Fiscal elaborou, ainda, o parecer previsto no Aviso nº5 de 2008 do Banco de Portugal, acerca do Sistema de Controlo Interno, em articulação com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com o Conselho de Administração e com os diversos serviços do Banco.

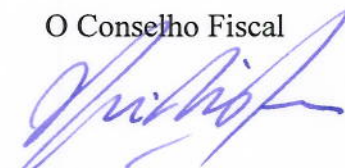
O Conselho Fiscal analisou os documentos de prestação de contas e a certificação legal das contas emitidas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com reservas e com ênfases, tendo também apreciado a proposta do Conselho de Administração de aplicação de resultados.

Finalmente, o Conselho Fiscal acompanhou o processo pelo qual o Montepio Geral – Associação Mutualista (“MGAM”), detentor único do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral (“CEMG”), concretizou a Oferta Pública de Aquisição Geral e Voluntária sobre as acções representativas do capital social da Finibanco – Holding, SGPS, S.A.

Em face do que precede, o Conselho Fiscal é de opinião que merecem aprovação os citados documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração e a correspondente proposta de aplicação de resultados.

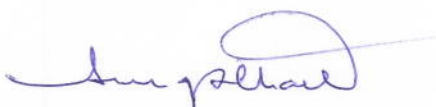
Porto, 13 de Maio de 2011

O Conselho Fiscal



José Rodrigues de Jesus

Presidente



António Monteiro de Magalhães



Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes

ANEXOS

Anexos

Informação sobre as Participações dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

Nos termos e para os efeitos do art. 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informam-se as posições detidas e as operações efectuadas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização no ano de 2010:

Accionista/Membro de Órgãos Sociais:

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Posição em 31-12-2010

Acções Finibanco-Holding 0

Posição em 31-12-2009

Acções Finibanco-Holding 4.378

Movimentos durante o ano de 2010

Venda da totalidade das acções na Oferta Pública de Aquisição lançada pelo Montepio Geral-Associação Mutualista, em 29 de Novembro de 2010, ao preço de 1,95 euros.

Joaquim Mendes Cardoso

Posição em 31-12-2010

Acções Finibanco-Holding 0

Posição em 31-12-2009

Acções Finibanco-Holding 4.930

Movimentos durante o ano de 2010

Venda da totalidade das acções na Oferta Pública de Aquisição lançada pelo Montepio Geral-Associação Mutualista, em 29 de Novembro de 2010, ao preço de 1,95 euros.

Lista de Titulares de Participações Qualificadas

Em 31 de Dezembro de 2010:

ACCIONISTA	N.º Acções	% DO CAPITAL SOCIAL
Montepio Geral-Associação Mutualista	175.000.000	100,00

Accionistas que deixaram de ser titulares de participações relevantes para efeitos no n.º 4 do art. 448.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2010:

ACCIONISTA	N.º Acções	% DE DIREITOS DE VOTO
VIC (S.G.P.S.), S.A. (*)	101.560.231	58,03

(*) A Herança Indivisa do Senhor Álvaro Pinho da Costa Leite, na qualidade de detentora maioritária da sociedade APCL Financeira-S.G.P.S., S.A (a qual, por sua vez, detém o controlo da VIC (S.G.P.S.), S.A.), também deixou de ter uma participação indirecta no capital social do Finibanco-Holding.

Acções Próprias Detidas em 31.12.2010

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do art. 66.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que o Finibanco-Holding, SGPS S.A. não deteve ou fez qualquer movimento sobre acções próprias durante o ano de 2010.

Do mesmo modo, nenhuma das sociedades dependentes, nos termos definidos no art. 486.º do Código das Sociedades Comerciais, deteve ou fez qualquer movimento sobre acções do Finibanco-Holding, SGPS S.A. durante o mesmo período.